

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

DIANA RODRIGUES SARCINELLI DOS SANTOS

**O FUNCIONAMENTO DOS ADJETIVOS NO CONTEXTO DE USO
DAS *CHARGES***

VITÓRIA
2020

DIANA RODRIGUES SARCINELLI DOS SANTOS

**O FUNCIONAMENTO DOS ADJETIVOS NO CONTEXTO DE USO
DAS CHARGES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos, na área de concentração Teorias e Análises Linguísticas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

VITÓRIA
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S237f Santos, Diana Rodrigues Sarcinelli dos, 1989-
O funcionamento dos adjetivos no contexto de uso das
charges / Diana Rodrigues Sarcinelli dos Santos. - 2020.
280 f. : il.

Orientadora: Lúcia Helena Peyroton da Rocha.
Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Língua portuguesa - Adjetivo. 2. Força argumentativa. 3.
Língua portuguesa - Sintaxe. 4. Funcionalismo (Linguística). 5.
Charges. I. Rocha, Lúcia Helena Peyroton da. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 80

Diana Rodrigues Sarcinelli dos Santos

“O funcionamento dos adjetivos no contexto de uso das charges”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 25 de novembro de 2020.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão

Profa. Dra. Maria da Penha Pereira Lins (UFES)
Examinadora interna

Profa. Dra. Gesieny Laurett Neves Damasceno (UFES)
Examinadora interna

Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha por:
Profa. Dra. Fernanda Borges Ferreira de Araújo (UFES)
Examinadora externa

Profa. Dra. Carmelita Minelio da Silva Amorim (UFES)
Examinadora externa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LUCIA HELENA PEYROTON DA ROCHA - SIAPE 99992082
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGLi/CCHN
Em 14/01/2021 às 12:27

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/123251?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA DA PENHA PEREIRA LINS - SIAPE 99992065
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 14/01/2021 às 13:16

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/123266?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
GESIENY LAURETT NEVES DAMASCENO - SIAPE 3008674
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 14/01/2021 às 14:45

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/123324?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CARMELITA MINELIO DA SILVA AMORIM - SIAPE 4378214
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 14/01/2021 às 16:40

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/123371?tipoArquivo=O>

Dedico este trabalho a toda minha família,
que me apoiou incondicionalmente em todos
os momentos difíceis da minha trajetória
acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me permitido realizar este trabalho, pela força, coragem e discernimento dados durante toda esta longa caminhada e por estar ao meu lado em todos os passos que dou em minha vida.

À minha querida e amada orientadora Dra. Lúcia Helena (a melhor de todas!), que me ensinou não só lições acadêmicas, mas lições para a vida! Agradeço-a por todos os caminhos que já percorremos juntas, pelo apoio, pelo carinho, pelo incentivo, pela paciência e dedicação na orientação deste estudo, por aliviar minhas preocupações a cada encontro e por apoiar minha participação no Doutorado Sanduíche no exterior.

À minha família, pai e mãe (Luiza e José Luiz), irmão (Igor), cunhada (Carol) e amigos, por terem acreditado na minha capacidade e me apoiado nesta jornada, e também pelo tempo de convívio que sacrifiquei lidando com estas “coisas”. Ao meu marido Marco Aurélio, que é o melhor parceiro que eu poderia ter escolhido para compartilhar tudo nesta vida, por ser meu alívio e riso fácil nos momentos de estresse, por acreditar em mim mais do que eu mesma, pelo carinho e compreensão, e por estar sempre perto de mim, ainda que longe por algum tempo. Eles muito me ouviram falar sobre esta tese, sofreram nas lutas comigo, e celebram comigo este e outros feitos ao longo desses anos.

Às professoras Dra. Carmelita Minelio da Silva Amorim, Dra. Fernanda Borges Ferreira de Araújo e Dra. Maria da Penha Pereira Lins pelas considerações extremamente pertinentes e valiosas feitas durante o exame de qualificação que muito contribuíram para a construção e evolução deste trabalho. Um agradecimento especial faço à professora Dra. Penha Lins por ter se colocado à disposição para me auxiliar no que preciso fosse, inclusive apontando novos caminhos pelos quais eu poderia percorrer.

A todos os professores do PPGEL (do doutorado e do mestrado), pelo compromisso com os estudos linguísticos e com os quais tive a honra de aprender novas visões

de mundo durante toda a minha formação de pós-graduação na UFES. Especialmente, agradeço aos professores Dr. Daniel Ferraz, Dra. Kyria Finardi e Dra. Marta Scherre, pelo incentivo e pela ajuda durante os processos para participar do programa de Doutorado Sanduíche. Em particular, agradeço imensamente ao professor Dr. Daniel Ferraz por não ter medido esforços para me ajudar a realizar esse desejo de estudar no exterior.

Aos meus amigos e colegas da universidade, especialmente Jares, Mônica, Karina Fadini e Felipe Guimarães pelas conversas, ajuda, conselhos e pelas trocas de “figurinhas”. Ao meu amigo Dr. Gustavo Costa (Texas Tech University) um especial agradecimento.

Agradeço também ao suporte técnico da UFES, que propiciou a utilização da ferramenta de *software*: o programa *Excel da Microsoft Office* na versão 2013.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelos quatro anos de incentivo financeiro, que possibilitou minha dedicação integral ao curso de Doutorado e por ter me permitido ter o privilégio de viver uma fase de minha pesquisa na Texas Tech University (no Texas, Estados Unidos), por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES – PDSE - Código de financiamento 001), e ter encontrado lá a professora Dra. Min-Joo Kim, a quem agradeço pelo acolhimento, pelos conselhos acadêmicos e pela supervisão durante o Doutorado Sanduíche; e por também ter encontrado pessoas como Karina, Fernando, Gustavo e Elisa, amigos de grande estima.

A todos vocês, deixo um grande abraço e, mais uma vez um muitíssimo obrigada!

RESUMO

Esta tese se propõe a investigar, à luz do Funcionalismo Linguístico (GIVÓN, 1995, 2001; TOMASELLO, 1998; NEVES, 2018), o funcionamento argumentativo dos adjetivos nas *charges*, especialmente a força argumentativa desses elementos nas diferentes funções sintáticas em que ocorrem, relacionando aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos conforme preconizado pela teoria em questão. Aliadas ao Funcionalismo, as abordagens da Pragmática e da Argumentação (AUSTIN [1962] 1990; SEARLE, 1979; EEMEREN; GROOTENDORST, 1983; KOCH, [1984] 2002; 2010; 2017; AMOSSY, 2011), da Linguística Textual (MARCUSCHI, 2002; KOCH, 2004, 2014; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010; CAVALCANTE, 2013) e da Multimodalidade (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006) também foram utilizadas como base teórica nesta pesquisa. O *corpus* é constituído por 136 *charges* colhidas do *site Charge Online* entre doze de julho de 2017 e quinze de julho de 2018, cujos temas são política e futebol. Neste total de *charges*, foram contabilizadas 195 ocorrências de adjetivos. Os resultados mostram que, nos contextos sintáticos (ROCHA LIMA, [1972] 2010; CASTILHO, 2010; NEVES, 2011), 65,7% dos adjetivos ocorrem na função de adjunto adnominal, 33,3% funcionam como predicativo do sujeito e apenas 1% deles ocorre como predicativo do objeto; no contexto semântico (BORBA, 1996; CASTILHO, 2010), 54,3% são adjetivos qualificadores, 43,1% são classificadores e 2,6% dos adjetivos são dêiticos; no contexto pragmático-discursivo, os adjetivos atuam como um importante fator de argumentação, porque sua característica no contexto das *charges* é ser manipulativo performativo, na medida em que seu funcionamento argumentativo no discurso é contribuir no processo de manipulação do leitor, no sentido de direcionar seu olhar para outro ponto de vista, fazendo com que ele interprete a argumentação posta nesse gênero textual. Averiguou-se que os adjetivos na função de predicativo do sujeito são mais fortes argumentativamente (83,1%) em comparação com os outros que ocorrem na posição sintática de adjunto adnominal (34,4) ou predicativo do objeto (0%). Constatou-se também que a maioria dos adjetivos qualificadores ocorrem na função sintática de predicativo do sujeito e foram empregados com força argumentativa alta (84,7%), que a maioria dos classificadores ocorrem funcionando como adjunto adnominal e apresentam força

argumentativa baixa (74,7%), e que os dêiticos são minoria, ocorrendo com mais frequência como adjunto adnominal e com força argumentativa equilibrada (50% baixa – 50% alta). Valemo-nos de critérios pragmático-argumentativos com base, principalmente em Givón (2001), Koch ([1984] 2002; 2010) e Amossy (2011) combinados com outros aspectos de natureza sintática, semântica e morfológica, alicerçadas em Bastos (1993), Castilho (2010), Koch ([1984] 2002; 2017), e de natureza não verbal (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006) para interpretar a força argumentativa dos adjetivos. Além de os adjetivos contribuírem para a construção da argumentação na *charge*, devido à força argumentativa que possuem, eles emergem no discurso, veiculando valores semânticos associados às intenções que o chargista pretende trazer em seu texto, conduzindo o leitor da *charge* a interpretá-la e, a partir daí ser influenciado ou não a pensar segundo a mensagem da *charge*, já que os adjetivos apresentam valores subjacentes e subjetivos influenciadores na transmissão dos sentidos.

Palavras-chave: Adjetivo. Força argumentativa. Função Sintática. Funcionalismo. *Charge*.

ABSTRACT

This thesis proposes to investigate, in the light of Functionalism (GIVÓN, 1995, 2001; TOMASELLO, 1998; NEVES, 2018), the argumentative functioning of adjectives in cartoons, especially the argumentative force of these elements in the different syntactic functions in which they occur, relating syntactic, semantic, pragmatic and discursive aspects as recommended by the theory in question. Allied to Functionalism, the approaches of Pragmatics and Argumentation (AUSTIN [1962] 1990; SEARLE, 1979; EEMEREN; GROOTENDORST, 1983; KOCH, [1984] 2002; 2010; 2017; AMOSSY, 2011) of Textual Linguistics (MARCUSCHI, 2002; KOCH, 2004, 2014; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010; CAVALCANTE, 2013) and of Multimodality (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006) also were used as the theoretical basis in this research. The *corpus* is composed of 136 cartoons collected from the website *Charge Online* between July 12th, 2017 and July 15th, 2018, whose themes are politics and soccer. In this total of cartoons were accounted 195 occurrences of adjectives. The results show that, in syntactic contexts (ROCHA LIMA, [1972] 2010; CASTILHO, 2010; NEVES, 2011), 65.7% of adjectives occur in the function of adnominal adjunct, 33.3% as a subject predicate and only 1% of them occur as an object predicate; in the semantic context (BORBA, 1996; CASTILHO, 2010), 54.3% are qualifying adjectives, 43.1% are classifiers and 2.6% of adjectives are deictic; in the pragmatic-discursive context, adjectives act as an important factor of argumentation, because their characteristic in the context of cartoons is to be performative manipulative, insofar as their argumentative functioning in discourse is to contribute to the process of reader's manipulation, in order to direct their look at another point of view, making him interpret the argumentation put in this textual genre. It was found that the adjectives in subject predicate function are stronger argumentatively (83.1%) compared to the others that occur in the syntactic position of adnominal adjunct (34.4%) or object predicate (0%). It was also found that most of the qualifying adjectives occur in the syntactic function of subject predicate and were used with high argumentative force (84.7%), that most classifiers occur functioning as an adnominal adjunct and have low argumentative force (74, 7%), and that the deictics are in the minority, occurring more frequently as an adnominal adjunct and with a balanced argumentative force (50% low - 50% high). We used pragmatic-

argumentative criteria based, mainly on Givón (2001), Koch ([1984] 2002; 2010) and Amossy (2011) combined with other aspects of syntactic, semantic and morphological nature, based on Bastos (1993), Castilho (2010), Koch ([1984] 2002; 2017), and of non-verbal nature (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006) to interpret the argumentative force of adjectives. In addition to the adjectives contributing to the construction of the argumentation in the cartoon, due to their argumentative force, they emerge in the discourse, conveying semantic values associated with the intentions that the cartoonist intends to bring in his text, leading the reader of the cartoon to interpret it and, from there be influenced or not to think according to the message of the cartoon, since the adjectives have underlying and subjective values influencing the transmission of the senses.

Keywords: Adjective. Argumentative Force. Syntactic Function. Functionalism. Cartoon.

Resumen

Esta tesis se propone a investigar, a la luz del Funcionalismo Lingüístico (GIVÓN, 1995, 2001; TOMASELLO, 1998; NEVES, 2018), el funcionamiento argumentativo de los adjetivos en las caricaturas, especialmente la fuerza argumentativa de estos elementos en las diferentes funciones sintácticas en las que se dan, relacionando aspectos sintácticos, semánticos, pragmáticos y discursivos como recomienda la teoría en cuestión. Aliados al Funcionalismo, los enfoques de la Pragmática y la Argumentación (AUSTIN [1962] 1990; SEARLE, 1979; EEMEREN; GROOTENDORST, 1983; KOCH, [1984] 2002; 2010; 2017; AMOSSY, 2011), de Lingüística Textual (MARCUSCHI, 2002; KOCH, 2004, 2014; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010; CAVALCANTE, 2013) y Multimodalidad (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006) también se utilizaron como base teórica en esta investigación. El *corpus* es constituido de 136 caricaturas recopiladas del sitio web *Charge Online* entre el 12 de julio de 2017 y el 15 de julio de 2018, cuyos temas son la política y el fútbol. En este total de caricaturas representó 195 apariciones de adjetivos. Los resultados muestran que, en contextos sintácticos (ROCHA LIMA, [1972] 2010; CASTILHO, 2010; NEVES, 2011), 65,7% de los adjetivos ocurren en la función de adjunto adnominal, 33,3% funcionan como predicativo del sujeto y sólo el 1% de ellos ocurre como predicativo del objeto; en el contexto semántico (BORBA, 1996; CASTILHO, 2010), el 54,3% son adjetivos calificativos, el 43,1% clasificadores y el 2,6% de los adjetivos son deícticos; en el contexto pragmático-discursivo, los adjetivos actúan como un factor de argumentación importante, pues su característica en el contexto de las caricaturas es ser performativo manipulativo, en la medida en que su funcionamiento argumentativo en el discurso es contribuir para el proceso de manipulación del lector, con el fin de dirigir su mirada a otro punto de vista, haciéndole interpretar el argumento puesto en este género textual. Se encontró que los adjetivos en la función de predicativo del sujeto son más fuertes argumentativamente (83,1%) en comparación con los otros que se presentan en la posición sintáctica de adjunto adnominal (34,4%) o predicativo del objeto (0%). También se encontró que la mayoría de los adjetivos calificativos ocurren en la función sintáctica del predicativo del sujeto y fueron usados con alta fuerza argumentativa (84.7%), que la mayoría de los clasificadores ocurren funcionando

como un adjunto adnominal y tienen baja fuerza argumentativa (74, 7%), y que los deícticos son una minoría, ocurriendo con mayor frecuencia como un adjunto adnominal y con fuerza argumentativa equilibrada (50% baja - 50% alta). Se utilizaron criterios pragmático-argumentativos basados, principalmente en Givón (2001), Koch ([1984] 2002; 2010) y Amossy (2011) combinados con otros aspectos de naturaleza sintáctica, semántica y morfológica, basados en Bastos (1993), Castilho (2010), Koch ([1984] 2002; 2017), y de carácter no verbal (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006) para interpretar la fuerza argumentativa de los adjetivos. Además de los adjetivos contribuyen para la construcción de la argumentación en la caricatura, debido a su fuerza argumentativa, ellos surgen en el discurso, transmitiendo valores semánticos asociados a las intenciones que el caricaturista pretende traer a su texto, llevando al lector de la caricatura a interpretarla y, a partir de ahí ser influenciado o no pensar según el mensaje de la caricatura, ya que los adjetivos tienen valores subyacentes y subjetivos que influyen en la transmisión de los sentidos.

Palabras clave: Adjetivo. Fuerza argumentativa. Función sintáctica. Funcionalismo. Caricatura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões do espaço visual	159
Figura 2 - Charge do Amarildo	163
Figura 3 - Charge de Dum.....	169
Figura 4 - Charge do Heringer.....	191
Figura 5 - Charge do Lute	195
Figura 6 - Charge do Simch	202
Figura 7 - Charge do Paixão	207
Figura 8- Charge do Jaguar	211
Figura 9 - Charge do Dum.....	214
Figura 10 - Charge do Ykenga	215
Figura 11 - Charge do Amarildo	215
Figura 12 - Charge do Adnael	217
Figura 13 - Charge do Son Salvador.....	220
Figura 14 - Charge do Luscar.....	225
Figura 15- Charge do Sid	228
Figura 16 - Charge do Brum.....	234
Figura 17 - Charge do Bira.....	238
Figura 18 - Charge do Sinovaldo.....	238
Figura 19 - Charge do Tenório	238
Figura 20 – Charge do Quinho	241
Figura 21- Escala de argumentatividade do adjetivo nas funções sintáticas	251

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Força argumentativa dos adjetivos nas diferentes funções sintáticas em que ocorrem	246
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados quantitativos de ocorrência referentes à função sintática e classificação semântica dos adjetivos244

Tabela 2 - Força argumentativa dos adjetivos em termos percentuais com foco nas suas classificações semânticas e funções sintáticas245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Propriedades distribucionais que mostram a diferença entre adjetivos predicativos e não predicativos.	30
Quadro 2 – Diferença de funcionamento entre os SN-AS (adjetivos em posição adnominal junto de substantivo em um sintagma nominal) e expressões predicadoras.....	45
Quadro 3 - Adjunto adnominal x predicativo do objeto – sintagma nominal em posição de objeto	82
Quadro 4 - Complemento nominal x adjunto adnominal – locução adjetiva.....	85
Quadro 5 – <i>Continuum</i> entre os atos de fala declarativo e interrogativo prototípicos	110
Quadro 6 - Gradação de atos de fala manipulativos	111
Quadro 7 - Aspectos para interpretar a força argumentativa dos adjetivos nas <i>charges</i>	178
Quadro 8 - Aspectos que favorecem o aumento da força argumentativa dos adjetivos no campo visual	181

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 O ADJETIVO POR DIFERENTES AUTORES	23
2.1.1 Rocha Lima	23
2.1.2 Bechara	25
2.1.3 Casteleiro	26
2.1.4 Bastos	38
2.1.5 Borba	47
2.1.6 Castilho	54
2.1.7 Neves	62
2.2 FUNÇÕES SINTÁTICAS QUE O ADJETIVO PODE DESEMPENHAR	72
2.2.1 O adjetivo na função de adjunto adnominal	73
2.2.2 O adjetivo na função de predicativo do sujeito	76
2.2.3 O adjetivo na função de predicativo do objeto direto e do indireto.....	77
2.3 CRITÉRIO DE DISTINÇÃO ENTRE ADJUNTO ADNOMINAL E PREDICATIVO DO OBJETO.....	79
2.4 CRITÉRIO DE DISTINÇÃO ENTRE ADJUNTO ADNOMINAL E COMPLEMENTO NOMINAL	83
2.5 CONCLUSÃO DA REVISÃO DA LITERATURA.....	86
3 REFERENCIAL TEÓRICO	88
3.1 FUNCIONALISMO	89
3.2 PRAGMÁTICA E ARGUMENTAÇÃO.....	100
3.2.1 Pragmática e a Teoria dos Atos de Fala.....	100
3.2.2 Argumentação	114
3.2.3 Atos de fala e argumentação.....	125
3.3 LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	134
3.3.1 Texto e contexto	137
3.3.2 Gênero textual	141
3.3.3 Intertextualidade.....	145
3.4 MULTIMODALIDADE	153
4 O GÊNERO TEXTUAL CHARGE	163

4.1 SOBRE O GÊNERO <i>CHARGE</i>	163
4.2 <i>CHARGE ONLINE</i>	171
5 METODOLOGIA	173
5.1 CRITÉRIO PARA INTERPRETAR A FORÇA ARGUMENTATIVA DOS ADJETIVOS NAS <i>CHARGES</i>	177
6 O ADJETIVO EM FUNCIONAMENTO	185
6.1 EVENTO DE GRANDE REPERCUSSÃO NACIONAL: O PROCESSO DE CONDENAÇÃO E PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA.....	188
6.2 O ADJETIVO NA FUNÇÃO SINTÁTICA DE ADJUNTO ADNOMINAL	190
6.2.1 Charges de política	191
6.2.2 Charges de futebol.....	214
6.3 O ADJETIVO NA FUNÇÃO SINTÁTICA DE PREDICATIVO DO SUJEITO.....	216
6.3.1 Charges de política	216
6.3.2 Charges de futebol.....	237
6.4 O ADJETIVO NA FUNÇÃO SINTÁTICA DE PREDICATIVO DO OBJETO.....	239
6.5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA	243
6.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES	246
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
8 REFERÊNCIAS.....	263

1 INTRODUÇÃO

O adjetivo é visto como uma das principais categorias gramaticais no estudo da língua e sobre ele há muitos estudos atualmente, todavia esses estudos se propuseram a abordar o adjetivo com foco em aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, tal qual a abordagem tradicional. Por não ser o objetivo das gramáticas tradicionais, raros são os estudos sobre o adjetivo que agregam às suas análises alguns aspectos pragmáticos e discursivos, que consideram o contexto linguístico e extralinguístico, e quando o fazem, apenas mencionam um ou outro efeito de sentido que poderia ocorrer a essa categoria em algum contexto diferente do analisado. Esse tipo de estudo pautado numa perspectiva tradicional também incide no tratamento dos adjetivos em sala de aula, levando o alunado, muitas vezes, ao desinteresse pelo estudo da Língua Portuguesa por ser uma abordagem que resulta num conteúdo considerado maçante e sem aplicabilidade para a maioria dos alunos.

Isso nos mostra a escassez, a necessidade e a complexidade de desenvolver um estudo do adjetivo que considere sua funcionalidade no discurso, contemplando diferentes aspectos do estudo da língua a partir de uma abordagem que leve em conta o contexto linguístico e extralinguístico, isto é, que abarque a ampla complexidade do funcionamento adjetival. Por isso e por acreditarmos que os adjetivos são de fundamental importância na expressividade do falante na língua em uso, optamos por desenvolver esta pesquisa que contempla aspectos sintático-semânticos e pragmático-discursivos conjugados, já que essas diferentes dimensões do estudo da língua oferece uma análise mais completa e, pois, necessária dos adjetivos.

No que diz respeito aos aspectos sintáticos e semânticos, os adjetivos possuem duas funções sintáticas precípua: ora funcionam como adjunto adnominal, ora como predicativo, podendo este ser predicativo do sujeito e também predicativo do objeto, direto ou indireto (ROCHA LIMA, [1972] 2010; CASTILHO, 2010; NEVES, 2011). Semanticamente, eles são divididos em duas subcategorias, a dos adjetivos qualificadores e a dos adjetivos classificadores. Os qualificadores, seguindo a proposição de Borba (1996), são aqueles que têm a característica de inserir

atributos a certo substantivo, como no seguinte exemplo: Encontrei Ana **abatida**. O Adjetivo ocorre na função sintática de predicativo do objeto direto e é qualificador. E os adjetivos classificadores inserem o substantivo o qual escopam em uma classe, como em: O policial **militar** está com o salário baixo. O adjetivo em destaque insere o substantivo policial na classe dos militares, então “militar” é um adjetivo classificador em função de adjunto adnominal.

A atribuição de grau é um dos critérios já convencionados para o reconhecimento de um adjetivo qualificador, que admite intensificadores como “muito”, “pouco”, etc. já os classificadores não. Aplicando esse critério, é possível a seguinte ocorrência: Encontrei Ana muito/pouco **abatida**, indicando a possibilidade de existir uma gradiência em que uma pessoa, no caso de nosso exemplo, o objeto direto “Ana” pode estar ou “pouco abatida”, ou “muito abatida” ou ainda “abatidíssima”. O mesmo não ocorre com “*Encontrei Ana muito **professora**” (classificador), uma vez que essa sentença só seria possível em condições comunicativas específicas, por exemplo, poderíamos dizer sobre uma ex-aluna muito relapsa: “Encontrei Ana professora. Muito **professora** por sinal!”. Aqui foi criada uma situação para favorecer o uso desse adjetivo classificador que insere “Ana” na classe dos professores.

Do ponto de vista da pragmática e do discurso, o adjetivo “professora” do exemplo “Encontrei Ana professora. Muito **professora** por sinal!” no contexto anteriormente apresentado, além de classificar o substantivo “Ana” ele também qualifica Ana como professora, levando o ouvinte a interpretar que Ana é uma boa professora e que desempenha muito bem essa função. Com vistas a levar o ouvinte a essa interpretação, o falante organizou sua sentença e atribuiu ao adjetivo uma força argumentativa ao utilizar o intensificador “muito” e a expressão “por sinal”, um importante recurso para cumprir com seu objetivo comunicativo nesse contexto. Com isso, entendemos que pesquisar o adjetivo em diferentes contextos de uso da língua e sob diferentes aspectos possibilita observar os diferentes funcionamentos que essa categoria gramatical pode apresentar, como sua função no processo da argumentação indicada no exemplo dado.

Estudar os adjetivos levando em conta o discurso, isto é, o uso, significa pesquisar suas ocorrências no interior de um contexto comunicativo específico, resultado de

uma situação real de interação linguística. Pensando nisso, elegemos como *corpus* desta pesquisa *charges* veiculadas no site “*Charge Online*” no período de doze de julho de 2017 a sete de julho de 2018, para analisar qualitativamente e em termos percentuais, numa perspectiva sincrônica de estudo da língua, o funcionamento dos adjetivos no interior do texto chargístico. O *corpus* é constituído por 136 *charges* de política e de futebol, cujos temas que tiveram grande repercussão na mídia nacional: O processo de condenação e prisão do ex-presidente Lula e a Copa do Mundo na Rússia, totalizando a ocorrência de 195 elementos funcionando como adjetivos.

Partindo dessas observações e do que foi apresentado sobre os adjetivos, surgiu a necessidade de se responderem as seguintes questões: (i) Como o adjetivo funciona argumentativamente nas *charges* e quanto eles contribuem no processo de manipular o leitor? (ii) Em que função sintática o adjetivo é mais manipulativo, ou seja, em que contexto sintático sua força argumentativa é maior? (iii) Existem mais adjetivos qualificadores, classificadores ou dêiticos nas *charges* eleitas para análise? (iv) Quais tipos de adjetivos são mais fortes argumentativamente e quais são mais recorrentes em cada função sintática da amostra selecionada? Para tanto, analisaremos os adjetivos considerando sua argumentatividade no discurso de um ponto de vista pragmático-argumentativo, ao observar sua performatividade no contexto das *charges*, averiguando sua força argumentativa e em que medida essa categoria gramatical empregada na *charge* atua como um fator de argumentação.

Partimos do pressuposto de que os adjetivos, além de qualificar ou classificar um substantivo, possuem um papel importante na condução da argumentação da *charge*, uma vez que, por exprimir caracterizações variadas, seu uso promove inúmeros efeitos de sentido para os leitores, que interpretam esses adjetivos de acordo com suas competências linguístico-discursivas, podendo deixarem-se influenciar ou não pelo sentido alcançado a partir da leitura da *charge*. Acreditamos que os adjetivos podem ser empregados com uma força argumentativa escalar, e adquirirem no uso, menor ou maior força argumentativa, dependendo do modo como foram utilizadas as estratégias comunicativas verbais e não verbais pelo produtor da *charge*. Em consequência disso, pensamos que os adjetivos, juntamente com os outros elementos que constituem a *charge*, podem evidenciar a intenção

comunicativa do chargista e o posicionamento do jornal ao qual o chargista pode estar ou não afiliado, frente ao assunto retratado.

O modo como o chargista decidiu dispor os elementos nas *charges*, ou melhor os recursos linguísticos utilizados pelos autores ao lançar mão dos adjetivos em suas *charges* (as pressuposições, os implícitos, a ambiguidade, a metáfora, os trocadilhos, a seleção lexical, as oposições, o paralelismo rítmico, a paralinguagem, termos pouco habituais na linguagem cotidiana, etc.) aliados à organização do componente visual serve de parâmetro para interpretarmos o grau da força argumentativa dos adjetivos, de modo a verificar em que medida eles contribuem para a argumentação da *charge*, já que entendemos que a utilização desses recursos é uma estratégia do autor para carregar os elementos de sua fala (ou escrita) de força argumentativa. A força argumentativa que o adjetivo exerce, quando alta, intensifica a argumentação da *charge*, podendo levar ao cumprimento da intenção comunicativa do autor, e conseqüentemente, do propósito comunicativo da *charge*.

Também sustentamos a hipótese de que nas *charges*, o adjetivo é um importante fator de argumentação, porque contribui para que o propósito comunicativo do texto chargístico seja alcançado pelo leitor; que é a intenção do chargista que vai justificar a função de argumentar do adjetivo empregado na *charge*; que os adjetivos na função de predicativo do sujeito nas *charges* são mais manipulativos, isto é, possuem maior força argumentativa; que o adjetivo na função de predicativo do objeto direto possui força argumentativa baixa/menor em relação aos outros adjetivos que ocorrem no interior das outras funções sintáticas e que o comportamento dos adjetivos presentes nas *charges* sobre política é diferente daqueles que ocorrem nas *charges* sobre futebol.

Este trabalho se mostra relevante, porque além de contribuir para os estudos linguísticos no tocante à temática abordada e ao tipo de *corpus* selecionado, esperamos que possa ir além do campo da pesquisa linguística e ser aplicado a outras áreas, como ao ensino de Língua Portuguesa nas escolas de nível fundamental, médio, técnico e superior. Este trabalho pode servir como um aporte

teórico-didático facilitador para professores em sala de aula quando tratarem de adjetivos, sobretudo para aqueles que não dispõem de tempo para buscar um aprimoramento profissional que os conduziram a um novo modo de análise e estudo dos adjetivos. As aulas seriam mais dinâmicas e abarcaria outros contextos e reflexões, colaborando para o letramento do aluno, no sentido de ele ser capaz de agir reflexivamente diante de suas práticas sociais, bem como posicionar-se criticamente sobre determinado assunto a partir do uso que ele fizer da leitura e da escrita. Ademais, um tipo de ensino-aprendizagem que envolva uma abordagem semelhante à desta pesquisa conduziria os estudantes a enxergarem os adjetivos funcionando em contextos reais de interação. Uma vez compreendido o funcionamento dos adjetivos e reconhecida sua aplicabilidade no discurso e os efeitos que essa aplicação pode causar em suas interações linguísticas diárias, o aluno poderia ter mais interesse nas aulas de Língua Portuguesa.

No que diz respeito ao aporte teórico principal deste estudo, estamos nos embasando nos pressupostos teóricos do Funcionalismo Linguístico na perspectiva de Givón (1995; 2001), Tomasello (1998), Neves (2018), entre outros. Para esta teoria é essencial analisar os fenômenos linguísticos envolvendo o discurso e explicar as estruturas linguísticas a partir do seu funcionamento em contextos reais de interação. Para tanto, busca entender a linguagem a partir das necessidades comunicativas do falante, relacionando aspectos sintáticos, semânticos, cognitivos, pragmáticos e discursivos em suas análises, logo o contexto discursivo possui papel fundamental. Dessa forma, compartilhamos com as definições conceituais defendidas pelo Funcionalismo sobre língua, linguagem, cognição, discurso, gradiência categorial, entre outros conceitos que norteiam esta vertente. Nesse sentido, a noção de gradiência categorial postulada por essa abordagem é essencial nesta pesquisa, já que acreditamos que essa noção de gradação também pode ser observada na aferição da força argumentativa dos enunciados e não apenas na definição das categorias.

Além disso, ainda em consonância com essa teoria, entendemos que o conhecimento linguístico e o conhecimento de mundo estão tão imbricados que não é possível deixar de considerar os fatores extralinguísticos e estudar a língua por ela

mesma, atendo-se apenas ao cotexto linguístico. A leitura das *charges* é um exemplo de que é preciso contemplar esses diversos fatores para uma análise mais adequada desse gênero textual, tendo em vista sua característica multimodal.

Tendo em vista que o objetivo geral desta pesquisa é investigar o funcionamento dos adjetivos nas *charges*, e os específicos são interpretar a força argumentativa dos adjetivos em diferentes funções sintáticas; verificar o tipo semântico de adjetivo mais recorrente e com maior força argumentativa nas *charges* observadas e também investigar como o adjetivo funciona argumentativamente nas *charges* e o quanto eles contribuem no processo de manipular o leitor, também partimos de uma perspectiva pragmático-argumentativa com base Austin ([1962] 1990) e Searle (1979), Eemeren e Grootendorst (1983), Yule (1996), Koch ([1984] 2002; 2010), Levinson (2008) e Amossy (2011) para buscar conceitos sobre pragmática, atos de fala, argumentação e força argumentativa. Com isso, aliadas a outros conceitos de ordem morfológica, sintática, semântica e multimodal, também estabelecemos os critérios que julgamos necessários para interpretar a força argumentativa dos adjetivos.

Ademais, com base na Linguística Textual contemporânea, que engloba em seu arcabouço teórico conceitos pragmáticos, sociocognitivos e interacionais, buscamos compreender a noção de texto, contexto, gênero textual e intertextualidade (GRÉSILLON; MAINGUENEAU, 1984; MARCUSCHI, 2002; KOCH, 2004, 2014; KOCH, ELIAS, [2006] 2014; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010; CAVALCANTE, 2013), tendo em vista o *corpus* deste trabalho.

Pela própria natureza do *corpus*, achamos imprescindível considerar nas análises a linguagem multimodal presente nas *charges*, porque são constituintes dos textos imagens e cores que dialogam com os elementos verbais. Sendo assim, nos respaldaremos em alguns conceitos presentes na Gramática Visual, adaptada por Kress e van Leeuwen [1996] (2006) a partir da teoria sistêmico-funcionalista de Halliday (1994), e nas contribuições de Cavalcante e Custódio Filho (2010), que tratam da multimodalidade sob o prisma da semiótica social, para “ler” as imagens que constituem o *corpus* desta tese. Também utilizaremos essa teoria como um

suporte para a elaboração do aparato teórico-metodológico para a interpretação da força argumentativa dos adjetivos. Sobre o gênero textual *charge*, utilizaremos como referência os trabalhos de Espíndola (2001), Flôres (2002) e Cavalcanti (2008).

Estruturalmente, esta tese está organizada em capítulos do seguinte modo: além da introdução, são apresentados mais sete capítulos, os quais serão resumidamente apresentados a seguir.

No capítulo dois, fizemos uma breve revisão da literatura científica existente sobre os adjetivos, visando saber o que se tem falado sobre esta categoria gramatical e como ela vem sendo tratada. Pautando-nos nessa revisão de literatura, também apresentamos, no decorrer do capítulo, alguns posicionamentos teóricos sobre o que considerar como adjetivos, qual nomenclatura utilizar para a classificação semântica atribuída a eles, quais funções sintáticas os adjetivos podem desempenhar, entre outros.

O terceiro capítulo compreende as abordagens teóricas utilizadas neste trabalho. Sendo assim, dissertamos sobre Funcionalismo Linguístico; Pragmática e Argumentação; Linguística Textual e Multimodalidade. Neste capítulo, apresentamos os conceitos fundamentais abordados por essas teorias que estão diretamente relacionados ao objetivo principal desta pesquisa, os quais serão considerados na análise dos adjetivos do *corpus*. Salientamos que os pressupostos teóricos dessas perspectivas que adotamos se combinam e proporcionaram desenvolver um tipo de análise que lança olhar para os diferentes aspectos de estudo da língua conjugados, e que tais teorias estabelecem uma relação de proximidade com a teoria base desta tese que é o Funcionalismo, e possuem, portanto, uma visão também funcionalista da língua no sentido mais amplo do termo.

Por ser o gênero textual *charge corpus* deste trabalho, no quarto capítulo, discorreremos sobre as principais características de constituição desse gênero e também como ele se configura. Além disso, versaremos sobre a plataforma digital “*Charge Online*” da qual foram recolhidas todas as *charges* que constituem o *corpus* desta tese.

O capítulo cinco compreende a metodologia e os procedimentos de análise. Neste capítulo, apresentamos a forma de tratamento do *corpus* e os critérios que utilizaremos para interpretar a força argumentativa dos adjetivos.

No sexto capítulo, nos dedicamos à análise e à interpretação dos adjetivos encontrados nas *charges*, contemplando todos os aspectos anteriormente mencionados. Ainda nessa seção, mostramos os dados da análise quantitativa e discutimos os resultados alcançados a partir das análises qualitativas e quantitativas.

No capítulo sete, apresentamos as considerações finais da tese. E, por fim, no oitavo capítulo, registramos nas Referências todas as obras que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desta tese.

É importante destacar que não temos a finalidade de exaurir o tema abordado nesta tese, inclusive porque a proposta de uma análise mais abrangente dos adjetivos em uso abre margem para o desenvolvimento de muitas pesquisas que contribuiriam para os estudos linguísticos, mas esperamos que esta pesquisa que aborda o funcionamento argumentativo dos adjetivos acrescente ao ensino e aos estudos sobre a argumentatividade na linguagem.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Tendo em vista que o objeto de pesquisa desta tese é o adjetivo, neste capítulo serão apresentadas concepções sobre essa classe gramatical em diferentes vertentes e por diferentes autores, com vistas a averiguar como a literatura científica trata desse elemento e do seu funcionamento. Para tanto, tomamos como ponto de partida a gramática tradicional até chegarmos a uma abordagem de cunho funcionalista. O intuito de visitar autores de diferentes vertentes do estudo da língua foi em função de oferecer uma revisão da literatura que viesse a constituir um material que condensasse o que já se falou sobre o adjetivo, de um modo geral, e também em função de podermos extrair aquilo que mais nos interessa para prosseguirmos com o desenvolvimento do objetivo proposto nesta pesquisa, já que nem todos os autores contribuem diretamente para o propósito desta tese. Mesmo assim, julgamos necessária a presença dessas diferentes abordagens.

Também evidenciaremos, neste capítulo, as funções sintáticas desempenhadas pelos adjetivos bem como alguns critérios de distinção entre algumas dessas funções passíveis de equívocos classificatórios em alguns contextos, como adjunto adnominal x predicativo do objeto direto e adjunto adnominal x complemento nominal.

É importante salientar que os autores cujos estudos farão parte dessa revisão de literatura, por não serem da mesma vertente de estudos da língua, utilizam diferentes nomenclaturas para referirem-se à sentença. Embora sentença, oração, cláusula e enunciado tenham diferenças conceituais e sejam usadas em diversas teorias com sentido específico, optamos por manter a terminologia adotada por cada um desses autores e tomamos como sinônimos esses termos.

O que se tem registrado sobre a caracterização e a descrição da classe adjetival não teve como propósito desenvolver um estudo do adjetivo que contemplasse o pragmático-discursivo. Existe um grande foco nos aspectos morfológicos dos adjetivos, apontamentos sobre as funções sintáticas que eles desempenham; e

mínimas são as menções quanto às funções e aos impactos de sua ocorrência no discurso, já que são poucos autores que consideram o aspecto discursivo no tratamento que dispensam ao adjetivo. Os estudos que descrevem e caracterizam essa categoria atualmente consideram que o adjetivo é a palavra que se relaciona com um substantivo, modificando seu sentido ao atribuir uma predicação, uma classificação, e assim, o substantivo tem seu sentido alterado.

Alguns trabalhos seguem uma abordagem tradicional, como Rocha Lima ([1972] 2010) e Bechara ([1928] 2009), embora este último pareça transitar entre uma descrição de caráter normativo e outros modelos teóricos. Ambos descrevem e caracterizam os adjetivos, considerando predominantemente o aspecto morfológico em suas obras. Já Casteleiro (1981), segue uma teoria transformacional baseada em Gross (1968; 1975) e mescla aspectos sintáticos e semânticos no tratamento dado aos adjetivos.

Bastos (1993), partindo de uma perspectiva interacional, desenvolve um estudo que trata das funções que os adjetivos exercem em expressões predicativas. Essa autora já considera o discurso para além dos aspectos sintáticos e semânticos. Borba (1996) adota a teoria valencial (teoria dos predicados ou teoria argumental) em sua gramática e, além de combinar aspectos sintático-semânticos para tratar dos adjetivos e de sua estrutura argumental, ele também assinala, em várias partes de sua obra, a necessidade de considerar o contexto e o discurso na análise de ocorrências com adjetivos.

Já autores como Castilho (2010) e Neves (2011), que seguem uma perspectiva funcionalista, tratam dos adjetivos levando em consideração a sintaxe, a semântica e o discurso em seus trabalhos, mostrando exemplos e classificando-os segundo sua ocorrência em contexto de uso. Esse tratamento apresenta possibilidades para um estudo mais aprofundado de tal classe sob o aspecto pragmático-discursivo.

Mesmo que alguns desses autores compartilhem uma mesma corrente teórica em suas obras, a análise dos adjetivos, apesar de guardar entre si certa semelhança, é feita de forma diferente, visto que não há total consenso quanto às classificações e

reflexões. Porém, no decorrer do capítulo, haverá vários exemplos arrolados por esses autores com a presença de um asterisco (*), símbolo já convencionado entre linguistas para indicar que uma sentença é considerada agramatical e/ou inaceitável¹.

Posto isso, vejamos como é o tratamento dado aos adjetivos pelos teóricos anteriormente mencionados. Começaremos por Rocha Lima ([1972] 2010) por uma questão de ordenação das datas das obras.

2.1 O ADJETIVO POR DIFERENTES AUTORES

2.1.1 Rocha Lima

O tratamento dado aos adjetivos por Rocha Lima ([1972] 2010) advém de uma abordagem normativa e possui um foco predominantemente morfológico e sintático e os exemplos são extraídos, em sua maioria, de obras literárias. O autor inicia o capítulo sobre o adjetivo, definindo-o semanticamente como “a palavra que restringe a significação ampla e geral do substantivo”. Na sequência, dentro da perspectiva morfológica, ele trata do gênero dos adjetivos uniformes, biformes e compostos; das regras que ditam a formação do plural dos adjetivos simples e compostos e dos graus de significação do adjetivo. Para Rocha Lima ([1972] 2010), os adjetivos podem ser intensificados para mais ou para menos, por isso possuem os chamados

¹ Gramaticalidade e aceitabilidade são dois conceitos diferentes, mas intrinsecamente ligados, que provêm da teoria Chomskiana e estão relacionados, respectivamente, à competência e à *performance* (ou desempenho). Gramaticalidade tem a ver com a capacidade de um falante de construir sentenças possíveis em sua língua materna, segundo o sistema linguístico próprio de sua língua nativa e não segundo as regras impostas pela gramática normativa. Uma frase agramatical não está estruturada segundo a gramática internalizada dos falantes de uma dada língua. Já a aceitabilidade diz respeito a sentenças que possuem uma forma significativa para o falante nativo de uma língua, podendo ser facilmente interpretada por ele porque transmite informação coerente. Frases perfeitamente gramaticais (adequadamente formuladas pelo falante com base na sua gramática internalizada de falante nativo de uma dada língua) podem ser inaceitáveis (não transmitindo significado coerente em sua língua nativa), como “*Flores incolores descansam impetuosamente com o planeta” (exemplo nosso). Entretanto, não faz sentido dizer que frases agramaticais podem ser aceitáveis, já que, como postulou Chomsky (1965), a gramaticalidade é um dos muitos fatores responsáveis pela aceitabilidade.

graus comparativo (de superioridade, de inferioridade e de igualdade) e superlativo (relativo e absoluto - sintético e analítico) (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 141-152). Em outro capítulo, destinado à sintaxe, Rocha Lima ([1972] 2010) trata do emprego do adjetivo e diz que ele pode figurar na frase na função de adjunto adnominal, como atesta o seu exemplo: “Milkau foi conduzido ao escritório, onde um homem **taurino e barbado** o recebeu.” (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 372, exemplo e grifos do autor); de predicativo de orações nominais: “Mas você é **orgulhosa**” (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 372, exemplo e grifo do autor) e em orações mistas², ou seja, orações cujos verbos não são de ligação, mas o adjetivo presente faz referência ao sujeito da frase: “Os alunos entravam **fardados**” (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 372, exemplo e grifo do autor); como predicativo do objeto direto: “Por trás das sebes, carregadas de amoras, as macieiras estendidas ofereciam as suas maçãs **verdes**, porque as não tinham **maduras**” (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 372, exemplo e grifos do autor) e, algumas vezes, do objeto indireto: “[...] **bárbaro e pestilento** - assim lhe chamavam as proclamações imperiais” (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 373, exemplo e grifos do autor).

Rocha Lima ([1972] 2010) também aborda a questão dos adjetivos com valor adverbial, a ordem dos adjetivos nos grupos nominais em que ocorrem, a concordância do adjetivo com o substantivo e o emprego dos graus do adjetivo.

O que a gramática de Rocha Lima ([1972] 2010) nos revela acerca dos adjetivos se aproxima bastante de outras gramáticas tradicionais e do tratamento predominantemente morfológico atribuído por elas à classe adjetival. Entretanto, Rocha Lima ([1972] 2010) adota uma definição semântica para o adjetivo, ao salientar o papel que o adjetivo adquire na significação do substantivo e também e dedica algumas páginas à abordagem sintática dessa categoria. Depois, ao apresentar as funções que o adjetivo pode desempenhar, o autor não deixou claro o critério que utilizou para considerar dentro do rol de orações nominais a que se segue: “mas você é orgulhosa”, uma oração coordenada sindética adversativa sem a antecedente. Diante da revisão desta obra, percebemos que Rocha Lima ([1972] 2010), embora apresente algumas diferenças em alguns pontos com outros

² As orações mistas a que se refere Rocha Lima ([1972] 2010, p. 372) são aquelas estruturadas com predicado verbo-nominal, como atesta o exemplo do próprio autor.

gramáticos da tradição gramatical, não há muita surpresa no tratamento dado ao adjetivo.

2.1.2 Bechara

Bechara ([1928] 2009), que transita entre o caráter normativo e outros modelos teóricos, como o estudo estrutural do léxico com base em Coseriu, atribui ao adjetivo a característica de constituir a delimitação de um substantivo, isto é, “caracterizar as possibilidades designativas do substantivo”, e assim, direcionar de forma delimitada uma parte ou um aspecto do nome ao qual o adjetivo faz referência. Sob um enfoque morfológico, o autor diz serem os adjetivos pertencentes a um “inventário aberto” em que existe a possibilidade de novos adjetivos serem criados a partir da combinação de um signo lexical (radical) com um signo morfológico (desinências). Entre as desinências utilizadas para criar novos adjetivos, está a marca de gradação desta categoria, representada pelo que se conhece por grau absoluto ou relativo referente à “parte, ou aspecto (“qualidade”) significado no radical, (belo – belíssimo)”, além de construções com afixos indicadores de número e gênero (BECHARA [1928] 2009, p. 142).

O adjetivo pode ocorrer por explicação, especialização e por especificação. Os adjetivos explicadores evidenciam características inerentes do nome (**o vasto** oceano, **as líquidas** lágrimas); os adjetivos especializadores “marcam os limites extensivos ou intensivos³ pelos quais se considera o determinado” e podem ser aplicados a outros nomes capazes de receber a mesma denominação (a vida **inteira**, o sol **matutino**, Camões **como poeta**); e os especificadores restringem a referência de um signo, atribuindo características que não são próprias do nome. A especificação pode ser de dois tipos: distintiva e informativa. Com base em Coseriu, o autor estabelece que a especificação distintiva delimita classes (menino **louro**); e a especificação informativa ou identificação, por ser um tipo autônomo de

³ Extensivo e intensivo são termos relacionados à extensão e à intensão de substantivos. Para Castilho (2010, p. 674 e 679), “extensão” diz respeito ao “conjunto de indivíduos denotados através das propriedades lexicais das palavras” e “intensão” faz referência a um grupo de propriedades semânticas próprias de uma palavra. Borges Neto (1979, p. 43) pensa que “a extensão de um predicado é a classe que este predicado determina e a intensão é a propriedade que lhe corresponde.

determinação, atribui significados de forma variada para que não haja mal entendido por parte do ouvinte (folha **de papel**, folha **de zinco**, quadro **de futebol**, quadro **de parede**) (BECHARA [1928] 2009, p. 143, exemplos e grifos do autor). A partir desses conceitos apresentados por Bechara ([1928] 2009), percebemos que o autor já aponta para o funcionamento do adjetivo e, de alguma forma, prevê uma interação entre falante e ouvinte, mas, nesta edição de sua obra, prevalece o caráter normativo.

Na sequência, o autor apresenta um conteúdo referente à substantivação do adjetivo e às flexões que a classe possui (gênero, número e grau). Porém, não nos aprofundaremos nesses assuntos, tendo em vista que nosso interesse primeiro diz respeito ao modo como os adjetivos são caracterizados sintático-semânticamente. As obras que abordam em maior grau os aspectos morfológicos serão utilizadas como auxílio na identificação dos adjetivos presentes no *corpus* utilizado para análise.

Vejamos agora, o quê Casteleiro (1981) versa sobre os adjetivos sob uma abordagem também transformacional com base em Gross (1968; 1975).

2.1.3 Casteleiro

A obra de Casteleiro (1981) foi originalmente apresentada como tese em 1979, em Portugal, e a descrição sintático-semântica desenvolvida pelo autor está pautada na teoria transformacional desenvolvida por Gross (1968; 1975) com base nos trabalhos de Harris (1951; 1968; 1976), que procura descrever os elementos lexicais baseando-se em uma observação rigorosa de grande conteúdo sistemático de dados da língua. Sua intenção é identificar regularidades e irregularidades de construções lexicais, pautando-se em regras de restrições sintáticas e semânticas que surgem a partir de transformações formais aplicadas às diversas ocorrências linguísticas.

Casteleiro (1981) tem como objetivo principal determinar as classes de adjetivos predicativos que ocorrem nas orações completivas. Para o autor, “estas completivas

exercem as funções sintáticas de sujeito, conforme sucede em (1) e (2), ou de objeto, como acontece em (3) e (4)” (“(1) É **provável** que a situação se complique. / (2) É **necessário** analisarmos esse problema. / (3) Muitas pessoas estão **conscientes** de que o país atravessa dificuldades. / (4) A chuva é **capaz** de destruir as colheitas.”) (CASTELEIRO, 1981, p. 1). Mesmo com essa afirmação do autor, acreditamos que as orações (3) e (4) são orações substantivas completivas nominais, porque além de serem iniciadas por preposição, atuam complementando o sentido dos adjetivos: conscientes e capaz, e não objetivas, porque não completam o sentido do verbo.

Para determinar, então, as construções com adjetivos predicativos que aceitam estruturas completivas, Casteleiro (1981) se propõe a realizar um estudo “tanto quanto possível sistemático e exaustivo” (CASTELEIRO, 1981, p. 1). Para isso, o autor busca nos dicionários uma contribuição para construir uma lista de adjetivos predicativos. Todavia, utiliza como recurso metodológico para obter os dados empíricos necessários à descrição linguística a introspecção, em que a competência de falante do próprio linguista é que fornece os dados para as análises. Esse método se assemelha muito ao que os estudiosos do Gerativismo fazem, utilizam exemplos criados sem considerar a língua em uso. E, mesmo reconhecendo que há uma grande intervenção subjetiva na análise dos dados, o autor opta por esse recurso, argumentando que ainda que utilizasse um *corpus* na intenção de minimizar tal subjetividade, esta ainda permaneceria uma vez que o autor acredita não ser absoluta a eliminação da subjetividade e que por mais extenso que um *corpus* seja, nunca cumprirá plenamente com os objetivos da linguística transformacional.

Casteleiro (1981) também revisita algumas gramáticas por ele classificadas como tradicional, filosófica, estruturalista, gerativista e clássica. Nelas, o autor investiga como os adjetivos são tratados, com vistas a identificar o que são os adjetivos predicativos e em seguida, define o que considerará como estruturas completivas para dar continuidade ao seu trabalho. Não nos aprofundaremos na revisão de literatura feita por Casteleiro (1981) para evitar repetições sobre o tratamento dado aos adjetivos, uma vez que a revisão que estamos apresentando já traz apontamentos análogos a esse assunto. Também não trataremos do tema das

orações completivas a que o autor faz referência, já que esse assunto foge à proposta deste trabalho. Focaremos apenas na descrição contextual do adjetivo apresentada pelo autor, isto é, nas propriedades de distribuição dessa classe gramatical, com base, principalmente, nas abordagens de Bolinger (1967), de Zribi (1972) e de Levi (1976), porque nos interessa a discussão sobre as propriedades que caracterizam as duas subclasses de adjetivos: os predicativos e os não predicativos.

Para delimitar melhor a classe “adjetivo”, o autor apresenta e discute de modo mais aprofundado a hipótese proposta por Lakoff (1970) de que os adjetivos e os verbos pertencem à mesma classe lexical. O autor encontra inconsistências nessa hipótese, que embora baseada nos dados do inglês, também pode ser aplicada aos do português, como o fez Casteleiro (1981), posto que o estudo de Lakoff contribui para a ideia de que a estrutura de base das línguas é universal. Sendo assim, para cada um dos nove argumentos propostos por Lakoff para sustentar sua hipótese, Casteleiro (1981) encontra casos que constituem, segundo o próprio autor, “uma objeção à hipótese postulada por Lakoff” (CASTELEIRO, 1981, p. 43). Com isso, a possibilidade de que os substantivos também poderiam pertencer a essa classe “geral” surge, porque algumas propriedades semânticas e sintáticas comuns aos verbos e aos adjetivos são extensíveis aos substantivos, fato que faz o autor questionar ainda mais a hipótese de Lakoff (CASTELEIRO, 1981, p. 28-45).

Casteleiro (1980) conclui, seguindo Allan (1973) e Lyons (1966), que “(...) a semelhança entre verbos e adjetivos reside exclusivamente na sua função, que consiste justamente na predicação dos substantivos, ou melhor, dos sintagmas nominais”, o que nos remete a Borba (1996) quando trata, em sua Gramática de Valências para o Português, das relações de dependência entre tais categorias, incluindo o substantivo. Como mencionaremos mais adiante, esse autor trata dessas relações a partir do isolamento do elemento nuclear (verbo, adjetivo ou substantivo) e de como os demais elementos se relacionam com ele, a depender da necessidade da completude ou não de seu valor semântico (CASTELEIRO, 1981, p. 43-45).

Vejamos, então, como Casteleiro (1981, p. 51) se posicionou em relação à “definição contextual dos adjetivos” para assim, lidar com o que considera adjetivos predicadores em orações completivas. Esta subseção da obra é particularmente interessante porque aprofunda a análise que diferencia adjetivos predicativos dos não predicativos, enumerando treze propriedades distribucionais que evidenciam essas diferenças entre as duas subclasses. Tendo em vista as diferentes classificações existentes na literatura para tratar dos dois tipos mais comuns de adjetivos, é importante mencionar que a classificação ‘predicativos’ e ‘não predicativos’ adotada por Casteleiro (1981) se refere respectivamente aos qualificadores e aos classificadores. Castilho (2010, p. 516), como veremos mais adiante, apresenta de maneira simples e direta quais são as diferentes nomenclaturas existentes para esses adjetivos bem como suas correspondências.

Casteleiro (1981) verificou que, na gramática tradicional, as classes de palavras são definidas indistintamente a partir de termos nocionais ou semânticos. Nesse sentido, os adjetivos indicam uma qualidade, os substantivos designam um ser ou uma ideia, etc. Todavia, devido à dificuldade de classificar uma palavra diante da possibilidade de um termo poder pertencer a mais de uma classe, muitos gramáticos se ocuparam de estabelecer condições contextuais que permitissem determinar cada classe, recorrendo, pois, ao critério distribucional. Assim também o faz Casteleiro (1981) na primeira parte de sua obra, porém, por haver restrições de seleção diferentes entre adjetivo e substantivo e adjetivo e verbo, o autor se ocupa apenas do tipo de distribuição do adjetivo em relação aos substantivos, e não em relação ao critério distribucional com verbos, porque, segundo ele, ultrapassaria o âmbito de seu trabalho.

Partindo desse critério distribucional, que leva em conta aspectos sintáticos e semânticos na classificação dos adjetivos, observemos as características das duas subclasses de adjetivos (predicativos e não predicativos) apresentadas no quadro a seguir, que sintetiza o que o autor apresenta sobre essas subclasses a partir de tais propriedades distribucionais e que permite constatar que os adjetivos predicativos (qualificadores) e os não predicativos (classificadores) não compartilham das mesmas características. Os asteriscos (*) marcados em alguns

exemplos do Quadro 1 indicam que a oração é inaceitável ou agramatical para Casteleiro (1981).

Quadro 1- Propriedades distribucionais que mostram a diferença entre adjetivos predicativos e não predicativos.

PROPRIEDADES DISTRIBUCIONAIS		ADJETIVOS	
		PREDICATIVOS (qualificadores)	NÃO PREDICATIVOS (classificadores)
1	posição pós-nominal	sua ocorrência é aceitável em posição pós-nominal (Adoro as paisagens calmas)	também é aceitável em posição pós-nominal (Adoro as casas rurais)
2	posição pré-nominal	sua ocorrência é aceitável em posição pré-nominal (Adoro as calmas paisagens)	sua ocorrência não é aceitável em posição pré-nominal (*Adoro as rurais casas)
3	gradação	aceitam gradação (Adoro as paisagens muito calmas)	não aceitam gradação (*Adoro as casas muito rurais)
4	contexto predicativo	podem ocorrer em contexto predicativo (Adoro as paisagens que são calmas)	não aparecem em contextos predicativos (?*Adoro as casas que são rurais), salvo em casos específicos, como o enfático-contrastivo, em que ocorrem com determinantes demonstrativos (Esses problemas são rurais , e não urbanos . / Essas flores são campestres); em contextos com valor semântico particularizador (Umas viaturas são municipais , outras são estatais). Mesmo assim, a depender da natureza do substantivo com o qual ocorrem, alguns adjetivos não aceitam tais contextos, como é o caso de naturais , geográfica , rodoviária ... (*Essas ciências são naturais , e não geográficas . / Essa prevenção é rodoviária , e não ferroviária) ou em contextos em que há repetição do sujeito (Esses problemas são problemas rurais e não problemas urbanos). Por não aceitar essa quarta propriedade é que são denominados adjetivos não predicativos ou falsos predicativos.

5	comutação com paráfrase nominal	não são comutáveis com uma paráfrase nominal (reações / qualidades naturais / *reações/ qualidades da natureza);	são comutáveis com uma paráfrase nominal constituída por preposição e um adjetivo derivado do nome (ciências/recursos naturais equivale a ciências/recursos da natureza);
6	'ser' e 'estar' em posição predicativa	quando em posição predicativa, os adjetivos se ligam ao sujeito através dos verbos de ligação 'ser' ou 'estar' a depender da característica inerente (geralmente atribuída ao verbo 'ser') ou accidental (geralmente atribuída ao verbo 'estar') expressa pelo verbo. Nesse sentido, a maior parte dos adjetivos predicativos aceitam os dois verbos em suas ocorrências (Essas paisagens são + estão calmas);	enquanto a grande maioria dos predicativos aceitam a ocorrência com os verbos 'ser' e 'estar', os adjetivos não predicativos quando aparecem em posição predicativa, aceitam apenas ocorrer com o verbo 'ser', porque a relação entre este tipo de adjetivo e o nome é de inerência, constância, permanência (*Essas flores estão campestres)
7	predicativo do objeto	podem desempenhar a função sintática de predicativo do objeto direto (Acho essas paisagens calmas + sombrias + bonitas), geralmente com verbos que indicam alguma atitude ou opinião do falante (achar, avaliar, julgar, considerar, crer, presumir, admitir, pressupor, etc.);	não funcionam como predicativo do objeto pelo fato de, segundo Casteleiro (1981, p. 62), "não aceitam, ou só aceitam com restrições, a estrutura predicativa" (*Acho que esse engenheiro é civil + eletrotécnico + químico);
8	função de aposto	podem funcionar como aposto do substantivo, seja antes ou depois do nome (As crianças, alegres , partiram para o campo. / Alegres , as crianças partiram para o campo), e também podem ser inseridos em frases relativas, porque representam a estrutura subjacente dos adjetivos apostos (As crianças, que estavam alegres , partiram para o campo).	não podem funcionar como aposto na visão de Casteleiro (1981), uma vez que, para o autor, esses adjetivos não podem ocorrer como apostos antepostos ao substantivo e também não podem ser inseridos em frases relativas como atesta o exemplo a seguir (*Os engenheiros, civis , partiram para o campo);
9	coordenação	podem se coordenar entre si,	podem se coordenar entre si,

	entre si	mas não com os não predicadores (Paisagens calmas e bonitas / *Geradores brilhantes e elétricos);	mas não com os predicadores (Ciências naturais e geográficas/ *Geradores elétricos e brilhantes);
10	coordenação com outro	sua combinação com os não predicativos é possível desde que ocorram em posição pré-nominal ou justaposto aos não predicativos, que deverão ocorrer justapostos após o nome (também podem estar expresso na forma de paráfrase nominal) (Engenheiros eletrotécnicos competentes / Competentes engenheiros eletrotécnicos / *Engenheiros competentes eletrotécnicos)	podem combinar-se com os adjetivos predicativos desde que ocorram sempre justapostos ao nome a que faz referência e em posição pós-nominal. Nesse caso, os adjetivos predicativos podem ocorrer em posição pré-nominal ou justapostos aos não predicadores em posição pós-nominal (Engenheiros eletrotécnicos competentes / Competentes engenheiros eletrotécnicos / *Engenheiros competentes eletrotécnicos)
11	prefixos numéricos	não aceitam prefixos numéricos (*terras bivermelhas / *crianças tricontentes ⁴)	muitos desses adjetivos aceitam prefixos numéricos (paisagem monocromática / questões multinacionais / sociedades plurirraciais)
12	prefixos de negação	muitos desses aceitam bem os prefixos de negação, como <i>in-</i> e <i>des-</i> , e costumam não admitir a ocorrência com prefixos do tipo <i>pós-</i> , <i>pré-</i> , <i>inter-</i> , <i>extra-</i> , <i>anti-</i> , etc (crianças infelizes / *Palavras pré-ofensivas). Porém, é possível que ocorram com o prefixo <i>anti-</i> (antimelancólico);	rejeitam os prefixos de negação, como <i>in-</i> e <i>des-</i> e aceitam os prefixos como <i>pós-</i> , <i>pré-</i> , <i>inter-</i> , <i>extra-</i> , <i>anti-</i> , etc (*geradores desnucleares / relações internacionais);
13	construções completivas como sujeito	aceitam construções completivas como sujeito (É bom + agradável + útil que essas dificuldades sejam vencidas)	não aceitam construções completivas como sujeito, salvo se contiverem os prefixos mencionados nas propriedades 11 e 12. Tal rejeição se dá pelo fato de esses adjetivos não aceitarem, ou aceitarem com restrições, a função predicativa (* É governamental + nacional

⁴ Construções como esta são passíveis de ocorrer no português do Brasil.

			que certas repartições públicas não funcionem devidamente / É antigovernamental + antinacional que certas repartições públicas não funcionem devidamente)
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base em Casteleiro (1981) (p. 52-66, exemplos do autor, grifos nossos).

Em relação à oitava propriedade distribucional apresentada no Quadro 1, sobre o adjetivo poder funcionar sintaticamente como aposto, existem controvérsias. Rocha Lima ([1972] 2010, p. 315-318) não considera que o adjetivo funcione como aposto. Para o autor “Um substantivo (ou pronome [substantivo]) pode-se fazer acompanhar imediatamente de outro termo de caráter nominal, a título de individualização ou esclarecimento”. Hauty ([1983] 1994), que dedica várias páginas de seu livro para tratar do aposto a partir de uma visão diacrônica e sincrônica, também defende que o adjetivo não pode funcionar como aposto já que essa função sintática é desempenhada por substantivos. Logo, considerando as visões de Rocha Lima ([1972] 2010) e Hauty ([1983] 1994), o adjetivo “alegres” apresentado em várias posições (antes e depois do nome e também inserido em frases relativas), na oitava propriedade do Quadro 1, seria predicativo do sujeito, e não aposto como defende Casteleiro (1981).

De acordo com a autora, o termo ‘aposição’ não deve ser confundido com ‘aposto’, pois aposição é “um processo que estabelece a dependência e a relação dos complementos de determinação com as palavras determinadas” e o aposto é

[...] o **complemento de determinação do substantivo**, representado por outro substantivo ou termo equivalente, que se coloca, pelo processo da aposição, no mesmo caso do substantivo determinado, para precisar e determinar o seu significado assaz genérico (HAUY, [1983] 1994, p. 132, grifos da autora).

Para Hauty ([1983]1994), “a inclusão do adjetivo na função de aposto parece explicar-se pela tradução ou interpretação descuidada das construções apositivas do adjetivo, sistematizada por autores franceses e espanhóis” e conseqüentemente do emprego indiscriminado desses dois termos, que foram tomados, muitas vezes, como sinônimos por vários estudiosos daquelas línguas e também da língua portuguesa (parece-nos que até hoje estes termos são utilizados

indiscriminadamente). Assim, por considerar o aposto como uma das funções sintáticas desempenhadas pelo substantivo, a autora conclui e ratifica que

[...] o adjetivo não pode funcionar como aposto, exceto quando substantivado ou quando, referindo-se a um substantivo em elipse, com ele formar um todo representativo do fundamental. (**Imortal**, Deus presencia todas as mortes) (= ser imortal) (HAUY, [1983] 1994, p. 133, grifos da autora).

Para uma melhor compreensão da posição de Hauy ([1983] 1994), é necessário esclarecer a que a autora se refere quando menciona o termo fundamental. O 'fundamental', com base no livro de Hauy ([1983] 1994) é o termo determinado ou referido que ocorre no mesmo contexto em que o aposto; ambos são um caso de aposição. Apesar de serem equivalentes do ponto de vista contextual, eles possuem uma diferença conceitual. No exemplo dado pela autora "**Imortal**, Deus presencia todas as mortes", o adjetivo 'imortal' está em aposição e atua predicando o substantivo 'ser' que é o termo fundamental e o núcleo do sintagma nominal 'ser imortal', que está oculto. O sintagma nominal 'ser imortal', desempenha a função sintática de aposto e é resultado de uma estrutura de juízo abreviada, em que o verbo cópula, nesse caso o verbo 'ser', está ausente (**Imortal** (ser imortal que ele é), Deus presencia todas as mortes). Logo, o adjetivo 'imortal' simboliza o todo representativo do fundamental porque funciona condensando a força expressiva do aposto e se torna substantivado. Por parecerem um pouco confusos esses esclarecimentos, vale a pena citar mais uma vez um trecho do livro da autora:

[...] é o mesmo que "João, **rico**, desdenhava dos humildes" em que a força expressiva do adjetivo é tal, que dispensa a presença do substantivo, cuja ideia já está contida no fundamental (João = homem; ele = pessoa). São adjetivos que, junto a núcleos substantivos em elipse, designam o mesmo ser a que se referem. Tornam-se, então, adjetivos substantivados (HAUY, [1983] 1994, p. 118, grifo nosso).

Para a autora, "só considerando a equivalência 'fundamental-aposto', é que se chega, nesse caso, à análise do adjetivo substantivado como aposto" (HAUY, [1983] 1994, p. 121). Além disso, para Hauy ([1983] 1994), o aposto é um estado que define o próprio ser e o adjetivo não pode funcionar como aposto, porque exprime uma característica do ser ou da coisa que não lhes são próprios, modificando seu sentido.

Com base nas diferenças distribucionais, dispostas no Quadro 1, Casteleiro (1981) conclui que os tipos de adjetivos analisados pertencem a duas subclasses distintas porque se comportam contextualmente de modo diferente. Todavia, o autor, em razão de seu objetivo primeiro, que é determinar as classes de adjetivos predicativos que ocorrem em construções completivas, opta por trabalhar apenas com os adjetivos predicativos e com os adjetivos não predicativos que aceitam prefixos numéricos e com os do tipo *pós-*, *pré-*, *inter-*, *extra-*, *anti-*, etc., já que podem ocorrer em contexto predicativo.

A preocupação de Casteleiro (1981) em considerar a posição dos adjetivos advindos de uma estrutura relativa para refletir sobre os sentidos próprio e figurado veiculados pelos adjetivos a partir de sua posição pré- e/ou pós-nominais é interessante, sobretudo porque estabelece uma ponte com os adjetivos não predicadores (classificadores) e questiona a subclassificação dos adjetivos a partir de seu sentido denotativo e conotativo e da possibilidade de serem derivados ou não de uma frase relativa.

Como exemplo, podemos citar o adjetivo “pobre”, que no contexto “Uma menina pobre”, trata-se de um valor objetivo que veicula a informação de uma menina sem condições financeiras e pode ser parafraseado pela sentença relativa “Uma menina que é pobre”, em que o adjetivo ocorre na função de predicativo. Mas, se estivermos lidando com um contexto do tipo “Uma pobre menina”, o adjetivo “pobre” estará veiculando um valor figurado que indica afetividade. Assim, de acordo com as regras de restrições seletivas, por não aceitar a posição pós-cópula e, conseqüentemente, não poder ser derivado de uma frase relativa, seriam esses tipos de adjetivos (os figurados) adjetivos não predicativos (classificatórios)? Esse foi o questionamento levantado por Casteleiro (1981, p. 58).

Por não encontrar uma solução satisfatória que resolvesse o problema dessa relação entre sentido próprio e figurado dos adjetivos predicativos e não predicativos, o autor não se propõe a resolver essa questão, por considerar “difícil de explicar”. Por isso é que também apresentou aquela série de propriedades que diferenciam os predicativos dos não predicativos, revelando que essa diferenciação

é possível a partir das propriedades contextuais aplicadas (CASTELEIRO,1981, p. 55-60).

Todavia, por existirem algumas exceções relevantes na diferenciação dessas subclasses a partir das propriedades contextuais de distribuição, conforme apresentado pelo autor, verificamos que uma divergência de comportamento entre essas subclasses de adjetivos também foi salientada por Neves (2011) ao perceber que um ou outro adjetivo classificado como não predicativo, seguindo a nomenclatura utilizada por Casteleiro (1981), poderia funcionar como predicativo em certos contextos sintático-semânticos.

Neves (2011, p. 199-200), como veremos mais adiante na seção 2.1.8, apresenta casos em que adjetivos classificadores como 'subterrâneo' e 'feminino' que, por serem passíveis de ocorrer em posição pré-nominal e aceitar grau, respectivamente, como em "Desconhecido olhava a cena tomado dum **subterrâneo** temor" e "Marisaura, de sapato baixo, grosseiro, num vestido claro, simples e não **muito feminino**, olha concentradamente através da janela" podem ser interpretados como qualificadores, já que aceitam propriedades próprias destes. Segundo Neves (2011), essa ocorrência revela que há uma permeação entre essas subclasses, o que nos leva a refletir sob a ótica do Funcionalismo, que explica a questão da não discrepância entre categorias, seja ela sintática, morfológica ou semântica, e que serviria de explicação para essa divergência de subclassificação adjetival percebida por Casteleiro (1981) de modo mais superficial. Acreditamos que o que fundamenta essa explicação está presente nos fatos da língua, em que o uso ditará os contextos sintáticos e semânticos que corroborarão para precisar tais classificações.

O autor também tece considerações acerca dos 'adjetivos-nomes', ou seja, que podem funcionar ora como substantivos, ora como adjetivos, porém não nos aprofundaremos nesse tema, uma vez que consideraremos o contexto pragmático-discursivo para validarmos a classe com a qual estaremos lidando. Casteleiro (1981, p. 69-102) também faz um estudo bem detalhado sobre a relação entre os adjetivos e os participios passados com o objetivo de salientar as propriedades que os aproximam e que os diferem. Como os participios passado não são o foco desta

pesquisa, mas levando em consideração que possivelmente nos depararemos com participípios passado funcionando como adjetivo, resolvemos apenas expor o modo mais substantivo de como diferenciá-los.

Casteleiro (1981, p. 73-74) afirma, em relação aos participípios passados duplos, que a forma irregular pode funcionar como adjetivo, já a regular não; que a maior parte dos participípios passados que aceita a posição predicativa com verbos ser, estar e pseudo-copulativos (andar, parecer, ficar, permanecer, etc.) comportam-se como adjetivos, mas, de acordo com o autor, alguns participípios passados de verbos intransitivos e pronominais não funcionam como adjetivos porque não admitem esse tipo de construção (“*O rei [é + está + ...] [abdicado + aderido + Agonizado + desistido + gostado + queixado + ...]”).

Casteleiro (1981) também assegura que os participípios passados (com comportamento verbal) podem entrar na formação dos tempos compostos com o verbo auxiliar ‘ter’ e, muito raramente, com o verbo ‘haver’, já os participípios passados que comportam-se como adjetivos não ocorrem nesses contextos (“Os bolos que temos [**comido** + **guardado** + **comprado** + ...] vêm de Sintra” / “*Os bolos que temos [**saboroso(s)** + **delicioso(s)** + **maravilhoso(s)** + ...] vêm de Sintra). Como pudemos ver, o fato de os participípios passados nesse contexto possuírem comportamento verbal e não adjetival pode ser comprovado pela impossibilidade de concordância com o substantivo ‘bolos’ (“Os bolos que temos [***comidos** + ? **guardados** + ? **comprados** + ...] vêm de Sintra”⁵). Quando a concordância é possível de ocorrer, no caso dos termos ‘guardados’ e ‘comprados’, por exemplo, o verbo ‘ter’, presente na locução verbal anterior, deixa de ser um verbo auxiliar de tempo composto indicando valor aspectual frequentativo e se torna o verbo principal com valor de posse e o participípio passado passa a funcionar como adjetivo (“Nós temos os bolos **guardados**”) (CASTELEIRO, 1981, p.83-85, exemplos do autor, grifos nossos). Acreditamos que essa é a diferença mais substancial para sabermos se estamos lidando com uma forma verbal ou um adjetivo e poderá ser muito útil em nossas análises.

⁵ Para Casteleiro (1981, p. XX), o sinal de interrogação (?) indica graus crescentes de inaceitabilidade.

A contribuição de Casteleiro (1981) foi relevante porque, independente de o autor ter optado por trabalhar apenas com os adjetivos predicativos em sua obra, ele apresentou recursos de análise sintático-semânticos muito úteis para diferenciarmos os adjetivos qualificadores dos classificadores (para ele predicativos e não predicativos). Além disso, há duas outras contribuições importantes de Casteleiro (1981), a primeira diz respeito aos adjetivos na forma de particípios passado que, de acordo com o próprio autor, “ao contrário do que faz crer a tradição gramatical”, nem todos os particípios verbais podem funcionar como adjetivos e, a segunda está diretamente relacionada aos critérios de diferenciação entre essas classes.

Verificaremos agora, como os adjetivos são tratados a partir de uma perspectiva interacional, desenvolvida por Bastos (1993). Teoria que, segundo a própria autora, parte de uma visão multifuncional do discurso.

2.1.4 Bastos

Os adjetivos foram estudados por Bastos (1993) sob a luz da perspectiva interacional da análise do discurso. Em sua tese, a autora relaciona duas abordagens do discurso, uma de base estrutural e outra de base funcional, ou seja, relacionando a gramática ao discurso. Por acreditar que “as formas linguísticas significam e operam simultaneamente em diferentes planos”, Bastos (1993) compreende que seu posicionamento teórico repousa em uma visão multifuncional do discurso. Nesse sentido, diferentemente dos autores anteriormente mencionados, incorpora, em suas análises, fatores sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos para analisar as funções que os adjetivos desempenham no discurso, todavia essas análises focalizam questões de referência, fluxo de expressões referenciais no discurso e a manifestação da expressividade no que tange aos adjetivos (BASTOS, 1993, p. 11).

Partindo de uma perspectiva interacional, Bastos (1993) apresenta um trabalho sobre os adjetivos, que lança luz sobre o processo de referenciar entidades. No que tange ao estudo dessa categoria em relação à função que ela desempenha no discurso, Bastos (1993) leva em conta alguns dos aspectos apresentados por Givón (1979; 1983), Hopper e Thompson (1984), Du Bois (1980; 1985; 1987) e Thompson

(1988), baseando-se em resultados obtidos por esses autores. No entanto, alia-se principalmente a Schiffrin (1981; 1987; 1988; 1990) sobre a variação de tempos verbais, marcadores discursivos, expressões dêiticas e anafóricas, etc. Essa autora evidencia, em suas análises as relações entre as estruturas linguísticas, não linguísticas e o aspecto interacional da produção discursiva, logo, seus estudos estão voltados para as relações entre “estrutura e função, texto e contexto, discurso e comunicação” (BASTOS, 1993, p. 17). Mesmo que não estejam centrados na relação entre gramática e discurso, Bastos (1993) também adotou a pesquisa desenvolvida por Tannen (1982; 1983; 1984; 1989) sobre as estratégias de envolvimento, e as pesquisas do campo da etnografia da fala, de Irvine (1982), Ochs (1986; 1988), Ochs e Schieffelin (1989), entre outros, que tratam da expressão do afeto para analisar o aspecto expressivo do adjetivo no discurso.

A pesquisa desenvolvida por Bastos (1993) correlaciona as propriedades gramaticais do adjetivo ao seu funcionamento no discurso. Ao direcionar sua pesquisa para o âmbito da análise do discurso, Bastos (1993) focaliza a atuação dos adjetivos na identificação de entidades no discurso, a partir de sua referencialidade em expressões nas quais ocorrem e na veiculação de expressividade.

Segundo a autora, de uma maneira geral “a referência é vista como a relação entre uma expressão linguística e uma determinada entidade do mundo real”, mas, a partir da noção de referência atributiva, essas entidades também podem estar integradas nas representações de mundo dos falantes, com intenções de referência, já que o valor de verdade das expressões linguísticas é uma questão pragmática e pode ser resgatada na memória, compartilhada ou não, entre os falantes. Assim, as expressões referenciais introduzem entidades e as mantêm ao longo do discurso (dito ou escrito) pelos falantes em diferentes situações, podendo veicular mais objetividade ou subjetividade. No que se refere a essas relações internas dos enunciados, elas são tratadas no quesito tópico/comentário, tema/rema/ dado/novo, podendo ou não estar relacionadas ao sujeito e ao predicado. Sem entrar na discussão sobre a definição desses elementos no discurso, Bastos (1993) considera como ponto de partida nos enunciados o tópico, tema e informação dada, e como

continuação sobre esse ponto de partida, o comentário, o rema ou a informação nova.

Nessa lógica, Bastos (1993), seguindo Thompson (1988), defende que os adjetivos no discurso espontâneo funcionam de modo a “predicar uma propriedade de um referente discursivo estabelecido”, ou a “introduzir um novo referente discursivo” (THOMPSON,1988, p. 182 apud BASTOS, 1993, p. 37). Para Bastos (1993), os adjetivos funcionam transmitindo informação e expressividade no discurso, estejam esses adjetivos em posição adnominal junto de substantivo em um sintagma nominal (doravante SN-As), ou em expressão predicadoras, na posição predicativa (doravante APs) ou em um sintagma nominal com substantivo (SN-Ps).

Para provar sua hipótese, a autora analisou 603 ocorrências de adjetivos em conversações face a face do português retiradas do Projeto Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro (Nurc/Rj). Dentre essas ocorrências, 51,5 % dos adjetivos ocorrem em SN-As do tipo “[...] mas gosto de conhecer as pessoas e gosto muito de estar perto de **gente jovem** [...]” (BASTOS, 1993, p. 62, grifos da autora) e 48,5% dos adjetivos estão presentes em expressões predicadoras (EPs), ou seja, em sua maioria na função de predicativo do sujeito como em “[...] e tava fazendo um frio... chovia... O tempo estava **horroroso**... () no entanto era pleno verão [...]” (BASTOS, 1993, p. 156, grifos da autora).

Para Bastos (1993, p. VI), o adjetivo na função sintática de adjunto adnominal no sintagma nominal, no SN-As, “atua sobretudo no eixo informacional do fluxo discursivo como co-functor do substantivo na identificação, continuação ou elaboração de entidades sobre as quais se fala”. Isto é, o adjetivo atua em conjunto com o substantivo no processo de referenciar entidades, veiculando, sobretudo, informatividade. Em outras palavras, a carga semântica dos adjetivos nos SN-As não é necessariamente secundária no sentido de atuar subcategorizando o substantivo o qual escopa, delimitando-o, como é visto por muitas gramáticas. Para Bastos (1993), os adjetivos ocorrem de modo a participar da construção de referências discursivas, funcionando então como co-funtores. Logo, todo o SN-A é considerado, e não apenas o adjetivo que aparece no interior desse sintagma.

A participação dos adjetivos nesse processo de apresentar informações depende de sua relação com os substantivos com os quais ocorrem e da atuação dos SNs no discurso. Diante disso, os SN-As podem funcionar no discurso, segundo a autora, como introdutores, apresentativos, continuadores, recolocadores e elaboradores. Os SN-introdutores, de natureza dêitica, atuam introduzindo entidades posteriormente continuadas e se reportam ao contexto extralinguístico, fazendo referência a uma entidade do mundo real ou de um mundo possível e geralmente introduzem uma informação nova, como ocorre na fala de uma informante que diz: “[...] mas gosto de conhecer pessoas e gosto muito de estar perto de **gente jovem**... gosto de usar as gírias que eles usam... às vezes quando estou em sala de aula [...]” (grifos da autora). Nesse exemplo, a informante faz uma declaração, que gosta de estar perto de gente jovem, na sequência, ela especifica, dizendo o porquê e depois evidencia, apresentando uma situação, quando em sala de aula. Essas declarações giram em torno do tema ‘gente jovem’, que constitui o material de destaque na fala da informante e que traz a porção maior de informação (BASTOS, 1993, p. 75-76, grifos da autora).

Os SN-apresentativos, como o nome já diz, apenas apresentam uma entidade no discurso que não é continuada, ou melhor, não é retomada por meio de expressões anafóricas no decorrer do discurso. Neste exemplo, “[...] mas tinha o seguinte... era uma espécie de uniforme **do casal carioca**... então você via assim ... cinco seis pessoas... com a mesma roupa [...]”, a entidade ‘casal carioca’ é apenas apresentado no discurso e sobre ele não foi mais falado. Geralmente, os SN-apresentativos tendem a ocorrer em explanações, esclarecimentos e descrições, ao contrário dos SN-introdutores que costumam ocorrer topicalizados. Já os SN-continuadores, diferentemente dos SN-introdutores e dos SN-apresentativos, cujas referencialidades são de natureza dêitica, partindo do que é dito para o mundo externo à fala, fazem referência a entidades já introduzidas no texto (aquilo que é dito) por meio de processos anafóricos de referência (BASTOS, 1993, p. 85 e 91, grifos da autora).

Sobre os SN- recolocadores, eles são assim classificados “quando se continua ou se volta a falar sobre uma determinada entidade no discurso”. Geralmente essas

entidades são recolocadas por meio de uma repetição em um mesmo turno de fala, em sequências de pergunta e resposta, declaração e pergunta, declaração e discordância, etc. (“[...] então eles me abriram **uma conta bancária** e **nessa conta bancária** estavam então não o dinheiro que eles me emprestavam [...]”. Por serem muito parecidos com os SN-introdores, eles também atuam em diferentes dimensões da organização do discurso, mas veiculam informação velha já que reitera uma informação dada. Quanto aos SN-elaboradores, eles “elaboram a introdução de entidades no discurso, operando na especificação, no processo de particularização e identificação de entidades” e assim como os SN-recolocadores, também se reportam a entidades que já foram introduzidas no discurso. Neste exemplo, “[...] e às duas horas... duas e pouco... desabou uma **chuarada / uma chuva rápida** de verão/ chuva de verão... mas deu **uma chuva louca** [...]”, podemos observar que os SN- elaboradores vão apresentando diferentes formulações em relação às entidades anteriormente mencionadas ao longo do que está sendo dito (BASTOS, 1993, p. 92 e 98, grifos da autora).

Com base nesses diferentes modos de os SN-As funcionarem no discurso, introduzindo e continuando entidades no discurso, Bastos (1993) ratifica que, no fluxo informacional do discurso, os sintagmas nominais com adjetivos “funcionam dêitica e anaforicamente, apresentando informações novas e continuando informação velha”. Nesse sentido, os adjetivos presentes nesses sintagmas são co-funtores no processo de referência.

No trabalho de Bastos (1993), embora o adjetivo co-funtor seja basicamente veiculador de informatividade (73% dos 292 encontrados), ele também pode veicular expressividade (27%). Nesse caso, a força dos adjetivos é classificada em termos de subjetividade e diversos fatores marcam tal força expressiva, como a própria semântica do adjetivo, presença de intensificações e entoação expressiva, além do ato comunicativo em que o SN-As ocorre. Por considerar que a noção de expressividade é gradual, Bastos (1993) diz que isso se reflete nos adjetivos valorativos, podendo veicular mais ou menos expressividade a depender da intensificação e/ou entoação atribuída ou não a eles pelos falantes em suas conversas (BASTOS, 1993, p. 149).

Um exemplo da força expressiva que um adjetivo imprime em um SN-As pode ser visto na sentença “[...] eles realmente... ganham **um: salário:... muito bom...** mas também pagam **um imposto também muito bom...** [...]”. Aqui, o adjetivo ‘bom’ que ocorre no primeiro SN-A (um salário muito bom) interage com o substantivo especificando uma avaliação positiva, diferentemente do segundo SN-A do exemplo que, por meio da ironia, adquire um valor negativo e interage com o substantivo ‘imposto’ especificando uma avaliação negativa (BASTOS, 1993, p. 140, exemplos e grifos da autora).

Para Bastos (1993, p. VI e 212), com base em Searle (1969), o ato de predicar é diferente do ato de referir. Sendo assim, para a autora, o adjetivo predicador, que aparece na função sintática de predicativo do sujeito ou no interior de sintagmas nominais, “atua individualizado, introduzindo propriedades a entidades, ou comentários modais sobre o que está sendo dito”. Nas expressões predicativas, os adjetivos funcionam sobretudo veiculando expressividade, porque exprimem “uma manifestação da subjetividade do ‘eu’ falante em relação a suas atitudes, emoções e avaliações”. Nesses tipos de ocorrência, a autora assegura que o adjetivo atua em seu papel principal, predicando atribuições às entidades às quais escopa.

A autora defende a ideia de que os adjetivos em expressões predicadoras funcionam no discurso atribuindo propriedades referentes a características ou a estados físicos e emocionais, que são os adjetivos predicadores (APs - 69,2% dos 292 analisados), ou comentando o que foi colocado no discurso, função desempenhada pelo que chamou de modalizadores (AMs – 14%).

A maioria dos APs funcionam expressivamente (77%) e contribuem para o sentido afetivo do que está sendo dito, indicando atitude, emoção, sentimentos específicos e a intensidade do que está sendo enunciado pelo falante. Podemos ver nesta sentença um exemplo de AP expressivo “[...] ele é muito **sério** muito **sisudo...** sei lá... muito **compenetrado** [...]”, em que a descrição apresentada está claramente inserida numa dimensão subjetiva e emotiva. Em casos como esses com adjetivos de tipo emocional, segundo a autora, esse tipo de adjetivo “descreve características da personalidade do falante e de pessoas sobre as quais ele fala” (BASTOS, 1993,

p. 174). Além disso, a presença do intensificador “muito” revela um grau maior de subjetividade do falante. Além dos intensificadores lexicais, marcas expressivas de diferentes ordens marcam a escalaridade da força expressiva de adjetivos em diferentes contextos, como entoação marcada, intensificação morfológica (aplicação do grau superlativo, por exemplo, “seríssimo”), etc. (BASTOS, 1993, p. 172-187, exemplos e grifos da autora).

Bastos (1993) considera como modalizadores aqueles adjetivos que, ao predicarem um enunciado, revelam a atitude do eu falante, por meio de um comentário direto e explícito sobre o que está sendo dito. A noção de modalidade tem haver com o modo como o falante se posiciona sobre o que diz, veiculando certeza, possibilidade, obrigatoriedade. Na sentença, “[...] eu acho também muito **bacana** ter cabelereiro para homem [...]”, por exemplo, é possível perceber que o adjetivo expressa uma atitude do falante e revela sua opinião acerca do que foi colocado no discurso (a existência de cabelereiro para homem) (BASTOS, 1993, p. 191, exemplos e grifos da autora).

Para Bastos (1993), as expressões predicativas que ocorrem no interior de SN-Ps (16,8%), como em “[...] a boutique é **um estabelecimento menor** [...]”, diferentemente do SN-As, não funcionam introduzindo e continuando entidades no discurso, mas trabalham juntos na predicação de uma entidade. O substantivo presente no SN-P insere ‘boutique’ em uma classe (a de estabelecimento) e o adjetivo distingue o elemento de outros de sua classe (é um estabelecimento pequeno em comparação a outros) (BASTOS, 1993, p. 198, exemplos e grifos da autora).

Embora os adjetivos em função predicativa sejam basicamente veiculadores de expressividade (80%), eles também atuam informativamente (20%) e, quando não expressivos, apenas integram asserções que participam de declarações iniciais e explicações. Assim como os adjetivos contidos em SN-As, eles desempenham funções tanto no plano expressivo quanto no informativo. Nas palavras da autora,

[...] a informatividade do adjetivo em expressões predicatoras muitas vezes se coloca em função da expressividade, no sentido de que a relevância da informação (a propriedade por ele veiculada) reside muito mais em sua participação na construção de efeitos discursivos do que na apresentação

de informações direcionadoras do andamento do fluxo discursivo (BASTOS, 1993, p. 215).

Na sentença “[...] porque lá você não tem problema de transporte porque a cidade é **pequena** você se quiser vai a pé [...]”, a descrição da cidade desempenhada pelo adjetivo ‘pequena’ apenas justifica a declaração de que a cidade não tem problemas com transporte. Logo, essa descrição atua predicando uma propriedade que passa a integrar a definição da entidade ‘cidade’ (BASTOS, 1993, p. 167, exemplos e grifos da autora).

Como foi possível perceber a partir de Bastos (1993), a expressividade de adjetivos pode ocorrer de diferentes formas em expressões predicativas e em SN-As. Nestes, a expressividade “tende a marcar intensificação ou avaliação positiva ou negativa”, já naquelas, existe “toda uma gradação da força expressiva (...) que manifesta mais ou menos diretamente emoções, atitudes e avaliações dos falantes” (BASTOS, 1993, p. 214).

Com base nos resultados de sua pesquisa sobre a função dos adjetivos, Bastos (1993) acredita, dentre outras coisas, que os adjetivos em expressões predicativas podem ser tratados, em termos gerais, como desempenhando discursivamente em termos de comentário, rema ou informação nova, já sobre os adjetivos em SN-As, em função sintática de adjuntos adnominais, podem atuar discursivamente como co-funtor na introdução e na continuação de referentes no discurso e serem vistos em termos de tópico, tema e informação dada. O Quadro 2 apresenta um resumo das funções que o adjetivo desempenha em diferentes níveis de análise da língua, seja ocorrendo em sintagmas nominais (SN-A) ou em expressões predicativas (EP).

Quadro 2 – Diferença de funcionamento entre os SN-AS (adjetivos em posição adnominal junto de substantivo em um sintagma nominal) e expressões predicadoras

	SN-A	EP
Sintaxe	adjunto adnominal	predicativo
Semântica/ Pragmática	referência	predicação
	co-funtor	individualizado
Pragmática/Discurso	introdução e continuação de entidades	atribuição de predicções a entidades
	tópico	comentário
Discurso	informatividade	expressividade

Fonte: Bastos (1993, p. 204)

Percebemos, ao longo desta revisão de literatura, que Bastos (1993) não aprofunda muito nas abordagens gramaticais de cunho sintático-semântico, apenas as resume baseando-se na proposição de alguns gramáticos e se prende aos trabalhos que abordaram a atuação do adjetivo no discurso. Conseqüentemente, a autora não aborda, por exemplo, a diferença entre adjetivos qualificadores e classificadores. Parece que a autora optou por não focalizar muito nisso porque observa o sintagma nominal em que ocorrem os adjetivos como um todo, independentemente de sua natureza semântica. Então, tudo indica que não seria muito útil para Bastos (1993) estabelecer tal distinção. A autora também não faz nenhuma menção a adjetivos que ocorrem na posição sintática de predicativo do objeto. Ela observa apenas a ocorrência de adjetivos em duas funções sintáticas: adjunto adnominal e predicativo do sujeito. Ainda assim, a autora não deixa de levar conceitos sintático-semânticos em consideração, uma vez que uma visão multifuncional da construção discursiva, em que as formas linguísticas significam e operam ao mesmo tempo e em diferentes planos, está contida na abordagem seguida pela autora.

A pesquisa desenvolvida por Bastos (1993) permitiu que lançássemos um novo olhar para o funcionamento dos adjetivos no discurso, mais precisamente para o funcionamento dos adjetivos no português falado, ao associar as dimensões sintático-semânticas, ainda que sem aprofundamento, e pragmático-discursivas para analisar os adjetivos na língua em uso, e ao direcionar tais análises para o campo da Análise do Discurso, focando no processo de referenciação de entidades discursivas. Conhecer as funções dos adjetivos sob esse ponto de vista desenvolvido por Bastos (1993) é essencial para ampliar o leque de conhecimento do pesquisador que tem interesse por essa classe/categoria, sobre a qual muitos estudos não têm saído da tricotomia “morfologia-sintaxe-semântica”. Para termos uma noção mais completa do funcionamento dos adjetivos é preciso ir além, considerando também as dimensões pragmática e discursiva.

É importante salientar que os resultados da pesquisa de Bastos (1993) estão diretamente relacionados ao padrão discursivo (gênero textual) utilizado pela autora, que são as conversações face a face entre dois informantes na presença de um pesquisador, o que corrobora, evidentemente, a compreensão da relação entre os

adjetivos e o padrão discursivo em que ocorrem, o que também acaba levando a um entendimento maior sobre o comportamento do próprio gênero textual utilizado. Nesse sentido, analisar o funcionamento dos adjetivos com outro foco, em outro gênero textual e sob uma perspectiva que abranja as diferentes dimensões de uso da língua, sintática, semântica, pragmática e discursiva, contribuiria ainda mais para o entendimento desta categoria tão essencial que é o adjetivo.

A pesquisa que estamos desenvolvendo se aproxima da de Bastos (1993), no sentido de que compartilhamos muitos pontos de vista conceituais no que tange ao estudo da língua em funcionamento e à categoria alvo das análises, uma vez os adjetivos serão analisados sob as óticas sintático-semântica e pragmático-discursiva, considerando, portanto, a língua em uso. Porém, nossa pesquisa se diferencia da de Bastos (1993) em alguns aspectos, a começar por algumas nuances teóricas, pelo foco da pesquisa, pelo gênero textual utilizado, entre outras diferenças. Mesmo assim, os resultados da pesquisa de Bastos (1993) contribuirão diretamente para esta tese, na medida em que nos auxiliará a refletir sobre o comportamento dos adjetivos na língua em uso.

Como apresentado previamente na introdução, nossa intenção é analisar o funcionamento dos adjetivos no gênero *charge* sob uma ótica sintático-semântica e pragmático-discursiva, considerando, sobretudo, sua argumentatividade na língua em uso ao observar a força argumentativa que os adjetivos possuem nas diferentes posições sintáticas em que ocorrem, e aqui, além das abordadas por Bastos (1993), incluímos as funções sintáticas predicativo do objeto direto e predicativo do objeto indireto.

2.1.5 Borba

Borba (1996), ao adotar uma teoria valencial com base na união das propostas sintáticas de Harris (1952) e Tesnière (1969) com a gramática de casos de Fillmore (1969), descreve sintática e semanticamente o verbo, o substantivo e o adjetivo, procurando detectar as relações de dependência entre essas categorias básicas.

Ao tratar da valência adjetival, o autor disserta sobre a classe dos adjetivos, sua valência sintática e sua valência semântica.

No que diz respeito à classe dos adjetivos, Borba (1996) leva em conta uma conceituação distribucional dessa classe e a função que ela exerce em determinados contextos para verificar as relações entre adjetivo, verbo, nome⁶ e advérbio na intenção de delimitar e caracterizar a classe adjetival. Essa abordagem de Borba, no que tange aos adjetivos, parece estar relacionada àquela apresentada por Casteleiro (1981), sobretudo em relação às afirmações e exemplos. Sendo assim, Borba (1996) parte da hipótese de que o adjetivo é predicado/predicador no esquema profundo⁷ e essa hipótese se confirma no decorrer de sua obra.

Na conceituação do adjetivo, o autor faz três pressuposições:

(i) a adjetivação implica um processo mental de diferenciação, discriminação e seleção; (ii) todo adjetivo é palavra de natureza abstrata; (iii) é próprio do adjetivo não incidir sobre si mesmo, mas sobre um suporte a que ele não leva a previsão concreta. Por exemplo, **profundo**, se aplica a todo tipo de suporte sobre que o discurso faz incidir momentaneamente. Todo adjetivo comporta uma incidência sobre outra coisa que não ele mesmo (BORBA, 1996, p. 142, grifos do autor).

Essas pressuposições de Borba (1996) dialogam, de certa forma, com a perspectiva cognitiva no que diz respeito à representação subjetiva do falante quando este faz uso de certos adjetivos em determinados contextos de interação social na intenção de imprimir uma força argumentativa no que se quer transmitir. Neste ponto, parece haver um diálogo com Bechara ([1928] 2009, p. 143), quando este se refere ao tipo de adjetivo especificador informativo/identificação que, por ser um tipo autônomo de

⁶ Diferente da abordagem de cunho tradicional que engloba sob o rótulo de nome, adjetivos e substantivos, Borba (1996) considera nome apenas os substantivos. O autor entende que o adjetivo é uma classe de incidência que só existe ao lado de um substantivo.

⁷ O esquema profundo, tal qual mencionado por Borba (1996), tem a ver com o esquema conceitual que envolve o adjetivo. Borba (1996, p. 143) defende que "A consideração de dois níveis de descrição - esquema profundo e esquema superficial - levou à proposta de que os adjetivos são predicativos no esquema profundo e, assim, aproximam-se dos verbos. Como há nomes que também são P no esquema profundo, apareceram, então, várias hipóteses integrativas desde a proposta de uma só hiperclasse - verbos - incluindo nomes, adjetivos e verbos, até a que fala em classes não discretas do tipo V > A > N".

determinação, atribui significados de forma variada para que não haja mal entendido por parte do ouvinte.

Na sequência, Borba (1996, p. 142) caracteriza o adjetivo dos seguintes modos:

- a) Uma entidade léxica que incide sobre um nome, referindo-se a ele, localizada sempre antes ou depois do nome;
- b) Em um sintagma nominal, o adjetivo sempre ocupará uma posição secundária ao nome “árvore **frondosa**, casal **moderno**” (grifos do autor);
- c) Associam-se ao nome de forma direta quando em posição adnominal “muro **alto**” (grifo do autor) e de forma indireta, quando por meio de um verbo copulativo “O muro é **alto**” (grifo do autor).

Embora o autor não tenha mencionado ainda algo sobre o adjetivo na função de predicativo do objeto, pensamos que ele também se associa de forma indireta ao nome nessa função sintática, como atesta o exemplo a seguir: O pedreiro considerou o muro **alto** (exemplo e grifo nosso), diferentemente daqueles em posição adnominal.

Ao aprofundar sua abordagem no aspecto sintático, Borba (1996, p. 156) afirma que o adjetivo desempenha duas funções sintáticas básicas que se relacionam com sua posição: a predicativa e a adnominal. O adjetivo na posição adnominal “compõe um sintagma nominal e é periférico com relação ao núcleo” além de haver uma relação de predicação implícita e demonstrar atemporalidade (fita **amarela**); já o adjetivo em função predicativa ocupa o núcleo de um sintagma verbal, possui uma relação predicativa explícita e demonstra temporalidade (esta fita era **amarela** (quando a comprei) (agora está desbotada)) (exemplo do autor, grifos nossos). O autor toma, pois, como definitórias essas duas propriedades das posições sintáticas desempenhadas pelo adjetivo (posição predicativa é igual a predicação explícita, + temporalidade / posição adnominal é igual a predicação implícita, - temporalidade). Além disso, de acordo com Borba (1996), a posição adnominal não exige nenhuma

função sintática para o nome, mas a função de sujeito é exigida pela posição predicativa.

Para Borba (1996, p. 158), a função típica do adjetivo, qualquer que seja sua posição, parece ser a de atribuir uma propriedade a uma determinada entidade, mas o autor se depara com alguns “obstáculos” e indaga em que lugar poderiam ser colocados aqueles adjetivos que não são predicativos, aqueles conhecidos por falsos adjetivos⁸ ou adjetivos de relação. E ainda, o autor diz que existem adjetivos que, mesmo na função de predicativo do sujeito, não possuem uma função semântica predicativa e podem desempenhar semanticamente uma modalidade e expressarem alguma atitude ou opinião do falante, como em “O crescimento da inflação é **inevitável**” (exemplo do autor, grifo nosso). Este caso possui relação com o que Castilho (2010) e Neves (2011) chamam de qualificador modalizador epistêmico asseverativo. O que poderíamos complementar ainda no caso desses adjetivos que, segundo Borba (1996), mesmo na função de predicativo do sujeito não possuem uma função semântica predicativa é que, para além do sintático-semântico, esses tipos de adjetivos possuem funções específicas que só podem ser percebidas no e pelo discurso, veiculando sentidos mais subjetivos a partir do que é dito pelo falante. Essa proposição foi adotada pelo autor mais adiante em sua gramática.

Ao tratar do aspecto semântico do adjetivo, Borba (1996, p. 175) suscita a ideia de que a subjetividade própria do uso linguístico se manifesta de modo muito evidente por meio dos adjetivos e que o uso linguístico possui uma grande “dosagem de alternativas entre discursos pretensamente objetivos e subjetivos”. É interessante notar que, embora Borba (1996) assuma que sua abordagem seja de cunho sintático-semântico, as suas análises evidenciam a necessidade de, ao investigar determinadas sentenças, levar em consideração o contexto em que ocorrem. Em outras palavras, ainda que o autor pareça não utilizar aspectos discursivos em suas análises, já que isso não está posto claramente, ele reconhece tal necessidade e com base nisso, busca interpretar nas sentenças, a partir do conteúdo objetivo ou subjetivo presente no discurso, certos efeitos de sentido que podem ser provocados

⁸ Neste caso, Borba (1996) está se referindo aos adjetivos classificadores, pois há quem os considere falsos por não poderem receber grau, propriedade considerada típica dos adjetivos (p. 178).

pelo falante, ao fazer uso, neste caso, dos adjetivos. Esse reconhecimento pode ser evidenciado nas palavras de Borba (1996), como vemos a seguir:

Assim como do ponto de vista da construção do discurso, a participação (ou intromissão) do falante fica por conta da modalização, assim também a tradução da realidade corre por conta da seleção lexical, momento em que o falante tem duas possibilidades: (i) escolhe uma palavra definitivamente rotulada como portadora de um conteúdo objetivo/subjetivo; (ii) dá ao item um peso objetivo/subjetivo de acordo com o contexto e a situação. É claro que qualquer palavra lexical se presta a esse papel, **mas o adjetivo deve aí ocupar posição de relevo** (BORBA, 1969, p. 175, grifo nosso).

Borba (1996, p. 175-189) leva em conta o critério semântico para classificar os adjetivos em duas classes mais gerais, os adjetivos qualificadores e os adjetivos classificadores; e faz uso do critério da subjetividade e da objetividade presente nos adjetivos como auxílio para descrevê-los dentro das classes a que pertencem. Ao dividir os adjetivos nessas duas grandes classes, o autor apresenta algumas características inerentes a cada tipo de adjetivo.

Segundo Borba (1996), os adjetivos qualificadores incidem sobre o nome e possuem com ele uma relação interna, pois se incorpora a um nome como se fosse um traço dele (um menino **maroto**; as folhas **secas**), por isso também são descritivos. Nesse sentido, os qualificadores possuem um tom subjetivo advindo de seu valor relativo que é causado pelos diferentes graus na apreciação ou seleção subjetiva; eles atribuem ao substantivo “uma qualificação dependente de julgamento pessoal” e atinge o campo conceitual do nome. Sendo assim, os qualificadores atribuem à sua classe escopo determinadas propriedades, representando assim um modo de conceber, apreciar, julgar e perceber o mundo (BORBA, 1996, p. 177-178, exemplos e grifos do autor). Ademais, os adjetivos qualificadores entram em orações exclamativas como em “Que gesto **comovente!**” (BORBA, 1996, p. 180, grifo nosso).

Já os adjetivos classificadores indicam uma maneira de relacionar entidades. As relações dos classificadores com os nomes são externas, pois os inserem em uma determinada classe como em parque **municipal**, polícia **militar**, etc. (exemplos do autor, grifos nossos), ou seja, classificando-os. Por isso, possuem propriedades definitórias. Os classificadores “especificam uma classe objetiva em que se inclui o

nome adjetivado” (BORBA, 1996, p. 177) e limitam o campo de aplicação do substantivo, entretanto aumentam o nosso conhecimento sobre o nome. Outrossim, os classificadores não entram em orações exclamativas e não expressam propriedade tal qual os qualificadores. Quanto a isso, vejamos os exemplos também arrolados por Borba (1996, p. 179, grifos nossos):

- A crise é **grave** > a gravidade da crise (qualificador)
- A crise é **ministerial** > *a ministerialidade da crise (classificador)

Para Borba (1996), o primeiro traço que distingue os adjetivos qualificadores dos classificadores é a gradação. Os qualificadores aceitam a atribuição de grau, ao passo que os classificadores não. O autor ainda apresenta outros traços distintivos, quando salienta que os qualificadores podem aparecer na posição predicativa e adnominal e que a maioria dos classificadores aparecem na posição adnominal, não aceitando uma posição predicativa básica, já que só é possível a ocorrência de classificadores em posições predicativas em condições contextuais especiais, como na presença de quantificadores (Certas flores são **campestres**), em construções contrastivas (Estas viaturas são **municipais**; aquelas, não) e quando há repetição do núcleo do sintagma nominal (Estas flores são flores **campestres**) (BORBA, 1996, p. 179, exemplos do autor, grifos nossos).

Além disso, o autor também mostra que, em construções complexas⁹ em que a função predicativa ocorre sobre um complemento cujo verbo solicitante seja de avaliação, só é possível com adjetivos qualificadores e não com classificadores. Para melhor entendimento, citaremos os exemplos apresentados por Borba (1996, p. 179, grifos nossos):

- Acho (julgo, considero) essas roupas **vistosas, alegres, sombrias, caras**, etc.
- *Acho (julgo, considero) este engenheiro **civil, eletrotécnico, químico**.
- *Considero esta prefeitura/ **municipal**.

Outro ponto distintivo diz respeito à posição dos adjetivos. Para Borba (1996), o deslocamento de um adjetivo em posição pós-nominal para uma posição pré-

⁹ Borba (1996) chama de "construções complexas" as construções de predicado verbo-nominal das Gramáticas tradicionais.

nominal é possível para os qualificadores e vedada para os classificadores. Do ponto de vista da coordenação, também é possível perceber que esses adjetivos constituem diferentes classes e não se coordenam. Lançando mão do exemplo apresentado pelo autor, é possível dizer “uma reforma **política** e **econômica**”, mas não “uma reforma **política** e **violenta**” (BORBA, 1996, p. 180-182, grifos nossos).

De modo geral, os qualificadores, ainda na visão do autor, “sofrem mais restrições contextuais” do que os adjetivos classificadores, porque incidem sobre uma classe delimitada de entidades de que são (ou podem ser) uma parte que as constitui; e os classificadores fazem referência a uma classe maior de entidades que podem manter relações diferentes, ainda que pragmaticamente motivadas (BORBA, 1996, p. 183). Por fim, o autor esclarece que “a interpretação semântica dos adjetivos dependerá, então, do modo como ele se associa ao nome” e recapitula que o primeiro passo é identificar o tipo de adjetivo, se é classificador ou qualificador.

Embora o trabalho de Borba (1996) possua como foco uma análise sintático-semântica, o autor leva em conta nas suas análises o contexto e a língua em sua modalidade escrita, inclusive menciona a necessidade de considerar a atividade discursiva. Por isso, a essência de sua obra se relaciona com o Funcionalismo e, ao mencionar a importância da atividade discursiva, dialoga com um dos princípios funcionalistas que é o de não tomar como estanque as classes lexicais. Podemos ver tal aproximação teórica, ainda que em menor grau, quando o autor assegura que

[...] na atividade discursiva o que mais conta não é a cristalização do item numa classe, mas justamente a possibilidade de funcionar ora numa, ora noutra: é o que cria a dinâmica da comunicação pela linguagem e lhe empresta maleabilidade e variedade (BORBA, 1996, p. 184).

Na gramática de Borba (1996), percebemos que o autor propôs uma análise com foco sintático-semântico, sob a ótica da teoria argumental ou teoria dos predicados, e não teve como objetivo desenvolver uma análise conjugada ao pragmático. Nesse sentido sua gramática se torna carente de uma abordagem complementar. Conjugando os aspectos sintático-semânticos aos pragmáticos é essencial para uma análise mais completa dos fenômenos linguísticos. Já que a proposta desta tese é combinar esses aspectos para um estudo mais abrangente dos adjetivos, é importante

esclarecer que não utilizaremos a Gramática de Valências tal qual proposta por Borba (1996), mas alguns conceitos e características do adjetivo apresentados por esse autor em sua obra.

2.1.6 Castilho

Castilho (2010) deixa claro, na introdução de sua gramática, que adota uma abordagem multissistêmica da língua, ou seja, uma perspectiva que reúne vários sistemas: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. O autor entende que, quando estamos em uma atividade linguística, articulamos todos esses sistemas e essa articulação é regida por princípios sociocognitivos. Por conseguinte, o conteúdo de sua abordagem é de cunho fortemente funcionalista-cognitivista, conforme afirmação do próprio autor. A maioria dos exemplos registrados na gramática advém da língua em uso, mais precisamente das ocorrências encontradas nos projetos Gramática do Português Falado e Gramática do Português Culto Falado no Brasil em cujos bancos de dados estão concentrados dados de fala, o que revela a preocupação do autor em lidar com as mais diversas ocorrências linguísticas e assim desenvolver uma análise que contemple os diversos fatos da língua.

Ao tratar do estatuto categorial do adjetivo, Castilho (2010) examina o adjetivo considerando as suas diferenças com o substantivo, sua sintaxe, sua semântica; e observa, ainda que em menor grau, o adjetivo no texto, seus especificadores e complementadores. Primeiramente, Castilho (2010, p. 512-516) defende que alguns critérios sintáticos existem a fim de diferenciar adjetivos de substantivos e diz que a função predicativa e a atribuição de grau são alguns deles. Ao começar a tratar da predicação no que concerne aos adjetivos, o autor nos apresenta os predicativos (relativos) e os não predicativos (absolutos, ou de verificação) com base em Casteleiro (1981). Todavia, optou por denominar os adjetivos não predicativos de adjetivos verificadores de forma a evitar, segundo ele, a dispersão da terminologia, já que leva em conta a atuação semântica dos adjetivos e dos advérbios.

Os adjetivos predicativos “predicam o substantivo ou toda uma sentença” e “exibem flexão de grau, concordando em gênero e número com o substantivo a que se

aplicam”. Já os adjetivos não predicativos ou verificadores “classificam o referente dos substantivos” (CASTILHO, 2010, p. 513). Ainda seguindo Casteleiro (1981), o autor apresenta uma série de propriedades de distribuição (onze no total) desses itens (predicativos e não predicativos), a fim de detalhar o que é próprio ou não de cada tipo de adjetivo. Para Castilho (2010), o reconhecimento dessas propriedades explica a variedade de nomenclatura existente para os adjetivos predicativos (“verdadeiros adjetivos, adjetivos prototípicos, adjetivos centrais ou adjetivos atributivos”) e para os não predicativos (“pseudoadjetivos, adjetivos não prototípicos, adjetivos classificatórios ou adjetivos de relação”) e ainda, a ideia de que os adjetivos são uma categoria heterogênea (CASTILHO, 2010, p. 516).

No que diz respeito às propriedades sintáticas do adjetivo, ele pode funcionar como adjunto adnominal dentro de um sintagma nominal (“Mente **ocupada** é melhor que mente **vazia**”); como núcleo de uma minissentença¹⁰, num sintagma verbal (podendo predicar sujeito, objeto direto e objeto indireto) como em “A sala estava extremamente **cheia** de curiosos” (predicado o sujeito) e em “Li um jornal **repleto** de mentiras” (predicando um objeto direto); adjunto adsentencial (“**Invisível, macio, traiçoeiro**, o tempo passa” / “**Horrível** essa prova”). Os adjetivos dispõem ainda de propriedades transitivas, de concordância e de colocação. O autor ratifica que, em todas essas funções sintáticas desempenhadas pelos adjetivos, eles mantêm “sua propriedade semântica básica de operador de predicação/de verificação/ de dêixis, tomando uma classe por escopo” (CASTILHO, 2010, p. 517, exemplos e grifos do autor).

Não nos aprofundaremos em todas essas propriedades sintáticas apresentadas pelo autor nesta parte da tese, mas as consideraremos em nossas análises. Compartilharemos, pois, os conceitos sobre a função de adjunto adsentencial e a função transitiva do adjetivo por serem incomuns às outras gramáticas. No caso dos adjetivos como adjuntos adsentenciais, o autor diz que “o escopo do sintagma adjetival é um constituinte da sentença. No entanto, o sintagma adjetival pode igualmente tomar por escopo toda a sentença, funcionando como um hiperpredicador adsentencial, localizado fora de suas fronteiras” (CASTILHO, 2010, p. 518). Como exemplo o autor nos dá a seguinte frase: “**Horrível** essa prova”

¹⁰ Segundo Castilho (2010), “minissentença” corresponde ao predicativo do complemento na tradição gramatical.

(CASTILHO, 2010, p. 517), em que o adjetivo ‘horível’ está funcionando sintaticamente como adjunto adsentencial. Nesse caso, Castilho (2010) diz haver um paralelismo com os advérbios, que também possuem a classificação do tipo adjunto adsentencial¹¹.

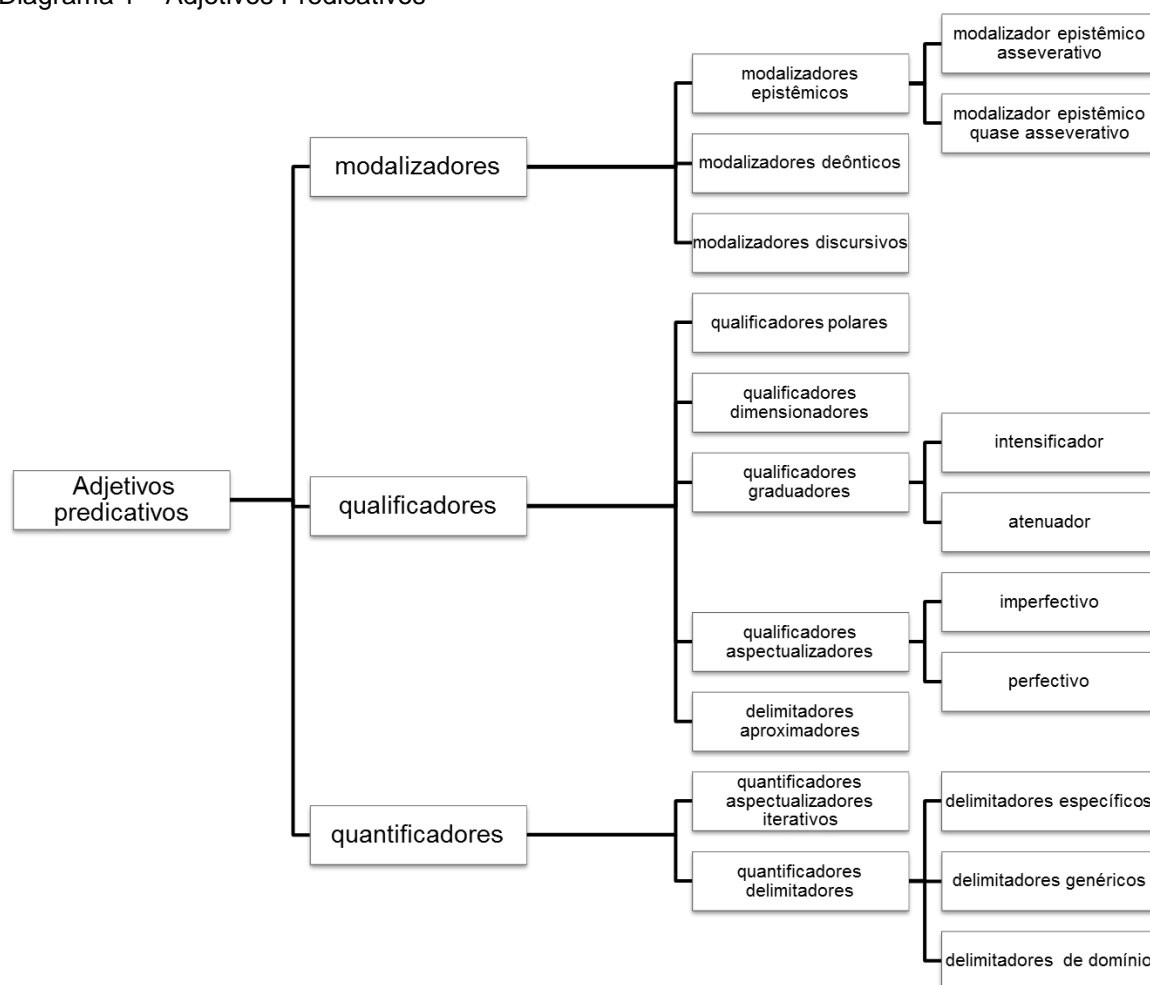
Sobre a transitividade, de forma semelhante aos verbos, os adjetivos podem ou não selecionar argumentos para completar-lhe o sentido. Neste ponto, observamos que há uma semelhança com o que Borba (1996) chamou de valência adjetival. Segundo Castilho (2010), existem os adjetivos argumentais ou transitivos, como “típico” e “vinculado”, etc. (“este texto é muito **típico** de Van Gogh” / “[foi um insulto do] comércio estabilizado...né? **vinculado** ao estrangeiro contra os cinegrafistas brasileiros [...]”) e os não argumentais ou intransitivos, como “branco”, “veloz”, etc. (CASTILHO, 2010, p. 518-519, exemplos e grifos do autor). Quando se diz que um carro é veloz, semanticamente a sentença está completa (veloz é intransitivo), mas quando dizemos que um carro está vinculado, dada a natureza transitiva do adjetivo ‘vinculado’, surge a pergunta: vinculado a quê? Logo, a sentença precisa de um complemento nominal para complementar seu sentido: O carro está **vinculado ao banco** (exemplo e grifo nossos).

No que se refere à semântica do adjetivo, Castilho (2010) considera, como já mencionado anteriormente, duas classes mais gerais, a classe dos adjetivos predicativos e a dos adjetivos verificadores. Porém, nesse rol das classes gerais dos adjetivos, o autor insere também os dêiticos.

Ao observar a sistematização das propriedades semânticas dos adjetivos, o autor considera três grandes processos de predicação adjetival, então a subdivide em adjetivos modalizadores, qualificadores e quantificadores. Os adjetivos verificadores são subdivididos em pátrios, gentílicos e de cor (cromáticos); já os dêiticos foram subdivididos em locativos e temporais. Para melhor visualização e entendimento das classificações e subclassificações semânticas dos adjetivos feitas por Castilho (2010, p. 523- 535), optamos por condensá-las e apresentá-las nos Diagramas 1 (Adjetivos predicativos), 2 (Adjetivos de verificação) e 3 (Adjetivos dêiticos) como veremos nas páginas a seguir.

¹¹ Vide Castilho (2010, p. 547) e Santos (2016, p. 33)

Diagrama 1 – Adjetivos Predicativos



Fonte: Elaborado pela autora com base em Castilho (2010)

Os adjetivos predicativos modalizadores, na visão de Castilho (2010, p. 523), “verbalizam um juízo emitido sobre o conteúdo do substantivo”. Tal predicação ocorre de modo mais subjetivo uma vez que diz respeito à avaliação pessoal do falante sobre o conteúdo da classe escopo. Como apresentado no diagrama, eles podem ser epistêmicos, porque veiculam uma avaliação que pode indicar certeza (asseverativos - A causa **real** da crise política são as elites) ou incerteza (quase asseverativos – A causa **provável** da crise política são as elites) por parte do falante; deônticos, que indica uma relação de obrigatoriedade e/ou necessidade sobre aquilo que se fala (O recurso **necessário** para isso é a mobilização); e os discursivos, que, também conhecido como psicológicos, atuam predicando em duas direções tomando mais de um escopo. Assim, o usuário da língua emite um juízo de valor sobre o sentido de um substantivo e sobre um participante do discurso expresso ou não no enunciado (pode ser resgatado no contexto), como podemos

observar em “São Paulo é uma cidade **asfixiante**” (CASTILHO, 2010, p. 524- 525, exemplos do autor, grifos do autor).

Já os adjetivos predicativos qualificadores podem interferir no conjunto das propriedades semânticas do substantivo de modo a agregar características, por sua vez advindas dos próprios adjetivos. Eles podem ser polares, “que se ordenam em pares antonímicos”, como “legal/chato”, “igual/diferente”, etc; dimensionadores, pois atribuem predicação a um substantivo contável acrescentando traços de dimensão horizontal ([...] janelas **largas**; [...] cabelo **comprido**) e vertical ([...] nível socioeconômico mais **alto** [...]; tanque **raso**); graduadores, que atuam predicando substantivos possuidores dos traços semânticos “/+graduáveis/, /-concretos/, /-contáveis/, de processo, estado, relação, cujas propriedades eles gradua para mais” (intensificadores – Os musicais fazem um sucesso **tremendo**) e para menos (atenuadores – sucesso **modesto**); aspectualizadores, pois exibem, assim como os verbos, características de telicidade, atribuindo traços de imperfectividade (quando há duração do sentido temporal de substantivos deverbais tólicos – A Bolsa de valores sofreu uma queda **lenta** na última semana) e perfectividade (quando não há duração do sentido temporal e/ou quando é finito tal sentido de um substantivo atólico – [...] não provocam em mim um interesse **momentâneo** muito grande) (CASTILHO, 2010, p. 526- 527, exemplos do autor, grifos do autor).

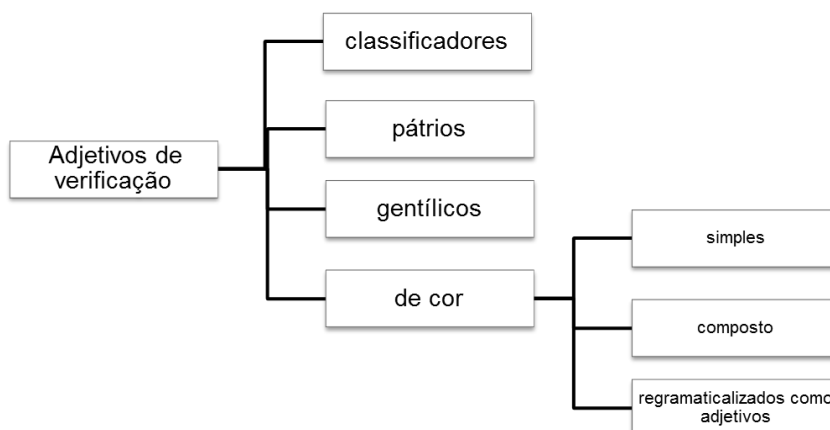
Sobre os delimitadores aproximadores, Castilho (2010, p. 528) utiliza tal denominação seguindo o que foi proposto por Lakoff (1975) ao falar de *hedges*. Na concepção de Castilho, “a delimitação é um processo de predicação que encerra simultaneamente uma face qualitativa e uma face quantitativa”, todavia, quando um adjetivo delimitador atua sobre um substantivo, ele transfere muitas de suas propriedades intencionais a ponto de fazer com que o substantivo perca alguns de seus traços intencionais, o que também acaba por afetar seu grau extensional. Diante disso, Castilho (2010) reconhece certa complexidade de classificação desses adjetivos delimitadores que está relacionada à possibilidade de poderem ser classificados tanto como qualificadores (atuando no campo intensional da classe escopo) quanto como quantificadores (atuando no campo extensional da classe escopo); por isso o autor assume que há ambivalência e decide assumir o

posicionamento teórico de tomar alguns adjetivos que atuam mais no campo intensional como pertencentes à classe dos qualificadores, e os que delimitam domínios como pertencentes à subdivisão dos quantificadores, visto que para ele “a língua se compõe de categorias que funciona simultaneamente, sem exclusões ou negações” (CASTILHO, 2010, p. 528).

Quanto aos adjetivos predicativos quantificadores, eles funcionam de modo a modificar a extensão dos substantivos ao adicionar ou subtrair “indivíduos e/ou traços semânticos de um conjunto”. Eles foram subdivididos em quantificadores aspectualizadores iterativos, que operam por adição e pluralizam a propriedade apresentada pelo substantivo deverbal, ressaltando a face quantitativa do aspecto, como em “Aqui a saída **normal/ habitual/ semanal** é nas quintas-feiras”; e quantificadores delimitadores. Na seção dos predicativos quantificadores, Castilho (2010) retoma a discussão sobre os delimitadores, apresentada inicialmente na sessão dos qualificadores, e discute sobre esse tipo de adjetivo com foco na sua extensão, de acordo com sua tomada de posição teórica.

Os quantificadores delimitadores delimitam um domínio e operam de modo a proporcionar ao ouvinte diferentes instruções para compreender o substantivo escopado. Estão subdivididos em três tipos: os delimitadores específicos, que “toma o substantivo em seu sentido literal, denotativo, limitado por uma perspectiva individual” e não permitem interpretações metafóricas (Tem peças que são **autênticas** porcarias), os genéricos, que não operam sobre o substantivo considerando seu sentido literal, mas metafórico e conotativo e instauram um sentido aproximativo (Num cálculo **aproximado**, há 180 milhões de brasileiros agora) e os de domínio, que submete “a interpretação do substantivo ao ponto de vista ou à área científica expressa pelo adjetivo” (Uma questão **econômica** dificulta a demarcação das terras dos índios. – Do ponto de vista da Economia) (CASTILHO, 2010, p. 529-531, exemplos do autor, grifos do autor).

Diagrama 2 - Adjetivos de verificação



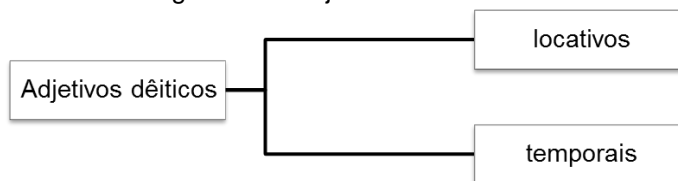
Fonte: Elaborado pela autora com base em Castilho (2010)

Os adjetivos não predicativos, denominados verificadores, por Castilho (2010), integram o substantivo ao qual se referem em determinadas classes. O autor entende por verificação “o processo pelo qual determinadas classes promovem uma comparação implícita entre seu corpo e o correspondente sentido prototípico” (“reforma **universitária**”) e a função de um adjetivo de verificação é “dispor o conteúdo do substantivo em diferentes perspectivas”, seja operando como classificador, pátrio, gentílico ou cromático (CASTILHO, 2010, p. 531, exemplo do autor, grifos do autor).

O autor denomina como classificadores aqueles adjetivos que inserem os substantivos em uma classe e sempre ocorrem pospostos a eles (assembleia **legislativa**, código **civil**). Os adjetivos pátrios, como o próprio nome já diz, se referem a países, regiões, províncias, etc. (A sociedade **brasileira** está farta de tanta corrupção na política). Os gentílicos se aplicam a raças e povos (influência **indígena**). Quanto aos adjetivos de cores, o autor afirma que eles não se comportam como predicativos, eles podem ser simples, designando cores básicas (“...eu só como queijos **brancos**”), compostos, que reúnem mais de um item lexical (“... bercinhos **rosa-choque**...”) e os substantivos regramaticalizados como adjetivos (CASTILHO, 2010, p. 532, exemplos do autor, grifos do autor). Essa regramaticalização acontece quando substantivos passam a desempenhar a função de adjetivo a partir de comparações feitas com outros substantivos na intenção de precisar a cor em uma descrição. Essas comparações foram se cristalizando ao

longo do tempo e assumiram a forma adjetival como “calças da cor de salmão” > calças salmão.

Diagrama 3 - Adjetivos dêiticos



Fonte: Elaborado pela autora com base em Castilho (2010)

Os adjetivos dêiticos se subdividem em locativos e temporais. Para Castilho (2010), os dêiticos locativos apontam para um sentido que indica lugar (A casa mais **próxima** da padaria; **Próximo!** – [diz o atendente para um cliente da fila]) e os temporais indicam o tempo ([...] com grandes esperanças no futuro **próximo** [...]; [...] arrumado para o dia **seguinte** [...]) (CASTILHO, 2010, p. 534, exemplos do autor, grifos do autor).

Castilho (2010) também registra, em sua gramática, algumas observações sobre o adjetivo no texto, propostas interessantes para o pesquisador que deseja considerar o discurso em suas análises. O autor menciona *en passant*, o adjetivo nos processos de narração e descrição, seu *status* informacional e sua relação com o eixo argumentativo. Segundo Castilho (2010), os adjetivos são muito frequentes nas descrições e mais incomuns na narração. No que tange ao *status* informacional, o autor assume, seguindo Bastos (1993), que os adjetivos “desempenham um importante papel na introdução de referentes dos sintagmas nominais em que ocorrem”, funcionando como apresentadores e continuadores de tópico discursivo; quando em posição apositiva¹², contribuem para a coesão textual. Em relação às propriedades discursivas dos adjetivos, com base em Negrão et al. (2008), o autor sustenta a ideia de que o dêitico ‘seguinte’ pode funcionar como um marcador discursivo que introduz tópicos novos, como em “Agora tem o **seguinte** aspecto, a nossa conversa está em torno de dinheiro, de inflação”, e em diferentes estruturas sintáticas (CASTILHO, 2010, p. 535-536, grifo do autor).

¹² Vide menção a Haug ([1983] 1994) na seção 2.1.3.

Baseando-se no estudo de Mosca (1990), Castilho (2010, p. 537) apresenta algumas funções argumentativas que o adjetivo pode desempenhar, entre elas estão caracterização e determinação, desempenhada pelos qualificadores e quantificadores, uma vez que amplia a intensão do substantivo; a função indicial, que por meio de adjetivos modalizadores imprimem no discurso marcas dêiticas e epistêmicas advindas da avaliação do falante para aquilo que se fala; e a modal, constituída por adjetivos terminados em *-vel* e que parecem se encaixar no critério da função indicial. Também podem expressar gradação, “associada à orientação argumentativa do texto”; e afetividade, que se assemelha “à força ilocucionária dos adjetivos”.

Já no final do capítulo sobre o adjetivo, ao dissertar sobre os especificadores do sintagma adjetival, Castilho (2010) apresenta os mais comuns, como os advérbios predicativos qualificadores (indivíduo [**fortemente** marcado pelo destino]) e os advérbios graduadores intensificadores (figuras **meio** doidas). Na sequência, ele também menciona os complementadores de sintagmas adjetivais, que atuam de forma a complementar, por meio de um sintagma preposicional, o sentido de um adjetivo argumental. Essa complementação pode acontecer com adjetivos deverbais (*convencido de tudo*), e não deverbais (*nervoso com o barulho*). Ainda de acordo com Castilho (2010), os complementadores também ocorrem com algumas construções já cristalizadas pelo uso como em “doido **de pedra**” e “amargo **como jiló**” (CASTILHO, 2010, p. 537-539, exemplos e grifos do autor).

2.1.7 Neves

Em sua Gramática de Usos do Português, Neves (2011), seguindo a esteira de Castilho (2010), adota uma abordagem funcionalista, mas considera, sobretudo, o princípio da multifuncionalidade, que para ela, “constitui a chave para uma interpretação funcional da linguagem”. A autora assume que o texto é unidade maior de funcionamento linguístico e que os elementos são multifuncionais. Portanto, a interpretação das categorias linguísticas deve acontecer a partir de seus comportamentos no texto, que é, segundo a pesquisadora, “a real unidade de função” (NEVES, 2011, p. 15). Os exemplos que constam da gramática advêm de

uma base de dados composta por setenta milhões de ocorrências armazenadas no Centro de estudos Lexicográficos da UNESP, em Araraquara, o que revela, assim como Castilho (2010), a preocupação da autora com o discurso, isto é, com a língua em uso.

No tratamento dado aos adjetivos, a autora inicia sua proposta abordando a natureza da classe adjetival e as funções sintáticas desempenhadas pelos adjetivos. Em seguida, Neves (2011) apresenta ainda as subclasses dos adjetivos (qualificadores ou qualificativos e classificadores ou classificatórios), trata da posição adjetival e aborda as particularidades das construções com essa classe gramatical. No final do capítulo, na sessão “apêndice do adjetivo”, a autora trata da classe gramatical sob a ótica morfológica, apresentando as regras de formação do feminino e do plural dos adjetivos. Regras as quais não apresentaremos nesta revisão de literatura, uma vez que esse não é o foco desta pesquisa.

Para Neves (2011, p. 173), “os adjetivos são usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um substantivo”. Essa atribuição de propriedades funciona de modo a qualificar e a subcategorizar. Sobre os tipos de adjetivos existentes na língua portuguesa, a autora diz que existem os adjetivos simples (Pus-me a dar pancadinhas **amigas** no dorso onde a transpiração produzia uma **desagradável** umidade) e os perifrásticos ou locuções adjetivas (Um jovem **do interior** que acabara de chegar a Berlim [...]). Com relação às locuções adjetivas, Neves (2011) advoga no sentido de que não é necessário haver correspondente, como em do interior (interiorano), porque a existência ou não de um adjetivo correspondente é uma questão lexical, e não gramatical. Quanto à sua formação, as locuções adjetivas são constituídas por “de”, “em” ou “a + substantivo” ou por “sem + substantivo” (NEVES, 2011, p. 173-174, grifos da autora)

Neves (2011) dedica uma boa parte do capítulo aos substantivos que podem funcionar como adjetivos, uma vez que podem atribuir as propriedades que possuem a outro substantivo, qualificando-o ou classificando-o; isto é, desempenhando papel de adjetivo, como em “Havia um jeito **garoto** dela de dizer as coisas”, em que

'garoto', colocado à direita do substantivo, atua atribuindo suas características intensionais ao substantivo 'jeito', ajudando na descrição do modo de falar da menina (NEVES, 2011, p. 175, exemplo e grifo da autora).

No que tange às funções sintáticas, Neves (2011) diz que os adjetivos exercem as funções de adjunto adnominal (A aplicação **local** da morfina [...]); predicativo do sujeito (As noites andavam **frias**); predicativo do objeto direto (Tatiana viu Betinha **petrificada**) e indireto (Ainda me lembro delas **mocetonas**); de argumento, ao atuar como um complemento nominal em uma estrutura argumental do nome com o qual ocorre conforme o exemplo "Anita fugia, sem puritanismo, àquela obsessão **matrimonial** e àqueles destemperos do sexo" (= obsessão pelo matrimônio); e também a função apositiva, como em "Viu o cano, **reluzente**, parecia de prata". Para a autora, nesta função, "o adjetivo pode constituir uma expansão de um termo ocorrente na estrutura da oração" e também ser omitido sem que essa estrutura seja afetada. (NEVES, 2011, p. 180-183, exemplos da autora, grifos da autora).

Neves (2011, p. 183, grifos da autora), ao afirmar que o adjetivo também pode exercer uma função sintática de argumento, explicando que "o **adjetivo** tem **função** na **estrutura argumental** do nome com o qual ocorre, isto é, ele exprime o que seria um **complemento** no nome (**complemento nominal**)", a autora inclui a função sintática de complemento nominal para o adjetivo de modo inconsistente com o que se tem registrado acerca das funções sintáticas que o adjetivo pode desempenhar e não explica o critério adotado para tal afirmação, mesmo deixando entrever a noção argumental. Nessa afirmação de Neves (2011), há, portanto, uma mistura de critérios em que a autora parece se valer de um conceito de complemento nominal da gramática tradicional com o da teoria argumental, sem elucidar esse funcionamento do adjetivo.

Já ao tratar da função apositiva que o adjetivo pode exercer, Neves (2011) dá a definição de aposto em vez da de aposição. A autora parece tomar como sinônimos esses dois termos, ao passo que, segundo Haug ([1983]1994), o termo 'aposição' não deve ser confundido com 'aposto'. Diante disso e com base nos exemplos encontrados na gramática de Neves (2011), acreditamos que a autora defende a

ideia de que o adjetivo pode exercer a função de aposto, e sobre esse assunto, existem controvérsias, conforme já mencionado na seção 2.1.3.

Neves (2011) também afirma que os adjetivos podem desempenhar as funções sintáticas próprias de alguns substantivos, quando passa a ser usado como núcleo do sintagma nominal e “isso acontece especialmente com adjetivos que, à força de ocorrer constantemente junto do mesmo substantivo, acabam por assumir o papel desse substantivo, passando a denominar o referente”, como é possível observar em “Os **anticonvulsivantes** estudados no subcapítulo anterior, de grande utilidade no tratamento da epilepsia”, em que “os anticonvulsivantes” se referem aos “remédios anticonvulsivantes”; passando, assim, a aceitar determinação e qualificação (NEVES, 2011, p. 184, grifo da autora). Todavia, acreditamos que se os adjetivos, nestes casos, desempenham funções sintáticas de substantivos, eles também funcionam como substantivos, logo não nos interessam as funções sintáticas desempenhadas por eles e sim pelos adjetivos.

Sobre as subclasses dos adjetivos, Neves (2011) se aproxima bastante de Castilho (2010). A autora diz que os adjetivos podem ser subdivididos em qualificadores e classificadores e, sobre os adjetivos, ela se posiciona da seguinte maneira:

Esses **adjetivos** indicam, para o **substantivo** que acompanham, uma propriedade que não necessariamente compõe o feixe das propriedades que o definem. Diz-se que esses **adjetivos** qualificam o **substantivo**, o que pode implicar uma característica mais, ou menos, subjetiva, mas sempre revestida de certa vaguidade. Essa atribuição de uma propriedade constitui um processo de **predicação**, e, por isso, esses **adjetivos** podem ser considerados de tipo **predicativo** (NEVES, 2011, p. 184-185, grifos da autora).

Para a autora, os adjetivos qualificadores são prototipicamente predicativos, logo diz que são qualificadores os adjetivos constituídos por prefixos de negação (descrente, imaturo, infalível, etc.); aqueles terminados pelos sufixos que indicam derivação verbal como -do, -to e -nte (petrificado, temido, brilhante); entre outros. Os adjetivos qualificadores são graduáveis e intensificáveis, podendo ocorrer também com sufixos e prefixos que transmitem essa ideia de abundância (-oso, -udo, -ucha, etc.) e de intensidade (hiper-, super-, etc.), como em ‘gorducha’ e ‘hipervazio’.

De acordo com Neves (2010), os adjetivos qualificadores exprimem diferentes valores semânticos: de modalização e de avaliação. Os adjetivos qualificadores modalizadores podem ser epistêmicos (asseverativos e de eventualidade) e deônticos. Os modalizadores epistêmicos expressam uma opinião ou um conhecimento do falante denotando certeza, que são os asseverativos (**Claro** que o Bereco é o xerife) ou dúvida, possibilidade, que são os de eventualidade (**É possível** que eu esteja sendo submetida a uma prova). Já os modalizadores deônticos expressam necessidade ou obrigatoriedade por parte do falante, como em “O ensino primário é **obrigatório**” (NEVES, 2011, p. 188-189, grifos da autora).

Os adjetivos qualificadores avaliativos, aqueles relacionados à avaliação psicológica, “exprimem propriedades que definem o substantivo na sua relação com o falante”. Esse processo pode ocorrer em duas direções, da coisa nomeada para o falante (“O hotelzinho da Praça da República era **lamentável**”) e do falante para a coisa nomeada (“Os amigos erguem-lhe um olhar **curioso**”) (NEVES, 2011, p. 189, exemplos da autora, grifos da autora). Esses adjetivos possuem a mesma essência daqueles que Castilho (2010) classificou de adjetivos predicativos modalizadores discursivos.

Já os adjetivos de avaliação de propriedades intencionais “exprimem propriedades que descrevem o substantivo” em qualidade e em quantidade. Os de qualidade indicam positividade, negatividade ou neutralidade (A noiva reparou naquele rapaz **bonito**. / Não chegou a ser **feia**, com o tempo e a doença. / A verdade é que nossa vida poderia ter sido muito **diferente**); são os chamados qualificadores polares para Castilho (2010). Os que exprimem quantidade podem ocorrer com substantivos concretos, indicando dimensão ou medida, caracterizados por Castilho (2010) como dimensionadores (Tinha o cabelo **comprido**, encobrindo-lhe o rosto); e com substantivos abstratos, indicando intensificação (la dar início a **profundas** modificações em sua pessoa) e atenuação (É verdade que o Banco Central interveio, mas a **relativa** estabilidade se deu mesmo devido ao fato de que não há prenúncios de uma crise maior), semelhante ao que Castilho chamou de graduadores. Há também os de definição, que quantifica um modo, qualidade ou estado de coisas, como em “A Alta Mogiana paulista foi surpreendida com uma

queda **brusca** de produção” (NEVES, 2011, p. 189-191, exemplos e grifos da autora).

Os adjetivos que indicam avaliação de termos linguísticos “são epilinguísticos no sentido de que predicam o próprio termo (o substantivo) empregado”, autenticando-o, ao ser qualificado como legitimado pelo uso (O Brasil conhece a cada minuto (e não exagero) um **autêntico** massacre silencioso, incapaz, porém, de gerar indignação), ou relativizando-o, ao atribuir uma característica aproximada, como em “O governo pretende adotar o reajuste automático da inflação para salários mais baixos, com um teto **aproximado** de dois ou três mínimos” (NEVES, 2011, p. 191-192, exemplos e grifos da autora).

Em relação aos adjetivos classificadores ou classificatórios, Neves constata que

Esses **adjetivos** colocam o **substantivo** que acompanham em uma subclasse, trazendo em si uma indicação objetiva sobre essa subclasse. Eles constituem, pois, uma verdadeira denominação para a subclasse, e, portanto, são **denominativos**, e não **predicativos**, possuindo um caráter não vago (NEVES, 2011, p. 186, grifos da autora).

Eles podem corresponder a locuções adjetivas e se coordenar com elas como em “de respiração”, que equivale a “respiratório”, e por não possuírem um caráter vago, aqueles adjetivos com prefixos de valor numérico serão classificados de classificadores (unicelulares, monocromático, etc.), assim como aqueles derivados de nomes próprios como nietzschianos, machadianos, etc. (NEVES, 2011, p. 192-193).

Neves (2011, p. 193) assegura que os adjetivos classificadores também podem expressar noções adverbiais de delimitação ou circunscrição, de localização no espaço, de localização no tempo, de quantidade de tempo transcorrido, de substituição no tempo e de aspecto. A delimitação ocorre quando “o adjetivo restringe o domínio de extensão daquilo que é referido pelo nome” e pode ocorrer do ponto de vista do domínio do conhecimento ([...] um elemento básico do ofício **literário**) ou sob um ponto de vista individual (Aquilo, no entanto, trouxe um problema **individual**) (NEVES, 2011, p.193, exemplos e grifos da autora). Aqui, Neves (2011) insere os adjetivos que restringem o domínio de extensão no rol dos

classificadores, já Castilho (2010, p. 530) os insere no rol dos predicativos quantificadores delimitadores, o que nos mostra que há uma divergência expressiva de classificação semântica entre os autores: para Neves (2011) são classificatórios e para Castilho (2010), predicativos.

Segundo Neves (2011, p. 194), os adjetivos classificadores que indicam localização no espaço podem referir-se a objetos, ações, estados e processos, sendo assim podem denotar localização absoluta (O abrigo **subterrâneo** era inescrutável) e localização relativa (Tratava-se, pelo jeito, de uma nave **central** e duas naves **laterais**, como convém a qualquer igreja que se preze). Os adjetivos classificadores que indicam localização no tempo podem fazer referência ao momento da enunciação, segundo a autora os exofóricos ou dêticos, expressando anterioridade (Pelas histórias que ouvi de minha tia no mês **passado** ainda existe muito a explorar na mansão), posterioridade (No **próximo** sábado a gente vai fazer um piquenique na chácara) e concomitância (A vida não visa ao momento **presente** mas à eternidade do espírito); e a um momento de referência, os endofóricos, também exprimindo anterioridade (Além dos raros concertos futuristas na Itália, na década **precedente**, três apresentações de sua música foram realizadas, em junho de 1921), posterioridade (A redação é **posterior** à 1403) e concomitância (Com Nietzsche à frente, começa a se a pôr em voga, na Europa, o **contemporâneo** sentimento de niilismo diante dos valores morais) (NEVES, 2011, p. 195-197, exemplos e grifos da autora).

No que tange aos adjetivos que revelam quantidade de tempo transcorrido, a autora afirma que eles podem expressar uma quantidade definida (De mãos dadas fazemos a volta completa no muro **centenário**) ou indefinida, com os adjetivos velho, idoso e jovem (O senhor **idoso** voltou a exalta-se), podendo ocorrer pospostos ou antepostos, salvo algumas exceções que só podem ocorrer pospostos como 'maior', em "...o sonho de toda ONG **maior** de idade...", expressando quantidade definida. É importante mencionar que "os adjetivos indicadores de idade tornam-se qualificadores se, à noção de quantidade de tempo transcorrido, se somar uma avaliação sobre a idade", como em "Queria ter algum indício **novo** sobre Lutércio" (NEVES, 2011, p.197-198, exemplos e grifos da autora).

Os adjetivos que indicam substituição no tempo ocorrem sempre antepostos ao substantivo e em dois sentidos: do presente para o passado (O **antigo** presidente do BC Paulo César Ximenes manteve os juros sempre estáveis) e do passado para o presente (José Romualdo Bahia é o **novo** presidente da Associação Comercial de Minas Gerais). Quanto aos adjetivos que expressam a noção adverbial de aspecto, a autora diz que esses adjetivos conferem “uma noção aspectual (aspecto pontual, durativo, frequentativo, etc.) à ação, processo ou estado referido pelo nome”; e tal ocorrência se dá sem implicação numérica (Em seu silêncio **habitual**, Maria Luiza ouve a conversa) e com implicação numérica (Quando comecei essa viagem **mensal** mandei um bilhete para minha noiva) (NEVES, 2011, p.198-199, exemplos e grifos da autora).

No que diz respeito a esses adjetivos considerados por Neves (2011) como classificadores que expressam a noção adverbial de aspecto, encontramos mais uma diferença significativa de classificação semântica entre a autora e Castilho (2010), embora compartilhem de uma mesma vertente teórica. Castilho (2010) coloca os adjetivos denotadores de aspecto dentro da categoria semântica dos qualificadores aspectualizadores, e não os identifica como classificadores como faz Neves (2011). Outro ponto observado, é que Neves (2011) reúne os adjetivos com valores adverbiais de tempo e lugar como sendo subcategorias dos adjetivos classificadores e Castilho (2010) cria a subclasse dos Dêiticos para comportar tais adjetivos.

Entretanto, Neves (2011) dá uma importante contribuição quando assegura que existe uma permeação entre as subclasses. Ao falar sobre essa permeação entre as subclasses, a autora nos mostra que, a depender do substantivo com o qual os adjetivos se constroem, eles podem mudar de classes, qualificadores passam a classificadores e vice-versa. Classificadores funcionam como qualificadores em um uso metafórico, por exemplo, como em “Desconhecido olhava a cena tomado dum **subterrâneo** temor”; ou quando recebem gradação, como em “Marisaura, de sapato baixo, grosseiro, num vestido claro, simples e não **muito feminino**, olha concentradamente através da janela”. Um exemplo interessante é a ocorrência de um mesmo adjetivo funcionando como classificador e como qualificador em

sintagmas do mesmo tipo: “Ele planta as suas batatas **doces** e as come - elas são batatas **doces**”. (NEVES, 2011, p. 199-200, exemplos e grifos da autora). Na primeira ocorrência, o adjetivo ‘doces’ é classificador, porque especifica o tipo da batata que é cultivada: a batata doce, e não a inglesa ou asterix, por exemplo. Já na segunda ocorrência, o adjetivo “doce” é qualificador, pois atribui às batatas a característica de serem adocicadas, de possuírem um sabor doce.

A menção expressa da permeação entre as subclasses é muito relevante porque mostra efetivamente que uma classe pode funcionar como outra; um adjetivo qualificador pode funcionar como classificador e vice-versa a depender do contexto. Isso é muito importante ressaltar, uma vez que essa afirmação é amparada pela abordagem teórica à qual a autora está filiada e ao mesmo tempo ratifica o princípio funcionalista que assume a existência de gradação categorial. Isso nos leva a raciocinar que a não discrepância entre as categorias também se afirma nas subcategorizações de uma mesma categoria lexical, ou seja, se em determinados contextos um adjetivo classificador pode funcionar como qualificador e vice-versa, é instaurada a existência da gradação também nas subclassificações existentes no interior de uma mesma categoria lexical.

Em relação à posição adjetival, Neves (2011) mostra que adjetivos classificadores e qualificadores ocupam diferentes posições no sintagma e estão ligadas à diferença de comportamento dessas duas subclasses. De um modo geral, e salvo algumas exceções apresentadas pela autora, os adjetivos qualificadores, por serem considerados livres, ocorrem mais frequentemente pospostos ao substantivo, a posição anteposta é mais marcada e atribui um sentido com grau maior de subjetividade, reforçando o caráter avaliativo. No entanto, há adjetivos qualificadores que só ocorrem em uma posição, são os fixos.

A autora faz vários apontamentos sobre as posições que cada tipo de adjetivo qualificador ocupa, e ainda, sobre aqueles que predicam substantivos abstratos, porém não nos ateremos a essas particularizações porque nosso interesse primeiro não é colocação do adjetivo no sintagma, mas tais considerações poderão nos ser úteis em algum momento de nossas análises, por isso, as deixaremos para consulta.

Já a posição dos adjetivos classificatórios é sempre posposta, exceto em construções cristalizadas como em “O **pátrio** poder era exercido pelo homem...” e a depender do contexto. Quando há mais de um na sentença, eles geralmente ocorrem em sequência (NEVES, 2011, p. 200-212, exemplo e grifo da autora).

Neves (2011) também registra em sua gramática algumas particularidades de construções com adjetivos. A autora menciona que uma construção com substantivo + adjetivo ou vice-versa pode apresentar um valor unitário formando, assim, uma unidade lexical. Pode ocorrer com adjetivos qualificadores (Pantaleão sorriu, disse ao filho que o **bom humor** ajuda muito) e sobretudo, com os adjetivos classificadores, uma vez que ao constituir um todo semântico com o substantivo escopado é possível até encontrar uma palavra na língua que corresponda ao mesmo valor da unidade lexical formada: choque elétrico (eletrochoque). Além disso, a autora nos mostra que um mesmo substantivo pode receber duas predicções ao mesmo tempo, pois pode vir antecedido de um adjetivo e seguido por outro formando camadas (Do cigarro, entre os dedos, fumegante, desprende-se um troço de cinza: era agora um **pequeno** ponto **incandescente**); que adjetivos de uma mesma subcategoria podem ser coordenados, principalmente os qualificadores devido à sua maior autonomia no interior do sintagma nominal, que um adjetivo qualificador pode ser empregado sozinho em um enunciado, constituindo uma frase nominal, ele pode também compor uma sentença exclamativa, entre outras particularidades (NEVES, 2011, p. 213-219, exemplos e grifos da autora).

A partir do que foi visto, em Neves (2011) e Castilho (2010), percebemos que eles se aproximam em vários pontos de suas gramáticas, até mesmo em congruência à abordagem teórica a que estão filiados. Todavia, como foi apontado ao longo da revisão da literatura de Neves (2011), notamos que também há divergências de classificação semântica entre os autores, diferenças de classificação tanto entre as subclasses como entre as classes. Como pudemos ver, três tipos de adjetivos são classificados de forma diferente no sentido de pertencerem a classes semânticas distintas. Os adjetivos que indicam aspecto e delimitação de domínio são para Castilho (2010, p. 529 e 530) qualificadores, ao passo que para Neves (2011, p. 199 e 193) são classificadores. Já os que indicam localização pertencem à classe dos

dêiticos, em Castilho (2010, p. 534), e, em Neves (2011, p. 194), à classe dos adjetivos classificadores.

Ainda que exista a possibilidade de permeação entre as subclasses, de acordo com o exposto por Neves (2011, p. 199), isso não justifica a troca de classe semântica feita por esses dois linguistas porque o que foi exposto pela pesquisadora trata-se de um tipo diferente de transição categórica. Conforme foi mostrado na revisão de literatura até agora, os qualificadores funcionam de modo diferente dos classificadores. Sendo assim, a justificativa para essa divergência de classes está relacionada, possivelmente, com uma tomada de posição teórico-analítica por parte dos autores.

Ao observar como os adjetivos são tratados na literatura, pensamos ser de bastante relevância discutir de maneira mais aprofundada sobre as funções sintáticas que os adjetivos podem desempenhar, tendo em vista que um dos nossos principais objetivos é interpretar a força argumentativa desses elementos nas diferentes posições sintáticas em que ocorrem. Assumiremos que eles podem funcionar sintaticamente como adjunto adnominal, predicativo do sujeito e predicativo do objeto direto e do indireto com base em Rocha Lima ([1972] 2010), Castilho (2010) e parte em Neves (2011).

Fundamentando-nos nos argumentos anteriormente apresentados com base em Haug ([1983] 1994), decidimos não considerar que o adjetivo desempenha a função sintática de aposto nem sua função na estrutura argumental do nome com o qual ocorre, como adotado em Neves (2011). Logo, a seção seguinte tratará dessas funções nas quais acreditamos que os adjetivos podem ocorrer, porém de uma maneira mais objetiva e didática.

2.2 FUNÇÕES SINTÁTICAS QUE O ADJETIVO PODE DESEMPENHAR

Com base no que já foi mencionado no capítulo anterior sobre os adjetivos, recapitularemos as funções sintáticas que eles podem desempenhar e explicaremos

mais detidamente sobre cada uma dessas funções. A partir da reunião de conceitos encontrados em Rocha Lima ([1972] 2010), Castilho (2010), Neves (2011), e em alguns outros autores, que não foram apresentados na seção da revisão da literatura em razão de não torná-la extensa demais, repetitiva e, portanto, exaustiva, mas que dão uma contribuição relevante em termos de função sintática, discutiremos com mais detalhes sobre as funções sintáticas nas quais o adjetivo pode ocorrer: adjunto adnominal, predicativo do sujeito e predicativo do objeto direto e do indireto. Nas seções subsequentes, explanaremos sobre cada uma dessas funções.

2.2.1 O adjetivo na função de adjunto adnominal

Nos estudos gramaticais, aos adjuntos adnominais é atribuída a ideia de que eles desempenham um papel acessório na sentença, atribuindo características ou determinando o substantivo, sendo considerados, pois, um termo dispensável da oração, assim como o aposto e o adjunto adverbial (CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, [1928] 2009; CASTILHO, 2010, etc.).

Cunha e Cintra (2008) advogam no sentido de que os adjuntos adnominais se referem aos substantivos “sem intermediário” vindo posposto ou anteposto a ele e servem para “especificar ou delimitar o significado de um substantivo”. Para eles, quando o adjetivo desempenha a função sintática de adjunto adnominal, ele forma junto com o substantivo um conjunto significativo “marcado pela unidade de acento e entoação e pela identidade de função sintática”. Na oração “**Seus olhos negros** me encantam...”, Cunha e Cintra (2008) afirmam que o sujeito da oração é toda a unidade significativa e acentual, não apenas “olhos”, por isso ratifica que os adjuntos adnominais (“seus” e “negros”) desempenham uma função sintática acessória, secundária ao núcleo do sujeito da oração (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 164, 275-276, exemplos e grifos dos autores).

Já Bechara ([1928] 2009) defende que os adjuntos adnominais são determinantes nominais e possuem a função de expandir uma expressão nominal, independentemente de seu núcleo, ao acrescentar uma ideia acidental ao substantivo núcleo dessa expressão nominal. Para ele, essas expansões formam

um “grupo unitário sintagmático nominal” e “não alteram a relação gramatical do núcleo, mas tão somente aludem a aspectos diferentes da realidade do conteúdo significativo do substantivo ou da expressão nominal a ele equivalente”, exercendo assim a mesma função que o núcleo exerce na oração independente de seus determinantes. Nesse sentido, existe uma aproximação com o que Cunha e Cintra (2008) postularam sobre o que chamaram de unidade significativa e acentual. No exemplo dado por Bechara ([1928] 2009) “Passei **belos dias** em cidades agradáveis” (BECHARA, [1928] 2009, p. 449-450, exemplo e grifos do autor), os termos grifados constituem o que autor chama de grupo sintagmático nominal e atuam sintaticamente como objeto da oração, em que “belos” é adjunto adnominal e compõe o objeto direto juntamente com “dias”.

Para Castilho (2010, p. 308 e 309), os adjuntos adnominais incidem sobre um substantivo para predicá-lo, classificá-lo ou dispô-lo em um eixo espaço temporal. Essa descrição está relacionada às classificações semânticas dos adjetivos por ele descritas e aqui apresentadas em 2.1.7. Para esse autor, os adjuntos adnominais podem ser predicativos (modalizador, quantificador ou qualificador), verificadores (classificadores pátrios ou gentílicos) e dêiticos (locativos e temporais), seguindo assim, a ideia de classificação semântica por ele dada aos adjetivos.

Partindo de um consenso entre diferentes autores, os adjuntos adnominais, de modo geral e sintetizado, como o próprio nome já sugere, ocorrem junto do nome, ou seja, acompanhando o substantivo no interior de um sintagma nominal em que o substantivo é o núcleo. Logo, podem desempenhar essa função adjetivos qualificadores (Crime é tentar roubar o meu **verdadeiro** triplex!¹³), adjetivos classificadores (No fundo, no fundo, a gente tá torcendo pela seleção **brasileira!!!**¹⁴), artigos (Já leu **os** comentários?!¹⁵), numerais adjetivos (**9 ½** anos¹⁶), pronomes adjetivos (Não jogou nada! Mas **aquela** topete ficou mais bonito que o teu!¹⁷), locuções adjetivas (Crise **sem fim**¹⁸), etc. (exemplos retirados do *corpus* e grifos

¹³ Vide Anexo B

¹⁴ Vide Anexo C

¹⁵ Vide Anexo D

¹⁶ Vide Figura 4 (p. 190)

¹⁷ Vide Figura 18 (p. 237)

¹⁸ Vide Anexo E

nossos). Os adjetivos e locuções adjetivas que desempenham a função sintática de adjunto adnominal atuam atribuindo uma característica, qualidade, ou inserindo o substantivo com o qual ocorrem em uma classe, relacionada a uma classificação semântica exercida por adjetivos classificadores. Sendo assim, nos interessam os adjuntos adnominais com ocorrência de termos com valores adjetivos, sejam esses termos adjetivos, locuções adjetivas ou algum outro, que funcionem sintaticamente como adjuntos adnominais.

No que tange ao caráter acessório atribuído aos adjuntos adnominais, é possível perceber que, em termos de sintaxe, os elementos que desempenham essa função podem, muitas vezes, ser retirados da oração sem trazer prejuízo sintático, sem que a oração se torne agramatical. No entanto, se levados em conta os eixos pragmáticos e discursivos nas análises linguísticas, é possível observar que sua ausência pode acarretar prejuízos para o sentido da oração, já que, discursivamente, essas funções sintáticas são indispensáveis para o cumprimento do propósito comunicativo em diferentes situações de uso da língua. Santos (2016) mostrou, ao analisar os adjuntos adverbiais em propagandas, por exemplo, também pensados como um termo acessório da oração, que além de desempenharem no âmbito pragmático-discursivo papel fundamental na caracterização do gênero em questão, são também imprescindíveis para o cumprimento do propósito comunicativo por parte do anunciante.

Nessa lógica, e até mesmo pela orientação teórica deste trabalho, que aborda dimensões morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmático-discursivas, pensamos que os adjuntos adnominais possuem um papel discursivo importante e, nesse sentido, não deveriam ser pensados como um termo acessório, dispensável. Um aspecto de grande importância da função sintática “adjunto adnominal” na língua em uso, que envolve a presença de adjetivos, por exemplo, já pode ser percebida a partir do trabalho desenvolvido por Bastos (1993) ao falar de sua atuação como cofunção do substantivo no processo de referência de entidades discursivas. Talvez esta tese também poderá contribuir para refutar essa noção de elemento ‘acessório’ que envolve o adjetivo na função sintática de adjunto adnominal.

Passemos agora para o próximo item que versará sobre função sintática de predicativo do sujeito.

2.2.2 O adjetivo na função de predicativo do sujeito

O predicativo do sujeito é tradicionalmente considerado um termo essencial da oração, podendo ocorrer em um predicado nominal ou verbo-nominal. Nos termos de Rocha (2017), o predicativo do sujeito “é o termo que, por meio de um verbo de ligação (explícito ou elíptico), relaciona-se ao sujeito, atribuindo-lhe uma característica, um modo de ser, um estado ou uma mudança de estado”. As categorias morfológicas que podem atuar sintaticamente como predicativo do sujeito são os adjetivos (Vovó está **cansada**), substantivos (Minha sogra foi **o pivô da intriga**), pronome (O mentiroso é **ele**), numeral (Somos **três**: eu, você e Deus), oração substantiva predicativa (A verdade é **que eu sempre amei você**) e locução adjetiva (Essa parede está **sem cor**) (exemplos e grifos nossos).

Segundo Cunha e Cintra (2008), os adjetivos, quando em função predicativa, transmitem uma qualidade ao substantivo por intermédio de um verbo de ligação, podendo este estar implícito ou explícito. Tal afirmação se coaduna com o posicionamento de Neves (2011) ao dizer que o adjetivo predicativo pode ocorrer com o verbo de ligação expresso ou não na oração. Neves (2011) salienta que, quando, na presença de um verbo de ligação, o adjetivo é o núcleo do predicado nominal exerce a função de predicativo do sujeito (“As noites andavam **frias**” / “Ela não esteve **doente**”) (NEVES, 2011, p. 180-181, exemplos e grifos da autora).

A função sintática “predicativo” não faz referência somente ao sujeito conforme apresentado nesta seção. Essa função sintática também pode referir-se ao objeto direto ou ao objeto indireto, porém com algumas diferenças sintáticas como veremos a seguir.

2.2.3 O adjetivo na função de predicativo do objeto direto e do indireto

Além do predicativo do sujeito, conforme visto na seção anterior, existem também as funções sintáticas conhecidas por predicativo do objeto direto (doravante PO) e predicativo do objeto indireto (doravante POI) (CUNHA E CINTRA, 2008; BECHARA, [1928] 2009; ROCHA LIMA, [1972] 2010; NEVES, 2011, entre outros), embora não exista um consenso entre os estudiosos acerca dessa última classificação sintática. Ainda assim, decidimos adotar também a função sintática de predicativo do objeto indireto neste trabalho, uma vez que, embora rara seja a ocorrência, o adjetivo aparece nessa função sintática e isso nos interessa.

De acordo com Neves (2011), o predicativo do objeto ocorre em predicados verbo-nominais, isto é, em predicados cujo núcleo é um verbo (que não seja de ligação) e há a presença de um adjetivo (“Tatiana viu Betinha **petrificada**” [PO] / “Ainda me lembro delas **mocetonas**” [POI]) (NEVES, 2011, p. 181-182, exemplos e grifos da autora). De modo geral, assim como o predicativo do sujeito, o predicativo do objeto também caracteriza, qualifica e atribui certas propriedades, entretanto faz referência, como o próprio nome já diz, ao objeto da oração, isto é, ao complemento verbal, seja ele direto ou indireto. Por isso, são geralmente os adjetivos que desempenham essa função sintática, como pudemos verificar nos exemplos arrolados por Neves (2011), quando o adjetivo “petrificada” faz referência ao objeto direto “Betinha” e quando o adjetivo “mocetonas” incide sobre o objeto indireto “delas”.

Bechara ([1928] 2009), também salienta que os POs são geralmente representados por um adjetivo, mas apresentam-se “numa relação semântica intermédia, entre a realidade comunicada pelo verbo e uma qualificação ao signo lexical núcleo”, nesse caso, núcleo do complemento verbal, resultando em uma “frouxidão relacional com o verbo”, o que lhe permite ser suprimido de uma oração sem que ela se torne agramatical (O auditório ouviu os conferencistas **atento**. / O auditório ouviu os conferencistas.). Todavia, pensamos que a supressão do adjetivo nesses contextos sintáticos, conforme salientou Bechara ([1928] 2009), pode provocar na língua em uso diferentes efeitos de sentido a depender da intenção dos falantes (BECHARA, [1928] 2009, p. 429, exemplos do autor, grifo nosso).

Geralmente, os POs podem ocorrer, de acordo com Fonseca (1993), na presença de vários tipos de verbos, entre eles estão os verbos que indicam opinião, percepção intelectual ou física, etc. como ‘achar’, ‘considerar’, ‘julgar’, ‘crer’, ‘saber’, ‘declarar’, ‘avaliar’, ‘sentir’, ‘ver’, ‘reconhecer’, etc. (“Eu considero o Zé **distraído**”); verbos que denotam vontade, como ‘querer’, ‘desejar’, ‘preferir’, etc. (“Quero a sala **limpa**”); verbos causativos, sejam eles existenciais, como criar, pintar, desenhar, escrever, etc. (“O Zé pintou a sua primeira tela demasiado **escura**”); apenas causativos, que denotam processos de seleção ou nomeação, bem como seus antônimos, como ‘eleger’, ‘nomear’, ‘promover’, ‘demitir’, ‘destituir’, etc. (“Os colegas elegeram o Zé **chefe de turma**”); causativos que designam denominação ou atribuição de qualidades, como chamar, apelidar, classificar, qualificar, etc.; entre outros verbo que podem denotar causatividade, como ‘tornar’, ‘fazer’, ‘deixar’ (“A Ana deixou o Zé **em crise/triste/entristecido**”) e também com o verbo ‘ter’ (“O Zé tem as mãos **dormentes**”) (FONSECA, 1993, p. 51-59, exemplos do autor, grifos nossos).

Além disso, embora menos comum a presença de PO com verbos que indicam percepção, sentimento, atividade e ação, Fonseca (1993) salienta que esse tipo de ocorrência também é possível, como nestes exemplos arrolados pelo autor: “O Zé tomou/bebeu o café **bem quente**”, “A Ana colheu/comprou/vendeu/deu/recebeu/encontrou os legumes **frescos**”, “Ana detesta/gosta de/ aprecia/ o chá **frio**”. Somam-se aqui os tipos de verbos denominados pelo autor “transitivos locativos”, como ‘levar’, ‘tirar’, ‘por’ (“A Ana levou o filho para Coimbra **doente**” / “O Zé pôs o livro na mesa **aberto**”) (FONSECA, 1993, p. 59-61, exemplos do autor, grifos nossos).

Os predicativos do objeto indireto, segundo Rocha Lima ([1972] 2010) ocorrem mais raramente. Além de Rocha Lima ([1972] 2010), autores como Bechara ([1928] 2009) e Cunha e Cintra (2008) parecem restringir a ocorrência do predicativo do objeto indireto apenas na presença do verbo ‘chamar’ (“Nós lhe chamávamos **doutor**”) (BECHARA, [1928] 2009, p. 429, exemplo e grifo do autor). Entretanto, o predicativo do objeto indireto também pode apresentar-se com o verbo ‘lembrar’, conforme o exemplo anteriormente apresentado com base em Neves (2011).

Após essa breve explanação das funções sintáticas que os adjetivos podem desempenhar, consideramos necessário estabelecer alguns critérios de distinção entre as funções sintáticas adjunto adnominal x predicativo do objeto direto e adjunto adnominal x complemento nominal, porque pensamos serem passíveis de confusão de classificação, justamente pelo fato de ocorrerem, respectivamente, em um mesmo sintagma nominal e em locuções adjetivas.

2.3 CRITÉRIO DE DISTINÇÃO ENTRE ADJUNTO ADNOMINAL E PREDICATIVO DO OBJETO

Muitas vezes é passível de confusão a classificação entre o adjunto adnominal, que envolve o adjetivo, e o predicativo do objeto pelo fato de as estruturas, em que ambos ocorrem, serem semelhantes, ou seja, os adjetivos que nessas funções sintáticas estão no interior de um sintagma nominal em que o substantivo é o núcleo e a classe escopada, portanto ambos atuam predicando o nome com o qual ocorrem. Quando o adjunto adnominal está em um sintagma nominal localizado na posição do objeto é que a dúvida de classificação reside, pois o adjetivo como adjunto adnominal também pode ocorrer predicando o núcleo do objeto. Porém, existem algumas maneiras práticas de fazer a distinção entre as duas classificações sintáticas, uma delas está relacionada à relação semântica entre o sujeito, o verbo e o objeto.

No predicativo do objeto, normalmente, a predicação atribuída ao objeto é exercida pelo sujeito do predicado verbo-nominal, seja ele estando expresso na sentença ou fora dela e resgatável no contexto, na presença de verbos do tipo avaliativo (achar, julgar, considerar, nomear, proclamar, eleger, etc.), entre outros verbos mencionados anteriormente com base em Fonseca (1993). Nesses casos em que se combinam sujeito, verbo e objeto, ou melhor, quando a predicação atribuída ao objeto tenha sido exercida pelo sujeito gramatical, o predicativo incide sobre o complemento. Essa característica atribuída ao objeto pode ser pensada como sendo 'provisória', porque não indica uma característica ou qualidade inerente ao nome predicado (esse conceito também pode ser alcançado a partir da leitura de Fonseca

(1993)). Essa característica ou qualidade é dada por um sujeito gramatical que pode mudar de opinião, uma vez que os sujeitos (participantes do discurso) estão sempre em constantes mudanças. O mesmo não ocorre com adjuntos adnominais, já que a predicação que eles atribuem ao núcleo do objeto não tem relação com uma avaliação do sujeito gramatical em relação a esse objeto, ou seja, a predicação atribuída ao nome independe do sujeito da sentença.

Outra maneira de distinguir o predicativo do objeto do adjunto adnominal é aplicando um teste de substituição do objeto direto ou indireto pelo pronome substantivo correspondente, isto é, por um pronome pessoal oblíquo equivalente ao objeto. Se o pronome substantivo absorver o nome e o adjetivo que compõem o sintagma nominal, o adjetivo em questão será adjunto adnominal. Porém, se ao aplicar o teste de substituição o pronome substantivo absorver apenas o nome, deixando o adjetivo em destaque, esse adjetivo será predicativo do objeto.

Para atestarmos na prática a diferença entre o predicativo do objeto e o adjunto adnominal, a partir da aplicação das sugestões anteriormente mencionadas, observaremos os seguintes exemplos¹⁹:

- 1) Os alunos resolveram a questão **difícil**.
- 2) Os alunos consideraram a questão **difícil**.

Nos exemplos (1) e (2), os sintagmas nominais que contém adjetivo ocorrem no objeto direto e, em ambas as sentenças, o adjetivo 'difícil' escopa o substantivo 'questão'. Porém, a função sintática desempenhada pelo adjetivo nas duas sentenças é diferente. Em (1), o adjetivo 'difícil' funciona sintaticamente como adjunto adnominal e em (2), o mesmo adjetivo funciona como predicativo do objeto.

Se substituirmos o objeto direto de (1) pelo pronome correspondente, a sentença seria "Os alunos resolveram-na". Aqui o pronome "na" absorve o adjetivo "difícil"

¹⁹ Esses são exemplos que foram criados para facilitar o entendimento do que estamos abordando nesta seção. Mesmo que usar frases descontextualizadas vá de encontro à teoria que embasa esta tese, pautamo-nos no estudioso funcionalista Givón que, embora critique os exemplos elaborados (criados), entende que há momentos em que precisamos lançar mão de exemplos fabricados.

junto com o substantivo, logo todo o sintagma (questão difícil) está contido no pronome. Nesse exemplo, o adjetivo funciona sintaticamente como adjunto adnominal. Se fizermos o mesmo com a sentença apresentada em (2), teríamos “Os alunos consideraram-na difícil”. Nessa sentença, o adjetivo ‘difícil’ não foi absorvido pelo pronome e ficou fora da substituição, então o adjetivo em questão é classificado como predicativo do objeto. Em (2), o sujeito ‘os alunos’ é que atribui ao objeto ‘questão’ a propriedade ‘difícil’, ou seja, a questão é difícil segundo os alunos. Os alunos consideraram, julgaram, avaliaram a questão como sendo difícil. Em (1), a questão já era considerada difícil independentemente da opinião dos alunos, isto é, do sujeito da oração.

Outro modo de pensar na diferença entre o predicativo do objeto e o adjunto adnominal é seguindo a proposição de Rocha (2017, grifos da autora). Para ela, o predicativo “exprime uma característica **nova, circunstancial**, atribuída ao **nome**”, já o adjunto adnominal “exprime uma característica **constante, fixa**, já conhecida do nome”. Esse apontamento de Rocha (2017) dialoga de certa forma com o que foi anteriormente mencionado sobre a relação entre o sujeito, verbo e objeto. A característica nova atribuída ao nome será dada pelo sujeito da oração, podendo sofrer alteração, logo é transitória e não constitui uma característica inerente ao nome. Mas, a característica já conhecida do nome é veiculada pelo adjunto adnominal que exprime uma qualidade própria e constante do substantivo a que se refere.

O Quadro 3, na página seguinte, resume o que abordamos até agora e mostra de modo didático, alguns critérios que podem ser considerados para distinguir o funcionamento sintático do adjetivo quando este ocorre em um sintagma nominal localizado na posição de objeto, já que tanto adjuntos adnominais quanto predicativos do objeto podem ocorrer nessa mesma ambiência linguística.

Quadro 3 - Adjunto adnominal x predicativo do objeto – sintagma nominal em posição de objeto

	ADJUNTO ADNOMINAL	PREDICATIVO DO OBJETO
SINTAGMA NOMINAL EM POSIÇÃO DE OBJETO	A predicação atribuída ao núcleo do objeto independe de uma avaliação do sujeito em relação ao objeto da oração. Ex: Maria disse palavras carinhosas (as palavras já são consideradas carinhosas independentemente do julgamento de Maria)	A predicação é atribuída ao núcleo do objeto pelo sujeito do predicado verbo-nominal expresso ou não na oração, mas resgatável no contexto. Ex: João achou Luana bonita (o sujeito 'João' é que atribuiu ao objeto 'Luana' a característica de ser 'bonita').
	Exibe característica ou qualidade própria e constante do substantivo a que se refere. No exemplo “Maria disse palavras carinhosas ”, “carinhosas” exprime uma característica inerente ao nome, que não é transitória.	Exprime uma característica ou qualidade provisória e não inerente ao substantivo a que se refere. No exemplo “João achou Luana bonita ”, a opinião de João pode mudar com o tempo.
	O sintagma nominal em que o adjetivo ocorre pode ser todo substituído por um pronome pessoal oblíquo correspondente: Os alunos resolveram a questão difícil – Os alunos resolveram- na (difícil=adjunto adnominal)	Apenas o substantivo núcleo do sintagma nominal é absorvido pelo pronome oblíquo. O adjetivo fica fora da substituição: Os alunos consideraram a questão difícil – Os alunos consideraram- na difícil (difícil-predicativo do objeto) Geralmente ocorre na presença de verbos do tipo avaliativo como achar, julgar, considerar, nomear, proclamar, eleger, etc. Ex: Todos <u> julgavam</u> -no culpado .

Fonte: Elaborado pela autora (exemplos e grifos nossos).

Além da dúvida de classificação que pode existir entre adjunto adnominal e predicativo do objeto no interior de um sintagma nominal classificado sintaticamente por objeto, também existe uma dificuldade de distinguir adjunto adnominal de complemento nominal, porém diante de locuções adjetivas geralmente iniciadas pela preposição “de”. Em vista disso, veremos na seção 2.4 como reconhecer quando um termo se trata de uma função sintática ou outra.

2.4 CRITÉRIO DE DISTINÇÃO ENTRE ADJUNTO ADNOMINAL E COMPLEMENTO NOMINAL

Com base no que foi exposto anteriormente e de acordo com o consenso existente na tradição gramatical, o adjunto adnominal é visto como um termo “acessório” da oração e o complemento nominal é considerado um termo integrante, ou seja, um termo preposicionado que integra, complementa o sentido de um substantivo, de um adjetivo ou de um advérbio (ROCHA LIMA [1972] 2010; BECHARA [1928] 2009; CUNHA; CINTRA, 2008).

A dificuldade para diferenciar um termo como adjunto adnominal do complemento nominal reside na presença de locuções adjetivas geralmente iniciadas pela preposição “de” que fazem referência a substantivos. Logo, tanto adjuntos adnominais quanto complementos nominais podem estar representados por uma locução adjetiva (preposição + substantivo), como atesta Rocha Lima ([1972] 2010) em “copo **de vinho**” (adjunto adnominal) e “invasão **da cidade**” (complemento nominal) (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 297, exemplos e grifos do autor). Por uma questão didática e pelo fato de que levaremos em conta, nesta pesquisa, as funções sintáticas que o adjetivo pode desempenhar, é que a distinção entre essas classificações se faz necessária, haja vista que um termo preposicionado com valor adjetivo pode funcionar sintaticamente como adjunto adnominal, função sintática esta que nos interessa.

Concordamos com Rocha Lima ([1972] 2010, p. 297) que o ponto central da distinção entre o adjunto adnominal e complemento nominal “mergulha raízes no conceito (por excelência complexo) de transitividade e intransitividade; e ainda se prende, em certa medida, ao problema (não menos complexo) de emprego concreto ou abstrato do substantivo”. Sendo assim, de acordo com esse mesmo autor, os substantivos que os adjuntos adnominais acompanham são intransitivos²⁰, isto é, não necessitam de outro termo para complementar o seu sentido (“rosa **com espinhos**”), e os substantivos que os complementos nominais acompanham são transitivos, precisam de complementação (“conversa **com o pai**”). Para Rocha Lima

²⁰ Essa noção de transitividade e intransitividade do substantivo, bem como de verbos e adjetivos, pode ser visto com mais detalhes em Borba (1996) ao tratar da estrutura argumental dessas classes.

([1972] 2010), somente os substantivos abstratos de ação ou de qualidade é que podem ser empregados com valor transitivo, porque, enquanto os abstratos de ação correspondem ao verbo da mesma família que exige o objeto (“inversão **da ordem**” – “inverter **a ordem** – OD”), o de qualidade é derivado de adjetivo e admite o uso transitivo (“certeza **da vitória**” – “certo **da vitória**”) (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 297-298, exemplos e grifos do autor).

Além disso, os adjuntos adnominais ocorrem, em sua grande maioria, com substantivos concretos, mas também ocorrem com substantivos abstratos; e os complementos nominais ocorrem, na maioria das vezes, com substantivos em princípio abstratos. Porém, em Ignácio (2002 p. 56-57), verificamos que alguns complementos nominais também podem ocorrer com substantivos concretos quando estes terminam em “-dor” ou “-tor” e suas flexões ou com outros substantivos concretos, geralmente de raiz verbal, e por equivalerem a uma oração adjetiva, conforme atesta o seguinte exemplo: “Prenderam o matador **de crianças** (= que mata **crianças**)” Nesse caso, a locução adjetiva se caracteriza como paciente da ação (o parágrafo seguinte explica melhor sobre esse critério de distinção). Entretanto, se a locução adjetiva estabelecer uma relação de qualidade, delimitação, origem, etc., será adjunto adnominal, já que, neste caso, a locução não se caracterizaria como o paciente da ação: “O bandido era um matador **de sangue frio** (equivalente a “cruel”, “desumano”, etc.) (IGNÁCIO, 2002 p. 56-57, exemplo e grifos do autor).

A dificuldade maior em classificar um termo preposicionado como complemento nominal ou como adjunto adnominal é quando uma locução adjetiva é formada pela preposição “de” mais um substantivo abstrato, tendo em vista que ambas as classificações podem ocorrer com esse tipo de substantivo. Neste caso, devemos observar se o termo preposicionado constitui o objeto da ação, paciente da ação contida no substantivo, se sim, estaremos diante de um complemento nominal; mas se estivermos diante de uma locução adjetiva que não constitui o objeto de uma ação, mas atua como agente do que é expresso pelo substantivo, então estaremos diante de um adjunto adnominal. Seguem os seguintes exemplos citados por Rocha

Lima ([1972] 2010) em que o substantivo “invenção”, com o qual a locução adjetiva ocorre, é um substantivo abstrato:

- a) A invenção **de palavras** caracteriza o estilo de Guimarães Rosa.
(Complemento nominal: “palavras” é o objeto, a coisa inventada, o paciente da ação contida no substantivo “invenção” – aqui usado, portanto, transitivamente).
- b) A invenção **de Santos Dumont** abriu caminho à era interplanetária.
(Adjunto adnominal: “Santos Dumont” não é o objeto da ação, o paciente, a coisa inventada; e sim o seu agente. A ação expressa pelo substantivo não vai além dele – o que lhe dá o caráter de palavra intransitiva) (ROCHA LIMA, [1972] 2010, p. 298, grifos do autor).

Rocha Lima ([1972] 2010) diz que, quando uma locução adjetiva desempenha o papel de agente sobre a ação expressa pelo substantivo com o qual ocorre, ela estará desempenhando a função sintática de adjunto adnominal. Porém, acrescentamos aqui que, além de a locução indicar agente, ela também poderá indicar posse daquilo que expressa o substantivo, como podemos ratificar ainda observando o exemplo anterior arrolado por Rocha Lima ([1972] 2010) “A invenção **de Santos Dumont** abriu caminho à era interplanetária”, em que “de Santos Dumont” indica agente (Santos Dumont foi quem inventou) e também posse (a invenção pertence a Santos Dumont).

Para fins didáticos, apresentamos um quadro com base no que foi apresentado sobre a diferença entre os adjuntos adnominais e complementos nominais no que tange às locuções adjetivas ligadas a substantivos:

Quadro 4 - Complemento nominal x adjunto adnominal – locução adjetiva

	ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
LOCUÇÃO ADJETIVA	O substantivo com o qual ocorre é intransitivo	O substantivo com o qual ocorre é transitivo
	Relaciona-se com substantivos concretos e abstratos	Relaciona-se apenas com substantivos abstratos, salvo algumas exceções
	Indica posse ou agente da ação expressa pelo substantivo	Será paciente da ação expressa pelo substantivo

Fonte: Elaborado pela autora.

2.5 CONCLUSÃO DA REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, revisamos uma literatura científica que tratou dos adjetivos e de seu funcionamento sob diferentes aspectos. E, a partir do que foi observado sobre a definição e à caracterização dos adjetivos, nos posicionamos teoricamente sob alguns conceitos no que se refere a essa categoria. Como a abordagem teórica adotada para o desenvolvimento desta tese é o Funcionalismo, o posicionamento adotado dialoga com tal perspectiva.

No que tange à identificação dos adjetivos, precisamos ter em mente que a partir de diversas situações comunicativas, poderemos encontrar várias motivações, inclusive em construções metafóricas, para o emprego de alguma categoria lexical que desempenhe numa estrutura linguística uma função diferente de sua prototípica. Como exemplo, temos os casos de vários substantivos que, em diferentes construções linguísticas desempenham a função do adjetivo, de adjetivos que funcionam como advérbio ou como substantivo, etc. revelando que existe flutuação semântica e morfológica entre as classes, o que reforça o princípio de não discretude entre as categorias linguísticas proposto pela teoria aqui adotada. Portanto, vamos considerar quaisquer categorias lexicais que funcionam como adjetivos, independentemente de sua função prototípica, uma vez que nosso guia de análise são as construções existentes na língua em uso.

Em relação aos aspectos sintáticos e semânticos, entendemos que os adjetivos desempenham as funções sintáticas de predicativo do sujeito, adjunto adnominal e predicativo do objeto direto e do indireto. Optamos por não reconhecer o adjetivo na função sintática de aposto, seguindo Haug ([1983] 1994). Além disso, agrupamos os adjetivos em três grandes classes semânticas, quais sejam os qualificadores, os classificadores e os dêiticos, com base, sobretudo, em Borba (1996) e Castilho (2010), ainda que este último adote uma nomenclatura diferente (predicativos para os qualificadores e não predicativos ou verificadores para os classificadores). Também evidenciamos, nesta seção, as funções sintáticas que os adjetivos podem desempenhar e esclarecemos algumas dúvidas em relação à classificação de

algumas funções sintáticas envolvendo o adjetivo, como adjunto adnominal x predicativo do objeto e adjunto adnominal x complemento nominal.

Para estudar o funcionamento argumentativo dos adjetivos na língua em uso, foco desta tese, é preciso situar teoricamente a vertente de estudos da língua capaz de amparar tal objetivo, até mesmo para justificar muitos dos posicionamentos teóricos até agora assumidos como analistas. Sendo assim, o capítulo 3 versará sobre as teorias que embasam os argumentos desta pesquisa: o Funcionalismo Linguístico.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, trataremos da principal vertente teórica que norteia esta pesquisa, que é o Funcionalismo, baseando-nos, sobretudo, na proposta de Givón (1995; 2001), Tomasello (1998) e também em Neves (2018), e apresentaremos as outras teorias as quais também estamos tomando como aporte teórico para a análise do funcionamento argumentativo dos adjetivos na língua em uso. Dentre essas teorias estão a Pragmática e a Argumentação, a partir dos trabalhos de Austin ([1962]1990), Searle (1969,1979), Eemeren e Grootendorst (1983), Yule (1996), Koch ([1984] 2002; 2010), Levinson (2008) e Amossy (2011); a Linguística Textual, numa perspectiva sociointeracionista alicerçada em Marcuschi (2008), Cavalcante e Custódio Filho (2010), Cavalcante (2013), Koch, 2014 e Koch e Elias ([2006] 2014), e a teoria da Multimodalidade a partir de Kress e van Leeuwen ([1996] 2006).

Este capítulo foi dividido em quatro partes, além desta pequena introdução: na primeira parte dissertaremos sobre a perspectiva Funcionalista da Linguagem, visando caracterizá-la e mostrar seus principais pressupostos teórico-metodológicos que, por sua vez, se relacionam com o das outras teorias utilizadas em muitos aspectos; na segunda, abordaremos as teorias da Pragmática e da Argumentação, destacando alguns conceitos importantes para a análise dos adjetivos nas *charges*, apresentando tais teorias primeiramente, de modo individual e, em seguida, articulando a Teoria dos Atos de Fala à Teoria da Argumentação de forma a evidenciar a estreita relação existente entre elas; na terceira, explanaremos brevemente sobre a Linguística Textual, mostrando a pertinência em utilizá-la nesta pesquisa e evidenciando sua aproximação com o Funcionalismo e os conceitos mais relevantes para este trabalho; e na quarta e última seção, discorreremos sobre a Teoria da Multimodalidade, que muito tem a contribuir para o desenvolvimento deste estudo, especialmente no quesito “leitura” do não verbal, característica intrínseca ao *corpus* utilizado.

Tendo em vista que o Funcionalismo é uma abordagem de estudo linguístico cujo principal foco é analisar a língua sob a ótica do contexto linguístico e extralinguístico,

considerando assim, fatores linguísticos, sociais e cognitivos envolvidos na língua em uso, e que as outras teorias aqui abordadas também se apresentam funcionalistas no sentido amplo do termo, porque reúnem alguns conceitos e pressupostos teóricos comuns, como mostraremos também no decorrer de cada seção deste capítulo, asseguramos que há pertinência em associar essas teorias, tendo em vista aspectos em que elas se coadunam e por isso, possibilitam uma análise mais completa dos dados desta pesquisa.

3.1 FUNCIONALISMO

Muitas são as vertentes teóricas inseridas numa visão funcionalista de estudo da língua, visto que compartilham alguns princípios, dentre eles o de que é necessário considerar a heterogeneidade e o dinamismo da língua em uso, bem como a importância do contexto discursivo e das questões pragmáticas para a investigação de fenômenos linguísticos, realizada de forma contextualizada e calcada em dados reais. Nessa mesma linha de raciocínio, Rosário e Wiedemer (2014) defendem a ideia de que a perspectiva linguística do Funcionalismo abrange diferentes modelos de estudo da língua e embasa o desenvolvimento de diversos grupos funcionalistas em diferentes centros de pesquisa no mundo. Portanto, como um modelo teórico no interior da Linguística, o Funcionalismo consiste em uma abordagem heterogênea nos estudos linguísticos.

Como afirma Castilho (2012, p.21), o Funcionalismo não se trata de uma abordagem monolítica, porque reúne muitas subteorias que compartilham entre si o postulado de que há na língua “funções cognitivas e sociais que desempenham um papel central na determinação das estruturas e dos sistemas que organizam a gramática de uma língua”. Para Neves (2018),

Um bom modo de sintetizar o pensamento fundamental das teorias funcionalistas é lembrar do funcionalista de primeira hora Martinet, que aponta como objeto da “verdadeira” Linguística, exatamente a determinação do modo como as pessoas conseguem se comunicar pela língua [...] (NEVES, 2018, p. 16).

Givón (1995) assevera que todos os funcionalistas concordam com o postulado da não autonomia da língua:

Todos os funcionalistas concordam com pelo menos um pressuposto fundamental *sine qua non*, o postulado da não autonomia: de que a língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicada adequadamente como um sistema autônomo. Para entender o que é a gramática, e como e por que ela vem a ser dessa maneira, deve-se fazer referência aos parâmetros naturais que moldam a língua e a gramática: cognição e comunicação, o cérebro e o processamento da linguagem, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução” (GIVÓN, 1995, p. xv, tradução nossa²¹).

Embora cada modelo de orientação funcionalista tenha a sua particularidade, todos estão reunidos sob uma crença comum: a língua precisa ser investigada com foco nas funções linguísticas em contexto real de interação, como os efeitos dos usos linguísticos dependentes da intenção dos falantes, do contexto, das escolhas linguísticas, etc. Em outras palavras, todos defendem a importância do papel comunicativo, de que a língua existe para servir ao ser humano e que o sentido de função²² rege toda teoria funcionalista.

Por ser mais abrangente, no sentido de que compreende várias teorias com pressupostos teóricos comuns, sobretudo no que diz respeito à importância dada à língua em uso, à função dos elementos linguísticos, ao contexto, aos fatores cognitivos e pragmático-discursivos, etc. é que elegemos a nomenclatura Funcionalismo Linguístico para nos referir à vertente teórica principal desta pesquisa, especialmente na perspectiva de Givón (1995; 2001). A seguir, caracterizaremos essa abordagem de estudo da língua de maneira mais detalhada e apresentaremos seus pressupostos teórico-metodológicos fundamentais.

²¹ “All functionalists subscribe to at least one fundamental assumption *sine qua non*, the non-autonomy postulate: that language (and grammar) can be neither described nor explained adequately as an autonomous system. To understand what grammar is, and how and why it comes to be this way, one must make reference to the natural parameters that shape language and grammar: cognition and communication, the brain and language processing, social interaction and culture, change and variation, acquisition and evolution” (GIVÓN, 1995, p. xv).

²² Estamos utilizando nesta pesquisa o termo “função” referente ao uso da língua com um determinado propósito, ou seja, a função/significado dos elementos linguísticos é apreendida a partir do contexto em que ocorrem. As formas linguísticas não carregam em si suas funções, mas adquirem uma função específica no uso, contextualmente situadas. Além disso, assumimos que a função geral da linguagem é a comunicação.

O Funcionalismo, vertente oposta ao Estruturalismo e ao Gerativismo, surgiu como um novo paradigma de investigação linguística dentro do estruturalismo, como um movimento particular no interior deste, a partir das discussões oriundas do Círculo Linguístico de Praga, no final da década de 1920 e início da década de 1930 na Europa. O surgimento do funcionalismo se deu em virtude da apresentação de várias propostas teóricas distintas das do formalismo acerca da natureza geral da linguagem. Essas propostas foram apresentadas pelos estudiosos da Escola Linguística de Praga, que deram início às primeiras análises funcionalistas, com destaque para o tcheco Vilém Mathesius ao formular sua teoria sobre o fluxo da informação da sentença, e que publicaram o texto *Thèses*, cujo conteúdo eram as principais ideias e concepções dos estudiosos do círculo de Praga sobre os conceitos de língua e sobre estudos em fonologia e sintaxe (MARTELOTTA; KENEDY, 2003; FURTADO DA CUNHA, 2009; CASTILHO, 2012; ROSÁRIO; WIEDEMER, 2014).

Segundo Neves (2018, p. 33), para esse grupo de estudiosos, a linguagem “permite ao homem referência e reação à realidade extralinguística”, e as frases eram vistas como “unidades comunicativas que veiculam informações, ao mesmo tempo que estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio texto linguístico”. Então, os linguistas de Praga investigavam “frases efetivamente realizadas, para cuja interpretação tem especial importância o contexto, tanto verbal como não verbal”. Assim, os estudiosos da escola de Praga pensavam a língua em sua heterogeneidade, o que vai de encontro à teoria linguística formalista, e defendiam um estudo pancrônico da língua.

Ainda sobre a origem do Funcionalismo, é relevante citar o posicionamento de Givón (2001) quando diz que “os antecedentes funcionalistas não devem ser procurados focalizando apenas nos trabalhos de linguistas, mas nos de antropólogos, psicólogos, biólogos e, acima de tudo nos filósofos”, e ainda quando mencionou, entre outros filósofos, o grego Aristóteles, que acabou descrevendo “o princípio que rege o funcionalismo: a correlação, ou isomorfismo, entre forma e função” (GIVÓN,

2001, p. 1-3, tradução nossa²³) ao comparar o corpo a um instrumento cujas partes individualmente desempenham operações para às quais foram feitos, ou seja, para cada forma, uma função. Este é outro aspecto importante que diferencia o Funcionalismo do formalismo: a motivação linguística, dado que é contrário ao conceito de arbitrariedade do signo linguístico proposto por Saussure.

Para os funcionalistas, a língua está a serviço da comunicação e a análise linguística deve contemplar a função que as unidades linguísticas desempenham no contexto. Por essa razão, Givón (1995) afirma que as línguas não podem ser descritas e nem explicadas como se fossem um sistema autônomo porque sofrem as determinações do discurso. Também nas palavras de Martelotta e Kenedy (2003, p. 20), o polo funcionalista de estudos linguísticos é caracterizado por conceber a língua “como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical”.

Embora as abordagens formalistas não neguem que as línguas possuam um lado social e histórico, elas têm como foco o estudo da língua desvinculado das situações reais de comunicação e acabam por lidar com o estudo de sentenças criadas *ad hoc*, restrita à interdependência dos elementos internos à estrutura linguística, dissociando as sentenças de sua função no ato de comunicação. O fato de os formalistas estudarem a língua voltando-se apenas para a estrutura interna do sistema linguístico é devido à crença que possuem de que a estrutura independe do modo como a língua é utilizada.

Ao contrário da perspectiva formalista, o Funcionalismo compreende que a sintaxe se molda ao discurso, uma vez que defende a ideia de que discurso e gramática estão intimamente ligados, por isso a sintaxe toma forma a partir das estratégias utilizadas pelos falantes para organizar as informações necessárias à interação

²³ [...] the antecedence of functionalism in linguistics should not be sought primarily in the work of linguists, but rather in the work of anthropologists, psychologists, and biologists. And long before them, in the work of philosophers. [...] Finally, Aristotle outlines the governing principle of functionalism – the correlation, or isomorphism, between form and function [...] (GIVÓN, 2001, p. 1-3).

discursiva; logo, a gramática é construída a partir dessas interações. Dito de outra forma, a configuração estrutural da gramática é motivada por propósitos comunicativos e envolve “fatores de ordem estrutural, sócio-histórica e cognitiva, entendidos estes últimos como resultado da vivência, da experiência com a linguagem” (OLIVEIRA, 2017, p. 15-16). Nesse sentido, o Funcionalismo assume que existe uma íntima relação entre estruturas linguísticas e outras instâncias de uso da língua. Assim, a natureza da gramática passou a ser vista como produto de considerações pragmáticas e cognitivas (KEMMER; BARLOW, 2002).

De acordo com Neves (2018, p. 34, grifos da autora), “a gramática funcional²⁴ visa explicar as regularidades dentro das línguas e por meio delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua”. Sendo assim, “no seu papel de especificar a sistematicidade que governa a atividade linguística, a gramática se fixa nas regularidades”. Tendo em vista que o sistema linguístico do falante é construído a partir de suas experiências linguísticas em contextos reais de interação, a gramática é susceptível às pressões do uso. Nessa lógica, Neves (2018) também salienta que

[...] A finalidade precípua da gramática não é dar conta de peculiaridades ou idiosincrasias de um enunciado, mas – pelo que se preconiza na proposta funcionalista – é considerar as escolhas de uso (por exemplo, as estratégias, e até o acabamento formal) como inscritas na própria natureza da linguagem, porque o seu acionamento se assenta em uma ‘implicação’ dessas escolhas com o sistema em que elas se operam (NEVES, 2018, p. 34).

O Funcionalismo também entende que as categorizações conceituais e linguísticas seguem a esse mesmo padrão que envolve uma relação complexa entre princípios cognitivos e interacionais. Isso posto, Tomasello (1998, p. 9) sustenta a ideia de que a linguagem constitui “um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana” e, na perspectiva de Givón (1995), a linguagem é uma atividade sociocultural.

Outra propriedade importante que caracteriza o Funcionalismo é a frequência de uso. A frequência de ocorrência de uma unidade ou padrão linguístico pode resultar

²⁴ Neves (2018, p. 15) considera Funcionalismo e gramática funcional termos intercambiáveis.

no aumento do repertório do falante e na organização do sistema linguístico (KEMMER; BARLOW, 2002). Além da frequência de uso, a compreensão e a produção da linguagem são pensadas como partes integrantes do sistema linguístico, e não periféricas a ele, o que vai de encontro ao que foi postulado por Chomsky sobre competência e desempenho, porque, ao contrário de Chomsky, não há aqui divisão entre um e outro. Faz-se necessário introduzir a proposição de Kemmer e Barlow (2002):

[...] Dado que os eventos de uso guiam a formação e a operação do sistema linguístico interno, a estrutura desse sistema não é separada de nenhuma maneira significativa dos atos (cumulativos) de processamento mental que ocorrem na língua em uso. A habilidade linguística do falante, na realidade, é constituída por regularidades no processamento mental da linguagem (KEMMER; BARLOW, 2002, p. xi, tradução nossa²⁵).

Dados extraídos da língua em uso, de contextos reais de comunicação, tornam-se um requisito essencial para os estudos da funcionalistas. Tendo em vista uma teoria linguística que se propõe a estudar fenômenos linguísticos, sejam internos ou externos ao sistema, é esperado que não sejam utilizadas frases criadas e descontextualizadas. Nessa perspectiva, a linguagem em uso é a melhor evidência para determinar a natureza e a organização específica de sistemas linguísticos (KEMMER; BARLOW, 2002). Por isso, ao selecionar um *corpus* para uma pesquisa é importante não omitir o contexto das ocorrências linguísticas, uma vez que o contexto é um componente indispensável para se analisar um *corpus* e/ou *corpora* sob o viés dessa abordagem. Por lidar com dados reais de uso da língua, o Funcionalismo acredita na existência de uma relação estreita entre uso, variação sincrônica e diacrônica. Conseqüentemente, a língua em uso é vista como o *locus* da mudança linguística.

Podemos então, pensar que a língua “exibe estrutura aparente e regularidade de padrões, enquanto, ao mesmo tempo, mostra variação considerável em todos os níveis”. Além da variação, a língua também apresenta gradiência, até mesmo devido

²⁵ [...] Given that usage events drive the formation and operation of the internal linguistic system, they structure of this system is not separate in any significant way from the (cumulative) acts of mental processing that occur in language use. The speaker's linguistic ability, in fact, is constituted by regularities in the mental processing of language (KEMMER; BARLOW, 2002, p. xi).

à sua estrutura fluida. A gradiência está relacionada à ideia de que algumas categorias da língua ou da gramática não são facilmente identificáveis, visto que a mudança linguística se dá no tempo de maneira gradativa, deslocando um elemento de uma categoria para outra ao longo de um contínuo (BYBEE, 2016, p. 17-18).

Para lidar com aspectos internos e externos ao sistema linguístico, na tentativa de entendê-los e explicá-los, existem alguns princípios e processos relacionados ao Funcionalismo de extrema relevância para essa finalidade que merecem ser mais detidamente abordados, são eles: iconicidade, informatividade, perspectivação, marcação e categorização.

Como abordamos anteriormente, a iconicidade diz respeito à correlação motivada entre forma e função, isto é, entre o código linguístico e o seu *designatum* (GIVÓN, 2001). Vimos também que esse princípio contradiz a ideia de arbitrariedade do signo linguístico proposta por Saussure. Para Givón (2001, p. 34), a abordagem funcional da gramática baseia-se no pressuposto de que a gramática, “[...] como todos os sistemas de base biológica, é adaptativamente motivada e, portanto, em princípio, não arbitrária” (GIVÓN, 2001, p. 34, tradução nossa²⁶). De acordo com o filósofo Peirce (1940), a arbitrariedade não é absoluta, mas uma questão de grau. Para ele, a sintaxe das línguas naturais é isomórfica ao seu *designatum* mental, porém essa correlação nítida entre forma e função é moderada.

O princípio de iconicidade, nessa versão branda, apresenta alguns subprincípios, a saber: entonação, quantidade, proximidade e ordenação linear (GIVÓN, 2001).

O subprincípio da entonação mostra que a tonicidade, a melodia e a pausa presentes na fala estão relacionadas também a aspectos cognitivos. Assim, a informação menos previsível receberá maior entonação; aquela mais integrada conceitualmente será agrupada sob um contorno melódico unificado; e o tamanho do intervalo temporal entre as informações corresponde ao tamanho da distância cognitiva ou temática entre elas.

²⁶ [...] like all biologically-based systems, is adaptively motivated and thus in principle non-arbitrary[...] (GIVÓN, 2001, p. 34)

Já o subprincípio da quantidade relaciona a quantidade de informação comunicada à quantidade de formas necessárias para sua codificação. A base cognitiva deste princípio encontra-se vinculada a áreas de maior esforço e atenção. Assim, uma informação que for menos previsível receberá maior material de codificação, ao passo que quanto mais previsível for a informação, menos codificação ela receberá, ou seja, quanto mais imprevisível se torna a informação, na visão do falante, mais codificação ela receberá. Outro ponto a ser destacado é que a informação que tiver maior relevância também receberá maior material de codificação (GIVÓN, 2001, p. 34-35).

O subprincípio da proximidade mostra que os conceitos/ conteúdos mais próximos cognitivamente estarão mais próximos no nível da codificação, ou seja, conceitos que estão mentalmente juntos, também são mantidos próximos sintaticamente. Tal princípio é encadeado a partir do postulado de que, uma vez acionado determinado conceito, outros conceitos a ele relacionados serão ativados. No que diz respeito ao subprincípio da ordenação linear, a informação que for mais importante, ou aquela que for menos acessível ocupará uma posição primordial na cadeia linguística (GIVÓN, 2001, p. 35).

A partir do que foi exposto sobre iconicidade, constata-se que existem motivações intrínsecas ao comportamento humano (físico ou mental) que refletem na estrutura da língua, que, por sua vez, representa a estrutura da experiência do falante.

A informatividade está presente em todos os níveis de codificação da língua e se refere ao que os interlocutores compartilham ou supõem compartilhar em um momento específico da interação linguística. Está relacionada com conceito lexical, mas achamos que tais conceitos não sejam absolutos, uma vez que sua categorização dependerá do conhecimento de mundo, histórico e cultural de cada indivíduo. Sob a ótica cognitiva, “uma pessoa se comunica para informar o interlocutor sobre alguma coisa, que pode ser algo do mundo externo, do seu próprio mundo interior, ou algum tipo de manipulação cujo alvo seria esse interlocutor” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2015, p. 35).

Tradicionalmente, o princípio da informatividade tem sido direcionado ao estudo do *status* informacional que diz respeito puramente aos referentes nominais, estes podem veicular uma informação nova (denominada tema) ou informação velha (denominada rema). Entretanto, conforme esclarece Furtado da Cunha, Costa e Cezário (2015, p. 36), “as tipologias de *status* informacional são ainda muito incompletas, e as escalas propostas como refinamento da dicotomia clássica entre informação velha e informação nova não cobrem todos os casos (...)”, porque focalizam apenas os nomes.

Tomasello (1998, p. 13-14), considerando o nível sentencial, argumenta que o conteúdo proposicional é sintaticamente estruturado de acordo com uma circunstância particular, ou seja, o falante adaptará os enunciados de acordo com as exigências de uma situação comunicativa, pragmaticamente específica. Neste contexto, será exigido que o falante faça escolhas entre os vários tipos de construções sintáticas disponíveis. Assim, ocorrerá um direcionamento da atenção de um evento referencial, um aspecto específico de uma situação será focalizado em prol do objetivo do falante, que é conhecido por perspectivação. Ao descrever uma situação ou ao relatar um evento, o falante organizará sintaticamente os elementos linguísticos, focalizando aqueles que suprirão suas necessidades e exigências comunicativas. De acordo com Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013),

[...] a categoria informatividade tem a ver não apenas com o conteúdo semântico em si mesmo (do nível micro/referencial ao macro/textual), mas também com o monitoramento da dosagem de informação, de sua organização sequencial e da forma expressiva como é perspectivado, na tentativa de prover o interlocutor de informação julgada necessária, bem como de orientar sua atenção para um fim desejado. Nesse sentido, tais fenômenos articulam, ao mesmo tempo, fatores de ordem tanto semântico-cognitiva como discursivo interacional (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p.28).

Nessa lógica, podemos pensar que é a partir da classificação semântica e da codificação de referentes que o princípio da informatividade é tratado no funcionalismo, ou seja, o modo como um referente se apresenta no discurso é estabelecido semântico-pragmaticamente.

O princípio da marcação, que possui raízes na escola linguística de Praga, foi inicialmente pensado como uma espécie de refinamento da noção de valor

linguístico em oposições binárias encontradas em Saussure (GIVÓN, 1995; 2001) e diz respeito ao fato de uma construção poder manifestar-se como marcada num contexto e não marcada em outro. Dizemos que um item é marcado porque é mais complexo estruturalmente e cognitivamente, além de ser menos frequente que seu par contrastivo. Givón (1995) apresenta três critérios para distinguir categorias marcadas e categorias não marcadas em um contraste gramatical binário: complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva.

O critério da complexidade estrutural evidencia que uma categoria marcada é mais complexa ou mais extensa, do que uma estrutura não marcada correspondente. A distribuição de frequência denota que uma categoria marcada é menos frequente do que uma estrutura não marcada, portanto mais fácil cognitivamente de ser identificada pelo interlocutor no texto. Por fim, a complexidade cognitiva reflete a dificuldade de reconhecimento de uma estrutura com menor ocorrência, uma vez que demanda mais esforço mental, atenção e tempo de processamento (GIVÓN, 1995, p.28).

Ainda segundo Givón (1995, p. 27), a marcação vai além das categorias linguísticas, podendo ser aplicada aos vários outros tipos de contextos nos quais essas categorias estão inseridas, e apresenta como exemplo o fato de que o discurso acadêmico formal é um tipo de discurso mais marcado, ao passo que a comunicação oral cotidiana é menos marcada. Além disso, para o autor, por ser a marcação dependente do contexto, ela está correlacionada a fatores comunicativos, sócio-culturais, cognitivos ou biológicos.

No que tange à categorização, o Funcionalismo a vê, nos termos de Bybee (2016) como o mais difundido dos processos de domínio geral, entre os quais se encontram, além da categorização, o *chunking* (agrupamento), a memória enriquecida, a analogia e a associação transmodal; todos são processos cognitivos importantes para a compreensão de muitos aspectos da linguagem. Para Bybee (2016, p.26), categorização é a “similaridade ou emparelhamento de identidade que ocorre quando palavras e sintagmas, bem como suas partes componentes, são reconhecidos e associados a representações estocadas” (no repertório do falante).

Logo, as categorias que resultam desse processo cognitivo constituem a base do sistema linguístico, composto por unidades sonoras, morfemas, palavras, sintagmas ou construções. Nas palavras da autora, a “categorização é de domínio geral, no sentido de que as categorias perceptuais de vários tipos são criadas a partir da experiência, independentemente da língua” (BYBEE, 2016, p. 26).

Cada categoria é conceitualizada em termos de prototipicidade relacionada a traços recorrentes que compõem um representante prototípico. Dessa maneira, a classificação de uma categoria se dará em função dessas características. Logo, algumas categorias se aproximam ou se distanciam das prototípicas. Isso pode ser observado no uso do elemento participial que se inscreve ora como adjetivo ora como verbo, como no exemplo “Ana foi **educada**”, em que o elemento “educada” pode funcionar como adjetivo, no sentido de “ser amável, polida, cortez” (predicativo do sujeito), ou como verbo em forma participial, em estrutura de passiva com o apagamento do agente, no sentido de “que recebeu educação” (exemplos e grifos nossos). Em ambos os casos, o contexto faz-se necessário para a categorizar o elemento participial. Esse conceito escalar existente entre as categorias é que permite um tratamento contínuo dos aspectos gramaticais. Em vista disso é que o Funcionalismo defende a ideia da não discretude entre as categorias linguísticas.

Como o nosso objetivo é analisar o funcionamento dos adjetivos no discurso, na língua em uso, mais precisamente a força argumentativa dos adjetivos nas diferentes funções sintáticas em que ocorrem e de que maneira essa força argumentativa contribui para a construção da argumentação na *charge* que, por sua vez revela o propósito comunicativo do chargista, optamos por associar o Funcionalismo Linguístico à pragmática dos atos de fala e à teoria da argumentação. Assim, serão contemplados aspectos sintático-semânticos e pragmático-discursivos na interpretação dos dados reais retirados de um *corpus* contextualizado, conforme previsto pela teoria.

Mesmo que princípios pragmáticos já estejam incorporados ao Funcionalismo como uma parte constituinte dessa teoria, a Teoria dos Atos de Fala, tema estudado pela Pragmática, mostra-se como um importante recurso para alcançarmos a intenção

comunicativa do chargista, por isso merece ser mais especificamente abordada e relacionada à perspectiva funcionalista bem como a Teoria da Argumentação sob uma concepção mais larga. Portanto, mostraremos no subtópico a seguir, as relações entre o Funcionalismo, a teoria dos atos de fala e a argumentação de maneira mais aprofundada e em que medida elas se complementam no tratamento do fenômeno de pesquisa aqui abordado.

3.2 PRAGMÁTICA E ARGUMENTAÇÃO

Tendo em vista que o propósito primeiro deste trabalho é o funcionamento argumentativo dos adjetivos na língua em uso, especificamente a força argumentativa do adjetivo observada numa ótica pragmática argumentativa, neste subtópico discorreremos sobre a Pragmática (YULE, 1996; LEVINSON, 2008), mostrando em que medida ela se relaciona com o Funcionalismo, embora conceitos pragmáticos constituem parte dessa abordagem de estudo da língua. Com maior ênfase, abordaremos a teoria dos atos de fala (AUSTIN, [1962]1990; SEARLE, 1969, 1979), haja vista a importância desse tema da Pragmática para o propósito da pesquisa aqui desenvolvida. Em seguida, trataremos da Argumentação a partir de Amossy (2011) e Koch ([1984] 2002; 2017), uma vez que para a análise dos adjetivos nas *charges* fazem-se necessárias as noções de argumentação, orientação argumentativa, força argumentativa, etc. Por fim, relacionaremos a teoria dos atos de fala à argumentação com base em Eemeren e Grootendorst (1983). Assumiremos, porém, certos posicionamentos teóricos que pensamos dialogar de maneira mais congruente com o objetivo desta pesquisa.

3.2.1 Pragmática e a Teoria dos Atos de Fala

É possível depreender que os conceitos da Pragmática estão fortemente presentes na teoria do Funcionalismo. A concepção segundo a qual o significado está relacionado ao uso contextualizado de termos e expressões linguísticas por exemplo, é um pressuposto pragmático.

Para Levinson (2008), a Pragmática é, de um modo geral, o estudo do uso da linguagem. Ainda de acordo com Levinson (2008, p. 09, traduções nossas), “o termo ‘pragmática’ abrange tanto os aspectos da estrutura da língua dependentes do contexto quanto os princípios do uso e compreensão da linguagem que nada ou pouco têm a ver com a estrutura linguística”²⁷. Ainda segundo o autor, “os pragmaticistas estão especificamente interessados na inter-relação entre a estrutura da linguagem e os princípios do uso da linguagem”²⁸. Assim, o significado e a função de um dado termo ou expressão linguística serão legitimados pela língua em uso, em seu pleno funcionamento.

Para Yule (1996, p. 03), Pragmática diz respeito ao estudo do significado conforme comunicado pelo falante (ou escritor) e interpretado por um ouvinte (ou leitor). Possui mais relação com a análise daquilo que as pessoas querem “dizer” a partir de seus enunciados do que com o que as palavras ou frases em seus enunciados significam literalmente, isto é, está mais relacionada ao propósito comunicativo. Para tanto, esse estudo necessariamente, envolve a interpretação do que as pessoas querem significar, quando inseridas em um contexto particular de interação, e como esse contexto influencia o que é dito (ou escrito).

A Pragmática também investiga a maneira como os falantes podem fazer inferências sobre o que é dito (ou escrito) a fim de alcançar o significado pretendido pelo falante (ou escritor). Além disso, a Pragmática reconhece o não dito como parte do que é comunicado pelo falante em circunstâncias específicas. A escolha do falante entre o dizer o não dizer (deixar implícito) está relacionada à noção de distância, segundo Yule (1996), seja ela física, social, conceitual, de experiência compartilhada. Para o autor, o tamanho da proximidade ou distância entre o falante e o ouvinte é que determinará a quantidade do que será preciso dizer ou não naquele contexto.

Portanto, para Yule (1996, p. 03), a Pragmática, além de ser o estudo do significado do falante e do significado contextual, é também o estudo do como se comunica

²⁷ “[...] the term pragmatics covers both context-dependent aspects of language structure and principles of language usage and understanding that have nothing or little to do with linguistic structure” (LEVINSON, 2008, p. 09).

²⁸ “[...] pragmaticists are specifically interested in the inter-relation of language structure and principles of language usage” (LEVINSON, 2008, p. 09).

mais além daquilo que é dito. É ainda, o estudo da expressão com uma distância relativa. Isso significa que o que determina a escolha entre o que é ou não é dito, ou o quanto é dito, depende do grau de proximidade, seja ela física, social, ou conceitual, entre o falante e o ouvinte.

Para sintetizar esses conceitos, convém mencionar Capistrano Júnior e Lins (2017, p. 27), quando se posicionam dizendo que à Pragmática, de uma maneira mais geral, “se atribuem as importantes tarefas de investigar aspectos intencionais que regulam o uso da linguagem, bem como de descrever suas condições de funcionamento em relação aos sujeitos e aos contextos”.

Ao estudar a linguagem por meio da Pragmática, é preciso ter em mente que há vantagens e desvantagens. Na visão de Yule (1996, p. 04-05), é vantajoso na medida em que nos proporciona lidar com as intenções das pessoas, suas suposições, seus propósitos ou objetivos e com os tipos de ações que elas realizam quando falam. A desvantagem consiste no fato de que todos esses conceitos humanos são extremamente difíceis de analisar de uma maneira consistente e objetiva. Isso ocorre justamente porque estamos tratando da maneira como as pessoas dão sentido umas às outras por meio da linguagem, porque trata-se de pessoas e do que elas têm em mente. Por esse motivo é que devemos levar em conta nas análises as regularidades do uso da língua, tendo em vista que os falantes costumam se comportar seguindo padrões de comportamentos já convencionados no interior dos grupos sociais a que pertencem.

Por meio dessa breve explanação sobre a Pragmática, percebemos que a principal e mais importante relação entre ela e o Funcionalismo é o fato de ambas considerarem o uso linguístico em suas análises. Ambas observam o contexto de uso, as experiências e o conhecimento de mundo dos falantes, e levam em conta, pois, aspectos sociais, cognitivos e interacionais no estudo da linguagem. Ademais, o estudo da língua sob a perspectiva da Pragmática se coaduna com a proposta desta pesquisa, logo será de grande auxílio nas análises para a identificação da intenção comunicativa dos chargistas, o que viabiliza a análise da força argumentativa do adjetivo nas *charges*.

Reconhecendo o vasto campo de estudos da Pragmática, optamos por utilizar a teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, [1962]1990; SEARLE, 1979) como base para identificarmos a intenção comunicativa dos chargistas. Essa escolha se deu em virtude de essa teoria estar diretamente ligada a essa finalidade, uma vez que os diferentes atos de fala existentes estão relacionados à intenção comunicativa do falante (ou escritor). Soma-se a esse fato o nosso entendimento que a teoria dos Atos de Fala está diretamente relacionada à argumentação (no seu sentido amplo), o que reforça ainda mais a pertinência do escopo teórico desta pesquisa nesse sentido.

A teoria dos atos de fala foi inicialmente formulada por Austin ([1962]1990) e posteriormente retomada por Searle (1969,1979). Para esses autores, às vezes, quando as pessoas se comunicam, elas realmente dizem aquilo que efetivamente querem dizer, produzindo enunciados que representam alguma coisa no mundo real ou fictício e estão sujeitos a serem pensados como sendo verdadeiros ou falsos. Por outro lado, existem enunciados proferidos pelo falante que são caracterizados por realizarem uma ação, isto é, constituem atos de fala e podem gerar consequências ou efeitos no ouvinte (ou leitor). Para além de descrever ou declarar algum fato, as palavras servem para fazer coisas. É interessante observar que essas conceptualizações convergem com aquelas referentes às categorias de informatividade e perspectivação adotadas nas análises funcionalistas.

Os atos de fala são, então, de modo geral, as ações praticadas por um falante por meio dos enunciados que proferem cotidianamente na interação entre as pessoas. Essas ações podem constituir um pedido, uma ordem, uma pergunta, uma promessa, entre outras, e estão relacionadas à intenção comunicativa do falante (ou escritor) em um contexto específico da interação (SEARLE, 1969).

Também para Yule (1996), quando as pessoas se expressam elas produzem muito mais do que palavras ou estruturas linguísticas, elas praticam uma ação. Por exemplo, quando você faz algo errado no trabalho e o seu chefe diz “Você está demitido” (exemplo do autor, p. 47), ele está realizando uma ação (a de demitir você) e não apenas dizendo isso por dizer. Mas poderia ser apenas um ato de brincadeira

da parte do seu chefe, num contexto em que você esteja se desculpando muito sobre um deslize sem muita importância que cometeu no trabalho. Logo, se um mesmo enunciado pode ser interpretado como dois tipos de ato de fala diferentes, ou seja, nem sempre uma ação corresponde a somente um ato de fala, existe muito mais a ser interpretado em um ato de fala além daquilo que está expresso no enunciado, e o contexto externo à língua é que irá auxiliar nessa interpretação. Os enunciados presentes nas *charges* são um belo exemplo disso!

Para Austin ([1962]1990), o significado da sentença, ou melhor, o que o falante quis dizer, só será alcançado pelo ouvinte quando as condições de felicidade forem satisfeitas, isto é, quando cumpridas as regras para o sucesso do ato de fala. Essas condições dependem de alguns fatores, entre eles, as circunstâncias envolvidas no ato de fala, isto é, o contexto comunicativo ou o evento de fala, o propósito dos falantes naquela situação de interação, os tipos de linguagem utilizados. Atender às condições de felicidade e de sinceridade (a pretensão de agir sobre o outro) é que levará o falante a ser bem-sucedido ao realizar ações por meio da língua, dos atos de fala (AUSTIN, [1962]1990; SEARLE, 1979; YULE, 1996).

Com base em Austin ([1962]1990) e Searle (1969), existem três tipos de atos de fala que se realizam simultaneamente: o ato locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário.

O ato locucionário é o simples ato de proferir a frase. Envolve a produção de enunciados a partir dos recursos linguísticos que o falante possui em todos os níveis (fonético, morfológico, sintático e semântico).

O ato ilocucionário ou ilocucional corresponde à intenção com a qual o falante produz seu enunciado a partir do ato locucionário, isto é, que tipo de ação o falante pretende realizar com seu enunciado. Os atos ilocucionários correspondem às ações de fato realizadas ao dizer algo como afirmar, perguntar, prometer, julgar, desculpar-se, etc. A frase “Bom dia!” pode ser interpretada como um ato de fala de cumprimento, por exemplo, e a sentença “Cuidado, cão bravo” como uma advertência.

Já o ato perlocucionário está relacionado às consequências que a produção do enunciado acarreta, ou seja, é o resultado ou o efeito que o enunciado tem sobre as crenças, pensamentos e ações dos ouvintes (leitores), podendo causar ameaça, medo, agrado, graça, mudança de opinião, entre outros.

Como mencionado anteriormente a partir do exemplo “Você está demitido”, vimos que um mesmo ato de fala pode ser realizado com diferentes propósitos (o de demitir ou o de brincar). A esses diferentes tipos de função da linguagem, na visão de Austin ([1962]1990, p.89), ou melhor, aos diferentes sentidos que o falante objetiva significar com o enunciado que produz, são chamados de forças ilocucionárias. Cada proferimento do falante possui, então, uma força ilocucionária, isto é, o que o ato de fala quer dizer de fato. Se estamos lidando com um ato ilocucionário que ironiza, então esse enunciado possui uma força ilocucionária de ironia. Um mesmo enunciado pode possuir forças ilocucionárias distintas.

Os atos ilocucionários foram bastante estudados por Austin ([1962]1990) e Searle (1979) e constituem a maior parte das obras dos autores, embora este último tenha desenvolvido um pouco mais sobre os atos perlocucionários. Como vimos, ao tratar dos atos ilocucionários, os autores não levam em consideração os tipos de afirmações que descrevem estados de coisas (as afirmações constatativas), mas aquelas que não descrevem, correspondendo à execução de uma ação, que são as afirmações performativas. Sendo assim, são observados os verbos performativos que ocorrem nesses enunciados, e também as circunstâncias adequadas, para classificar o ato de fala ilocucionário presente nos enunciados.

Na tentativa de criar uma classificação geral dos atos de fala ilocucionários a partir dos verbos performativos e da força ilocucionária que possuem, os autores tomam enunciados, em sua maioria, com verbos em sua forma afirmativa, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e na voz ativa, até mesmo pela natureza performativa do verbo. Além disso, em outros modos, tempos e pessoas, os verbos seriam constatativos e não performativos, salvo em enunciados do tipo “Proibido virar à esquerda” e “A população foi advertida quanto ao corte de água”. Searle (1979, p. 12- 20), partindo de Austin ([1962]1990), após modificar alguns

conceitos, reelaborou uma lista do que considera as categorias básicas dos atos ilocucionários. Para Searle (1979), os atos ilocucionários podem ser: assertivos, diretivos, comissivos (ou compromissivos), expressivos e declarativos.

Os atos de fala assertivos, inicialmente classificados como representativos por Searle (1979), mostram o comprometimento do falante (ou escritor), em diferentes graus, com a verdade da proposição enunciada por ele e podem ser avaliados como sendo verdadeiros ou falsos. São representados pelos seguintes verbos: gabar-se, reclamar, concluir, deduzir, ser, informar, descrever, afirmar, argumentar, negar e outros. A classe dos atos de fala diretivos consiste no fato de que são tentativas do falante (ou escritor) de levar o ouvinte (ou leitor) a fazer algo, a realizar uma ação. Nessa classe estão reunidos verbos como ordenar, mandar, perguntar, pedir, provocar, aconselhar, proibir etc. (SEARLE, 1979, p. 12-14).

Comissivos ou compromissivos são atos de fala que comprometem o falante (ou escritor) com uma ação no futuro. Prometer, jurar, ameaçar, garantir etc. são alguns dos verbos que denotam membros desta classe. Em relação aos atos de fala expressivos, eles expressam “o estado psicológico especificado na condição de sinceridade sobre o estado de coisas especificado no conteúdo proposicional”, dito de outra forma, pode expressar sentimentos do falante (ou escritor) relacionados a atitudes ou comportamento social em relação a um estado de coisas presente no enunciado. Os verbos pertencentes a esta classe são agradecer, elogiar, desculpar-se, dar os pêsames, dar as boas-vindas, lamentar, condoer, entre outros (SEARLE, 1979, p. 14-16, tradução nossa²⁹).

Quanto aos atos de fala declarativos, possuem a característica de modificar ou produzir uma situação nova no mundo, garantem a realização de um novo estado de coisas (SEARLE, 1979, p. 17). No entanto, para que isso ocorra é necessário que o falante tenha autoridade para exercer um papel específico, que ele tenha uma posição dentro de uma estrutura extralinguística, para desempenhar funções ligadas a instituições, hierarquias, etc. Verbos como batizar, demitir, condenar, intitular, declarar (casado pelo padre, uma sessão aberta ou fechada, inocente ou culpado

²⁹ “[...] the psychological state specified in the sincerity condition about a state of affairs specified in the propositional content” (SEARLE, 1979, p. 15).

pelo juiz, etc.), deserdar, reclamar (os direitos) e muitos outros, estão listados no interior desta classe.

Na perspectiva funcionalista norte-americana de estudo da língua, também encontramos alguns estudos sobre os atos de fala. Givón (2001), por exemplo, aborda brevemente alguns fundamentos tradicionais encontrados em Austin (1990 [1962]), e abre um novo caminho para o estudo dos atos de fala ao pensá-los em um *continuum*.

Para Givón (2001), a análise tradicional dos atos de fala (AUSTIN, [1962]1990; SEARLE, 1969, 1979; entre outros) tende a descrever o que o autor considera atos de fala prototípicos, de maneira bem codificada, como se fossem entidades funcionais absolutas e discretas, lidando com esses principais protótipos de atos de fala sem prestar muita atenção ao *continuum* existente entre eles. Contudo, pensamos que ambas as abordagens lançam olhares para a análise dos atos de fala que se complementam. A ideia do *continuum* proposta por Givón (2001) também poderia ser aplicada aos tipos de atos ilocucionários propostos por Searle (1979), por exemplo. Embora esse não seja nosso objetivo, cremos que as duas visões poderão contribuir para a nossa análise, cada uma à sua maneira, justamente em virtude de uma aproximação conceitual pragmática que as subjazem, sobretudo em termos de pressuposicionalidade, condições contextuais, crenças, objetivo do falante, etc.

Givón (2001; [1979] 2012), ao tratar dos atos de fala não declarativos, termo por ele utilizado para aqueles atos de fala que Austin ([1962]1990) e Searle (1969;1979) consideram performativos, e por acreditar que a tradicional dicotomia entre atos declarativos (aqueles que giram em torno da noção de verdadeiro ou falso) e não declarativos está longe de ser absoluta, e que esses atos estão presentes em um *continuum* multidimensional, o autor considera a existência de quatro protótipos de atos de fala: os declarativos; os interrogativos, sendo de dois tipos, *yes/no question* e *wh-question*; os imperativos; e os negativos. Para Givón (2001, p. 288, tradução

nossa³⁰), esses “protótipos principais acabam sendo mais distintamente e mais consistentemente gramaticalizados na maioria das linguagens humanas”.

Segundo Givón (2001), os vários atos de fala que compõem o *continuum* multidimensional se relacionam fortemente com a noção de pressuposicionalidade. Para o autor, essas pressuposições podem ser compreendidas no interior de um contrato comunicativo que definirá as expectativas dos participantes da interação e os guiará a uma comunicação significativa. Essas expectativas do falante giram em torno da perspectiva que ele possui em relação aos seus estados atuais de crença e intenção e em relação à sua representação mental sobre a crença atual e os estados de intenção do ouvinte. Assim, para Givón (2001), esses diferentes grupos de crenças e pressuposições vão caracterizar os atos de fala prototípicos e posicioná-los no interior dessa gradação, já que acredita que tanto a crença quanto a intencionalidade fundamentam todos os atos.

Givón ([1979] 2012, p. 77-78) argumenta que os atos de fala não declarativos devem ser pensados como sendo mais pressuposicionais do que os declarativos. A seguir estão alguns exemplos de Givón ([1979] 2012, p. 78) que ratificam seu posicionamento em relação a quantidade de pressupostos existentes nesses diferentes protótipos de atos de fala:

- a) Joe foi para casa. (Ato de fala declarativo)
- b) Vá para casa, Joe! (Ato de fala imperativo)
- c) Joe foi para casa? (Ato de fala interrogativo do tipo *yes/no question*)

No ato de fala declarativo o falante pressupõe que: (1) está sendo sincero ao realizar o seu ato de fala; (2) o ouvinte precisa saber da informação e (3) o ouvinte tem interesse em saber sobre Joe. No ato de fala imperativo, existem os seguintes pressupostos: (1) Joe não está em casa quando a ordem foi dada; (2) Joe não está incapacitado de ir para casa, pois controla suas ações; (3) O falante possui certa autoridade para ordenar Joe a ir para casa; (4) Joe pode estar teimando e há a

³⁰[...] four major prototypes turn out to be most distinctly and most consistently grammaticalized in most human languages.

probabilidade de ele não ir para a casa se isso não for solicitado (GIVÓN, [1979] 2012, p. 78-79).

Já no ato de fala interrogativo do tipo *yes/no question*, o falante pressupõe o seguinte: (1) Ele não tem certeza se Joe está ou não em casa; (2) o ouvinte sabe a resposta; (3) o ouvinte apenas responderá se for questionado; (4) o ouvinte não se mostra contrário a dar alguma resposta se questionado; (5) O *status* social não permite que o falante exerça uma pressão manipulativa mais forte sobre o ouvinte; (6) O *status* social permite que o falante faça, pelo menos, um pedido cortês ao ouvinte (GIVÓN, [1979] 2012, p. 79).

O fato de o falante estar sendo sincero (1) ao proferir um ato de fala declarativo também se aplica para ordens e perguntas, pois equivale à condição de sinceridade necessária para realização dos atos de fala. A condição (2) do ato de fala declarativo também pode ser atribuída a ordens e perguntas, já que em todos os atos há a necessidade de informar ao ouvinte, que não poderia saber o conteúdo de outro modo. Da mesma forma, o pressuposto (3) do ato de fala declarativo também está presente nos atos de fala de ordem e pergunta.

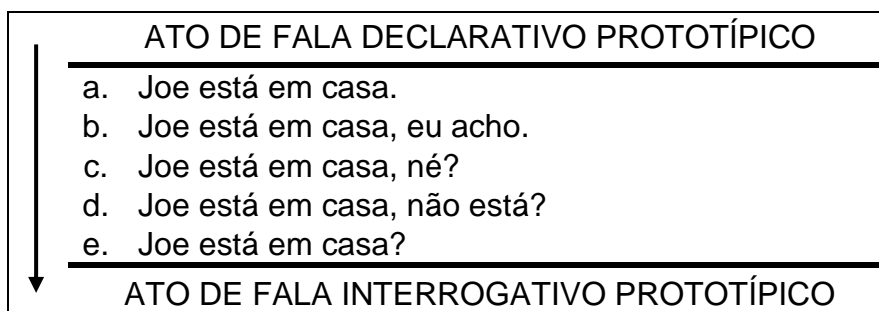
Sobre o papel comunicativo das pressuposições dos três atos de fala apresentados, Givón ([1979] 2012) menciona que

Embora seja verdade que o papel comunicativo dessas três condições é mais periférico em manipulações do que em declarações, ou seja, que elas não são centrais para o intento do ato de fala, pode-se, por outro lado, observar que todos os atos de fala – sendo atos de fala - abrangem os postulados convencionais da declaração. Com isso em mente, pode-se perceber como os postulados conversacionais associados a ordens e perguntas constituem acréscimos àqueles associados à declaração (GIVÓN, [1979] 2012, p. 79).

Esse posicionamento de Givón ([1979] 2012), além de ratificar suas afirmações acerca da pressuposicionalidade presente nos atos de fala, também reforça sua afirmação de que os atos de fala existentes podem ser vistos em um *continuum* que abrange atos de fala prototípicos em suas extremidades (declarativos, imperativos,

interrogativos)³¹. Um exemplo desse *continuum* de atos de fala, relacionado ao que foi discutido anteriormente, entre um ato de fala declarativo prototípico e um interrogativo prototípico do tipo *yes/no question*, pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 5 – *Continuum* entre os atos de fala declarativo e interrogativo prototípicos



Fonte: Elaborado pela autora com base em Givón (2001) (p. 320, exemplos do autor, tradução nossa).

Para Givón ([1979] 2012), ao tratar dos atos de fala não declarativos, o ponto principal é saber que mais pressuposições estão envolvidas quando atos de fala manipulativos (imperativos e interrogativos) ocorrem, já que estão relacionadas a atos de fala mais complexos. Logo, o autor conclui que os atos de fala imperativos e interrogativos possuem mais conteúdo pressuposicional do que as declarações, porque são mais complexos, portanto os considera mais marcados do que os atos de fala declarativos.

Atos de fala interrogativos e imperativos são, na visão de Givón (2001; [1979] 2012), atos de fala manipulativos quando comparados às sentenças declarativas (que não possuem característica performativa), porque envolvem “a avaliação do falante de seu direito para manipular, com todos os fatores de escala social que estão envolvidos”. Ademais, ainda na visão do autor, é preciso que o falante avalie “a possibilidade de que o ouvinte possa agir de acordo com a sua própria vontade, e, portanto, não necessitar ser manipulado” (GIVÓN, [1979] 2012, p. 77-78).

Um ato de fala manipulativo interrogativo é geralmente utilizado para provocar uma ação verbal para obter informação, mas, às vezes, uma pergunta pode ser retórica; já um ato de fala manipulativo imperativo é comumente usado para acelerar uma

³¹Os atos de fala negativos são tratados à parte pelo autor.

ação, seja ela verbal ou não. Em se tratando de imperativos, Givón (2001, p. 311) afirma que existe um número potencialmente grande de atos de fala manipulativos, e que o denominador comum de todos eles tem a ver com a manipulação pretendida, isto é, são todos atos verbais pelos quais o falante tenta fazer com que o ouvinte aja, manipulando o comportamento deste com o objetivo de provocar ação e não informação, como ocorre nos atos de fala declarativos.

Seguindo ainda essa noção de gradiência, Givón (2001) afirma que o ato de fala manipulativo também pode ser visto em um *continuum* e que sua força manipulativa é determinada pelo grau de *status/poder* (de quem ordena), de potência (a força manipulativa) e de obrigação (de cumprir de uma dada ordem) entre o manipulador e o manipulado. A seguir, é possível observar um exemplo de uma gradiência de atos de fala manipulativos provenientes do ato de fala prototípico imperativo:

Quadro 6 - Gradação de atos de fala manipulativos

ALTA FORÇA MANIPULATIVA	
↓	a. Levanta! b. Levanta, vai. c. Você poderia, por favor, se levantar? d. Você se importaria de levantar? e. Você acha que, talvez, poderia se levantar? f. Gostaria de saber se você se importaria se eu pedisse para você se levantar? g. Não seria muito bom se você pudesse, talvez, se levantar?
	BAIXA FORÇA MANIPULATIVA

Fonte: Elaborado pela autora com base em Givón (2001) (p. 313, exemplos do autor, tradução nossa).

O exemplo apresentado no Quadro 6 mostra diversas formas de codificação linguística podem ser usadas para enfraquecer os atos de fala manipulativos. Entre os fatores que enfraquecem a força manipulativa de enunciados imperativos estão o aumento de codificação textual, formulação de perguntas, manifestação evidente do pronome “você” (do manipulado), uso do modo *irrealis*, uso da negação e inserção de verbos cognitivos e que indicam modalidade. É possível observar também que a sentença mais polida é menos manipulativa, ao contrário da menos polida, que é mais manipulativa.

Em relação aos atos de fala negativos, Givón (2001; [1979] 2012) afirma que eles são pressuposicionalmente mais marcados do que as suas afirmativas correspondentes, isto é, uma sentença negativa possui mais pressuposições do que uma afirmativa. Quando um falante profere uma sentença negativa, “ele **assume mais** sobre o que o ouvinte conhece do que quando ele enuncia uma afirmativa” (GIVÓN, [1979] 2012, p. 139, grifos do autor).

Conforme Givón (2001), os atos de fala negativos são usados com diferentes objetivos comunicativos por parte do falante, portanto constituem diferentes atos de fala. Ao proferir um ato de fala negativo, o falante (ou escritor) objetiva corrigir as crenças “erradas” do ouvinte, e não informar algo novo. Nas palavras de Givón ([1979] 2012, p. 185), “as afirmativas são usadas para transmitir informação nova, tendo como fundo a suposição de ignorância do ouvinte. As negativas são usadas para corrigir uma convicção equivocada, tendo como fundo a suposição de erro do ouvinte”. Logo, com base em Givón (2001, p. 372), podemos presumir que nos atos de fala afirmativos, o ouvinte não sabe, mas o falante sim; e que nos atos negativos o ouvinte entendeu errado e o falante sabe mais.

A utilidade das análises dos atos de fala ilustra os tipos de coisas que podemos fazer com as palavras e identificar algumas das formas de expressão convencionais que usamos para realizar ações específicas (YULE, 1996). Além disso, o reconhecimento da intenção comunicativa do falante a partir dos atos de fala é essencial para o curso de uma interação linguística. Contudo, é preciso observar uma interação mais extensa para entender como essas ações são realizadas e interpretadas nos eventos de fala.

Tendo em vista que objetivamos observar a força argumentativa dos adjetivos nas *charges*, que a análise dos atos de fala nelas presentes nos ajudarão a identificar a intenção do chargista, e, portanto, nos levará a identificar a argumentação de cada *charge*, e que o tema da argumentação é de extrema relevância nesta pesquisa, é interessante observarmos o que a teoria dos atos de fala (AUSTIN, [1962]1990; SEARLE, 1979) tratou em termos do ato de argumentar.

Austin ([1962]1990) afirmou o seguinte sobre argumentar:

[...] Falar do "uso da 'linguagem' para argumentar ou advertir parece o mesmo que falar do uso da 'linguagem' para persuadir, incitar, alarmar. No entanto, o primeiro tipo de "uso" pode ser considerado, sem maior precisão e para efeito de contraste, *convencional*, no sentido de ser possível, pelo menos, explicitá-lo pela fórmula performativa, ao passo que tal coisa não ocorre com o segundo. Assim, podemos dizer "Argumento que" ou "Advirto-o de que", mas não podemos dizer "Eu convenço você que" ou "Eu alarmo você que". Além disso, podemos tornar totalmente claro o fato de estar alguém argumentando ou não sem tocar na questão de a pessoa estar ou não convencendo alguém (AUSTIN, 1990, p. 91).

Austin ([1962]1990, p. 124) listou o verbo “argumentar” na classe dos atos de fala expositivos, cujos verbos “esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa” ou mostram apenas como estamos utilizando as palavras. Searle (1979), ao propor um novo modelo dessas classes, englobou a maioria dos verbos expositivos de Austin ([1962]1990) na categoria dos atos ilocucionários assertivos.

Na percepção dos autores, Austin ([1962]1990) e Searle (1979), o verbo argumentar é reconhecido como sendo um verbo performativo em comparação com outros que não possuem essa característica, como convencer e alarmar. Dado que os atos ilocucionários são cercados de valores convencionais, para Austin ([1962]1990), então, o ato de argumentar aqui é comparado com outros atos que resultam de uma convenção linguística que exige um ato subsequente (prometer, pedir, ordenar, etc.), e possui um valor performativo específico.

Nessa perspectiva de realização desse ato de fala, acreditamos que a argumentação não pode ser pensada apenas formalmente, como o resultado de um ato ilocucionário respaldado pela performatividade. Entendemos que o ato de argumentar ocorre de diversas maneiras, quase sempre de forma indireta, e que o efeito da argumentação não está somente no verbo, ou melhor, não são apenas os verbos que explicitam a força ilocucionária dos enunciados, ela pode ser identificada independentemente do uso performativo do verbo argumentar; é preciso observar todos os elementos que compõem a proposição. Portanto, o ato ilocucionário de argumentar, conforme tratado por Austin ([1962]1990) e Searle (1979), não possui relação direta com a noção de “argumentar” que abordaremos neste estudo.

Vimos que o falante (ou escritor), muitas vezes, tem a intenção de levar o ouvinte (ou o leitor) a praticar uma determinada ação ou, até mesmo, de causar algum efeito sobre ele, quando profere um enunciado. Entretanto, sabemos que essa ação sobre o outro depende de uma série de fatores, sobretudo contextuais. É esse o entendimento que se aproxima do que estamos compreendendo por argumentação. Assim sendo, o próximo subitem versará sobre a perspectiva teórica da argumentação que adotamos nesta pesquisa, apresentando os conceitos por nós assumidos sobre argumentação, força argumentativa, argumento, entre outros importantes para o desenvolvimento deste estudo sob essa esfera argumentativa.

3.2.2 Argumentação

Existem diferentes perspectivas teóricas que estudam a argumentação. Nesse rol de teorias argumentativas, podemos citar a Retórica, a Nova Retórica, a Teoria dos Blocos Semânticos, a Pragmadialética, entre outras (CAVALCANTE, 2016). Evidentemente, cada uma dessas teorias trata a argumentação à sua maneira, portanto, torna-se necessário apresentarmos em qual (quais) teorias nos basearemos para conduzir as análises no que tange a esse assunto. Entretanto, antes de nos situarmos dentro de uma teoria da argumentação, convém buscarmos no dicionário o significado de “argumentação”, “argumentar” e “argumentatividade”.

Segundo as acepções consignadas no dicionário de Usos de Borba (2001, p. 123), exemplos e grifos do autor), argumentação é “**1** apresentação de raciocínios ou provas: *Esse tipo de argumentação é próprio daqueles que se recusam a aceitar modificações na ordem vigente (JU); Inteligente a argumentação desse jovem (PRO)*”; “**2** conjunto de argumentos: *É essa a argumentação neomalthusiana (EG)*”. Já a palavra argumentar significa “**1** apresentar argumentos; aduzir os raciocínios que constituem uma argumentação: *Tentaram argumentar em defesa da ocupação agrícola da Amazônia (VEJ)*”; “**2** discutir; altercar; sustentar controvérsias: *É necessário conhecer o modo de pensar de nossos inimigos, para poder argumentar com eles (SI)*”; “**3** alegar; aduzir; apresentar como argumento: *O Governo argumenta que já foram concedidos dois aumentos este ano (JB)*”; “**4** servir-se; usar

na argumentação: *Alguns proprietários argumentam com a experiência frustrada de conhecimentos (BF)*”.

No que tange ao termo argumentatividade, o dicionário de Houaiss (HOUAISS, 2001) o registra como “qualidade de argumentativo”, isto é, a qualidade do que é argumentativo.

Essas diferentes acepções das palavras “argumentação”, “argumentar” e “argumentatividade” nos levam a concordar com Mosca (2006, p. 10), quando afirma que

[...] A argumentação, que faz parte da vida diária de todo cidadão, é uma atividade das mais importantes nos atos comunicativos, mas, apesar de sua relevância, a produção discursiva depende de muitos outros componentes que envolvem aspectos ligados à enunciação, às condições sócio-históricas, à reação e expectativa dos interlocutores. Daí a necessidade de se considerar todos os componentes que fazem do discurso uma rede intrincada e intrigante, a desafiar sempre a nossa sensibilidade e imaginação.

E também com Koch (2010), quando reforça o conceito de argumentatividade ao afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo:

Quando interagimos através da linguagem, temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outros(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras) (KOCH, 2010, p. 29).

Os conceitos de argumentação, tal qual posto por Mosca (2006), e de argumentatividade, nas palavras de Koch (2010), vão diretamente ao encontro do que compreendemos em relação à argumentação na linguagem. A argumentação está presente na interação diária dos interlocutores, em maior ou menor grau, seja ela utilizada com o objetivo de manipular, persuadir, de apenas informar, entre outros. Nesse sentido é preciso considerar todos os aspectos envolvidos no momento de uma interação linguística a fim de identificar tais objetivos envolvidos no discurso. Entre esses aspectos, podemos citar a intenção comunicativa do falante (ou escritor), os recursos verbais e não verbais utilizados, as pressuposições do falante em relação ao ouvinte, entre outros. Esse posicionamento se aproxima

também da Teoria da Argumentação no Discurso proposta por Amossy (2011), com a qual nos identificamos em vários aspectos.

Ao integrar a Nova Retórica à Análise do Discurso, Amossy (2011) amplia a definição de argumentação da Nova Retórica de Perelman. Para a autora, argumentação é “a tentativa de modificar, reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

É importante ressaltar que, quando Amossy (2011) propõe associar a argumentação à Análise do Discurso, sua teoria não possui um viés ideológico preestabelecido e não objetiva um engajamento político. Nessa teoria, Amossy (2011, p. 131) preza por uma análise do discurso que observe as estratégias persuasivas em sua interpretação, uma vez que considera que no discurso existe “uma tentativa de fazer ver as coisas de uma determinada maneira e agir sobre o outro”. Sua teoria procura explicar como os argumentos são construídos nos enunciados, ou como um dado contexto confere força aos argumentos selecionados, e vice-versa.

Amossy (2011, p. 132) afirma que a argumentação não pode ser dissociada do discurso e sustenta a ideia de que a argumentação deve ser examinada “na materialidade linguageira e em uma situação de comunicação concreta”. Logo, defende a necessidade de examinar a organização textual e o modo como o falante (escritor) decidiu dispor os elementos de sua fala na interação com o ouvinte. Para a autora, é a organização textual que determina o emprego da argumentação.

Ainda segundo a autora, o discurso argumentativo, isto é, um enunciado com vistas a persuadir ou a direcionar o olhar do ouvinte (leitor) na intenção de fazê-lo perceber as coisas de outra maneira, não se desenvolve no interior de um espaço puramente lógico e abstrato, mas no interior de uma situação comunicativa em que o falante expõe seu ponto de vista utilizando todos os recursos linguísticos que tem disponível. Tais recursos “compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo”. E ainda, a autora assegura que “é na

espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através de seu uso que ela se instala (...)" (AMOSSY, 2011, p. 133).

O posicionamento de Amossy (2011) dialoga diretamente com a categoria da informatividade pressuposta pelo Funcionalismo. Com base em Givón (2001), a noção de informatividade, além de estar relacionada ao controle do conteúdo informacional em virtude daquilo que o falante julga que o ouvinte saiba ou não em uma interação linguística, também diz respeito ao modo como o falante busca monitorar/orientar o ponto de vista do ouvinte na intenção de atingir um objetivo específico; em vista disso, o falante utiliza tanto recursos linguísticos quanto extralinguísticos. Ademais, ambas as perspectivas buscam tratar do funcionamento da língua em uso, em casos concretos, e não com exemplos fabricados.

Considerando a perspectiva dialógica bakhtiniana, Amossy (2011, p. 131) assume que "a argumentação está, *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal". Nessa lógica, a autora vê a argumentação de forma escalar e aplica essa noção de escalaridade argumentativa aos gêneros textuais. Para a autora, a argumentação é determinada pelas regras de funcionamento de um gênero específico e varia em função dele, assim, um gênero textual poderá ser mais argumentativo do que outro, embora estejam tratando de um mesmo assunto, isto é, um mesmo tema pode ser tratado em gêneros textuais diferentes, e a argumentação presente variará conforme o gênero textual utilizado pelo falante. A argumentação presente na escrita de um diário íntimo sobre a morte de um ente querido, por exemplo, será diferente daquela presente na redação de uma carta para informar a família sobre o ocorrido. Esse posicionamento é ratificado por Amossy, ao afirmar que

Pode-se ver, assim, como a relação de uma mesma situação, ou a transmissão de uma mesma tese, se reveste de formas diferentes, e até mesmo adquire sentido e impacto diferentes, quando ela se molda em um formato de comunicação e em um dispositivo de enunciação particular (AMOSSY, 2011, p. 139).

Os diferentes graus de argumentação que um mesmo assunto poderá possuir, a depender do gênero textual em que foi empregado, conforme defendido por Amossy

(2011), leva-nos a associar esse posicionamento da autora à teoria dos atos de fala, mais especificamente à força ilocucionária, em que um mesmo enunciado pode possuir forças ilocucionárias diferentes a depender do propósito comunicativo do falante (escritor). A relação entre argumentação e atos de fala será mais bem relacionada na próxima seção.

Para Amossy (2011), uma análise argumentativa deve estudar “[...] os argumentos em língua natural, na materialidade do discurso, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global”, e ainda deve situar a argumentação “[...] em uma situação de enunciação precisa, da qual importa conhecer todos os elementos (participantes, lugar, momento, circunstâncias etc.) [...]” (AMOSSY, 2011, p. 134).

A abordagem da argumentação no discurso de Amossy (2011) se difere da abordagem de argumentação da língua, conforme postulado por Anscombe e Ducrot (1997), conhecida no cenário atual como a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) com a contribuição de Carel e Ducrot (2005). A perspectiva de Amossy (2011) é essencialmente discursiva, porque aborda a língua em uso em contexto específico de interação considerando todos os componentes, linguísticos e extralinguísticos, nele envolvidos. Já a perspectiva da argumentação na língua, que tratou da argumentação no interior das Ciências da Linguagem, concebe a argumentação como um fato de língua, apenas e não tem relação com a arte de persuadir. A TBS distingue uma argumentação retórica de uma argumentação linguística, exclui a perspectiva da retórica e considera a existência de encadeamentos argumentativos próprios da significação lexical e dos enunciados, isto é, a palavra argumentação é tomada em um sentido restritamente linguístico (AMOSSY, 2011, p. 134).

Koch ([1984] 2002), ao desenvolver um estudo sobre argumentação e linguagem, tendo como base a teoria de Anscombe e Ducrot (1997), traz contribuições relevantes sobre a argumentação. É importante frisar que Koch ([1984] 2002) se alia à Teoria da Argumentação da Língua para desenvolver estudos sobre a argumentação, sobretudo em relação aos articuladores discursivo-argumentativos, e está filiada à perspectiva da Linguística Textual que considera fatores sociocognitivos e interacionais em suas análises. Logo, a maneira como aborda a

argumentação na perspectiva textual constitui um avanço em relação a teoria proposta por Ducrot, Anscombre e Carel, porque reúne aspectos cognitivos e sociais em suas análises, não apenas os semântico-argumentativos conforme preconizados por esses autores.

Na visão de Koch ([1984] 2002, p. 17), o ato de argumentar é um ato linguístico fundamental, uma vez que argumentar é “o ato de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões”. Nesse sentido, o falante (escritor) organizará o seu enunciado em função do seu projeto de dizer, lançando mão de recursos da linguagem para tentar convencer o ouvinte (leitor) ou agir sobre ele. Para que isso aconteça, na visão de Koch (2010), precisamos carregar os nossos enunciados de força argumentativa. Sobre argumentação, a autora diz que esta constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, uma vez que a progressão do discurso ocorre “por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico não só de coesão, mas principalmente de coerência textual” (KOCH, [1984] 2002, p. 21).

Em confluência com os autores da Teoria da Argumentação da Língua, Koch ([1984] 2002) assume que a argumentatividade está inscrita nas palavras da língua, sendo possível investigar a orientação argumentativa nelas contida. No interior dessa teoria cujo foco maior está nos fenômenos internos à língua, analisa-se a argumentação a partir dos encadeamentos existentes entre segmentos de enunciados, para chegar à significação da frase. Koch ([1984] 2002, p. 102, grifos da autora) entende a significação da frase como “instruções **codificadas, de natureza gramatical**, o que leva, portanto, ao reconhecimento de **um valor retórico (argumentativo) da própria gramática**”.

Koch ([1984] 2002, p. 102) ressalta que cada enunciado orienta a sequência do discurso determinando “os encadeamentos possíveis com outros enunciados capazes de continuá-lo”. Esses encadeamentos orientam argumentativamente os enunciados, uma vez que cada enunciado pode ser empregado com a intenção de orientar o ouvinte (leitor) a uma certa conclusão. Ainda segundo Koch ([1984] 2002),

para descrever esses enunciados, é necessário identificar as conclusões para as quais eles podem servir de argumento. Para isso, considera uma relação existente entre enunciados do tipo “ser argumento para”. No contexto da *charge*, pensamos que cada elemento contribui em algum grau para a sua orientação argumentativa a fim de atingir a argumentação pretendida pelo chargista.

Para Koch ([1984] 2002, p.103), existem na gramática vários tipos de morfemas responsáveis por essa relação e funcionam como operadores argumentativos ou discursivos, como os conectivos (mas, porém, já que, etc.), palavras denotativas ou denotadores de inclusão (até, inclusive, etc.), palavras de exclusão (só, apenas, etc.), de retificação (aliás, isto é, etc.). A autora salienta que é a semântica argumentativa que recuperará os elementos a serem descritos, uma vez que eles “determinam o valor argumentativo dos enunciados”, constituindo “marcas linguísticas importantes da enunciação” e que o exame desses elementos pode ser realizado através da noção de escala argumentativa formulada por Ducrot (1980) e explicada por Koch ([1984] 2002) da seguinte maneira:

Dois ou mais argumentos orientados no mesmo sentido, isto é, para uma mesma conclusão, constituem uma classe argumentativa. Diz-se que **p** é um argumento para a conclusão **r**, se **p** é apresentado como devendo levar o interlocutor a concluir **r**. Quando vários argumentos – **p**, **p'**, **p''**...– se situam numa escala graduada, apontando, com maior ou menor força, para a mesma conclusão **r**, diz-se que eles pertencem à mesma **escala argumentativa** (KOCH, [1984] 2002, p. 103, grifos da autora).

No exemplo dado pela autora (KOCH, [1984] 2002, p. 103), para chegarmos à conclusão (**r**) de que “Pedro é um político ambicioso”, certos operadores estabelecem a hierarquia dos elementos em uma escala do argumento mais fraco para o mais forte. Assim, um argumento com o operador argumentativo “pelo menos” do tipo **p** = Ele quer ser **pelo menos** prefeito, possui menor força argumentativa do que um argumento **p'** = Ele quer ser **até** presidente, mais forte argumentativamente em relação à conclusão **r** anteriormente mencionada.

Vimos que o interesse maior de estudo da Teoria da Argumentação da Língua se restringe aos conectores, já Koch (2017), ao estudar as marcas de articulação na progressão textual considera o encadeamento de segmentos textuais de qualquer

extensão (períodos parágrafos, partes inteiras do texto, etc.), são os chamados articuladores textuais. Para a autora,

Estes operadores articulam dois atos de fala, em que o segundo toma o primeiro como tema, com o fim de justificá-lo ou melhor explicá-lo; contrapor-lhe ou adicionar-lhe argumentos; generalizar, especificar, concluir a partir dele; comprovar-lhe a veracidade; convocar o interlocutor à concordância etc., sendo, assim, responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem (...) (KOCH, 2017, p. 129).

Embora os estudos de Koch (2017) ampliem o escopo do tratamento da argumentação nas análises de textos, a autora ainda fica presa à progressão textual. Além disso, embora a proposta desse conceito de escalas argumentativas nos pareça relevante, ainda não é suficiente para aferirmos a força argumentativa dos adjetivos, dado que o valor escalar da argumentação parece ser determinado apenas pelo valor semântico dos articuladores. Acreditamos que para interpretarmos a força argumentativa de um item lexical, de um enunciado, ou como uma dada palavra confere força ao enunciado em que se encontra e vice-versa, é necessário ultrapassarmos os fenômenos internos à língua e considerarmos também fenômenos extralinguísticos, sobretudo em se tratando do gênero *charge*, *corpus* desta pesquisa. É preciso eleger como critérios de análise os diferentes recursos que o falante (escritor) possa utilizar para persuadir ou não o outro.

Koch ([1984] 2002, p. 154,155) apresenta outros recursos argumentativos que se destacam no campo da argumentação, entre eles está a seleção lexical. Para a autora, é por meio da seleção lexical que são estabelecidas as oposições, metáforas, paralelismos rítmicos, jogos de palavras entre outros. Tais palavras são empregadas de maneira estratégica pelo falante (escritor) em seu texto e carregam uma carga poderosa de implícitos e também argumentativa. A escolha de um item lexical pode sim estar a serviço da argumentação pois situa melhor o objeto de discurso dentro de uma categoria determinada. Ademais, a intenção argumentativa também pode ser identificada pelo uso de um termo pouco usual na língua, não excluindo, portanto, o valor argumentativo que um termo habitual também pode adquirir no uso.

Foi possível notar que a Teoria da Argumentação da Língua sob a ótica de Koch ([1984] 2002; 2017) se diferencia da teoria proposta por Amossy (2011), mesmo assim, elas se aproximam em alguns pontos. Essa aproximação pode ser percebida no modo como concebem o uso persuasivo da argumentação linguística; alguns aspectos que envolvem a produção de um enunciado pelo falante (ou escritor), como a intencionalidade, informatividade, etc; e na maneira de observar os valores argumentativos, que é no uso da língua e sob uma perspectiva escalar. Tais aproximações também convergem para os pressupostos do Funcionalismo.

Compreendemos claramente que o fenômeno da argumentação é um campo de estudos muito vasto, que é abarcado por muitas teorias, e, nesse rol de possibilidades teóricas, sem a intenção de desconsiderar as outras teorias que tratam da argumentação, entendemos que seu estudo deve considerar a multiplicidade de aspectos linguísticos e não linguísticos a ela relacionados, ou seja, os diversos fatores que envolvem uma interação linguística permeada de argumentatividade.

Diante do que foi exposto sobre a argumentação, entendemos que seu estudo deve pôr em diálogo questões relativas à diversidade dos elementos linguísticos e não linguísticos envolvidos numa interação linguística, que envolve aspectos sintáticos, semânticos, morfológicos, cognitivos, pragmáticos, não verbais, entre outros. Tal postura nos leva, então, a não nos situarmos em uma teoria argumentativa específica, mas a tratarmos a argumentação sob uma concepção mais larga a qual considera todos esses fatores em seu estudo.

Nesse sentido, a concepção mais larga da argumentação aqui proposta compreende os pressupostos teóricos da Teoria da argumentação no Discurso, de Amossy (2011) e alguns conceitos encontrados em Koch ([1984] 2002; 2010; 2017), relacionados à força argumentativa observada a partir das análises dos articuladores textuais. Considerando, portanto, uma perspectiva mais ampla de argumentação, julgamos ser necessário apresentar sumariamente os conceitos que assumimos concernentes aos termos argumentação, orientação argumentativa e força

argumentativa, com vistas a estabelecer um posicionamento teórico que embasará as discussões nas análises do *corpus* desta tese.

Defendemos em confluência com Amossy (2011) e com Koch ([1984] 2002) que argumentação é “a tentativa de modificar, reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130) e que argumentar é “o ato de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões” (KOCH [1984] 2002, p.17). Para isso, o falante (ou escritor) organiza suas proposições segundo o que é mais apropriado ao seu objetivo comunicativo, tentando exercer alguma influência sobre o ouvinte (leitor) ou não (KOCH, 2010). Essa organização de proposições, ou melhor, os enunciados serão construídos e organizados pelo falante (ou escritor) em virtude de sua intenção comunicativa. Para tanto, recorrerá aos diversos recursos de língua que possui, assim como aos elementos extralinguísticos, os quais também influenciarão na construção e na organização dos enunciados que produz.

Nessa lógica, argumentar, no sentido de Amossy (2011) e Koch ([1984] 2002; 2010), é manipular. Logo, estamos tomando como sinônimas as ações de manipular e argumentar. Sendo assim, entendemos que nas *charges*, a intenção comunicativa do chargista é manipular o leitor, no sentido de direcionar seu olhar para outro ponto de vista, mas não necessariamente persuadi-lo, uma vez que, em consonância com Dias Carneiro (1993), manipular está relacionado a um processo para fazer com que o outro chegue a determinada conclusão e persuadir é fazer com que o outro aceite e/ou concorde com essas conclusões.

Compreendemos que cada enunciado construído constitui um argumento, e cada argumento contribui para a orientação argumentativa de um texto. Essa orientação argumentativa vai conduzindo o ouvinte (leitor) a identificar a argumentação geral do texto, ou seja, o objetivo comunicativo do falante. Nas *charges*, acreditamos que o objetivo comunicativo do chargista é levar o leitor a interpretar a argumentação nelas contida. É por meio desse processo que a ação de manipular acontece. Contudo, é importante frisar que, nesse processo de construção e identificação da argumentação, da mensagem veiculada por meio da *charge*, estão envolvidos os

diversos aspectos necessários para a produção e compreensão da linguagem. Entre eles podemos ressaltar a intencionalidade, as pressuposições, o contexto, o compartilhamento de saberes (de mundo, linguístico, superestrutural, etc.), aspectos sociais, o não verbal, entre outros; linguísticos e extralinguísticos.

Em consonância com a perspectiva escalar adotada pela teoria funcionalista, e a partir dos posicionamentos de Amossy (2011), Givón (2011), Koch ([1984] 2002; 2010) trazidos nesta seção, pensamos que a argumentatividade deve ser vista numa gradiência, seja em relação ao grau de argumentatividade presente em diferentes gêneros textuais, ou em cada argumento presente em um ato comunicativo. Também defendemos que a argumentatividade pode ser aferida em termos de força argumentativa, a qual está diretamente relacionada à manipulação. Assim, um argumento pode possuir maior ou menor força argumentativa, isto é, pode ser mais manipulativo ou menos manipulativo a depender do modo como foi empregado pelo autor do texto em um contexto específico da língua em uso e o quanto ele contribui para o processo manipulativo. Assim, na intenção de manipular o outro, o falante (ou escritor) dota seus enunciados de força argumentativa. Por isso e com base na abordagem de Givón (2001; [1979] 2012) sobre os atos de fala, estamos considerando força argumentativa e força manipulativa termos sinônimos.

Embora tenha se falado sobre força argumentativa nos trabalhos de Amossy (2011) e Koch ([1984] 2002; 2010; 2017), em nenhuma das obras foi possível encontrar uma definição clara desse termo. No entanto, a partir das leituras realizadas no campo da teoria da argumentação, entendemos por força argumentativa ou força manipulativa o peso que um enunciado, ou uma palavra (ou o não verbal, a expressão, o gesto, etc.) que compõe esse enunciado, possui no processo da construção da argumentação, atuando no fortalecimento do argumento utilizado pelo falante (ou escritor) visando ao cumprimento do objetivo comunicativo que é a manipulação do ouvinte (ou leitor).

Essa força argumentativa, também observada sob uma ótica escalar, poderá ser maior ou menor, isto é, contribuir para maior ou menor grau no processo de manipular o ouvinte (ou leitor), para exercer alguma influência sobre ele, orientando

seu modo de ver e de pensar sobre as coisas do mundo real ou fictício. Logo, uma palavra ou um enunciado, que compõem um argumento, poderá possuir maior ou menor força argumentativa, isto é, ser mais ou menos manipulativo, a depender dos recursos de linguagem utilizados pelo falante (ou escritor) no processo de construção da sua argumentação. Dessa forma, o grau de manipulação que cada enunciado possui contribuirá, em diferentes proporções, para que o propósito comunicativo pretendido seja alcançado. No caso das *charges*, o grau de manipulação dos enunciados, sua força argumentativa, auxiliará em alguma medida no cumprimento do objetivo comunicativo do chargista, que é levar o leitor a interpretar a mensagem veiculada nas *charges*.

Embora tenhamos assumido tratar da argumentação sob uma perspectiva ampla, tendo em vista que os conceitos e pressupostos nela contidos dialogam diretamente com as nossas convicções sobre o funcionamento linguístico (o que será de extrema relevância para prosseguirmos com as análises), faz-se necessário relacioná-la com a Teoria dos Atos de Fala (SEARLE, 1979) em virtude da estreita relação que julgamos existir entre essas teorias e também objetivando uma possibilidade de análise ainda mais completa do funcionamento argumentativo do adjetivo na *charge*.

Pensamos que a associação dessas teorias se torna pertinente à proposta desta pesquisa, porque pode complementar o aparato teórico-metodológico necessário para aferirmos a força argumentativa dos adjetivos. Posto isso, na seção seguinte relacionaremos a Argumentação, nessa perspectiva ampla por nós assumida, à Teoria dos Atos de Fala.

3.2.3 Atos de fala e argumentação

Feito o panorama da Teoria dos Atos de Fala e da Argumentação numa perspectiva mais ampla, com as quais estamos em consonância, buscamos aliar uma teoria a outra, uma vez que constatamos um diálogo possível entre elas que permite uma complementação de aparatos teórico-metodológicos e uma compreensão mais

ampliada dos fenômenos por elas estudados. Com efeito, a associação dessas teorias possibilitará uma análise mais completa dos dados desta pesquisa.

No decorrer do que foi apresentado sobre essas teorias, vimos que alguns conceitos e pressupostos teóricos entre elas se coadunam. Entre eles, podemos mencionar a ideia de a linguagem ser pensada como ação, isto é, uma forma de agir sobre o outro, seja para informar, alterar os modos de perceber as coisas, etc.; de as análises estarem diretamente relacionadas à intenção comunicativa do falante; ambas as teorias analisam dados provindos da língua em uso, e não utilizam frases pré-fabricadas; observam o contexto linguístico, a pressuposição, o implícito, entre outros aspectos que conduzem ao alcance dos propósitos comunicativos.

Uma diferença importante percebida entre a Teoria dos Atos de fala, a partir de Austin ([1962]1990) e Searle (1979), e a Argumentação, conforme vimos defendendo até agora, é que, embora situada no interior dos estudos da Pragmática a qual preza principalmente pelo contexto extralinguístico, o estudo desses autores acerca dos atos ilocucionários parece tratar de unidades de significação presas ao contexto linguístico. Por consequência, pouca ou nenhuma atenção é dada ao extralinguístico e a todo o contexto de produção de um determinado ato de fala, o que a acaba por limitar um pouco suas análises, diferentemente do que acontece na Argumentação. Apesar disso, os estudos atuais que abordam a Teoria dos Atos de Fala a partir de Searle e Austin, já consideram todos os aspectos envolvidos na comunicação conforme preconizado pela Pragmática, sobretudo no campo da Linguística Textual contemporânea.

Quanto às semelhanças, é possível associar alguns termos dessas teorias em virtude do papel que eles desempenham nesse processo do uso da linguagem como ação. Os atos ilocucionários, por exemplo, podem ser relacionados aos argumentos, dado que ambos são constituídos por enunciados elaborados/organizados pelo falante (ou escritor) com vistas a agir sobre o outro, e conduzem à identificação da intenção comunicativa pelo ouvinte, quando satisfeitas as condições de felicidade ou pragmático-discursivas. Além disso, a esses papéis estão atreladas as pressuposições que falante e ouvinte fazem no momento da interação.

Vimos que no processo de argumentação, o encadeamento de vários argumentos, que são constituídos por enunciados, orientará argumentativamente o discurso do falante (ou escritor). Acreditamos que, nesse mesmo sentido, podemos pensar nos atos ilocucionários inseridos em um contexto maior que extrapola aquela natureza de ato de fala elementar isolados no contexto da língua conforme encontrado em Searle (1979) e Austin ([1962] 1990). Assim, levando em conta todos os aspectos necessários à produção e compreensão da linguagem conforme preconizado pelo Funcionalismo e também segundo a visão da Pragmática e da Teoria da Argumentação mais ampla por nós assumida, podemos presumir uma extensão da Teoria dos Atos de fala, se considerarmos a existência de um encadeamento de atos ilocucionários cujo conjunto nos leva a identificar não só o propósito comunicativo do falante (escritor), como também o do gênero textual por meio do qual o ato comunicativo acontece.

Pensar os atos de fala nesse sentido e relacioná-los à Argumentação vai ao encontro da proposta de Eemeren e Grootendorst (1983), representantes da pragmadialética, que demonstraram a ligação existente entre essas teorias. Os autores partem da proposta dos atos ilocucionários de Searle rumo ao que chamaram de análise funcional da argumentação, estendendo a concepção do ato de argumentar. Para esses autores, o estudo de Searle se aplica exclusivamente a unidades linguísticas, às sentenças individuais, e não a unidades maiores do texto, como acontece na argumentação, e se limita a casos em que a força ilocucionária é expressa explicitamente em uma fórmula performativa, que, em princípio, não é o caso da argumentação, conforme mencionamos na seção 3.2.1.

Estamos de acordo com Eemeren e Grootendorst (1983, p. 23, tradução nossa), quando afirmam que “devemos prestar atenção aos aspectos interacionais da linguagem que são desconsiderados por Searle, que trata exclusivamente dos aspectos comunicativos³²”, dado que a linguagem serve a propósitos tanto comunicativos quanto interacionais; e quando assumem a necessidade de analisar o ato de fala da argumentação tanto em relação aos seus aspectos comunicativos quanto aos interacionais.

³² “[...] we shall pay attention to interactional aspects of language which are disregarded by Searle, who deals exclusively with communicative aspects [...]” (EEMEREN; GROOTENDORST, 1983, p. 23).

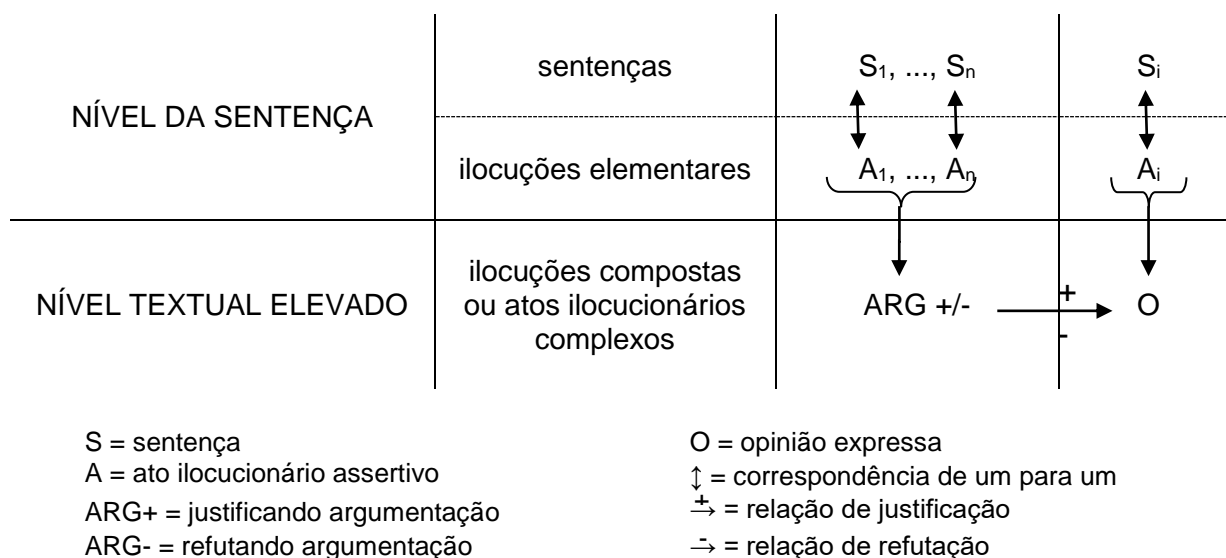
Às unidades linguísticas, ou melhor, aos atos de fala no nível da sentença conforme encontrado em Searle (1979), Eemeren e Grootendorst (1983) se referem como ilocuções elementares. Para esses autores, as ilocuções elementares são unidades mínimas de comunicação da língua, contudo, existem unidades maiores que atuam da mesma maneira, porém no nível das sequências textuais, são as chamadas ilocuções compostas ou ato ilocucionário complexo, complexo no sentido de que é composto por várias ilocuções elementares pertencentes à categoria dos assertivos, no nível da sentença, com as quais mantém uma relação de interdependência. Logo, um conjunto de atos de fala, ou melhor, um conjunto de ilocuções elementares ligados entre si, formam um todo constituindo um ato complexo.

Nessa lógica, Eemeren e Grootendorst (1983) definem a argumentação como um ato ilocucionário complexo, composto por vários atos de fala que, em um nível textual mais elevado, ou seja, no nível das sequências discursivas, mantém uma relação de combinação de sentenças ordenadas em uma sequência. Dito de outra forma, a argumentação é construída a partir de uma sequência particular encadeada de sentenças, de atos ilocucionários, de ilocuções elementares. Para os autores, o processo de avanço da argumentação é uma atividade intencional e que a argumentação deve ser considerada como uma forma de ação verbal. A argumentação, assim construída, está diretamente relacionada ao que os autores chamaram de opinião expressa, podendo esta ser justificada ou refutada em uma interação.

Para Eemeren e Grootendorst (1983), a opinião expressa, que no nível da sentença pode ser uma afirmação, um pedido, etc., pode, em um nível textual complexo, ser considerada como uma reivindicação ou conclusão ligada por meio dessa relação de justificação ou refutação ao conjunto de assertivas que constituem a argumentação. Em outras palavras, podemos dizer que a opinião expressa consiste em declarações que agem como uma afirmação ou conclusão, trata-se do ponto de vista do falante (ou escritor). De acordo com esses autores, ao proferir atos de fala, estamos, ao mesmo tempo, avançando em nossa argumentação e propondo opiniões expressas.

Os vários níveis e relações que compõem a argumentação na visão de Eemeren e Grootendorst (1983) estão representados esquematicamente, no Diagrama 4 a seguir:

Diagrama 4: Reconstrução analítica da argumentação de ilocução composta



Fonte: Eemeren e Grootendorst (1983, p. 35, tradução nossa)

Quando os autores falam em nível textual elevado, eles estão se referindo a sequências textuais, que são formadas de ilocuções compostas. Para Eemeren e Grootendorst (1983, p. 38), o conceito de ato de fala complexo, ou melhor de ilocução composta, não pode ser confundido com o conceito de gênero textual, uma vez que este é “uma unidade institucional mais ou menos determinada pela tradição, o qual está principalmente ligado a contextos socioculturais específicos³³” e não são determinados pelas intenções particulares dos falantes como as ilocuções.

Eemeren e Grootendorst (1983) afirmam que “as ilocuções são unidades funcionais, determinadas por regras pragmáticas, que estão principalmente ligadas a intenções específicas dos usuários da linguagem e não a contextos socioculturais particulares³⁴”. Os gêneros textuais estão relacionados à organização social do uso da língua em situações específicas e as ilocuções relacionam-se à maneira como os

³³[...] Text genres are institutional units, more or less determined by tradition, which are primarily linked to specific socio-cultural contexts [...] (EEMEREN; GROOTENDORST, 1983, p. 38).

³⁴[...] Illocutions are functional units, determined by pragmatic rules, which are primarily linked to specific intentions of language users and not to particular socio-cultural contexts [...] (EEMEREN; GROOTENDORST, 1983, p. 38).

falantes (escritores) organizam seu discurso para informar uns aos outros de intenções particulares (EEMEREN; GROOTENDORST, 1983, p. 38, tradução nossa).

De fato, conforme a afirmação de Eemeren e Grootendorst (1983), não podemos confundir atos ilocucionários complexos ou ilocuções compostas com os gêneros textuais. No entanto, se os atos ilocucionários complexos compõem as sequências textuais, que por sua vez são responsáveis pela organização interna do texto e estruturam o gênero textual, faz sentido pensarmos que os gêneros textuais são constituídos por atos ilocucionários complexos. Logo, independentemente da natureza narrativa, argumentativa, etc. das sequências textuais que predominam em um gênero textual e o fato de que realizamos ações quando nos comunicamos, acreditamos que direcionar o nosso olhar para o conjunto de atos ilocucionários presentes em um gênero textual nos proporcionará uma maneira mais eficaz para alcançarmos a intenção comunicativa do falante (ou escritor), sua opinião expressa a partir daquele gênero.

Ademais, além de entendermos que sempre nos comunicamos por meio de algum gênero textual, em consonância com Marcuschi (2008), e que nesse processo comunicativo estão envolvidos aspectos internos e externos ao sistema linguístico, conforme preconizado pelo Funcionalismo, não parece fazer sentido pensar nos atos ilocucionários desvinculados dos gêneros textuais. Quando falamos ou escrevemos, estamos agindo sobre o outro, e esse processo acontece sempre por meio de algum gênero textual, por sua vez ligado a contextos socioculturais específicos.

Sobre a funcionalidade dos atos de fala, Eemeren e Grootendorst (1983) asseguram que ela é determinada pelo contexto (verbal e não verbal) do qual fazem parte, e que a força ilocucionária que os atos de fala podem ter depende do lugar que ocupam no contexto em que são desempenhados. Os autores afirmam que nos casos de ilocuções implícitas, cabe ao ouvinte determinar quais atos ilocucionários podem ser relevantes naquele contexto e salientam, em consonância com Searle, que uma comunicação só será completamente efetiva se a condição de sinceridade for satisfeita. Para os autores, quando um falante realiza um ato ilocucionário

complexo, cabe ao ouvinte considerar se o falante cumpriu as condições necessárias, quando isso acontece, significa que as condições de reconhecimento foram atendidas e que o ouvinte entendeu de fato que o falante deseja avançar uma argumentação.

Em suma, podemos resumir a visão de argumentação de Eemeren e Grootendorst (1983) nas palavras dos próprios autores:

A argumentação é um ato de fala que consiste em uma constelação de declarações projetadas para justificar ou refutar uma opinião expressa e calculada em uma discussão regimentada para convencer um julgamento racional de um ponto de vista particular no que diz respeito à aceitabilidade ou inaceitabilidade dessa opinião expressa (EEMEREN; GROOTENDORST, 1983, p. 18).

Como vimos, para Eemeren e Grootendorst (1983), um falante (ou escritor) expressa suas intenções por meio da fala ou da escrita a partir da realização de diversos atos de fala. Entretanto, para que sejam completamente compreendidos, é preciso entender as proposições que foram expressas e as funções comunicativas que elas assumem. Logo, o entendimento de um ato de fala, na visão dos autores, é um efeito comunicativo objetivado pelo falante (ou escritor) com vistas a um efeito interacional, ou seja, fazer com que o outro aceite ou concorde com o ato de fala enunciado, com a opinião expressa.

Na visão dos autores, a série de atos de fala articulados e encadeados envolvidos na argumentação geram efeitos de perlocução. Eemeren e Grootendorst (1983) também sustentam a ideia de que os atos ilocucionários estão relacionados ao aspecto comunicativo e os atos perlocucionários aos aspectos interacionais. Assim, quando um pedido é realizado, o ouvinte compreende que se trata de um pedido e que pode estar sendo persuadido a realizá-lo. Porém, o efeito perlocucionário é alcançado quando o ouvinte cede ao pedido realizado e a consequência perlocutória provinda da atitude cedida pelo ouvinte é o abandono da intenção primeira que ele tinha. (EEMEREN; GROOTENDORST, 1983). O fato de todo esse processo ocorrer no seio de uma interação linguística, mostra que a interação é parte fundamental para o efeito da argumentação.

No entanto, justamente pelo fato de estarmos em uma interação linguística, momento no qual os conhecimentos do falante e do ouvinte podem ou não estarem compartilhados entre eles, o que contribuirá para uma comunicação efetiva ou não, presumimos que é possível haver mais de um efeito perlocucionário a depender do gênero textual em que a comunicação acontece, sobretudo nas *charges*. Pensamos que o efeito perlocucionário nas *charges* variará de leitor para leitor, a depender do quanto de sentido ele alcança, que pode nem ser o mesmo pretendido pelo chargista. Essa identificação de intenção comunicativa dependerá do conhecimento do leitor sobre o assunto abordado na *charge*, do reconhecimento dos recursos textuais ou imagéticos, intertextualidades, etc.

Nessa ótica, entendemos que, quando o humor/riso acontece nas *charges*, podemos tomá-lo como sendo um dos efeitos perlocucionários possíveis de acontecer com o leitor, como concordar com a mensagem veiculada no gênero, mudar sua opinião a partir do reconhecimento do propósito comunicativo do chargista, incomodar-se com a mensagem veiculada na *charge* por pensar contrariamente a ela, etc. Porém, é importante mencionar que o humor não será focalizado nesta tese.

Os estudos de Eemeren e Grootendorst (1983) estenderam a concepção de argumentação formulada na versão clássica dos atos de fala, ao estudá-la como um ato ilocutório complexo. Além disso, os autores assinalaram que a argumentação é uma forma de ação verbal e que os atos de fala são unidades da língua em uso e que sua funcionalidade é determinada pelo contexto (verbal e não verbal) do qual fazem parte. Ademais, a força ilocucionária ou o efeito que os atos de fala podem ter dependerá do lugar que ocupam nesse contexto em que são performados, isto é, a sua aplicabilidade pelo falante (ou escritor) de uma determinada maneira e em um local e momento específicos.

Apesar do avanço decorrente da proposta de Eemeren e Grootendorst (1983), em relação ao encadeamento de atos ilocucionários na configuração da argumentação como ato complexo, os autores ponderam apenas sobre o encadeamento dos atos assertivos, o que evidencia uma certa similaridade com estudos tradicionais que analisam padrões de encadeamento argumentativos. Acreditamos que não apenas

os atos assertivos podem constituir um ato ilocucionário que, encadeados, formam o ato complexo da argumentação, mas também as outras categorias dos atos ilocucionários propostos por Searle (1979): os diretivos, os comissivos (ou compromissivos), expressivos e declarativos. Afinal, há outras sequências textuais além da argumentativa que também atuam na construção argumentativa de um texto, de modo que é raro encontrarmos um texto composto por apenas um único tipo de sequência textual. Não estamos afirmando que o encadeamento de cada categoria de ato ilocucionário forma um tipo de sequência textual diferente, mas que tanto um quanto outro estão envolvidos no processo da argumentação como um todo.

Diante do exposto, pensamos, sobretudo com base em Eemeren e Grootendorst (1983), que a argumentação pode ser vista como um ato ilocucionário complexo e que é composta por um conjunto de atos ilocucionários de natureza diversa e que juntos vão construindo a orientação argumentativa do texto, e, conseqüentemente, na identificação da intenção comunicativa do chargista. No entanto, para que isso aconteça, é preciso considerar todos os aspectos que envolvem a produção e a compreensão da linguagem, o ato comunicativo como um todo, que compreende: o verbal, o não verbal, os contextos (linguístico e extralinguístico), o compartilhamento de saberes, etc., sobretudo em se tratando do gênero *charge* dada a sua constituição.

É importante salientar que, para nós, a força ilocucionária do ato representa um argumento, e o conjunto de argumentos, construído pelo verbal e não verbal nas *charges*, formam a argumentação nesse gênero, e que estamos tomando como sinônimas a intenção comunicativa do chargista e a argumentação da *charge*. Logo, o chargista dota seus argumentos com uma força argumentativa na intenção de manipular uma leitura que ele quer que o leitor interprete, para isso formula esses argumentos com maior ou menor teor manipulativo.

A união da Teoria dos Atos de Fala com a Argumentação constitui uma interface possível e bastante profícua em virtude da possibilidade de estender o escopo da teoria dos atos de fala e de complementar o que defendemos como Argumentação

sob um olhar mais amplo, uma vez que cremos que todo ato de fala é argumentativo. O diálogo existente entre as teorias reafirma a pertinência em associá-las, dado que a combinação de seus pressupostos conduz a um tipo de análise que lança o olhar para aspectos morfológicos, sintático-semânticos e pragmático-discursivos, estabelecendo assim, uma relação de proximidade com a teoria base desta tese que é o Funcionalismo. Tais teorias possuem, pois, uma visão funcionalista da língua.

Outra teoria cujos pressupostos teóricos também se aproximam com os do Funcionalismo é a Linguística Textual. Esta teoria parte de uma perspectiva sociointeracionista ou sociocognitiva-interacional, porque engloba em seu arcabouço teórico conceitos pragmáticos, sociocognitivos e interacionais. Ademais, de acordo com Fávero e Koch (2008), a Linguística Textual pensa o texto como uma forma específica de manifestação da linguagem e o considera como objeto de análise no lugar da palavra ou da frase.

Nessa linha de pensamento, e sobretudo no que se refere ao *corpus* e ao modo de análise propostos nesta pesquisa, decidimos incorporar alguns conceitos amplamente estudados por essa teoria ao referencial teórico desta tese, visto que serão de grande relevância para as análises. Logo, o subcapítulo a seguir abordará os principais conceitos da Linguística Textual que serão mais relevantes para este estudo e também mostrará sua estreita relação com os pressupostos teóricos do Funcionalismo.

3.3 LINGUÍSTICA TEXTUAL

Incluir a perspectiva da Linguística Textual (doravante LT), de vertente sociointeracionista, como referencial teórico para esta pesquisa é relevante por uma série de razões. Além de alguns de seus pressupostos teóricos dialogarem com os do Funcionalismo, teoria base desta pesquisa, a LT desenvolve numerosos estudos sobre texto, contexto, gênero textual, intertextualidade, etc., caros ao desenvolvimento de qualquer pesquisa na área de linguagem nos dias atuais. Além

disso, estamos em consonância com a LT quando acordamos junto ao Funcionalismo que é necessário estudar o texto como um todo, transcendendo às análises co-textuais, ou seja, levando em consideração não apenas a superfície textual, mas também todos os elementos necessários à apreensão dos sentidos, sendo esses elementos linguísticos, extralinguísticos, verbais ou não verbais. Outra razão importante está relacionada, sobretudo, à natureza do *corpus* desta pesquisa: a *charge*.

Assim sendo, a função deste subcapítulo é mostrar as concepções de texto, contexto, gênero textual e intertextualidade adotadas que orientarão o desenvolvimento das análises. Evidentemente essas noções serão apresentadas com base na LT de vertente sociointeracionista. Porém, antes de dissertarmos sobre esses conceitos, é interessante observarmos algumas relações existentes entre a LT e o Funcionalismo para ratificar a pertinência em associar essas teorias.

A Linguística Textual é, de acordo com Koch (2004), uma teoria essencialmente transdisciplinar em decorrência das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem. Marcuschi (1998, apud CAVALCANTE; PINHEIRO; PENHA LINS; LIMA, 2010, p. 226-227), em sua conferência intitulada “Rumos atuais da linguística textual”, evidencia que a LT possui um caráter multidisciplinar, dinâmico, funcional e processual, porque não considera a língua como autônoma sob qualquer aspecto, sobretudo o estritamente formal. Então, a LT hoje, estuda o texto considerando o aspecto sociocognitivo-interacional (KOCH, 2004, p. xii), pois investiga fenômenos linguístico-textuais levando em conta as questões sociais, cognitivas e interacionais que são essenciais para compreensão de tais fenômenos, essas questões são também imprescindíveis para as análises funcionalistas.

De acordo com Koch, (2014, p. 11) “se pensarmos em termos da oposição formalismo x funcionalismo, não há como duvidar de que a postura da linguística textual (L.T.) só poderia ser funcionalista (em sentido amplo), já que seu objetivo é o estudo do texto-em-funções [...]”. É importante destacar que para Koch (2014), a LT não tem como um suporte teórico analítico uma Gramática Funcional, ainda assim, alguns dos pressupostos gerais que regem a LT dialogam com os do Funcionalismo,

sobretudo em relação à consideração de conceitos pragmáticos em suas análises, aproximando-se da categoria funcionalista da informatividade e perspectivação. Heinemann e Viehweger (1991, apud KOCH, 2014, p. 15-16) expuseram alguns dos pressupostos gerais que regem essa perspectiva, asseverando que na LT:

[...] 1) Usar uma língua significa realizar ações. A ação verbal constitui uma atividade social, efetuada por indivíduos sociais, com o fim de realizar tarefas comunicativas, ligadas com a troca de representações, metas e interesses. Ela é parte de processos mais amplos de ação, pelos quais é determinada (HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991 apud KOCH, 2014, p. 15).

Acrescenta-se a esse primeiro pressuposto a discussão que para a LT, na visão de Heinemann e Viehweger (1991, apud KOCH, 2014), a ação verbal também é ação social e é determinada por regras sociais, logo a ação verbal é sempre orientada para os participantes da interação discursiva. Ainda para os autores, essa ação acontece “na forma de produção e recepção de textos. Os textos são, portanto, resultantes de ações verbais/ complexos de ações verbais/ estruturas ilocucionais, que estão intimamente ligadas com a estrutura proposicional dos enunciados” (HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991 apud KOCH, 2014, p. 15).

Os outros pressupostos gerais que regem a LT, na visão de Heinemann e Viehweger (1991, apud KOCH, 2014), são os seguintes:

4) Uma ação verbal consciente e finalisticamente orientada origina-se de plano/estratégia de ação. Para realizar seu objetivo, o falante utiliza-se da possibilidade de operar escolhas entre os diversos meios verbais disponíveis. A partir da meta final a ser atingida, o falante estabelece objetivos parciais, bem como suas respectivas ações parciais. Determina-se, assim, uma hierarquia entre os atos de fala e de um texto, dos mais gerais aos mais particulares. Ao interlocutor cabe, no momento da compreensão, reconstruir essa hierarquia.

5) Os textos deixam de ser examinados como estruturas acabadas (produtos), passando a ser considerados no *processo* de sua constituição, verbalização e tratamento pelos parceiros da comunicação (HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991 apud KOCH, 2014, p. 16).

É interessante observar a partir desses pressupostos que a aproximação da LT com o Funcionalismo, principalmente no que se refere à categoria de informatividade e perspectivação, também se relaciona com as teorias da Argumentação e dos Atos de fala conforme apresentadas anteriormente. Todas essas teorias compartilham a ideia de que quando nos comunicamos agimos sobre o outro, seja para persuadir ou

informar, orientando sua atenção para um fim desejado, manipulando-o. Ressaltamos aqui “manipular” no sentido de monitorar/alterar o ponto de vista do leitor/interlocutor/leitor de alguma forma buscando atingir um objetivo específico (AMOSSY, 2011). As aproximações teórico-conceituais existentes entre essas teorias compõem um todo harmonioso que se adéqua perfeitamente ao propósito desta pesquisa.

Outro ponto comum às teorias Linguística Textual e Funcionalismo é que ambas adotam alguns princípios da linguística cognitiva em seu arcabouço teórico. Para Marcuschi (2007, p. 86), “a cognição é fruto de uma operação que executamos cooperativamente sobre o mundo num esforço de construí-lo discursivamente para nossos propósitos”. Assim, para essas teorias, no processo de investigar fenômenos linguísticos, o cognitivo aparece sob formas de processamento da informação ou sob a forma de representações e tratamento dessas informações.

Dentre os assuntos estudados pela LT sob uma perspectiva sociointeracionista, destacaremos nas próximas seções, os conceitos de texto, contexto, gênero textual e intertextualidade, indispensáveis para estudar o funcionamento argumentativo dos adjetivos nas *charges*. Não é nossa intenção aqui aprofundar os estudos sobre esses conceitos, principalmente no que se refere ao percurso pelo qual passaram os estudos sobre o texto. Nosso principal interesse é abordar esses conceitos como hoje são estudados, dado que, conforme mencionamos anteriormente, são importantes para o desenvolvimento de qualquer pesquisa na área de linguagem nos dias atuais.

3.3.1 Texto e contexto

Devido à multiplicidade e à variabilidade dos textos, muitos autores possuem dificuldade e, muitas vezes, optam por não os conceituar, visto que há um grande risco de definir texto de modo ambíguo. Beaugrande e Dressler (1981, apud SANDIG, 2009), por exemplo, propuseram sete princípios que permitiriam classificar se uma dada construção linguística seria ou não um texto, são eles: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e

intertextualidade. Porém, Sandig (2009) afirma que os traços que caracterizam os textos não são os mesmos em todos os casos nem para todos os interesses descritivos. Para a autora, não há uniformidade na constituição dos textos.

Dado que os textos ocorrem de modo a exercer funções sociais padronizadas em uma comunidade e em condições diferenciadas, sob a configuração de gêneros textuais, nem sempre um texto conterá todas as características consideradas essenciais para defini-lo como sendo texto. Portanto, ainda na perspectiva de Sandig (2009), um texto no seu sentido prototípico terá mais traços caracterizadores, enquanto outro, menos prototípico, possuirá menos traços caracterizadores. Isso não exclui o fato de o texto que possui menos características centrais não ser considerado texto.

Para Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 58), “o texto emerge de um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção dos sentidos”. Isso significa que o texto não se restringe apenas à manifestação verbal, ao contrário do que se pensa. Em uma interação linguística que tem por objetivo a transmissão de sentidos, a linguagem precisa ser empregada para guiar esses sentidos pretendidos entre os interlocutores e essa manifestação linguística, seja ela verbal, imagética, gestual, sonora etc., que busca estabelecer o sentido, ocorre no interior do que se conhece por “texto”.

Na visão de Koch e Elias ([2006] 2014, p. 57), “o sentido de um texto não existe *a priori*, mas é construído na interação sujeitos-texto. Assim sendo, na e para a produção de sentido, necessário se faz levar em conta o contexto”. Ainda segundo Koch e Elias ([2006] 2014), o contexto perpassa a materialidade textual e contempla também aspectos extralinguísticos. Para as autoras, o contexto é “tudo aquilo que, de alguma forma, contribui para ou determina a construção do sentido” (KOCH; ELIAS, [2006] 2014, p. 59).

Posto isso, o conceito de contexto hoje compreende o entorno verbal, a situação de interação imediata, o entorno sociopolítico-cultural, que seria a situação mediata, e

ainda, o contexto sociocognitivo (que abrange o conhecimento partilhado, conhecimentos enciclopédicos, sociointeracionais e procedurais) dos interlocutores (ouvintes/leitores), já que abarca os tipos de conhecimentos guardados em suas memórias. Portanto, o contexto tem a função de auxiliar na produção e na depreensão dos sentidos, porque contribui para a identificação do que é ou não adequado em uma situação comunicativa, torna possível a produção de sentidos, o fazer inferências; viabiliza o reconhecimento do tópico discursivo, se há continuidade temática, progressão textual, etc.

Em virtude de o texto não se restringir apenas à manifestação verbal, como mencionamos anteriormente, Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 56-64) defendem que o texto necessita ser estudado considerando-se os aspectos multimodais como estratégias textual-discursivas e que não devemos pensar como materialidade linguística os aspectos exclusivamente verbais, isto é, “o texto comporta em sua constituição a possibilidade de a comunicação ser estabelecida não apenas pelo uso da linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos”. Portanto, é possível compreender que o texto pode ser pensado como uma unidade dinâmica, complexa, multifacetada e multimodal. Nesse sentido, algumas *charges*, por exemplo, cuja materialidade textual é constituída apenas por imagens, isto é, pelo não verbal, também podem ser consideradas como texto caso forem eficientes na transmissão dos sentidos.

É importante deixar claro que esse posicionamento de Cavalcante e Custódio Filho (2010) dialoga com a perspectiva teórico-analítica da multimodalidade, proposta por Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) sob o prisma da semiótica social³⁵. Para esses autores, o texto multimodal é aquele que utiliza mais de um código semiótico, como os que combinam o código visual (as imagens) e o código verbal (as palavras) para veicular os sentidos.

Apropriando-se, pois, dos estudos da LT sob essa ótica sociointeracionista, no que se refere ao estudo do texto, é que nos posicionamos sobre o que seja texto e ao

³⁵ Em virtude do modo de constituição do *corpus* desta pesquisa e pelo fato de esta ser uma teoria complementar para a interpretarmos a força argumentativa dos adjetivos nesta tese, pois observaremos, sobretudo, a disposição dos elementos adjetivais nas *charges*, aprofundaremos um pouco mais nessa teoria no próximo subcapítulo item 3.4.

que consideraremos como estratégias textual-discursivas: a organização multimodal dos textos. Concordamos com Cavalcante e Custódio Filho (2010), cujo posicionamento resulta de uma breve alteração das palavras de Koch (2004, p.33), realizada depois de estudarem o texto considerando sua multimodalidade, que:

A produção de linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p.64, grifos dos autores).

No âmbito da compreensão e interpretação textual, Marcuschi (2008, p. 242) afirma que o “o texto é uma proposta de sentido” e pode ser compreendido de várias maneiras, porém existem limites. É preciso considerar diversos fatores e princípios para uma interpretação adequada dos textos, entre eles o verbal e o não verbal, o contexto e os conhecimentos individuais. Na visão de Marcuschi (2008), os conhecimentos individuais são muito importantes e essenciais para a apreensão dos sentidos e para a percepção do que está sendo dito. Por essas razões, Marcuschi (2008, p. 242) propõe que o texto seja entendido como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” e, por acreditar ser a língua uma atividade interativa e não só forma, defende que

[...] o texto é um evento comunicativo e não apenas um artefato ou produto, a atenção e a análise dos processos de compreensão recaem nas atividades, nas habilidades e nos modos de produção de sentido bem como na organização e condução das informações. Como o texto é um evento que se dá na relação interativa e na sua situacionalidade, sua função central não será informativa. Os efeitos de sentido são produzidos pelos leitores ou ouvintes na relação com os textos, de modo que as compreensões daí decorrentes são fruto do trabalho conjunto entre produtores e receptores em situações reais de uso da língua. O sentido não está no leitor, nem no texto, nem no autor, mas se dá como um efeito das relações entre eles e das atividades desenvolvidas (MARCUSCHI, 2008, p. 242).

Concordamos com esse posicionamento de Marcuschi (2008) em relação ao texto como um evento comunicativo e sobre como se dá a compreensão dos sentidos do texto.

Considerando esse caráter dinâmico, multifacetado e multimodal que constitui o texto, Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 60 e 63), também em conformidade com

Marcuschi (2008), asseguram que é possível tratar o texto como um evento resultante de uma interação. Logo, por pensar nessa mesma linha de raciocínio, é que julgamos ainda mais pertinente dialogar com a LT. Para além do tipo de *corpus* que elegemos para esta tese sobre os adjetivos, esses conceitos de texto e contexto e o como ocorre o processo de compreensão textual retrata como entendemos a manifestação da linguagem, entendimento esse congruente aos preceitos Funcionalistas.

Outro assunto também amplamente estudado pela LT e muito caro à esta pesquisa é o gênero textual. Conforme mencionamos anteriormente, os textos ocorrem de modo a exercer funções sociais padronizadas em uma comunidade e em condições diferenciadas, sob a configuração de gêneros textuais (SANDIG, 2009). Então, como o *corpus* desta tese é constituído pelo gênero textual *charge*, o próximo item abordará brevemente o conceito de gêneros textuais com o propósito de visitar esse assunto e mostrar como eles são estudados hoje.

3.3.2 Gênero textual

Antes de dissertarmos sobre os gêneros textuais julgamos importante registrar que não iremos discutir sobre a pertinência das terminologias “gênero textual”, “gênero do discurso” e “gênero discursivo” nesta tese, porque pensamos, em consonância com Marcuschi (2008, p.154), que esses termos podem ser utilizados intercambiavelmente, como sinônimos, a não ser quando existe a pretensão de identificar explicitamente algum fenômeno específico. No entanto, esclarecemos que na maior parte desta pesquisa, utilizaremos o termo “gênero textual”.

A partir do que foi abordado sobre “texto” na seção anterior, é possível depreender que se o texto é o próprio lugar de interação linguística, então é no gênero textual que ele se concretiza. Estes são alguns exemplos de gênero textual: *charge*, *e-mail*, bilhete, receita culinária, bula, propaganda, história em quadrinhos, entre muitos outros. Contudo, definir e conceituar gêneros textuais é uma tarefa complexa, por isso muitos estudiosos se propuseram a desenvolver esse assunto. Tendo em vista a grande variedade de estudos sobre os gêneros, decidimos mostrar apenas as

perspectivas de alguns autores com os quais estamos em sintonia, especialmente pelo que viemos defendendo até agora.

Bakhtin (2003), autor que embasa muitos estudos da LT nessa vertente sociointeracionista, parte de uma visão sócio-histórica e dialógica da linguagem e relaciona os gêneros textuais com os diversos campos da atividade humana. Para esse autor,

[...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem [...] mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

Assim, na concepção de Bakhtin (2003), com a qual estamos de acordo, os gêneros textuais são relativamente estáveis porque refletem a historicidade, a natureza social e dialógica dos gêneros e não se referem apenas ao aspecto formal. Ainda na visão do autor, gêneros textuais estão associados às situações sociais da interação, e qualquer mudança nessa interação poderá gerar mudanças nos gêneros.

Para Bakhtin (2003), os gêneros podem ser regulares, isto é, estruturado de modo mais ou menos padronizado, a depender de diversos fatores (como o grau de formalismo), e, simultaneamente, serem instáveis, já que podem sofrer mudanças ao longo do tempo conforme o desenrolar das práticas sociais e das imposições do meio em que circulam. Bakhtin (2003, p. 282) também reconhece que “dispomos de um rico repertório de gêneros do discurso orais (e escritos)”, porém, “em termos práticos, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente sua existência”.

Cavalcante (2013, p. 44), baseando-se em conceitos bakhtinianos, afirma que toda interação ocorre por meio de algum gênero textual e que este se realiza por algum texto. Na concepção da autora, os gêneros textuais são “padrões sociocomunicativos que se manifestam por meio de textos de acordo com necessidades enunciativas específicas. Trata-se de artefatos constituídos

sociocognitivamente para atender aos objetivos de situações sociais diversas”. Em outras palavras, Cavalcante (2013, p. 54) concebe os gêneros textuais como “tipos relativamente estáveis de enunciados que servem para realizar propósitos comunicativos particulares em uma determinada comunidade”.

Ainda segundo Cavalcante (2013),

[...] os gêneros se diversificam de acordo com a situação imediata de comunicação, os elementos socioculturais historicamente constituídos, bem como as necessidades específicas solicitadas por certas condições associadas à modalidade (oral ou escrita), ao grau de formalismo, à possibilidade simultânea dos interlocutores, entre outros aspectos (CAVALCANTE, 2013, p. 46-47).

Logo, podemos dizer que a intenção de atingir um determinado propósito comunicativo guiará o falante (escritor) na escolha do gênero textual. Portanto, ao levarmos em conta os preceitos da LT na contemporaneidade, podemos pensá-lo como uma forma de ação social mediada por fatores sociais e cognitivos contextualmente situada.

Parcialmente semelhante à noção de Bakhtin sobre gênero, Bazerman (2005) afirma que existem textos com estruturas mais tipificadas do que outras, isso acontece em razão de nos textos escritos, diferentemente dos orais, não existir acesso imediato ao efeito perlocucionário que os textos produzem. Ainda conforme Bazerman (2005), a padronização de textos reflete uma padronização das situações nas quais acontecem as produções textuais que ocorrem de modo organizado e envolvendo atividades relacionadas às diferentes esferas da comunicação humana, como a acadêmica, jurídica publicitária, etc. e “que podem estar associadas a um número limitado de textos” (BAZERMAN, 2005, p. 19).

Por isso, Bazerman (2005, p. 31) acredita ser um equívoco classificar os gêneros textuais tendo como referência apenas suas características internas, tendo em vista que para o autor “os gêneros são fenômenos de reconhecimento psicossocial e são parte de processo de atividades socialmente organizadas”. De acordo com Bazerman (2005, p. 22, grifos do autor), “os vários tipos de textos se acomodam em **conjuntos de gêneros** dentro de **sistemas de gêneros**, os quais fazem parte dos **sistemas de atividades humanas**”.

Quando se trata de gênero textual, é indispensável mostrar a visão de Marcuschi (2008). Ao apresentar sua perspectiva sobre os gêneros, percebemos que o autor retoma e confirma as discussões trazidas até agora e, assim como Bazerman (2005), relaciona os gêneros textuais com os diversos campos da atividade humana. Marcuschi (2008) define gênero textual da seguinte maneira:

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagem abertas (MARCUSCHI, 2008, p.155).

Também estamos de acordo com esse estudioso do texto quando assegura que “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Isso porque toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Acrescentamos aqui que, conforme nosso posicionamento anteriormente apresentado sobre texto e contexto, e por compreendermos que é necessário considerar a multimodalidade como um traço constitutivo dos textos, a manifestação da linguagem não se restringe ao verbal como colocado por Marcuschi (2008), mas abarca todo um conjunto multisemiótico, composto pelo verbal e pelo não verbal.

Verificamos mais uma vez que as definições de gêneros textuais, com as quais estamos de acordo, vão ao encontro do referencial teórico primeiro desta pesquisa: o Funcionalismo. Essa teoria também reconhece a importância das situações de comunicação nas quais a produção e interpretação da linguagem estão inseridas.

Diante do que foi exposto, podemos concluir e assegurar que os textos de constituição multimodal que compõem nosso *corpus*, isto é, as *charges*, estão vinculados às nossas práticas sociais e que são intrínsecos às nossas atividades diárias. Outrossim, pensamos que a *charge* é ação social situada em um contexto específico.

Pensando, pois, no caráter multimodal desse gênero textual, e que a *charge* tem o poder de condensar várias informações, como veremos no próximo capítulo, o fenômeno da intertextualidade é componente essencial para a construção e para a apreensão dos sentidos veiculados nesse texto. Em vista disso, abordaremos resumidamente o conceito de intertextualidade no subitem a seguir, também em virtude da importância desse recurso textual para o processo de interpretação da força argumentativa dos adjetivos neste trabalho.

3.3.3 Intertextualidade

Como mencionamos na seção anterior, a intertextualidade é um recurso importante para a interpretação das *charges* uma vez que, nesse gênero, a intertextualidade ocorre na linguagem verbal e na não verbal, condensando diversas informações ao mesmo tempo provenientes de contextos diferentes e indispensáveis para o entendimento do propósito comunicativo tal qual pretendido pelo chargista. Dito de outro modo, para que o entendimento do gênero *charge* seja efetivo, é importante perceber as informações na *charge* que se dão por meio da recuperação e identificação dos intertextos nela presentes. Em função dessa importância, dissertaremos brevemente sobre o conceito de intertextualidade sob a ótica da Linguística Textual de vertente sociointeracionista.

Conforme consta dos estudos da LT (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007; CAVALCANTE, 2013; KOCH; ELIAS, [2006] 2014), o conceito de intertextualidade originou-se no campo da teoria literária e foi introduzido por Julia Kristeva na década de 1960. Para essa autora, cada texto é um mosaico constituído por outros textos (intertextos) que já existem ou que ainda existirão. Partindo da perspectiva dialógica bakhtiniana, a LT também assume que “um texto (enunciado) não existe nem pode ser avaliado e/ou compreendido isoladamente: ele está sempre em diálogo com outros textos” (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007, p. 14).

Nas palavras de Koch e Elias ([2006] 2014), a intertextualidade é

[...] elemento constituinte e constitutivo do processo de escrita/leitura e compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um

dados de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos (KOCH, ELIAS, [2006] 2014, p. 86).

Considera-se a existência de dois tipos de intertextualidade: a de sentido amplo (*lato sensu*) e a de sentido restrito (*strictu sensu*). A intertextualidade em sentido amplo, ao que Koch (2004) também chama de polifonia em sentido amplo, “é constitutiva de todo e qualquer discurso”, isto é, constata a presença de diferentes discursos nos textos. Já a intertextualidade restrita caracteriza-se pela presença de um intertexto (texto que está inserido no texto em análise) que remete a outro(s) texto(s) “efetivamente produzidos” que existe na memória coletiva dos interlocutores e passível de ser reconhecido pelo leitor, dependendo, porém, do repertório de leitura dele. Koch e Elias ([2006] 2014) reiteram essa afirmação quando mencionam que a condição necessária para que o leitor alcance os sentidos do texto é a identificação do texto-fonte (o intertexto), já existente e presente na “memória social de uma coletividade” (KOCH, 2004, p. 143; KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007, p. 10-17; KOCH, ELIAS, [2006] 2014, p. 78 e 85).

Aprofundando-nos apenas na intertextualidade restrita (*strictu sensu*), em função da natureza do *corpus*, é possível dizer que as relações intertextuais estão sujeitas a ocorrer de variadas maneiras e de relacionarem entre si. No entanto, por possuírem características próprias, Cavalcante (2013, p. 161) sustenta a ideia de que “os fenômenos intertextuais podem se superpor, porque se distinguem por critérios diferentes”. Entre os tipos mais comuns de intertextualidade, podemos citar a explícita, a implícita, a temática, a estilística, a tipológica e a intergenérica.

Por meio da intertextualidade explícita identificamos claramente que existem conexões entre textos, porque nesse tipo de intertextualidade o texto fonte é citado, tornando possível seu reconhecimento. Esse intertexto pode vir em forma de trechos do texto, com menção direta a um texto específico e, no caso das *charges*, até mesmo pelas imagens. Citações, resumos, referências, resenhas e traduções são alguns exemplos em que a intertextualidade explícita geralmente pode acontecer. Outro exemplo seriam as retomadas de textos em uma conversa feitas pelos interlocutores, visando contraditar, aderir, protelar alguma ideia etc. (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007).

Podemos observar na *charge* de Heringer (Figura 4, p. 190) um exemplo de intertextualidade implícita. A partir dos elementos multimodais expressos na superfície do texto podemos reconhecer o intertexto com o qual a *charge* dialoga e que auxilia o leitor a compreender o sentido desse texto. O texto da Figura 4 indica uma relação com o filme “9 ½ semanas de amor” por meio da linguagem verbal “9 ½ anos”, da palavra “filme”, e principalmente, pela linguagem não verbal, como o fato de a *charge* estar disposta como se fosse um cartaz de filme, de a fonte ser semelhante ao da capa do filme (texto-fonte) e de o fundo ser preto (Anexo A). Todos esses recursos da linguagem utilizados pelo chargista de modo articulado contribuem para a identificação do intertexto.

Ao contrário da intertextualidade explícita, na intertextualidade implícita não existe uma clara menção ao intertexto. Para que este seja identificado, o autor do texto, ao escrevê-lo, de acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 30-31), “espera que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva”. Se o reconhecimento do intertexto não acontecer, a construção do sentido fica prejudicada.

Segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2007), existem dois casos de intertextualidade implícita: a captação e a subversão. A captação, na visão de Grésillon e Maingueneau (1984, p.115), é uma espécie de paráfrase que se aproxima ao máximo do sentido da estrutura semântica do intertexto explorado, e acontece, segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2007), quando há o objetivo de seguir alguma orientação argumentativa, de evidenciar o intertexto, etc. como no caso de paráfrases e plágios, sendo este considerado um caso extremo de captação.

Em se tratando de intertextualidade implícita com valor subversivo, nesta existe uma argumentação oposta ao sentido do intertexto, contestando-o de alguma forma, e seu reconhecimento é essencial para compreender o sentido do texto. Comumente, os textos-fonte são bem populares como músicas, frases feitas, ditados populares, provérbios, poemas muito famosos, etc. os quais o produtor do texto acredita serem facilmente identificados pelo seu público alvo (GRÉSILLON, MAINGUENEAU, 1984; KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007).

Quando os intertextos estão contidos no saber geral de uma comunidade (provérbios, frases feitas e ditos populares, etc.), a recuperação desse intertexto é quase certa, mas quando o intertexto é um texto literário, político, entre outros, não há muita garantia de que esse texto seja reconhecido, uma vez que, como citado anteriormente, “a produção/recepção de um dado texto depende de conhecimentos de outros textos por parte dos interlocutores” (KOCH; ELIAS [2006] 2014, p. 86). Logo, nessa linha de pensamento, concordamos com Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 35) que “a não apreensão do texto-fonte, nesses casos, empobrece a leitura ou praticamente impossibilita a construção de sentidos próximos àqueles previstos na proposta de sentido do locutor”.

A intertextualidade implícita subversiva é um recurso bastante empregado em canções populares, na literatura, na publicidade, etc. e também nas *charges*. Alguns exemplos desse tipo de intertextualidade por subversão nas *charges* são as caricaturas de personagens populares, cujo texto fonte (intertexto), é a própria imagem caricaturada (Figuras 6, 7, 8, entre outras). Para Cavalcanti (2008, p. 42), “a caricatura é fruto de intertextualidade implícita subversiva” e que relacionar as caricaturas aos diversos textos de nossa memória discursiva é essencial para que a *charge* seja compreendida. É importante ressaltarmos que a intertextualidade também pode ser indicada pelo não verbal, ou seja, pelo imagético, pelo sonoro (em casos de desenhos animados, *charges* com animação virtual, etc.), entre outros, e não apenas pelo verbal, posto que a constituição dos textos é multimodal.

Já a intertextualidade temática corresponde ao compartilhamento de temas entre textos que pertencem a uma mesma área ou corrente de pensamento, ou seja, quando diferentes gêneros textuais (ou mesmo o gênero por diferentes autores) tratam do mesmo assunto. É possível nos depararmos com a intertextualidade temática em matérias de jornais, revistas, ou em outros campos midiáticos cujo assunto abordado é o mesmo durante determinado período em que tal tema circula na sociedade (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007). As *charges* sobre política selecionadas para esta tese por exemplo, compartilham a mesma temática: o processo de condenação e prisão do ex-presidente Lula. São várias *charges*,

apenas um tipo de gênero textual, que tratam do mesmo assunto, configurando assim intertextualidade temática.

A intertextualidade estilística diz respeito a estilos de texto ou de discurso e ocorre quando o produtor de um texto utiliza diferentes estilos ou variedades linguísticas para imitar, parodiar, entre outras ações, planejando cumprir com determinados objetivos comunicativos (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007).

A intertextualidade tipológica, está relacionada aos vários tipos de textos (narrativo, descritivo, argumentativo, injuntivo e expositivo) que compõem os gêneros textuais. Segundo Marcuschi (2008), em cada gênero, sempre haverá um tipo ou sequência textual predominante. Dessa forma, em um conto, por exemplo, a sequência textual predominante é a narrativa, embora também ocorra a descrição e a exposição de fatos; e, nas *charges*, *corpus* desta pesquisa, podemos dizer que o tipo textual que predomina é o argumentativo.

A intertextualidade intergenérica, intergenericidade, nos termos de Marcuschi (2008, p. 165), acontece quando existe “uma mescla de gêneros em que um gênero assume a função de outro”, misturando formas e funções com o objetivo de produzir efeitos de sentido específicos em determinadas práticas sociais. Na *charge* de Genildo (Anexo F), podemos encontrar um exemplo de intertextualidade intergenérica. Nesse texto, o chargista se apropriou de um acróstico invertido (gênero literário) em seu texto para chamar a atenção do leitor e fazer com que seu propósito comunicativo de criticar o comportamento do jogador Neymar na Copa de 2018 fosse percebido pelo leitor.

Dentre os tipos de intertextualidade apresentados, a intertextualidade implícita é a que julgamos ocorrer com mais frequência nas *charges* dado seu alto teor argumentativo. Pensando nisso, optamos por aprofundar um pouco mais nesse tipo intertextualidade implícita, porém com valor subversivo, mais conhecida como *détournement*, embasando-nos, principalmente em Grésillon e Maingueneau (1984), Koch (2004) e Koch, Bentes e Cavalcante (2007).

Formulado por Grésillon e Maingueneau (1984), o termo *détournement* é um caso de intertextualidade implícita que “[...] consiste em produzir um enunciado que possui marcas linguísticas da enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos” (GRÉSILLON; MAINGUENEAU, 1984, p. 114, tradução nossa³⁶). Na visão desses estudiosos, o *détournement* pode ser do tipo lúdico, quando há jogos com a sonoridade de palavras sem a pretensão de uma manobra política ou ideológica, ou do tipo militante, com finalidade esclarecedora, dando autoridade a algum enunciado, como nos casos de captação, mas também com a finalidade de subverter a ideia do intertexto com vistas a interesses diversos.

Estamos de acordo com Koch (2004) e com Koch, Bentes, Cavalcante (2007) de que todo e qualquer *détournement* é do tipo militante, uma vez que em todos os casos levará interlocutor a alcançar novos sentidos. Neste caso, para as autoras, o objetivo do *détournement* “é levar o interlocutor a ativar o enunciado original, para argumentar a partir dele; ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações, ou orientá-lo para um outro sentido, diferente do sentido original”, ou seja, possui valor subversivo (KOCH, 2004, p. 145; KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 45). É interessante pontuar que esse posicionamento se aproxima da teoria da argumentação à qual estamos considerando nesta tese a partir de Koch ([1984] 2002; 2010) e Amossy (2011).

Baseando-se também em Grésillon e Maingueneau (1984), Cavalcante (2013, p. 159-160) descreve o *détournement* como um “tipo especial de párodia, mas parece restringir-se a textos mais curtos, muitas vezes a provérbios, frases feitas etc., não chegando a transformar um texto completo em outro, em todos os casos”. A autora também afirma que este tipo de intertextualidade subversiva também é uma derivação, dado que o *détournement* “parte de um texto preexistente, transformando-o e ressignificando-o”, e que outros fenômenos textuais podem aparecer no mesmo contexto em que ele ocorre.

Koch (2004) estende o conceito de *détournement* formulado por Grésillon e

³⁶ “[...] le *détournement*, qui consiste à produire un énoncé possédant les marques linguistiques de l'énonciation proverbiale mais qui n'appartient pas au stock des proverbes reconnus” (GRÉSILLON e MAINGUENEAU, 1984, p. 114).

Mainqueneau (1984), porque acredita que todos os tipos de intertextualidade implícita possuem algum tipo de alteração. Essas alterações também são chamadas de operações de retextualização e podem ser efetuadas por meio de substituição (de fonemas e de palavras), acréscimo, supressão e transposições operadas sobre o intertexto, isto é, sobre o texto-fonte. E é por meio dessas formas de retextualização que vários tipos de *détournement* se realizam.

Nos casos em que o *détournement* ocorre por substituição, fonemas ou palavras podem ser substituídos por outros. É possível observar uma ocorrência desse tipo na *charge* de Jaguar, publicada em sete de abril de 2018 (Figura 6), em que a palavra “*corpus*” de *Habeas corpus* foi substituída por “*copos*” na fala que representa, na *charge*, a do ex-presidente Lula: “Agora só falta me negarem o *habeas copos!*”.

O *détournement* por acréscimo ocorre quando algum tipo de acréscimo é feito em um intertexto, também é muito comum que esse acréscimo ocorra por meio de uma formulação adversativa. Koch (2004, p. 146) traz este texto como exemplo “Devagar se vai ao longe, mas leva muito tempo” em que ao intertexto “Devagar se vai ao longe” é acrescentado uma adversativa visando uma ressignificação dos sentidos.

Já no *détournement* por supressão, algum elemento do texto fonte é suprimido (letra, palavra, entre outros) de modo que a alteração feita seja significativa no processo de retextualização, como esse exemplo encontrado em Koch (2004, p. 147): “O que os olhos veem o coração sente” (Veja, suplemento publicitário, publicidade de Brinquedos Estrela) no lugar de “O que os olhos não veem, o coração não sente”. Do Texto fonte foi suprimido o advérbio de negação “não” para cumprir com o propósito da propaganda de brinquedos.

No que se refere ao *détournement* por transposição, há uma alteração na ordenação das palavras em um texto, como podemos observar no exemplo de Koch (2004, p. 147), em que o texto “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando” sofre *détournement* por transposição quando retextualizado em “Mais vale um pássaro

voando do que dois na mão” (campanha ecológica “Respeite a Natureza”, veiculada pelo Zero Hora, em 13 de junho de 1989).

Assim, de acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 51), é por meio de todas estas “formas de retextualização, isto é, de transformação de um texto em outro” que “operam-se (...) diversos tipos de *détournement*”. As autoras também esclarecem que

[...] os *détournements* têm sempre valor argumentativo, em grau maior ou menor. [...] com base no mesmo intertexto, é possível muitas vezes argumentar em sentidos opostos. É claro que, sendo o mesmo texto fonte inserido em dois contextos diferentes, um em que há captação, outro em que ocorre a subversão, a orientação argumentativa será diferente. Contudo, ela poderá ser também diferente em se tratando de dois casos de subversão. Tudo vai depender, evidentemente, do contexto mais amplo em que o texto que sofreu o *détournement* se encontra inserido, tanto do contexto, quanto do entorno visual (ilustrações, gráficos, charges etc.), ou, ainda, do contexto situacional imediato ou mediato (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007, p. 58).

A partir do que foi abordado sobre o *détournement*, percebemos que esse tipo de intertextualidade é bastante recorrente no gênero chargístico, já que, como podemos observar nas *charges*, o propósito de argumentar sob uma crítica humorística leva o chargista a também lançar mão desse recurso intertextual combinado a muitos outros.

Diante dos conceitos atinentes à Linguística Textual, os quais desenvolvemos no decorrer deste subcapítulo, reafirmamos a importância de utilizar a LT como aporte teórico complementar nesta pesquisa. Não apenas pela natureza do *corpus* deste trabalho e por sua estreita aproximação com os pressupostos funcionalistas, mas também pela relevância dos estudos sobre o texto, contexto, gênero textual, intertextualidade, etc. para quaisquer áreas de estudo da linguagem.

Outro aspecto imprescindível a ser considerado para a análise das *charges* é a multimodalidade inerente aos textos, sobretudo no gênero *charge* em virtude de sua natureza híbrida, posto que combina a linguagem verbal e a não verbal. Por isso, também complementaremos o arcabouço teórico desta tese com a teoria da Multimodalidade a partir de Kress e van Leeuwen (2006). Portanto, no subcapítulo a seguir, dissertaremos um pouco sobre a gramática do *Design Visual* proposta por

esses autores, mais precisamente sobre os elementos visuais que compõem o texto. Antes, porém, relacionaremos o conceito de multimodalidade ao texto, ao gênero textual e à ideia de ação social voltados à *charge*.

3.4 MULTIMODALIDADE

De acordo com Kress e van Leeuwen ([1996] 2006, p. 177, tradução nossa), um texto multimodal é aquele “cujos significados sejam realizados por mais de um código semiótico³⁷” e que “os recursos multimodais disponíveis em nossa cultura são usados para criar significados a partir de todo e qualquer signo, em todo nível e em qualquer modo” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001 p. 4, tradução nossa³⁸). Esses códigos semióticos são os diferentes modos de manifestação da linguagem e são utilizados de maneira integrada visando a transmissão de sentidos. São eles a linguagem verbal, imagem, música, som, gestual, entre outros.

Dada a configuração das *charges*, constituída pela linguagem verbal e maiormente, pela visual, compreendemos que esses diferentes modos da linguagem articulados constroem a argumentação nesse gênero textual, isto é, o todo comunicativo é responsável por formar o argumento que consolida o propósito comunicativo do chargista. Nesse sentido, também entendemos, em sintonia com Cavalcanti (2008, p. 54), que “se gênero textual é ação social, por mais linguagens diferentes que possua, forma um único ato comunicativo”, uma vez que o ato comunicativo da *charge* (estamos tomando-o como sinônimo de intenção comunicativa do chargista e argumentação da *charge*) só pode ser compreendido a partir da integração do verbal com o visual, considerando o todo comunicativo em razão de um complementar o outro no processo da construção de sentidos. A afirmação de van Leeuwen (2004, p. 07) ratifica esse posicionamento quando diz que, em um ato comunicativo multimodal, a força ilocucionária decorre da fusão de todas as modalidades semióticas que compõem o todo textual.

³⁷ “[...] *multimodal texts* (and any text whose meanings are realized through more than one semiotic code is multimodal [...])” (KRESS; VAN LEEUWEN ([1996] 2006, p. 177, grifos dos autores).

³⁸ “[...] the multimodal resources which are available in a culture used to make meanings in any and every sign, at every level, and in any mode [...])” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001, p. 4).

Nosso principal intuito neste subcapítulo é ressaltar a essencialidade de considerar a multimodalidade inerente às *charges* para o alcance dos sentidos do texto e, conseqüentemente, pensando no foco principal desta pesquisa, para a interpretação da força argumentativa dos adjetivos nelas presentes. Para tanto, precisamos compreender como se dá a organização integrada dos diferentes modos semióticos que compõem a *charge*: o verbal e, principalmente, o visual, para analisá-las.

Pensando, pois, em um aparato teórico-metodológico para “ler” mais objetivamente as *charges* e descrever de maneira mais científica o componente imagético que as compõem, optamos por utilizar as orientações encontradas na Gramática do Design Visual elaborada por Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) tendo em vista que essa obra surgiu com o objetivo de propiciar um método crítico-analítico para uma investigação sistemática dos componentes visuais que compõem os textos e de analisar como eles são usados pelos produtores de imagem para produzir sentido. Esse objetivo é fruto da necessidade dos autores de compreender melhor e de maneira mais objetiva “todas as coisas que acompanham o verbal: expressões faciais, gestos, imagens musicas, e assim por diante³⁹” e também de entender melhor a linguagem (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006 p. ix, tradução nossa).

Sob o enquadre teórico da Semiótica Social, Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) elaboraram a Gramática do Design Visual tendo como principais influências as ideias de três estudiosos: Roland Barthes, Michael Halliday e Rudolf Arnheim. Entretanto, Halliday ([1985]1994) teve papel de destaque, já que, segundo os autores, foi por meio de suas teorias que eles puderam ir além da abordagem estruturalista da Escola Semiótica de Paris da década de 60.

A gramática de Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) parte da premissa de que a linguagem visual, assim como a verbal, organiza-se de acordo com sua própria sintaxe, de modo que esses elementos visuais são combinados em um todo significativo. Ademais, para esses estudiosos, os significados pertencem à cultura, em vez de modos semióticos específicos, e que a maneira como algumas coisas

³⁹ “[...] all the things that go with the verbal: facial expressions, gestures, images, music, and so on” (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006 p. ix).

podem ser ditas visual ou verbalmente é cultural e historicamente específica. Os autores ainda afirmam que

[...] mesmo quando podemos expressar o que parece ser os mesmos significados, tanto na forma de imagem quanto na escrita ou na fala, eles serão percebidos de maneira diferente. Por exemplo, o que é expresso na linguagem por meio da escolha entre diferentes classes de palavras e estruturas oracionais, pode, na comunicação visual, ser expresso por meio da escolha entre diferentes usos de cor ou diferentes estruturas composicionais. E isso afetará o significado. Expressar algo verbal ou visualmente faz a diferença (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006, p. 2, tradução nossa⁴⁰).

Com isso, constatamos que, para Kress e van Leeuwen ([1996] 2006; 2001), os signos são vistos como sendo motivados, tendo em vista que a construção dos textos multimodais é estabelecida social e culturalmente. Como resultado, para compreender os sentidos de um texto visual exige-se um amplo conceito de leitura, sobretudo porque a leitura das imagens, como pudemos extrair da obra dos autores, é simultânea e não linear e sequencial como geralmente é a leitura de um texto verbal. Portanto, essa leitura do não verbal dependerá da forma como os significados foram construídos pelo produtor do texto. Então, a Gramática do Design Visual mostra-se como um importante recurso para analisarmos os textos não verbais, principalmente os imagéticos⁴¹.

Baseando-se na noção teórica de “metafunção” da teoria sistêmico funcionalista de Halliday ([1985]1994), Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) rebatizam as metafunções ideacional (relacionada à representação do mundo e ao que há nele), interpessoal (trata do nível das interações e identidades possíveis) e textual (investiga a organização dos elementos que constitui o texto e o modo como se organizam para a construção de um todo coerente) encontradas na obra hallidayana e apresentaram três outras metafunções que se “aplicam a todos os modos

⁴⁰ “[...] even when we can express what seem to be the same meanings in either image-form or writing or speech, they will be realized differently. For instance, what is expressed in language through the choice between different word classes and clause structures, may, in visual communication, be expressed through the choice between different uses of colour or different compositional structures. And this will affect meaning. Expressing something verbally or visually makes a difference” (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006, p. 2).

⁴¹ Embora Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) deixem claro que a linguagem abarca vários modos semióticos, (verbal, textual, imagético sonoro, etc), eles focalizam em sua obra o processo de leitura de imagens, combinada ou não com o texto verbal.

semióticos e não são específicos para fala ou escrita” (KRESS, VAN LEEUWEN, [1996] 2006, p. 42) como recursos para descrever o texto visual, e correspondem respectivamente às metafunções representacional, interativa e composicional.

Para Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) essas metafunções operam de maneira simultânea por meio de padrões de experiência, de posições ideológicas e da interação social codificadas em representações não verbais. Ainda segundo os autores, os significados que as imagens possuem podem ser descritos através dessas metafunções e que estas permitem identificar o padrão da sintaxe visual.

A metafunção representacional (*representational*) é construída por estruturas narrativas e conceituais e as imagens são analisadas de modo a descrever os participantes da ação representados no texto, que podem ser pessoas, objetos e lugares. A metafunção interativa (*interactive*) faz referência à forma como se estabelece a interação social, entre texto e leitor, através das imagens. Já a metafunção composicional (*compositional*) relaciona as outras duas metafunções desempenhando um papel muito importante na estruturação do texto, porque fornece um suporte para estudar a tessitura textual em termos de organização e combinação dos elementos visuais (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006). Em outras palavras, essa metafunção está relacionada à maneira como o autor distribui o significado no espaço do texto, ou seja, possui relação com a coesão do texto visual.

Considerando que a metafunção composicional possui um papel essencial na organização do texto visual, visto que é na composição do todo textual que os elementos representativos e interativos são construídos para se relacionarem uns com os outros e que eles estão integrados em um todo significativo (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 176), optamos por voltar nossa atenção para essa metafunção e utilizá-la como um instrumento de análise do significado composicional das imagens das *charges*. Por condensar em si todas as outras metafunções e dada a complexidade de composição e estruturação do gênero em questão, julgamos que a metafunção composicional mostrou-se mais significativa para a análise do texto chargístico. Portanto, sem a pretensão de exaustão e pormenorização, abordaremos

agora a metafunção composicional apresentada na Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006).

Kress e van Leeuwen ([1996] 2006, p. 175) afirma que “as imagens representam a relação entre as pessoas, lugares e coisas que retratam” e que pode haver um conjunto complexo de relações entre a imagem e o espectador ao tratar das metafunções representacional e interativa. A metafunção composicional aparece como um terceiro elemento que associa essas duas metafunções por meio de três sistemas interrelacionados: o valor de informação (*information value*), a saliência (*salience*) e a estruturação/enquadramento (*framing*).

O valor da informação está diretamente ligado ao posicionamento dos elementos (participantes e sintagmas que se relacionam entre si e com o leitor, podendo ser objetos, pessoas, balão de fala, postura, olhar, etc.) no interior da composição visual. Esse posicionamento confere a esses elementos valores informacionais específicos, a depender da ‘zona’ da imagem em que ocorre, isto é, dos lugares em que os elementos da imagem estão dispostos. Um texto, portanto, pode estar localizado à esquerda, à direita, na parte superior do texto, na parte inferior, no centro ou às margens.

De acordo com a gramática de Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), em uma perspectiva horizontal, a leitura geralmente é realizada pelo leitor da esquerda para a direita. É comum que os elementos posicionados do lado esquerdo veiculem informações possivelmente já conhecidas pelo leitor, com as quais ele já esteja familiarizado, por isso esses elementos são classificados como ‘dado’. Quando os elementos estão posicionados do lado direito do texto visual, eles são conhecidos por ‘novo’, para o qual, segundo os autores, os leitores devem dar maior atenção, uma vez que no lado direito, geralmente contém informações desconhecidas ou não lembradas pelo leitor, que chamam sua atenção, e muitas vezes, apresenta a informação chave para o entendimento da mensagem do texto (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006, p. 180-181).

Na perspectiva vertical, os elementos textuais podem estar localizados na parte superior (*top*), no topo do quadrante em que o texto se circunscreve, ou na parte inferior (*bottom*), isto é, na base da configuração textual visual. A parte superior do texto tende a apelar para o nosso emocional e/ou nos mostrar o que poderia ser (um desejo, uma ideia, etc.), já a parte inferior tende a ser mais informativa e prática, mostrando o que realmente é. Nesse eixo vertical, são estabelecidos o ‘ideal’ e o ‘real’, relacionados respectivamente à parte superior e inferior do texto visual. Sobre os campos ideal e real, Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) defendem que:

“Para que alguma coisa seja ideal, significa que ela é apresentada como a essência idealizada ou generalizada da informação e, portanto, também como sua parte ostensivamente mais saliente. O Real se opõe a isso, pois apresenta informações mais específicas (como detalhes), mais informações concretas (fotografias como evidência documental, mapas ou gráficos, por exemplo) ou informações mais práticas (resultados práticos, instruções de ação)” (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006, p. 186-187, tradução nossa⁴²).

Segundo Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), muitos textos visuais combinam os eixos horizontal e vertical, assim o dado/novo e o ideal/real devem ser observados de maneira complementar na compreensão do texto. Os autores associam essas informações à questão temporal, indicando que a informação ‘dada’ pode representar o passado e a ‘nova’, o presente ou futuro; ao passo que a informação localizada no eixo do ‘real’ geralmente faz referência ao aqui e ao agora, ao nosso tempo presente, e o ‘ideal’ representa o distante, o “não-agora”, mas em outra dimensão de tempo, como um futuro distante, próximo, ou talvez inalcançável.

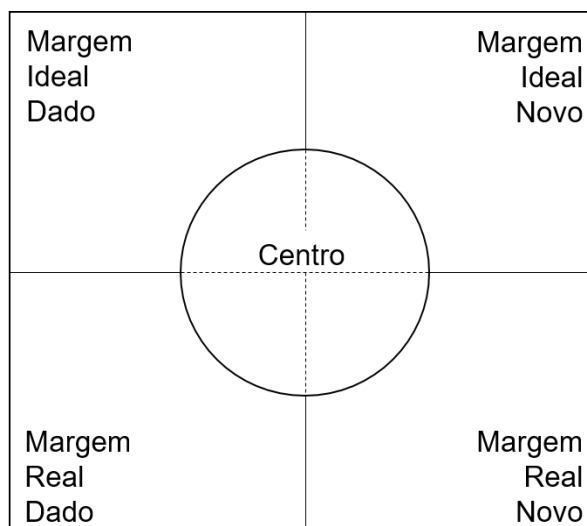
A composição visual também pode estar estruturada ao longo das dimensões central e marginal que compõem o quadrante do texto visual. Kress e van Leeuwen ([1996] 2006, p. 196) denominam de ‘centro’ os elementos posicionados na região central e de ‘margem’ os elementos localizados às margens. Geralmente, os elementos posicionados no centro da imagem apresentam o núcleo da informação, o qual rege os elementos marginais. Portanto, as margens são elementos auxiliares e dependentes do centro. Ao passo que o centro representa a informação principal, as

⁴² “[...] For something to be ideal means that it is presented as the idealized or generalized essence of the information, hence also as its, ostensibly, most salient part. The Real is then opposed to this in that it presents more specific information (e.g. details), more 'down-to-earth' information (e.g. photographs as documentary evidence, or maps or charts), or more practical information (e.g. practical consequences, directions for action)” (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006, p. 186-187).

margens proporcionam ao leitor as informações contextuais. Para os autores, o centro e a margem podem combinar com o dado/novo e o ideal/real, porém não é uma regra. Um exemplo dessa combinação seria o tríptico, por meio do qual três elementos diferentes são apresentados ao leitor de maneira sequencial em um eixo horizontal ou vertical, podendo ser subordinados a uma ordem temporal tendo o centro como mediador.

A Figura 1 retrata bem a disposição dos elementos composicionais no quadrante do texto visual, a partir do qual podemos identificar os diferentes valores de informação mencionados anteriormente:

Figura 1 - Dimensões do espaço visual



Fonte: Kress e van Leeuwen ([1996] 2006, p. 197, tradução nossa)

Além do valor de informação, existe um outro sistema integrante à composição visual que precisa ser observado na análise dos textos imagéticos: a saliência (*salience*). Para Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), a saliência é empregada para atrair a atenção do leitor, atribuindo diferentes graus de relevância aos elementos do texto, criando uma hierarquia de importância entre eles, independentemente de onde esses elementos são colocados.

Por meio da saliência, o autor do texto visual dá mais destaque àquilo que considera mais digno da atenção do leitor, dando ênfase a elementos os quais julga mais significativos para o alcance de seu propósito comunicativo. A saliência dos

elementos pode estar marcada por diferentes recursos: pelo tamanho relativo; por seu posicionamento em primeiro plano (o elemento será mais saliente) ou no plano de fundo (menos saliente), isto é, pela sobreposição ou não em relação aos outros elementos; pelo contraste de cores e de suas tonalidades; diferenças de nitidez ou definição; tamanho e tipos de letras, entre outros (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006).

O terceiro e último sistema que integra a metafunção composicional é a estruturação/enquadramento (*framing*). Esse recurso visual está relacionado à conexão ou desconexão dos elementos significativos internos de um texto visual. De acordo com Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), os elementos podem estar conectados em um fluxo contínuo, quando não há linhas divisórias na imagem, indicando uma conexão fraca; ou eles podem estar desconectados, marcados por alguma linha divisória, indicando uma conexão forte.

Geralmente, textos visuais interligados com cores e formas semelhantes, vetores conectivos, gráficos abstratos, etc. marcam uma estruturação/enquadramento fraca. Segundo Kress e van Leeuwen ([1996] 2006, p. 203-204), “a ausência de enquadramento enfatiza uma identidade de grupo”, e pode se apresentar “como uma única unidade de informação”, fornecendo um forte senso de unidade e coesão. Em contrapartida, linhas, bordas, contrastes de cores, espaço branco entre os elementos, entre outros tipos de divisórias marcam uma estruturação/enquadramento forte. Quando o enquadramento for forte, existirão unidades separadas de informação, o que representa individualidade e diferenciação. Além disso, em um texto visual, a presença de uma estruturação/enquadramento forte também pode demarcar o passado e o presente (KRESS; VAN LEEUWEN, [1996] 2006).

Baseando-nos na Gramática do Design Visual, o Diagrama 4 resume os três sistemas inter-relacionados referentes à metafunção composicional de um texto imagético:

Diagrama 4: Metafunção composicional



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Kress e van Leeuwen ([1996] 2006, p. 210)

Diante do que foi exposto sobre a multimodalidade neste subcapítulo, baseado em Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), foi possível perceber que essa teoria compartilha alguns princípios comuns à teoria do Funcionalismo aqui adotada. Além do fato de os autores terem buscado inspiração na obra funcionalista de Halliday ([1985]1994), o pensar na relação motivada entre significado e significante (na não arbitrariedade do signo linguístico), o entender que essa motivação é baseada na interação, considerando, portanto, o cultural o social e o histórico, e até mesmo a própria noção de língua adotada pelos autores (vista como um construto social) vão ao encontro do pensamento do funcionalista.

Seguindo um raciocínio de complementaridade entre abordagens, é possível dizer, conforme viemos pontuando ao logo de todo o capítulo, que todas as teorias aqui abordadas e os conceitos apresentados se coadunam e mostram-se pertinentes para a análise proposta nesta pesquisa, visto que, embora cada perspectiva possua um objeto de pesquisa bem definido, elas se relacionam sob mais de um aspecto com o Funcionalismo, que é teoria base desta tese. Sendo assim, a pertinência em associar a Pragmática, a Argumentação, a Linguística Textual e a Multimodalidade a um estudo de cunho funcionalista é, mais uma vez reafirmada. Por isso, conjugaremos todas essas teorias e conceitos abordados neste capítulo do

referencial teórico para chegarmos a uma conclusão acerca da força argumentativa dos adjetivos na *charge*.

Posto isso, com base no que foi discorrido ao longo de todo este capítulo, acreditamos ser indispensável pensar a língua em contexto de uso; que quando nos comunicamos, estamos tentando agir sobre o outro de alguma forma, seja apenas para informar ou visando reorientar seu ponto de vista; que é essencial considerarmos os textos como sendo um artefato dinâmico, multifacetado e multimodal e, portanto, é preciso observar objetivamente todos os elementos que o compõem; que as características e a configuração de um gênero devem ser levadas em conta em uma análise linguística, e ainda, que os recursos textuais utilizados pelo autor na construção de um texto são selecionados, visando ao cumprimento de seus propósitos comunicativos. Além disso, para que o sentido do texto seja alcançado é necessário que o leitor corresponda aos pressupostos do produtor do texto, ou melhor, que haja um compartilhamento de conhecimentos linguísticos, de mundo, interacionais, etc. entre autor e leitor.

Logo, tendo em vista que investigaremos o funcionamento do adjetivo no contexto de uso das *charges* e que tomar conhecimento das características e funcionamento de um gênero é de extrema relevância para uma pesquisa linguística, é fundamental entendermos melhor as funções e características que envolvem esse gênero. Por isso, no capítulo seguinte delinearemos algumas questões sobre o gênero chargístico, buscando delimitar a noção de *charge* que adotamos e apresentar suas principais características quanto à organização e funcionalidade. Entretanto, como sabemos que os gêneros textuais não são estáticos, não observaremos as *charges* somente sob sua configuração formal, abordaremos também as possibilidades discursivas que podem oferecer.

4 O GÊNERO TEXTUAL *CHARGE*

Neste capítulo abordaremos o gênero textual *charge*, sobre o qual nos interessa particularmente sua organização argumentativa e multimodal para interpretarmos a força argumentativa dos adjetivos nele presentes. A seguir, apresentaremos as principais características de constituição desse gênero e também mostraremos como ele se configura (ESPÍNDOLA, 2001; FLÔRES, 2002; CAVALCANTI, 2008). Também explicaremos em poucas palavras sobre a plataforma digital da qual foram recolhidas as *charges* que constituem o *corpus* desta tese.

4.1 SOBRE O GÊNERO *CHARGE*

Figura 2 - Charge do Amarildo



Fonte: *Charge Online* (02 de julho de 2018)

A *charge* é um gênero textual que veicula um discurso humorístico e sua principal função é criticar as mais diversas situações cotidianas ao mesmo tempo em que transmite informações sobre elas. Geralmente traz uma visão crítica sobre um determinado assunto que esteja sendo alvo de discussões na sociedade mediante o humor gerado pelos diferentes recursos linguístico-discursivos que utiliza. Na maioria das vezes, aborda temas políticos, sociais e esportivos (ESPÍNDOLA, 2001; CAVALCANTI, 2008). Na concepção de Flôres (2004, p. 91), a *charge* costuma abordar temas ruidosos como “escândalos políticos, embates entre grupos opositores, falta de consistência de programa de governo ou acontecimentos

bombásticos divulgados amplamente pela mídia”. Koch e Elias ([2006] 2014, p. 115), ao comentarem sobre a *charge*, dizem que “[...] esse gênero é uma forma humorada de criticar e zombar de fatos ou situações reais da política, de modo geral”.

É comumente veiculada em jornais impressos ou em meio eletrônico. Normalmente, a *charge* está publicada nas seções de artigos de opinião, entre as cartas argumentativas, editoriais, etc., justamente por indicarem opiniões e juízos de valor por parte de quem a enuncia. O componente imagético é essencial para sua construção e, quase sempre, é constituída por linguagem verbal e não verbal (ESPÍNDOLA, 2001; CAVALCANTI, 2008).

De acordo com Rabaça e Barbosa (1987), a *charge* caracteriza-se por ser uma obra que tem por objetivo a crítica humorística momentânea de um fato ou acontecimento específico.

No dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986, p.392), a *charge* está registrada da seguinte maneira: “Charge [Do francês *charge*] S. F. Representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento público”. Já Borba (2002), no Dicionário de Usos do Português Contemporâneo do Brasil, consigna *charge* como “ caricatura; representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza algo” e apresenta o seguinte exemplo: “Na Funarte, estão reunidos os seus mais divertidos personagens - homens opulentos, mulheres faceiras, charges políticas, cenas do carnaval e da praia (VEJ)” (BORBA, 2002, p. 318).

Costa (2009), no Dicionário de Gêneros Textuais, registra o verbete *charge* como se segue:

Charge (v. **caricatura**, **cartum**, **cartum eletrônico**, **charge eletrônica**, **HQs**, **tira**, **videocharge**): palavra de origem francesa que significa *carga*, ou seja, algo que exagera traços do caráter de alguém ou de algo para torná-lo *burlesco* ou *ridículo*. Por extensão, trata-se de uma ilustração ou desenho humorístico, com ou sem legenda ou balão, veiculado pela imprensa, que tem por finalidade satirizar e criticar algum acontecimento do momento. Focaliza, por meio de caricatura gráfica, com bastante humor, uma ou mais personagens envolvidas no fato político-social que lhe serve de tema [...]. Geralmente é um texto de opinião (v.), expresso em dimensão verbal e não verbal [...] (COSTA, 2009; p. 60, grifos do autor).

Diante dessas acepções de Ferreira (1986), Borba (2002) e Costa (2009), e do que foi mencionado anteriormente, é possível ver que o humor é um componente importante na concepção da *charge*, uma vez que o discurso humorístico nela presente vem acompanhado da crítica do chargista em relação a algum personagem público ou a alguma situação tema da *charge*. Porém, não nos aprofundaremos nesse conceito tendo em vista que o interesse maior desta pesquisa está voltado para o funcionamento argumentativo dos adjetivos e não para o estudo do humor nesse gênero textual.

Quanto à construção composicional da *charge*, como pudemos perceber, ela possui uma organização multimodal, é curta e, por via de regra, apresenta-se em apenas um quadro, raramente aparece em mais de um, e com predomínio de imagens geralmente coloridas. Conforme mencionado anteriormente, constitui-se pelo texto verbal e não verbal ao mesmo tempo, embora também existam *charges* com apenas ilustrações.

Nas *charges*, a linguagem verbal, em geral, aparece nos títulos, na legenda e, sobretudo, compõe a fala dos personagens. Por essa razão, frequentemente essa linguagem ocorre no interior de balões, marcando a fala, o pensamento, etc. dos personagens presentes nas *charges* (Figura 1). Outrossim, a linguagem verbal também pode ser representada por onomatopeias, graficamente marcada com diferentes tamanhos e cores de letra, formando algum símbolo ou imitando alguma imagem ou figura. As legendas comumente estão localizadas na parte superior centralizada do quadro chárigo ou à esquerda, determinando, geralmente, tempo e espaço (CAVALCANTI, 2008).

A linguagem não verbal presente nas *charges* é uma das características mais importantes desse gênero. Para Cavalcanti (2008), essa linguagem é utilizada pelo chargista para evidenciar personagens caricaturados; construir o cenário por meio da utilização de símbolos, ícones, etc., retomando assim o contexto situacional. As figuras e os personagens representados nas *charges* refletem possibilidades de existência no mundo real. Ademais, a linguagem não verbal também é utilizada para compor os balões de fala, pensamento, cochicho, grito, etc. dos personagens que

aborda (Figura 1). As imagens são, em grande parte, responsáveis por fornecer os detalhes cuja função também é guiar o leitor na busca do sentido do texto.

Portanto, unindo o verbal e o não verbal, o chargista utiliza diversos recursos linguísticos para construir a *charge*, buscando assim, transmitir seu propósito comunicativo. Entre esses recursos estão os paraverbais, que podem ser usados para mostrar diferentes tons de voz dos personagens, ritmo da fala, etc., indicando cromatismos, gestos, posturas, entre outros. Existem ainda os paraverbais iconizados, como as cores, o próprio ambiente que figura na *charge*, as roupas típicas, entre outros. Há também recursos lexicais, gramaticais, metafóricos, frases de efeito, uso de ironia, deboche e outros a depender da criatividade do chargista, que busca transmitir o sentido pretendido.

De acordo com Costa (2009, p. 62), o discurso do chargista, das personagens, a conversação oralizada/escrita mais os recursos paraverbais “exemplificam bem o discurso multisemiótico crítico/satírico das *charges*”. E esse discurso crítico/ satírico é a argumentação da *charge*, que pode ser percebida a partir da interpretação dos elementos que a compõem.

Assim, dado que as *charges* possuem um valor retórico argumentativo em virtude de a gramática ser usada como um recurso de força argumentativa, é possível analisar a argumentação nela presente, justamente a partir da observação dos encadeamentos existentes entre segmentos de enunciados, provenientes do todo verbal e não verbal, para que seja compreendido o propósito comunicativo pretendido pelo chargista. Com isso em mente, concordamos com Espíndola (2001) quando diz que a argumentação está presente em toda interação e, a partir do que é dito é possível (re)construir o dizer subjacente de todo e qualquer texto, como também acontece nas *charges*.

Para (re)construir o sentido da *charge* é preciso, como vimos, conjugar todos os elementos que a compõem, e a intertextualidade também é um fator muito importante nesse processo de compreensão desse gênero textual. Na visão de Cavalcanti (2008, p. 1), “a charge tem o poder de condensar várias informações,

inclusive procedentes de contextos extremamente diferentes, num processo de intertextualidade que ocorre na linguagem verbal ou mesmo nas imagens”. Devido a essa condensação de informações provindos dos vários intertextos presentes na *charge*, o entendimento do que está sendo veiculado dependerá da capacidade do leitor para identificar as vozes e os intertextos nela veiculados e fazer as associações esperadas pelo produtor do texto. Logo, a identificação dos intertextos é fundamental para que o sentido da *charge* seja alcançado.

De acordo com Flôres (2002, p. 8), as *charges*, além de serem polêmicas e introduzirem muitos implícitos, elas também se caracterizam “pelo tanto de atenção que exige do leitor”. Dessa forma, devido à característica sincrética que possui, a *charge* demanda um raciocínio mais elaborado do leitor para que este compreenda melhor o que está posto no texto. Isso significa que é importante que o leitor esteja bem informado acerca dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que estão circulando nos diferentes meios de comunicação. Adiciona-se a isso o fato de que, quando uma *charge* é produzida, o chargista espera atingir seu público-alvo, isto é, leitores que estejam familiarizados com a organização formal desse gênero, que esteja por dentro das notícias mais recentes e que possua certo conhecimento de domínio público.

Apesar dessa exigência, é importante salientar que, mesmo que o chargista pressuponha um público-alvo, pode acontecer que a leitura da *charge* provoque efeitos de sentido diferentes em cada leitor, principalmente quando esse leitor não pertence ao grupo do público-alvo do chargista. Isso acontece porque as *charges* podem ser interpretadas sob diferentes perspectivas e a depender do conhecimento de mundo, opção política, religiosa ou visão social de cada pessoa que lerá o texto. Ainda assim, o chargista elabora a *charge* utilizando os recursos que tem disponível a seu favor na intenção de que o leitor alcance um sentido específico, já premeditado. Pensando nisso, o autor contribui à sua maneira e criatividade para que o leitor identifique o propósito comunicativo por ele pretendido por meio da *charge*, a fim de que o leitor entenda a crítica/sátira presente, etc., isto é, a argumentação da *charge*.

É importante mencionar, seguindo Flôres (2002, p. 15), que, nas *charges*, “o autor não se manifesta diretamente, a não ser através de sua assinatura (rubrica) ou da escrita do seu nome em algum ponto da *charge*, misturando-se ao todo textual”, como podemos observar no canto direito inferior da Figura 3 do chargista Dum. Porém, ainda de acordo com a autora, de maneira indireta, o chargista conduz a narrativa, mostrando de que maneira e por meio de quais recursos o narrador do texto fará os comentários, definirá o estilo textual, o desenrolar, o enfoque e a temática abordada na *charge*, seja utilizando ilustrações e texto verbal ou apenas linguagem não verbal.

Conforme assevera Espíndola (2001), para a leitura da *charge* é preciso recuperar os fatos aos quais o texto chargístico faz referência, tanto para criticar uma situação ou para ridicularizá-la. Concordamos com a autora quando afirma que a compreensão da *charge* depende não somente do texto, que é constituído pelas imagens (não verbal) e pelos signos linguísticos, mas também de fatores pragmáticos, como os conhecimentos de mundo (fatos históricos, políticos e sociais) e linguístico do leitor.

Assim, em razão da composição híbrida da *charge*, ratificamos que os leitores precisam usar seu conhecimento de mundo e fazer as inferências necessárias para conseguir compreender o propósito comunicativo, isto é, a argumentação da *charge* por meio da linguagem bem-humorada do chargista acerca de um determinado assunto, para que alcancem o sentido veiculado no texto em questão.

Por assumir que a *charge* deve ser lida considerando fatores textuais e pragmáticos, Espíndola (2001) defende que, para alcançar os possíveis sentidos veiculados na *charge*, o leitor precisa identificar:

- 1) os personagens ou os fatos a que o texto faz referência; na perspectiva polifônica, os textos com os quais esse texto dialoga;
- 2) o contexto sócio-histórico e/ ou político e as circunstâncias em que o fato referenciado aconteceu; ou seja, recuperação da enunciação;
- 3) os elementos lingüísticos, quando houver;
- 4) as possíveis intenções do chargista, considerando o lugar de onde ele enuncia (se é através de jornal, revista, ou sem nenhum vínculo com nenhum meio de comunicação, produção independente) (ESPÍNDOLA, 2001 p. 110-111).

A título de exemplo da *charge*, suas características e modo de leitura, vejamos uma breve análise desse gênero observando a seguinte *charge* de Dum, publicada no dia 7 de julho de 2018 no *site Charge Online*:

Figura 3 - *Charge* de Dum



Fonte: *Charge Online* (07 de julho de 2018)

De constituição multimodal, essa *charge* da Figura 3 combina a linguagem verbal e não verbal em um quadro único. A partir do não verbal podemos identificar dois personagens da Copa de 2018: os mascotes das seleções belga e brasileira. O diabo representado na imagem é o mascote da seleção da Bélgica, mais conhecido como “Red”, que foi apelidado nas redes sociais como Cramunhãozinho. Já o pássaro despedaçado no chão representa o mascote da seleção brasileira, mais conhecido como “Canarinho Pistola”. Como podemos perceber por meio da legenda, esta *charge* aborda o tema da eliminação da seleção brasileira da Copa do mundo em 2018 pela seleção belga.

A fala do mascote da Bélgica, dizendo para o Canarinho Pistola “vai te qatar”, foi utilizada com triplo sentido, sobretudo em relação à palavra “qatar”. Ao mesmo tempo em que remete a expressão popular “vai te catar”, um eufemismo utilizado para mandar alguém ir à merda, se dar mal, etc. indicando certo desdém, já que eliminou o Brasil da Copa; também remete ao verbo “catar”, no sentido de juntar, recolher coisas ou pedaços espalhados em algum lugar. Neste caso, o “diabinho” belga manda o canarinho colher seus pedaços, insinuando que o Brasil ficou “despedaçado”, arrasado com sua eliminação. E ainda, Qatar é usado em alusão ao país do Oriente Médio que sediará a 22ª edição da Copa do mundo, em 2022.

É interessante dizer que a ortografia de Qatar pode ser com a letra “q” ou com a letra “c” (Catar), entretanto, a grafia com “q”, tal qual está na *charge*, foi empregada intencionalmente pelo chargista, como um recurso textual, para passar a mensagem de que, com a eliminação na copa de 2018, a próxima oportunidade de a seleção brasileira ganhar outro campeonato mundial será na Copa de 2020 em Qatar. Vale ainda dizer que duas informações mostram-se necessárias para que o leitor compreenda a *charge* em questão: o conhecimento de que Qatar sediará a próxima Copa e que o diabo é o mascote da Bélgica.

Embora a *charge* possa ser confundida com o cartum, Costa (2009, p. 62) advoga no sentido de que são gêneros diferentes, uma vez que “o cartum retrata situações mais corriqueiras do dia a dia da sociedade”, ao contrário da *charge*, que “sempre é uma crítica contundente”. Na visão de Cavalcanti (2008), as figuras representadas nas *charges* pertencem ao mundo real, como caricaturas e símbolos. Enquanto o cartum contém desenhos lúdicos e fantasiosos que remetem ao imaginário do cartunista, não representando, pois, personagens reais ou fatos verídicos. Mesmo que ambos os gêneros utilizem o humor para fazer críticas, as *charges* fornecem dados que limitam o tempo e o espaço por meio da caracterização do ambiente e das marcas que delimitam o tema abordado, visto que retrata situações atuais com base em notícias de forma mais específica, já o cartum não possui limites de tempo e espaço, é atemporal; e o tema por ele abordado é, geralmente, crítica de costumes e assuntos mais genéricos. Para Flôres (2004), uma grande diferença entre a *charge* e o cartum reside em sua composição: a *charge* conjuga a linguagem verbal e não verbal, por vezes somente a não verbal, e o cartum circunscreve-se ao desenho, ao não verbal.

A partir da função social que o gênero *charge* possui, já que é “ação social localizada num contexto específico” (CAVALCANTI 2008, p. 3), sua importância enquanto texto, na concepção de Flôres (2002),

[...] decorre não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação (FLÔRES, 2002, p.10).

Concordamos com Flôres (2002, p. 8) quando evidencia que a *charge* “sem dúvida, inúmeras vezes desperta o riso, mas seu ponto forte é o tanto que desperta de reflexão.”

Como vimos, a *charge* é um gênero textual complexo, no sentido de conjugar vários sistemas de signos, exige certo conhecimento prévio do leitor para que a mensagem crítica ou satírica que provoca seja reconhecida, e ainda, possui uma função social bem definida. Principalmente por criticar as mais diversas situações cotidianas ao mesmo tempo em que transmite informações sobre elas, a *charge* é carregada de argumentatividade, ademais está em pleno funcionamento e circulação no nosso dia a dia. Esses são alguns motivos pelos quais utilizamos esse gênero para compor o *corpus* desta tese, haja vista que buscamos interpretar a força argumentativa dos adjetivos na língua em uso.

Para tanto, coletamos várias *charges* no meio eletrônico para compor o *corpus* deste trabalho e, o subcapítulo a seguir, traz informações mais específicas acerca da plataforma digital da qual as recolhemos.

4.2 CHARGE ONLINE

Todas as *charges* utilizadas nesta tese, nas quais observamos as ocorrências dos adjetivos e analisamos o funcionamento argumentativo destes, foram publicadas em um *site* conhecido por *Charge Online*. Esse *site* se autodenomina como um jornal de *charges*, e encontra-se em um ambiente virtual em que podemos visualizar *charges* produzidas por chargistas de várias partes do Brasil.

De acordo com informações contidas no *Charge Online*, o *site* está no ar desde 1996 e, por sempre estarmos acompanhando as publicações, percebemos que, em média, são postadas cerca de 50 a 60 *charges* por dia. Ainda segundo o *site*, as *charges* possuem “atualização dinâmica”, isto é, são os próprios autores que as atualizam, entretanto as *charges* mais antigas saem do ar automaticamente após vinte e quatro horas e não ficam arquivadas no acervo virtual do *site*, exceto aquelas

eleitas os destaques da semana, do mês e do ano desde o ano 2001. É possível acessá-las clicando no link do índice e na seção “chargedoteca”.

E ainda, é importante registrar que o site *Charge Online* é filiado à ACB (Associação dos Cartunistas do Brasil) e, em cada *charge* publicada é mencionada a indicação do outro local em que o chargista teve sua *charge* publicada, em algum jornal físico, no site próprio do autor, entre outros.

A justificativa pela escolha do corpus não diz respeito somente à sua função de criticar as mais diversas situações da atualidade ao mesmo tempo em que transmite alguma informação sobre elas, ou porque a *charge* é altamente carregada de argumentatividade ou porque está em pleno funcionamento e circulação hoje, o que, para nós, representa a linguagem em uso. A escolha do *corpus* também se deu em função de as *charges* tratarem de diversos assuntos, e com isso, nos inserir em diferentes áreas temáticas, o que nos proporciona trabalhar com dados linguísticos da mais variada ordem.

Ao verificar a gama de *charges* publicadas no site *Charge online*, é possível ainda, obter uma visão ampla sobre os fatos que acontecem no Brasil e como eles são retratados pelos chargistas. Ademais, nos apoiamos em Marcuschi (2002) ao se posicionar em relação ao trabalho com gêneros textuais:

[...] o trabalho com gêneros textuais é uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia a dia, pois nada do que fizermos linguisticamente estará fora de ser feito em algum gênero. Assim, tudo o que fizermos linguisticamente pode ser tratado em um ou outro gênero. E há muitos gêneros produzidos de maneira sistemática e com grande incidência na vida diária, merecedores de nossa atenção. Inclusive e talvez de maneira fundamental, os que aparecem nas diversas mídias hoje existentes, sem excluir a mídia virtual, tão bem conhecida dos internautas ou navegadores da internet (MARCUSCHI, 2002 p.35).

Uma vez trazidas as informações sobre o meio virtual do qual recolhemos as *charges* que integram este trabalho, no capítulo a seguir mostraremos como constituímos o *corpus* desta tese, qual tratamento dispensaremos ao *corpus* e ainda, apresentaremos os critérios que serão utilizados para interpretar a força argumentativa dos adjetivos nesse gênero textual.

5 METODOLOGIA

Em virtude da necessidade de uma orientação teórico-metodológica para interpretar o funcionamento argumentativo dos adjetivos nas *charges*, sobretudo em que função sintática essa categoria lexical possui mais força argumentativa, ou seja, é mais manipulativa, apresentaremos neste capítulo, os métodos que utilizamos para tratar desse fenômeno nesta pesquisa de caráter qualitativo e em termos percentuais.

O *corpus* desta pesquisa é constituído por 136 *charges*, que foram recolhidas do *site Charge Online*, nos dias em que ocorreram eventos sociais de grande impacto no Brasil, isto é, nos dias em que esses eventos tiveram grande repercussão na mídia nacional. Portanto, baseamo-nos nas notícias veiculadas pela mídia durante o período de tais fatos para compormos o *corpus*.

Dentre os vários eventos que alcançaram grande notoriedade midiática no Brasil, selecionamos dois: O processo de condenação e prisão do ex-presidente Lula, uma vez que esse evento teve grande repercussão na mídia nacional por se tratar de um ex-presidente da república que foi condenado e preso por crime comum, que ocorreu entre doze de julho de 2017 e oito de abril de 2018, sobre o qual recolhemos 81 *charges* com ocorrência de adjetivos, e a Copa do Mundo, que aconteceu entre quatorze de junho de 2018 e quinze de julho de 2018, na Rússia. Entretanto, selecionamos somente as *charges* publicadas no dia da abertura da Copa, nos dias em que a seleção brasileira jogou e no dia posterior à eliminação do Brasil nesse Campeonato Mundial de Futebol, no período compreendido entre quatorze de junho de 2018 e sete de julho de 2018, em virtude da maior repercussão que tiveram, totalizando 55 *charges sobre futebol* com ocorrência de adjetivo. Desse modo, trabalhamos com *charges* que abordam, predominantemente, dois grandes temas gerais: política e futebol.

Das 136 *charges* observadas, contabilizamos a ocorrência de 195 elementos com função adjetiva. No entanto, desse conjunto de *charges*, selecionamos apenas as 10 *charges* sobre política apresentadas no capítulo 6, para compor nosso quadro analítico. Fizemos essa escolha em virtude de termos observado regularidades no comportamento dos adjetivos nas *charges*, independentemente de o tema ser

política ou futebol. Ainda assim, também mostraremos algumas *charges* sobre futebol apenas com o objetivo de expor à visão do leitor como se dá a ocorrência dos adjetivos nesse tema. Todas as *charges* que serão apresentadas nas análises foram selecionadas por permitirem muita discussão, especialmente pelo modo como a mensagem foi elaborada.

É relevante mencionar que, embora tenhamos recolhido todas as *charges* publicadas nos períodos anteriormente mencionados (as de política de 12/07/2017 a 08/04/2018 e as de futebol de 14/06/2018 a 07/07/2018), selecionamos para o *corpus* desta pesquisa apenas as *charges* constituídas por textos verbais e não verbais com ocorrência de adjetivos em virtude do objetivo deste trabalho.

Para tratar dos dados, utilizamos como ferramenta o programa *Excel*, da *Microsoft Office* na versão 2013, visando a um melhor aproveitamento do material levantado e garantindo, de forma mais precisa, seu tratamento e contabilização. Sendo assim, em um arquivo do *Excel*, catalogamos todas as *charges* colhidas no *site Charge Online*, registramos todas as ocorrências de adjetivos, bem como as classificações sintáticas, semânticas, etc. a eles correspondentes considerando o contexto em que ocorrem. Utilizamos duas planilhas nesse arquivo, uma para cada tema, e criamos dez colunas para organizar e facilitar o tratamento do *corpus*, a saber: data de publicação da *charge*, autor, contexto em que a *charge* foi publicada, tema específico da *charge*, sentença, adjetivo, posição do adjetivo, classificação semântica, função sintática e força argumentativa.

Como abordamos no decorrer desta tese, o Funcionalismo, a Pragmática, a Argumentação, a Linguística Textual e a Multimodalidade são diferentes teorias que estão sendo conjugadas nesta pesquisa para cumprir com o objetivo proposto e desenvolver um estudo mais integrado sobre o adjetivo na língua em uso. Nessa lógica, associamos aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos e, a partir dessa confluência, organizamos um caminho a percorrer nas análises e elaboramos os critérios para interpretar a força argumentativa dos adjetivos. Ao examinarmos as *charges* para investigarmos a força argumentativa dos

adjetivos que as compõem, consideramos toda a sua organização multimodal e o modo como acontece a construção de seus argumentos.

A análise do funcionamento dos adjetivos nas *charges* foi desenvolvida da seguinte forma:

Primeiramente, utilizamos nosso conhecimento de mundo e capacidade intuitiva de usuários da língua portuguesa para compreender o que foi posto na *charge*, encontrar relações inferenciais de sentido, reconhecer intertextualidades, entre outros efeitos de sentidos que possam ser relevantes para identificarmos o ato de fala presente no texto.

Em seguida, partimos de um enfoque pragmático baseado em Austin ([1962] 1990) e Searle (1979) para identificar os atos ilocucionários das *charges*, isto é, a intenção comunicativa do chargista, a argumentação da *charge*. Consideramos também os conceitos encontrados em Eemeren e Grootendorst (1983), as noções de informatividade e perspectivação pressupostas pelo Funcionalismo e o contexto linguístico e extralinguístico. É importante mencionar que o valor semântico do adjetivo também foi de grande auxílio para identificarmos a força ilocucionária do ato em que ocorre, além do componente imagético da *charge*.

Uma vez identificado o ato comunicativo da *charge*, buscamos identificar os adjetivos presentes no *corpus* seguindo a ideia postulada pelo Funcionalismo de que não existe discretude entre as categorias, mas uma gradiência categorial, já que diferentes categorias gramaticais também podem desempenhar a função de adjetivo, dependendo do contexto e do modo como o falante as emprega. No entanto, não consideramos os adjetivos adverbializados, que desempenham o papel de advérbios no discurso (“Skol: A cerveja que desce **redondo**”), e nem os adjetivos substantivados, que desempenham na língua em uso o papel de substantivos (“O **azul** do mar me fascina”), mas quaisquer classes que adquirem no uso valor de adjetivo. Nossa intenção foi verificar os adjetivos, ou outro termo com valor de adjetivo, em funcionamento, ou melhor, explicar o funcionamento argumentativo desses elementos.

A partir dessa identificação de palavras que funcionam como adjetivos, nós as classificamos semanticamente e sintaticamente com base em Borba (1996), Castilho (2010) e Neves (2011). Porém, utilizamos a terminologia semântica adotada por Borba (1996), qualificadores e classificadores, e, a subcategoria dos dêiticos (local e temporal), apresentada por Castilho (2010). Como a gradação e a intensificação parecem ser um ponto comum entre os autores para identificar os adjetivos qualificadores, também usamos esse recurso para classificar semanticamente os adjetivos no *corpus*.

No eixo sintático de análises, associamos alguns conceitos apresentados por Rocha Lima ([1972] 2010), Castilho (2010) e Neves (2011) e optamos por assumir, a exemplo do que fizeram os outros gramáticos, que os adjetivos podem ocorrer em três funções sintáticas: adjunto adnominal, predicativo do sujeito e predicativo do objeto. Seguimos os critérios apresentados no segundo capítulo para distinguir adjunto adnominal de complemento nominal e de predicativo do objeto.

Após compreendermos o que foi posto nas *charges*, reconhecermos os atos de fala e o propósito comunicativo, identificarmos as palavras que funcionam como adjetivos e classificarmos sintaticamente e semanticamente esses elementos, nós interpretamos a força argumentativa dos adjetivos a fim de entender o quanto eles contribuem para a manipulação do leitor nas *charges*.

Nesse processo de interpretação da força argumentativa dos adjetivos, procuramos observá-los a partir de sua performatividade, isto é, analisando como o adjetivo empregado na *charge* atua como um fator de argumentação. Em outras palavras, buscamos verificar em que grau o adjetivo auxilia no processo de manipular o leitor, uma vez que entendemos, com base na afirmação de Givón (2001) de que a crença e a intencionalidade é que fundamentam todos os atos de fala, que é a intenção do chargista que vai justificar a função de argumentar do adjetivo empregado no contexto da *charge*. Salientamos aqui que estamos utilizando o termo argumentar no sentido de manipular conforme Amossy (2011) e Koch ([1984] 2002; 2010).

Para interpretar a força argumentativa do adjetivo no discurso, utilizamos o critério que será apresentado e explicado no subcapítulo 5.1.

5.1 CRITÉRIO PARA INTERPRETAR A FORÇA ARGUMENTATIVA DOS ADJETIVOS NAS *CHARGES*

Pensamos que a interpretação da força argumentativa do adjetivo nas *charges* é possível se ultrapassarmos os fenômenos internos à língua e considerarmos também fenômenos extralinguísticos. Portanto, com o objetivo de verificar a força argumentativa dos adjetivos, elaboramos esse critério de análise a partir da confluência de vários aspectos de natureza verbal e não verbal (morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmático-discursivos e multimodais) observados no decorrer da revisão da literatura e da construção do referencial teórico. Esses aspectos, que serão elencados no Quadro 7, e logo após explicados, foram reunidos, principalmente, a partir de Koch ([1984] 2002; 2017), Bastos (1993), Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), Givón (2001), Castilho (2010) e Amossy (2011).

Cabe salientar que a seleção dos aspectos apresentados no Quadro 7 a seguir, se deu em função de termos observado que quando o adjetivo ocorre nesses aspectos, ele possui mais peso no processo argumentativo, ou seja, tem sua força argumentativa aumentada, porque esses aspectos conferem aos adjetivos certa evidência no processo de manipulação, favorecendo o aumento de sua força argumentativa. Isso possui relação com a maneira com a qual o autor organizou o seu texto, logo o exame dos diferentes recursos que o chargista utiliza para construir a *charge* também teve um importante papel nesse processo de interpretação da força argumentativa dos adjetivos. Assim sendo, a presença desses aspectos possibilita verificarmos se o adjetivo está empregado com mais ou menos força argumentativa.

Após especificar os aspectos que favorecem o aumento da força argumentativa dos adjetivos nas *charges*, mostraremos o método de análise aplicado para interpretar essa força argumentativa.

O Quadro 7 reúne, pois, os aspectos considerados na interpretação da força argumentativa dos adjetivos:

Quadro 7 - Aspectos para interpretar a força argumentativa dos adjetivos nas *charges*

Nível de análise	1	Morfológico, Sintático e Semântico	2	Pragmático	3	Multimodal
Aspectos a serem observados	Presença de intensificação (grau superlativo do adjetivo)	Adjetivo em estrutura comparativa	Presença do adjetivo em atos de fala imperativos	Presença do adjetivo em atos de fala interrogativos	Valor de informação (posição das imagens)	
	Adjetivo em estruturas exclamativas e em interjeições					
	Adjetivo em expressões metafóricas	Adjetivo em sentenças com supressão do sujeito	Presença do adjetivo em atos de fala negativos	Estruturação/enquadramento		
	Termos implícitos, ambiguidade, trocadilhos, oposições, paralelismo rítmico, paralinguagem, termos pouco usuais, emprego conotativo, etc.					

Fonte: Elaborado pela autora.

Os aspectos referentes ao primeiro nível de análise, de natureza morfológica, sintática e semântica (Quadro 7), possuem relação com a organização textual da *charge* e o modo como o chargista decidiu dispor os elementos no texto, já que é a organização textual que determina o emprego da argumentação (AMOSSY, 2011). Nesse sentido, consideramos os recursos linguísticos associados à semântica, entendida aqui em sentido amplo, utilizados pelos autores ao lançarem mão dos adjetivos em suas *charges*, como as pressuposições, o implícito, a ambiguidade, a metáfora, trocadilhos, entre outros.

Para selecionar os aspectos do Quadro 7, também levamos em conta o uso do adjetivo nas *charges* considerando os conceitos encontrados em Koch ([1984] 2002; 2010), já que concordamos com a autora para quem o falante (escritor) organiza o seu enunciado em função do seu projeto de dizer, utilizando recursos da linguagem para tentar convencer o ouvinte (leitor) ou agir sobre ele. Logo, para que essa ação

sobre o outro aconteça, na visão de Koch (2010), precisamos carregar os nossos enunciados de força argumentativa. Assim, além daqueles recursos semânticos já mencionados, verificamos também a ocorrência de outros recursos utilizados pelo chargista como a seleção lexical, oposições, jogos de palavras, paralelismo rítmico, a paralinguagem, termos pouco usuais, etc. já que a utilização desses recursos é uma estratégia do falante para carregar os elementos de sua fala (ou escrita) de força argumentativa.

Ainda no primeiro nível de análise, no que tange às dimensões morfológica, sintática e semântica, verificamos se o adjetivo está presente no interior de uma estrutura comparativa; se há presença de intensificadores atuando sobre o adjetivo, seja essa intensificação é desempenhada por sufixos -íssimo, -ílimo, -érrimo, como em “tranquilíssimo” (Figura 13, p. 219), por advérbios (grau superlativo do adjetivo) ou por outro recurso de linguagem de ordem diversa (a exemplo dos não verbais). Dada a numerosa presença de balões de fala na *charge*, observamos também a ocorrência de adjetivos em frases exclamativas ou em interjeições, já que refletem na escrita, em algum grau, a entonação típica da fala, que, na língua falada impacta o ouvinte em diferentes graus e sentidos; se o adjetivo ocorre em uma sentença com supressão do sujeito e se o adjetivo compõe expressões metafóricas.

Em relação ao segundo nível de análise, levamos em consideração a abordagem funcionalista de Givón (2001; [1979] 2012) sobre os atos de fala declarativos, não declarativos (imperativos e interrogativos) e negativos para elencar os aspectos apresentados no Quadro 7. Analisamos a ocorrência de adjetivos em atos de fala prototipicamente interrogativos, imperativos e negativos com base na abordagem de Givón ([1979] 2001), porque segundo o autor, atos de fala não declarativos prototípicos são mais pressuposicionais, mais complexos, mais marcados e, portanto, são manipulativos. Logo, tornam-se argumentos mais fortes. Como esses aspectos também lidam com pressuposições, crença e intenção do falante, entendemos esses aspectos com base em Givón como pertencentes a um nível de análise pragmático.

Tendo em vista que as *charges* são textos multimodais, portanto compreendem não só a linguagem verbal, mas também a não verbal, que desempenha um papel essencial na construção desse gênero e na veiculação de sentidos⁴³, foi preciso considerar também a configuração imagética das *charges* como um recurso para interpretar a força argumentativa dos adjetivos. Compreendemos que as imagens estão imbricadas no texto verbal e a disposição dos elementos influencia na força argumentativa deles.

Tendo em conta esse caráter multimodal das *charges*, os aspectos concernentes ao terceiro nível de análise do Quadro 7, o multimodal, têm como base a metafunção composicional proposta pela Gramática de Design Visual de Kress e van Leeuwen (2006), que trata dos elementos composicionais das imagens que estruturam o texto visual. Optamos por abordar apenas essa metafunção composicional proposta pela Gramática de Design Visual, porque a julgamos mais significativa para a análise do texto chargístico, devido ao modo de composição e estruturação da *charge* e porque condensa as outras duas metafunções (a representacional e a interativa). Dentre os elementos composicionais das imagens, que são sistemas inter-relacionados, focalizamos o valor de informação (relacionado à posição dos elementos), a saliência e a estruturação/enquadramento.

Esses elementos nos permitem analisar em que medida a disposição das imagens, em atuação conjunta com o verbal, contribuem para o fortalecimento argumentativo do adjetivo, completando, assim, o processo da argumentação geral da *charge*. Entretanto, os aspectos elencados no nível de análise multimodal (Quadro 7) precisaram ser avaliados de maneira individualizada, porque cada sistema inter-relacionado possui suas particularidades e nem todas as circunstâncias favorecem o aumento da força argumentativa dos adjetivos. O Quadro 8 mostra cada uma dessas particularidades, as circunstâncias que devem ser verificadas no momento de analisar o adjetivo sob a ótica do campo visual e quais delas favorecem ou não o aumento da força argumentativa dessa categoria no contexto das *charges*.

⁴³ Diante do fato de as imagens que compõem as *charges* serem tão essenciais para a construção da argumentação, supomos que elas até poderiam ser pensadas em termos de atos de fala visuais, sobretudo naquelas compostas apenas por textos não verbais. Contudo, este posicionamento deve ser pesquisado e desenvolvido com mais profundidade em um outro trabalho.

Quadro 8 - Aspectos que favorecem o aumento da força argumentativa dos adjetivos no campo visual

Nível de análise	3	MULTIMODAL	
Aspectos a serem observados	Sistemas inter-relacionados	Circunstâncias a serem verificadas	Aumento da força argumentativa do adjetivo
	Valor de informação	ideal/dado/margem	não favorece
		ideal/novo/margem	favorece
		centro (meio ou topo)	favorece
		real/dado/margem	não favorece
		real/novo/margem	não favorece
	Saliência	saliente	favorece
		não saliente	não favorece
	Estruturação/enquadramento	forte (com divisão)	não favorece
		fraca (sem divisão)	favorece

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que todos os critérios apresentados neste capítulo foram abordados de maneira conjugada na análise do funcionamento dos adjetivos no contexto das *charges* e que o critério para interpretar a força argumentativa dos adjetivos se deu a partir da combinação dos níveis 1 (Morfológico, Sintático, Semântico) e 2 (Pragmático) com o nível 3 (Multimodal) dos Quadros 7 e 8, dada à característica constitutiva do gênero *charge*. Logo, a combinação do verbal com o visual atuou na interpretação da força argumentativa do adjetivo.

O método de análise da força argumentativa dos adjetivos foi aplicado da seguinte forma:

Estamos considerando que quando o adjetivo ocorre sob os aspectos apresentados no Quadro 7, sua força argumentativa é aumentada, porque esses aspectos contribuem para o aumento de sua força argumentativa. Também apontamos, sobre o nível de análise multimodal, que cada sistema inter-relacionado possui suas particularidades e nem todas as circunstâncias favorecem o aumento da força argumentativa dos adjetivos. Assim é preciso avaliar de maneira individualizada os aspectos referentes ao nível 3, conforme o Quadro 8 e, conjuntamente, levar em conta os aspectos dos níveis 1 e 2 do Quadro 7.

Partimos da premissa de que todos os aspectos que atuam no aumento da força argumentativa do adjetivo possuem o mesmo peso no processo de intensificação

dessa força argumentativa, por isso determinamos que quanto maior for o número desses aspectos existentes no contexto de ocorrência do adjetivo analisado, mais alta será a força argumentativa dele. Nesse caso, o adjetivo será mais manipulativo, sendo, em grande parte, responsável para que se alcance a argumentação da *charge*. Quando o adjetivo ocorrer sob um número menor de aspectos, ele será menos manipulativo, porque possuirá força argumentativa baixa/menor, mas não nula, uma vez que todos os elementos que compõem um enunciado possuem um valor argumentativo. Nesse cenário, o adjetivo poderá não desempenhar um papel que impulse de modo mais contundente a argumentação em comparação com os outros elementos presentes na *charge*.

Para ser considerado com força argumentativa alta, o adjetivo deve ocorrer, no mínimo, sob dois aspectos, sendo um referente ao nível 1 ou 2 do Quadro 7 e o outro referente ao nível 3 conforme o Quadro 8. É preciso combinar os aspectos do verbal com os do visual para identificar um adjetivo com força argumentativa alta. O fato de as *charges* serem compostas por uma porção maior de linguagem não verbal nos leva a estabelecer o critério de que um adjetivo também será interpretado com força argumentativa alta/maior se ele ocorrer sob dois ou mais aspectos referentes apenas ao Quadro 8, relacionado ao texto visual.

No caso de ocorrerem dois ou mais adjetivos em uma mesma *charge*, o número de aspectos sob os quais cada um ocorre será levado em conta. Aquele adjetivo que ocorrer sob um número maior de aspectos será classificado com força argumentativa alta/maior, caso contrário será classificado com força argumentativa baixa/menor em relação ao outro. De forma a resumir e a facilitar a identificação da força argumentativa desses adjetivos nas análises, eles serão posicionados em uma escala de força argumentativa que vai da menor para a maior força argumentativa, tomando um ao outro como referência, conforme a escala apresentada a seguir.



Ratificamos que é a presença dos aspectos elencados nos Quadros 7 e 8 que favorecerá o aumento da força argumentativa dos adjetivos. Portanto, quando o

adjetivo não tiver a força argumentativa aumentada por esses aspectos, isto é, quando ele não ocorrer sob a presença dos aspectos apresentados, o consideraremos com força argumentativa baixa/menor em relação aos outros elementos que compõem a *charge*. A ausência desses aspectos não tem a ver com qualquer diminuição da força do adjetivo, apenas indica que o adjetivo em análise não teve sua força argumentativa evidenciada no contexto em que ocorre.

Uma vez carregados de força argumentativa, os adjetivos contribuirão para a formação da argumentação da *charge*, justamente devido ao grau de manipulação que apresentam no contexto em que ocorrem. Esse posicionamento possui relação com o conceito apresentado no capítulo do referencial teórico sobre Pragmática e Argumentação de que o chargista, ao elaborar seu texto, dota seus enunciados de força argumentativa ao organizar o seu enunciado em função de sua intenção comunicativa de manipular o leitor a interpretar a mensagem veiculada na *charge*. Por isso lança mão de recursos da linguagem para tentar agir sobre o leitor nesse sentido.

Após a identificação, classificação e análise dos adjetivos do *corpus*, utilizamos a função “fórmula” do programa *Excel* para quantificar os dados do *corpus*, principalmente a fórmula “CONT.SES”, utilizada para contar o número de células especificadas por um dado conjunto de condições ou critérios. Esse recurso permitiu que soubéssemos, por exemplo, quantos adjetivos qualificadores ocorreram na função sintática de adjunto adnominal e em quais funções sintáticas o adjetivo possui mais força argumentativa. Além da função fórmula, utilizamos os recursos do *Excel* para calcular porcentagens e elaborar gráficos na intenção de sintetizar e apresentar os resultados.

Defendemos que considerar esses critérios de análise propicia uma maneira mais eficaz e mais objetiva de perscrutarmos o funcionamento dos adjetivos no contexto das *charges* e interpretar a força argumentativa desse elemento, ou seja, a intensão manipulativa do adjetivo. Ademais, todas as questões apresentadas, sejam de ordem morfológica, sintática, semântica, pragmática, argumentativa ou multimodal, serão discutidas, com maior ou menor detalhe, de acordo com sua relevância para a análise. É importante ressaltar que essa proposta de análise, em que se privilegiam

diversos fatores e abordagens teóricas distintas para compreender o funcionamento da linguagem, está respaldada nos critérios teórico-metodológicos do Funcionalismo e que as diferentes abordagens teóricas utilizadas para essa finalidade também estão em congruência com essa mesma vertente de estudo da língua.

Sendo assim, no capítulo 6, analisaremos o funcionamento argumentativo dos adjetivos no gênero *charge*, buscando observar em quais funções sintáticas o adjetivo é mais manipulativo, ou seja, em que função sintática o adjetivo possui mais força argumentativa.

6 O ADJETIVO EM FUNCIONAMENTO

Neste capítulo, analisaremos os adjetivos que ocorrem nas *charges*, buscando investigar em que função sintática esses elementos são mais manipulativos, no sentido de atuarem mais ou menos expressivamente no monitoramento/orientação do ponto de vista do leitor, ou, em outras palavras, no sentido de investigar o quanto ele atua como fator de argumentação para fazer valer o propósito comunicativo do chargista. Para tanto, verificaremos a performatividade dos adjetivos ao aplicar os critérios de análise arrolados no capítulo da metodologia, que estão respaldados por princípios de base funcionalista.

No capítulo da metodologia, explicitamos os critérios que utilizamos para investigar o funcionamento dos adjetivos, porém retomamos resumidamente nesta seção, esses critérios com o objetivo de guiar melhor a leitura durante as análises. Posto isso, a análise do funcionamento dos adjetivos nas *charges* seguirá os seguintes passos:

1. Compreensão do que foi posto na *charge a partir do* nosso conhecimento de mundo e capacidade intuitiva de usuários da língua portuguesa; reconhecimento das relações inferenciais de sentido, intertextualidades, etc.
2. Reconhecimento do ato de fala presente no texto para identificar a intenção comunicativa do chargista e, conseqüentemente, a argumentação da *charge*;
3. Identificação das palavras que funcionam como adjetivos;
4. Classificação semântica e sintática com base em Borba (1996), Rocha Lima ([1972] 2010), Castilho (2010) e Neves (2011);
5. Interpretação da força argumentativa dos adjetivos.

Sobre a interpretação da força argumentativa dos adjetivos presentes nas *charges*, utilizaremos os aspectos apresentados no Quadro 7 e 8 (p. 177 e p.180) como parâmetro. É importante lembrar que estamos considerando que todos os

aspectos que atuam no aumento da força argumentativa do adjetivo possuem o mesmo peso no processo de intensificação dessa força argumentativa. Sendo assim, estamos assumindo que quanto maior for o número desses aspectos existentes no contexto de ocorrência do adjetivo analisado, maior será a força argumentativa dele, e quando o adjetivo ocorrer sob um número menor de aspectos, ele possuirá força argumentativa baixa/menor em comparação com os outros elementos presentes na *charge*. Para ser considerado com força argumentativa alta, o adjetivo deve ocorrer, no mínimo, sob dois aspectos, sendo um referente aos níveis 1 ou 2 do Quadro 7 e um do nível 3 conforme apresentado no Quadro 8, ou em apenas sob dois aspectos do Quadro 8, referente ao conteúdo imagético.

Ratificamos aqui que, quando houver mais de um adjetivo presente nas *charges*, eles serão posicionados sequencialmente em um contínuo argumentativo que vai da menor (<) para a maior (>) força argumentativa em relação uns aos outros.

Recapitulando, o material de análise deste estudo é composto por *charges* que foram colhidas do *site Charge Online* nos dias em que ocorreram estes dois eventos sociais de grande repercussão nacional entre 12/07/2017 e 07/07/2018: o processo de condenação e prisão do ex-presidente Lula e a Copa do Mundo de 2018, referente apenas à abertura da Copa, aos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogou e ao dia posterior à eliminação do Brasil. Esses eventos foram selecionados em função da grande repercussão social que tiveram no país nesse período.

Estamos lidando então com dois grandes temas gerais: política e futebol. Em relação ao tema 'política', observamos 81 *charges* publicadas no período da condenação e prisão do ex-presidente Lula, totalizando 110 ocorrências de adjetivos e, sobre 'futebol', verificamos 55 *charges* publicadas no período selecionado da Copa do mundo, somando 85 adjetivos. Ao todo, considerando esses dois eventos de grande impacto nacional, foram observadas 136 *charges* e verificadas a ocorrência de 195 elementos com função adjetiva no período de 12/07/2017 a 07/07/2018.

Inicialmente, partimos da hipótese de que o comportamento dos adjetivos nas *charges* de política e de futebol era diferente, por isso estávamos inclinadas a apresentar neste capítulo as análises referentes aos dois temas. Entretanto, no decorrer da pesquisa, os dados obtidos mostraram que os adjetivos nas *charges* de política e de futebol apresentam um comportamento semelhante no que tange ao aspecto sintático, função semântica e força argumentativa, e que existe, portanto, uma grande regularidade de ocorrência, mesmo em se tratando de temas diferentes. Constatamos, portanto, que os temas não influenciam no funcionamento dos adjetivos, sobretudo no que se refere à força argumentativa dos adjetivos relacionada às funções sintáticas em que ocorrem.

Logo, em virtude dessa regularidade e visando apresentar um trabalho menos exaustivo, optamos por mostrar neste capítulo apenas as análises qualitativas de adjetivos que ocorreram nas *charges* sobre política pelo fato de proporcionarem maior produtividade para discussão no que tange à performatividade do adjetivo.

Objetivando expor à visão do leitor como se dá a ocorrência dos adjetivos nas *charges* de futebol, optamos por mostrar também algumas *charges* que abordam esse tema, porém de forma sistematizada e reduzida, indicando apenas a força argumentativa dos adjetivos presentes em cada *charge*. Contudo, é importante esclarecer que, embora apresentemos neste capítulo somente uma análise qualitativa de adjetivos presentes nas *charges* sobre política, consideraremos também o resultado dos dados quantitativos referente a ambos os temas para extrairmos as conclusões deste estudo acerca do funcionamento argumentativo dos adjetivos.

Selecionamos apenas 10 *charges* sobre política, para compor nosso quadro analítico qualitativo, e uma amostra de 6 *charges* sobre futebol. Essa quantidade foi selecionada por questões de regularidade e em virtude do elevado número de ocorrências verificadas. O critério de escolha para a apresentação dessas *charges* que foi definido pelo motivo de elas promoverem mais discussões, especialmente no que se refere ao modo como a mensagem foi elaborada e pela maneira como a qual os adjetivos foram utilizados.

A organização deste capítulo se deu em função das categorias sintáticas nas quais os adjetivos ocorrem. Dividimos o capítulo em subseções, no entanto, tendo em vista a importância do contexto para uma análise linguística detalhada, a primeira subseção contextualiza o evento político sobre o qual as *charges* analisadas fazem referência, já as subseções seguintes são relativas a cada função sintática desempenhada pelos adjetivos; a penúltima traz os dados quantitativos referentes às análises de todos os outros adjetivos que compõem o *corpus*, indexados no Programa *Excel*; e a última subseção traz o resultado total das análises.

6.1 EVENTO DE GRANDE REPERCUSSÃO NACIONAL: O PROCESSO DE CONDENAÇÃO E PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA

Luiz Inácio da Silva, mais conhecido por Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, ex-presidente do Brasil, é um político de grande popularidade desde a época em que atuou como sindicalista. Um dos representantes mais significativos do PT (Partido dos Trabalhadores), Lula foi eleito e reeleito presidente do Brasil sucessivamente, assumindo a presidência desde janeiro de 2003 a dezembro de 2010. O ex-presidente também atuou como deputado federal, foi presidente do PT, e exerceu muitos outros cargos políticos. Durante seu governo, muitas mudanças aconteceram para a população brasileira de classe baixa e média baixa, que constituem a maior porção da população do Brasil. Muitos programas implementados em seu governo possibilitaram que famílias de baixa renda tivessem acesso a serviços essenciais, como alimentação, estudo, moradia, emprego, etc. Como a grande maioria da população brasileira pode ter sido beneficiada pelas ações do governo Lula, o ex-presidente alcançou bastante prestígio social e, até hoje, é apoiado principalmente pela classe social que tem baixa renda.

No entanto, seu governo também foi marcado por vários escândalos políticos relacionados à corrupção, como o esquema do mensalão, que envolvia compra de votos na câmara dos deputados, recebimento de propina de políticos afiliados ao PT, entre outros. O sistema de corrupção revelado no governo Lula foi investigado por meio de uma grande operação conduzida pela Polícia Federal, pelo Ministério

Público Federal e pelo juiz Sérgio Moro, mais conhecida por operação Lava-jato, que trouxe à tona o maior escândalo de corrupção no Brasil. Essa operação tinha como objetivo inicial identificar os envolvidos no desvio de recursos da Petrobras, mas, por diversas denúncias de corrupção envolvendo políticos afiliados ao PT, essa operação teve várias fases que resultaram na destituição de cargos, prisão de vários políticos, inclusive o *impeachment* da também ex-presidente Dilma Rousseff.

Na 24ª fase de investigação da operação Lava-Jato, o ex-presidente Lula foi um dos alvos, além de uma parte de sua família. Ele foi investigado por ocultação de patrimônio, que envolvia um apartamento tríplice localizado em um condomínio chamado Solaris Guarujá, e um sítio na cidade de Atibaia, ambos em São Paulo. A suspeita era a de que Lula teria se beneficiado com esses imóveis ao prestar favores a construtoras, também envolvidas na operação Lava-Jato, investigadas por receberem milhões de reais em propina para superfaturamento de obras.

A história do processo de condenação e prisão do ex-presidente Lula que causou grande impacto nacional se resume assim (FOLHA DE S. PAULO, 2018):

Em doze de julho de 2017, o réu e ex-presidente foi julgado e condenado pelo juiz Sérgio Moro a 9 anos e meio de prisão, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Por ter feito o que fez pela população brasileira e por ter alcançado tamanho prestígio social, essa condenação de Lula causou grande repercussão no Brasil, sobretudo pelo fato de ter sido o primeiro ex-presidente a ser condenado. Após essa primeira condenação, o ex-presidente entrou com um recurso que foi julgado, em 24 de janeiro de 2018, pela 8.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), que manteve a condenação atribuída por Sérgio Moro a Lula e ainda aumentou sua pena para 12 anos e 1 mês de prisão. A defesa de Lula deu entrada no pedido de *habeas corpus* preventivo, para o político responder seu crime em liberdade, mas, por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, na audiência do dia 04 de abril de 2018, o pedido da defesa de Lula. Nesse mesmo dia, foi encaminhado pelo TRF-4 o ofício com a autorização para a execução da pena do ex-presidente e decretada a sua prisão pelo juiz Sérgio Moro. No decreto de prisão, o juiz federal determinou que Lula se entregasse à polícia federal de

Curitiba até às 17 horas do dia 06 de abril (Sexta-feira da Paixão), mas ele ignorou o prazo e a defesa de Lula ainda tentava negociar condições para que ele se entregasse. O ex-presidente entregou-se à justiça no Sábado de Aleluia, dia 07 de abril de 2018, por volta das 19 horas.

Lula, o primeiro ex-presidente da história do Brasil a ser preso após condenação penal, ficou preso por 580 dias na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, do dia 07 de abril de 2018 até o dia 08 de novembro de 2019. A saída de Lula aconteceu após o juiz da 12ª Vara Federal de Curitiba atender ao pedido de defesa do ex-presidente baseando-se na decisão tomada pelo STF no dia 07 de novembro de 2018, que voltou a proibir prisões de réus condenados em segunda instância para cumprimento de pena (VEJA, 2019).

6.2 O ADJETIVO NA FUNÇÃO SINTÁTICA DE ADJUNTO ADNOMINAL

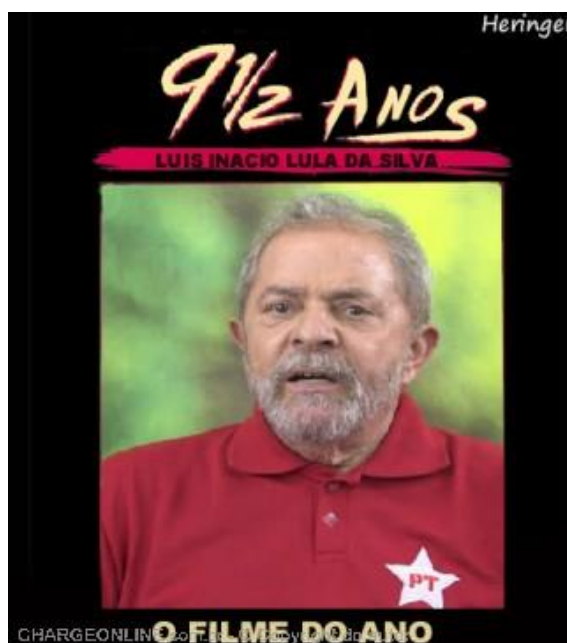
Neste subcapítulo, analisaremos os adjetivos, ou elementos com valores adjetivos, que ocorrem na função de adjunto adnominal. Conforme abordamos no capítulo da revisão da literatura, os adjetivos que desempenham essa função sintática ocorrem no interior de um sintagma nominal em que o substantivo é o núcleo e a classe escopada, e o adjetivo atua caracterizando-o. O adjunto adnominal ocorre no interior de outras funções sintáticas podendo caracterizar, determinar ou especificar o significado de um substantivo, sendo esse substantivo o núcleo de um sujeito, o núcleo de um objeto direto ou indireto. O adjetivo pode estar posicionado tanto anteposto quanto posposto ao nome. No entanto, vale destacar a necessidade de distinguir adjunto adnominal de predicativo do objeto e de complemento nominal.

Posto isso, observaremos agora como os adjetivos funcionam no interior dessa função sintática de adjunto adnominal.

6.2.1 Charges de política

A *charge* de Heringer (Figura 4) foi publicada em 12 de julho de 2017, dia em que o ex-presidente Lula foi julgado e condenado pelo juiz Sérgio Moro a 9 anos e meio de prisão.

Figura 4 - *Charge* do Heringer



Fonte: *Charge Online* (12 de julho de 2017)

Esta *charge* da Figura 4 tem como personagem central o ex-presidente Lula e faz alusão ao filme 9 e ½ semanas de amor, famoso na década de 80. Existe uma relação entre a *charge* e o cartaz do filme (Anexo A) que é percebida por meio da linguagem verbal “9 ½ anos” e da palavra “filme”; e também pela linguagem não verbal: como o fato de a *charge* estar disposta aparentando um cartaz de filme, com a imagem do ex-presidente posicionada no centro, indicando-o como o protagonista da obra, de a tipologia da fonte empregada ser semelhante à do cartaz desse filme e de a predominância das cores também serem semelhantes, como o fundo preto em contraste com letras vermelhas. Diante disso, é possível dizer que estamos lidando com um tipo de intertextualidade implícita por derivação, ou seja, com um *détournement* efetuado por meio de substituição, já que houve a transformação do texto fonte (cartaz do filme “9 e ½ semanas de amor”), com um valor subversivo, no intuito de argumentar a partir dele ao substituir o título do filme por “9 ½ anos”, fazendo alusão ao tempo de condenação atribuído ao ex-presidente Lula.

Conforme afirmam Koch, Bentes, Cavalcante (2007, p. 45), o objetivo de um *détournement* “é levar o interlocutor a ativar o enunciado original, para argumentar a partir dele; ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações, ou orientá-lo para um outro sentido, diferente do sentido original”. O chargista apropriou-se desse recurso de linguagem, que envolve tanto o verbal como o não verbal no contexto desta *charge*, para agir sobre o leitor.

É importante ressaltar que, para o entendimento da mensagem do texto (Figura 4), o conhecimento da existência desse filme precisa estar armazenado na memória do leitor, uma vez que a ele é exigido a identificação do intertexto, a recuperação do enunciado fonte. Todos os elementos multimodais que constituem a *charge* contribuem para a identificação do texto-fonte. Observando o processo de construção da *charge* é possível perceber que a intergenericidade, nos termos de Marcuschi (2008), também ocorre no texto (Figura 4), porque houve uma apropriação do gênero cartaz de filme para construir a *charge* e argumentar a partir dela. Para esse autor, a intergenericidade ocorre quando há uma mescla entre gêneros, misturando formas e funções com o objetivo de produzir efeitos de sentido específicos em determinadas práticas sociais.

Assim, é esperado que o leitor leve em conta que está diante de uma *charge* “calcada” no cartaz do filme 9 e ½ semanas de amor, que o título do texto fonte (“9 e ½ semanas de amor”) foi substituído por outro (“9 ½ anos”) e que essa substituição estabelece uma relação entre o nome do filme e o tempo de prisão ao qual Lula foi condenado. Além disso, o texto verbal “O filme do ano” auxilia dando pistas de que a construção da *charge* foi embasada em um filme.

Nesta *charge* de Heringer, verificamos a existência de um ato de fala assertivo, posto que em “9 ½ anos” e em “O filme do ano” o valor de verdade expresso é evidente. A afirmação feita pelo chargista deixa transparecer sua segurança e seu comprometimento em relação à verdade da proposição enunciada. Logo, entendemos que a argumentação da *charge*, é mostrar para o leitor que Lula foi condenado a 9 anos e ½ de prisão e o fato de ele ter sido condenado à prisão foi o

acontecimento mais marcante do ano de 2017, até porque, pela primeira vez, um ex-presidente da República do Brasil foi condenado por crime comum.

Há na *charge*, apenas um elemento funcionando como adjetivo: a locução adjetiva “do ano”, constituinte da sentença “O filme do ano”, e equivale ao adjetivo “anual”. Essa locução adjetiva desempenha a função sintática de adjunto adnominal⁴⁴ e funciona semanticamente como classificador. Utilizando o teste de atribuição de grau proposto por Borba (1996), que afirma que os adjetivos classificadores não aceitam atribuição de grau, confirmamos essa classificação semântica, uma vez que no contexto desta *charge*, não faz sentido uma sentença do tipo “*O filme muito do ano”.

Com base em Neves (2011), entendemos que a locução adjetiva “do ano” também expressa uma noção adverbial e atua no campo extensional do substantivo “filme”, atribuindo a este um aspecto pontual que o define nesse contexto. Pontual porque trata-se de um filme em um ano específico, e não que se repete todo ano, já que “anual”, em outros contextos, também pode adquirir um sentido durativo, frequentativo. Neves (2011) assegura que os adjetivos classificadores, ou denominativos, também podem expressar uma noção adverbial de aspecto, tendo em vista que, para a autora, esses adjetivos conferem “uma noção aspectual (aspecto pontual, durativo, frequentativo, etc.) à ação, processo ou estado referido pelo nome” (Neves, 2011, p. 199). Com isso, é possível dizer, fundamentando-nos também no tratamento escalar e contínuo dos aspectos gramaticais defendido pelo Funcionalismo, que a locução adjetiva “do ano” reúne traços recorrentes tanto de adjetivo quanto de advérbio.

Levando em conta os critérios de análise que propomos para investigar em que grau o adjetivo, ou um elemento com valor adjetivo, atua no processo de manipular o leitor, observamos que “do ano” não ocorre sob nenhum dos aspectos relacionados

⁴⁴ Não há na *charge* uma oração para dizermos que a locução adjetiva “do ano” funciona sintaticamente como adjunto adnominal. Porém, como é preciso considerar toda a configuração textual, porque trata-se de um todo imbricado em que todos os elementos se relacionam, é possível afirmar a existência desse adjunto adnominal. Partindo do contexto em que esse elemento ocorre, é possível presumir que a condenação de Lula “foi” o filme do ano, o que justifica tal classificação sintática.

aos níveis de análise 1 e 2 do Quadro 7 apresentado no capítulo da Metodologia (p.177), aspectos que poderiam contribuir para o aumento de sua força argumentativa.

Considerando os aspectos referentes ao terceiro nível de análise, que diz respeito à multimodalidade, mais especificamente à metafunção composicional, é possível observar que a locução adjetiva “do ano” está centralizada à margem e no campo do real. Segundo Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), os elementos marginais são auxiliares e dependentes do centro, e esse posicionamento dos autores nos leva a interpretar que entender o que “o filme do ano” significa, no contexto da *charge*, depende da informação presente no centro da imagem e que constitui o material de destaque: a de que o ex-presidente foi condenado a “9 ½ anos”. A condenação do ex-presidente é a razão de esse evento ser considerado o acontecimento de destaque em 2017. Por estar no campo do real, a locução “do ano” traz uma informação concreta ao fazer referência ao ano específico em que a *charge* foi publicada.

No quesito saliência, empregada para atrair a atenção do leitor, conforme apontam Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), a locução adjetiva não está posta na *charge* como um elemento saliente. Considerando que o autor do texto visual dá mais destaque àquilo que julga ser mais digno da atenção do leitor, dando ênfase a elementos que considera mais significativos para o alcance de seu propósito comunicativo, concluímos que “do ano”, embora escrito em caixa alta e em contraste com o fundo preto, está em um nível de hierarquia mais baixo em relação ao nível de importância existente entre os elementos que compõem o texto visual, em que os mais salientes são mais relevantes. Porém, no que se refere ao enquadramento/estruturação, esta *charge* da Figura 4 possui uma estruturação fraca, o que favorece o aumento da força argumentativa do adjetivo.

Como os elementos situados no centro ou no quadrante do novo e do ideal possuem a informação de destaque e geralmente contém a informação chave para o entendimento do texto visual, segundo afirmam Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), identificamos que a locução adjetiva encontra-se no campo do real/margem,

estando, portanto, em um ambiente desfavorável ao aumento de sua força argumentativa, como mostrado no Quadro 8 (p. 180). Ademais, “do ano” não se apresenta tão saliente quanto o elemento “9 ½ anos” nesse texto.

Com base na análise que fizemos a partir da aplicação dos critérios que apresentamos e também considerando o valor semântico da locução adjetiva e seu funcionamento no discurso, interpretamos que o elemento com valor adjetivo “do ano” possui uma força argumentativa menor/baixa comparada à dos outros elementos do texto, porque ocorre sob apenas um dos aspectos multimodais que favorecem o aumento de sua força argumentativa. Apesar disso, “do ano” atua como um fator de argumentação, porque auxilia na transmissão da mensagem da *charge* de que a condenação de Lula foi o acontecimento mais marcante no ano, especificamente o de 2017. Entretanto, o aspecto composicional do texto nos leva a acreditar que a condenação de Lula a 9 anos e ½ de prisão é o ponto alto da *charge*, e também pelo fato de que nunca na história do Brasil um ex-presidente havia sido condenado por crime comum. Em vista disso, o elemento “9 ½ anos”, no contexto desta *charge*, possui uma força argumentativa maior do que a locução adjetiva “do ano”. O enfoque dado ao tempo de prisão ao qual Lula foi condenado é maior do que a afirmação de que sua condenação foi destaque na época.

A *charge* seguinte foi publicada no dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o pedido de *habeas corpus* solicitado pela defesa de Lula e que o pedido para a execução da pena foi autorizado, culminando no decreto de sua prisão pelo juiz Sérgio Moro.

Figura 5 - *Charge* do Lute



Fonte: *Charge Online* (05 de abril de 2018)

Nessa *charge* de Lute (Figura 5), o ex-presidente Lula é caricaturado vestido com uma camisa vermelha, que remonta ao Partido dos Trabalhadores, de braços cruzados e cercado por dois tipos de ícones famosos do *Facebook*: um conhecido como “like/curtir”, representado pelo desenho de um sinal positivo feito com o dedo polegar, e pelo lado direito, pelo mesmo símbolo, porém invertido, outro ícone, simbolizando o contrário, o de “dislike/descurtir”, passando uma mensagem de desaprovação. Entretanto, este ícone invertido não existe no *Facebook*, mas é possível encontrar alguns semelhantes na *internet*, significando também o oposto de “curtir”, como no site do *YouTube*, por exemplo. O surgimento do “dislike/descurtir” caiu no gosto do público devido à necessidade que as pessoas têm de manifestarem também suas opiniões contrárias ao que foi postado nas redes sociais. Embora os ícones remontem ao Facebook, na *charge* podemos inferir que eles representam as redes sociais em geral.

A partir da fala proferida pelo personagem Lula: “Putz!! Tô me sentindo naquelas arenas romanas!”, principalmente devido ao adjetivo “romanas”, e dos ícones que caracterizam o não verbal “like/curtir” e “dislike/descurtir” presentes na *charge*, é possível inferir que as redes sociais funcionam como uma espécie de arena virtual em que os usuários utilizam seus argumentos como armas para lutarem a favor de seus posicionamentos políticos, contrários ou favoráveis ao ex-presidente Lula. Os usuários, que representam a opinião pública, utilizaram as redes sociais para entrarem em “combate político”, e segundo a disposição das imagens na *charge*, depreende-se que a opinião pública do país ficou dividida em relação a Lula, mesmo ele tendo grande influência sobre o povo. Essa divisão de opinião do povo sobre Lula é sugerida pela quantidade equilibrada de ícones presentes na *charge*, uma vez que o número de ícones “like/curtir” localizados à direita do ex-presidente caricaturado é o mesmo de “dislike/descurtir” à esquerda, somando seis em cada lado.

A imagem de Lula, representado na *charge* com um semblante de lamentação, juntamente com o proferimento da expressão “Putz!!”, uma forma mais amena de um palavrão popular (“puta”) que, com uma conotação mais leve, denota desapontamento nesse contexto; e ainda o fato de estar representado na imagem

com os braços cruzados, que conduz o leitor a resgatar em sua memória enciclopédica, a expressão idiomática “ficar de braços cruzados”, significando, no contexto da *charge*, a desistência de agir diante de um fato no qual não é possível mais intervir, leva o leitor à interpretação de que Lula não pode fazer mais nada diante dos acontecimentos jurídicos que o envolvem e que está decepcionado com o que está acontecendo. Isso porque, a partir da data de publicação desta *charge* (05 de abril de 2018), o ex-presidente não teria mais como dar entrada a mais nenhum recurso no judiciário com a finalidade de livrar-se da pena a ele atribuída, já que a última tentativa já tinha sido realizada sem sucesso. Logo, Lula viu-se tanto impedido de tomar qualquer atitude quanto dependente da ordem do juiz para que a pena (prisão) fosse cumprida.

Essa condição em que Lula se encontra, conforme sugere a *charge*, guia o leitor a ver o personagem como um gladiador que perdeu o combate e está esperando a ordem que definirá seu destino, ou seja, como alguém que perdeu a disputa e está à mercê da decisão de um juiz, assim como acontecia nos espetáculos de luta nas antigas arenas romanas. Por outro lado, também poderíamos pensar que o fato de o ex-presidente estar de “braços cruzados” pode estar relacionado, no contexto da *charge*, a uma esperança velada de que a opinião pública interfira na decisão do juiz de modo a, pelo menos, abrandar a pena dele, ainda que a população se mostre dividida.

Em algumas lutas, quando um dos gladiadores já tinha sido rendido pelo adversário, seu destino era decidido pelo responsável por presidir a luta, e este decidia se o gladiador rendido deveria morrer ou não, já que, na maioria das vezes, a luta só acabava com a morte de um dos lutadores. Nesse espetáculo, a opinião pública tinha muito peso nessa decisão. Se a maioria do povo se manifestasse com a mão fechada e o polegar para baixo, significava o desejo de morte do derrotado, se se manifestassem com o polegar para cima ou a mão fechada no ar, significava a não execução do gladiador rendido. E cabia ao imperador acatar ou não a decisão do povo (INFO ESCOLA, 2019).

Partindo dessa interpretação, identificamos um ato de fala ilocucionário expressivo, porque exprime o sentimento do personagem Lula representado na *charge* diante da situação na qual ele se encontra. Para Searle (1979), o ato expressivo está relacionado a atitudes ou comportamento social do falante em relação a um estado de coisas presente no enunciado, e acrescentamos aqui, no contexto linguístico e extralinguístico. Assim, a interjeição “Putz!!”, o verbo “sentir” em sua forma pronominal (que significa "apresentar-se em certa condição física ou mental temporária ou momentânea"), a fisionomia, a postura física (braços cruzados) do personagem Lula e também o contexto social a que a produção da *charge* está relacionada foram fundamentais para a identificação desse ato de fala.

Entretanto, esse ato ilocucionário expressivo possui o efeito de uma força ilocucionária de advertência, porque os sentidos veiculados na Figura 5 por meio do verbal e não verbal, acabam por advertir o leitor de que ao contrário do que se fazia nas arenas romanas antigamente, de nada adianta se lamentar ou as pessoas se posicionarem contra ou a favor do ex-presidente Lula, discutindo e se desgastando nas redes sociais, já que essas discussões parecem não fazer a diferença na decisão já tomada pelo juiz. Essa parece ser a argumentação da *charge*, a intenção comunicativa do chargista. Fundamentando-nos em Eemeren e Grootendorst (1983), sustentamos a ideia de que há na *charge* uma sequência discursiva composta pela linguagem verbal e não verbal que constroem o ato de fala complexo, que é a argumentação da *charge*. Por ser também considerada uma forma de ação verbal pelos autores, a argumentação exprime o propósito comunicativo do autor do texto.

Após identificada a intenção comunicativa do autor, isto é, a argumentação da *charge*, consideraremos as categorias de análise apresentados na seção da metodologia para observar o funcionamento argumentativo do adjetivo “romanas”, mais especificamente, para interpretar a força argumentativa que essa categoria possui no processo de manipulação do leitor, no sentido de direcionar seu olhar para outro ponto de vista (AMOSSY, 2011), na intenção de fazer com que ele interprete a argumentação contida nessa *charge* (Figura 5).

Verificamos que o adjetivo “romanas” presente na fala do personagem, é um adjetivo classificador, verificador pátrio, segundo Castilho (2010), que dispõe o conteúdo do substantivo “arena” em diferentes perspectivas, ampliando seu leque de significações ao promover uma comparação implícita entre sua classe escopo com seu correspondente sentido prototípico. Assim, semanticamente, ele atua na especificação do nome “arenas”, inserindo-o na classe daqueles que provém e/ou está relacionado à Roma, e funciona sintaticamente como adjunto adnominal em posição pós-nominal.

No que concerne ao primeiro nível de análise (sintático, semântico e morfológico), constatamos que o adjetivo, por ser classificador, não aceita grau, isto é, não pode ser intensificado: “*Uma arena muito romana”, por exemplo, não seria possível nesse contexto. Mas, o adjetivo “romanas” ocorre em uma sentença exclamativa, em que o sujeito é recuperável tanto por meio do contexto imagético quanto da desinência número pessoal do verbo “estar” apresentado sob uma forma reduzida gramaticalmente “tô” e em uma estrutura comparativa implícita, isto é, o personagem central da *charge* compara a situação pela qual está passando com a que ocorria nas arenas romanas antigamente.

Com base no estudo de Bastos (1993), podemos dizer que esse adjetivo atua como um co-functor introdutor que, de natureza dêitica, introduz o substantivo “arena”, reporta-se a um contexto extralinguístico e permite que o referente “arena” seja continuado no contexto da *charge*. Essa continuação acontece, neste caso, por meio de retomadas anafóricas e catafóricas desempenhadas pelos elementos visuais “curtir” e “descurtir” (ícones que rememoram o *facebook*) e pela metáfora dos braços cruzados do personagem. Por atuar em conjunto com o substantivo nesse processo de referenciar entidades, pois co-ocorrem no mesmo sintagma, a carga semântica que o adjetivo possui constitui o material de destaque da fala do personagem, traz uma porção grande de informação, apoiado no não verbal, e orienta o sentido na *charge*, porque por meio dele o leitor é conduzido a comparar a situação de Lula apresentada na *charge*, ao contexto dos espetáculos de luta entre gladiadores que aconteciam nas arenas romanas.

Em relação ao nível de análise multimodal, percebemos que, no aspecto referente ao valor de informação, o adjetivo em questão ocorre no interior de um balão de fala que está localizado no topo de um eixo vertical centralizado, representando uma idealização do que é considerado real, apelando para a nossa emoção, e também o núcleo da informação apresentada. Por estar centralizado no topo da *charge*, os elementos do balão são mais relevantes para a mensagem da *charge*, segundo os conceitos encontrados em Kress e van Leeuwen (2006).

No aspecto da saliência, a ênfase é dada nos ícones do *facebook*, pelo seu tamanho em comparação ao personagem Lula e pela quantidade. Porém, esses elementos estão diretamente relacionados ao sintagma “arenas romanas” porque complementam para a interpretação de que as redes sociais são uma espécie de arena social, o que acaba colocando o adjetivo “romanas” também em evidência na *charge*.

Na *charge*, os elementos estão dispostos em três colunas verticais separadas entre si por uma linha vertical invisível, em que a coluna do canto esquerdo é composta pelos ícones “like/curtir”, a coluna central pelo personagem e pelo balão de fala e a coluna da direita é composta pelos ícones “dislike/descurtir”. Por existir essa divisão entre os elementos que compõem a *charge*, a estruturação/ enquadramento da *charge* é forte, já que apresenta certa desconexão visual entre tais elementos. A estruturação/enquadramento forte não contribui para o aumento da força argumentativa do adjetivo porque os elementos são representados como uma unidade separada de informação. Essa desconexão representa a divisão da opinião pública em relação à condenação do ex-presidente que não sabia mais como agir diante da situação pela qual estava passando. Com base nos direcionamentos encontrados em Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), também é possível interpretarmos essa desconexão estrutural/de enquadramento sob outra ótica: a temporal, pois os ícones “like/curtir” posicionados do lado esquerdo do personagem dá margem para interpretarmos que no passado, Lula tinha o apoio do povo, e, após todos os acontecimentos envolvendo-o, os ícones “dislike/descurtir” localizados à direita do personagem pode nos levar a entender que o ex-presidente caiu no conceito de muitas pessoas na época em que a *charge* foi veiculada.

Com base no critério de análise apresentado para a interpretação da força argumentativa do adjetivo, foi possível perceber que o adjetivo classificador “romanas” no contexto desta *charge* (Figura 5), na função sintática de adjunto adnominal em posição pós-nominal possui força argumentativa alta, já que ocorre sob aspectos que favorecem o aumento de sua força argumentativa, neste caso, sob os três seguintes aspectos que compreendem o verbal e o não verbal: presença em uma estrutura comparativa implícita, presença em uma sentença exclamativa e localização centralizada no topo.

Além disso, o adjetivo “romanas” ocorre no interior de um ato de fala performativo (AUSTIN [1962]1990); SEARLE 1969;1979), não declarativo para Givón (2001; [1979] 2012), o que indica que esse ato de fala é argumentativo, porque envolve agir sobre o outro. E, uma vez que se existe performatividade, há também a intenção de manipular. Sendo assim, todos os elementos que compõem esse ato de fala performativo contribuem, em algum grau, para o processo argumentativo. No entanto, o adjetivo “romanas” atua, com o não verbal, de modo mais expressivo no processo de manipulação do leitor da *charge*, porque constitui o centro da manipulação, já que contém uma grande parcela da informação necessária para o leitor fazer associações e interpretar a mensagem intencionada pelo chargista, o que também justifica sua alta força argumentativa/manipulativa.

Ao optar por utilizar o adjetivo “romanas” no contexto dessa *charge* (Figura 5), o chargista pressupõe que o leitor compartilha dos mesmos conhecimentos no que se refere a “arenas romanas” e, por isso acredita que o leitor será capaz de relacionar esse conhecimento aos outros aspectos verbais e não verbais que compõem a *charge* e que, indiretamente, fazem referência ao adjetivo. Assim, maiormente devido ao adjetivo, o leitor é conduzido a comparar a situação de Lula ao contexto dos espetáculos de luta entre gladiadores que aconteciam nas arenas “romanas”, e a partir dessa comparação, alcançar a interpretação intencionada pelo autor da *charge*. Logo, o adjetivo mostrou-se um importante fator de argumentação, devido a sua alta força argumentativa, e sua função nesse contexto específico é justificado pela intenção do chargista.

A *charge* da Figura 6 foi publicada no dia seguinte ao julgamento do pedido de *habeas corpus* de Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que negou, por seis votos a cinco, o recurso solicitado pela defesa do ex-presidente:

Figura 6 - *Charge* do Simch



Fonte: *Charge Online* (05 de abril de 2018)

Esta *charge* (Figura 6) foi publicada no dia posterior em que o Plenário do STF negou o pedido de *habeas corpus* por meio do qual a defesa do ex-presidente Lula buscava impedir a execução provisória da pena diante da confirmação pelo TRF da 4ª Região, em 24 de janeiro de 2018, de sua condenação a 12 anos e 1 mês de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O STF manteve-se, portanto, favorável ao início do cumprimento de pena após a confirmação da condenação em segunda instância. Na ocasião, em que a votação para a concessão do *habeas corpus* havia ficado empatada, a então presidente do STF, a ministra Cármen Lúcia, deu o voto de minerva e decidiu por não conceder o *habeas corpus* a Lula. Essa notícia causou grande repercussão na imprensa do Brasil e do mundo.

A *charge* da Figura 6 é composta por dois personagens caricaturados, um repórter e a ministra Cármen Lúcia do STF, o personagem principal da *charge*. Na *charge*, a ministra parece estar sendo retratada como se fosse um monstro, com os cabelos despontados, as unhas cumpridas e pretas e com o rosto encarquilhado. Já o

repórter está representado com cara de espanto e olhar assustado ao entrevistar a personagem Cármen Lúcia. Essas características dos personagens apontam para o entendimento de que a ministra está sendo retratada como um monstro pelo fato de ter sido a responsável pela decisão de permitir a execução da pena atribuída a Lula, já que este teria sido condenado sem provas.

A pergunta feita pelo repórter “O que significa escancarar a chance de prisão do maior Líder popular da história brasileira?” mais o outro texto verbal “nenhuma prova” representa a opinião de grande parte da população que se pronunciava contra a prisão de Lula porque grande parte da população acreditava que o ex-presidente havia sido condenado sem provas. A pergunta do repórter direciona a “culpa” da possibilidade de prisão de Lula à então presidente do STF, que representava o STF, e também pelo motivo de ser sido dela o voto que definiu o futuro de Lula junto à Justiça. Portanto, estamos diante de um ato de fala assertivo, na classificação de Searle (1979), que consiste em relacionar o falante com a verdade ou não do que está sendo dito, ou de um ato de fala vereditivo, conforme Austin ([1962]1990). Porém esse ato de fala veicula uma força ilocucionária de culpa, porque atribui ao STF, principalmente à ministra Cármen Lúcia a responsabilidade de ter tornado possível a prisão efetiva do ex-presidente condenado em segunda instância. Logo, o propósito argumentativo da *charge* parece ser criticar a decisão do Supremo Tribunal Federal, representado pela ministra Cármen Lúcia, e também a própria ministra, já que seu voto culminou na possibilidade de prisão de alguém que, para boa parte da população, havia sido condenado injustamente.

A resposta da ministra caricaturada na *charge* à pergunta feita pelo repórter nos conduz a duas interpretações, sobretudo devido ao duplo sentido do adjetivo “supremo”. Com a resposta “Um momento supremo. ”, a personagem Cármen Lúcia demonstra estar se eximindo da “culpa” dando a entender que o indeferimento do pedido de *habeas corpus* preventivo de Lula foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo em que demonstra sentir-se satisfeita por ter executado a sentença que traçou o destino de Lula, um acontecimento marcante na história do país, já que "supremo" significa, dentre outras coisas, "de importância maior".

Há na *charge* a ocorrência de três adjetivos: “popular”, “brasileira” e “supremo”, todos desempenhando a função sintática de adjunto adnominal.

O adjetivo “popular” é um qualificador que incide sobre o substantivo “líder”, apresentando-o no discurso de modo a descrever, esclarecer o tipo de líder o qual o repórter está se referindo: um líder popular, no sentido daquele que recebe a aprovação do povo, que tem a simpatia e o afeto da população. Por isso, esse adjetivo não apenas subcategoriza o substantivo, delimitando-o, mas participa da construção desse referente no discurso, sendo, pois, também um co-funtor, nos termos de Bastos (1993). Desse modo, todo o sintagma “líder popular”, que, baseando-nos na mesma autora, pode ser associado ao do tipo apresentativo, deve ser considerado nesse processo informacional. Além disso, o adjetivo “popular” ocorre no interior de uma estrutura superlativa relativa de superioridade do tipo “o maior substantivo+adjetivo de”, tendo seu grau intensificado, ou seja, a característica atribuída pelo adjetivo “popular” ao substantivo “líder” é intensificada, veiculando a informação de que não se trata apenas de um líder popular, mas de um líder popular que se sobressai em comparação aos outros com essa mesma característica.

O adjetivo “brasileira” é um classificador, adjetivo de verificação pátrio para Castilho (2011), que escopa o substantivo “história” especificando o país ao qual a história se refere: o Brasil. Este adjetivo está contido na mesma estrutura superlativa relativa de superioridade do adjetivo “popular”, entretanto apresenta-se periférico, isto é, não está no cerne da estrutura superlativa que intensifica o sintagma “líder popular”.

Já o adjetivo “supremo”, presente da fala da personagem Cármen Lúcia, é um adjetivo qualificador, em posição adnominal, e veicula dois sentidos na *charge*. Ao mesmo tempo que incide sobre o substantivo “momento”, denotando o que possui maior relevância, um momento de grande importância, ele também faz referência ao Supremo Tribunal Federal. Aqui ele funciona, seguindo Bastos (1993), como um co-funtor introdutor, que, de natureza dêitica, introduz um referente do contexto linguístico (“momento supremo”) e, ao mesmo tempo, reporta-se ao contexto extralinguístico fazendo referência ao STF, embora não seja continuado no discurso.

Observando os aspectos do critério de análise proposto para interpretar a força argumentativa, verificamos, que os adjetivos “popular” e “supremo” estão presentes em uma estrutura que indica o grau superlativo relativo de superioridade do adjetivo, que atua intensificando seus sentidos. Este fato mais o valor semântico desses adjetivos na *charge*, conforme mencionamos anteriormente, proporcionam o aumento de suas forças argumentativa. Ademais, sua presença em um ato de fala interrogativo corrobora para isso, uma vez que, para Givón (2001), atos de fala interrogativos possuem mais conteúdo pressuposicional, são mais marcados e, geralmente, são utilizados para provocar uma ação verbal para obter informação. Por isso são mais manipulativos e, portanto, tornam-se argumentos mais fortes.

No que se refere à configuração multimodal, baseando-nos em Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), tanto “popular” quanto “brasileira” localizam-se na zona superior esquerda, no campo do dado e do ideal. Isso mostra que a fala do repórter tende a apelar para o nosso emocional, pela forma como descreveu o ex-presidente Lula, e veicula informações as quais o chargista pressupõe que já são conhecidas pelo leitor. Logo, esses adjetivos são elementos dados e não foram empregados com o propósito principal de atrair a atenção do leitor, como geralmente acontece com os elementos posicionados no campo do novo/ideal ou centralizado. Embora “popular” e “brasileira” estejam apresentados com letras pretas em contraste com um fundo branco, eles não se mostram salientes na imagem.

Já o adjetivo “supremo” foi empregado com duplo sentido, como uma estratégia para atrair o leitor, uma vez que a utilização de um trocadilho é uma maneira, entre muitas outras, de o chargista carregar os elementos de sua escrita de força argumentativa. Além disso, esse adjetivo está situado na zona direita superior, no campo do novo e do ideal, em que veicula um valor de informação importante para o entendimento da mensagem do texto e onde o humor da *charge* acontece. Segundo Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), neste espaço geralmente contém informações desconhecidas pelo leitor, mas que chamam sua atenção e são a chave para o entendimento da mensagem do texto. No quesito saliência, o adjetivo “supremo” mostra-se mais saliente na *charge*, já que está apresentado com letras maiores que as dos outros elementos verbais e em contraste com o fundo branco.

Todos os adjetivos desta *charge* (Figura 6) ocorrem no interior de uma estruturação/enquadramento fraca, porque há ausência de divisórias na imagem, o que promove o aumento de suas forças argumentativas, tendo em vista que em uma estruturação fraca, o sentido de conexão entre os elementos é mais forte por estarem conectados em um fluxo contínuo de informação, pertencendo à mesma unidade de informação.

Observando a performatividade dos adjetivos, ou melhor, em que grau os adjetivos desta *charge* auxiliam no processo de manipular o leitor, pudemos constatar que os adjetivos “supremo”, “popular” e “brasileira” possuem diferentes graus de força argumentativa. Quando comparadas as suas performatividades no contexto da *charge*, podemos dizer, baseando-nos em Koch ([1984] 2002), que esses adjetivos estão situados em uma escala contínua de força argumentativa, com maior e menor força, que levam o leitor a concluir o propósito comunicativo do texto. O adjetivo “supremo” possui força argumentativa mais alta, comparada a dos outros, e a força argumentativa de “popular” demonstra ser maior que a do adjetivo “brasileira”, conforme a seguinte representação:



O adjetivo “supremo” se apresenta como o adjetivo com maior força argumentativa em comparação aos outros presentes na *charge* por ocorrer sob mais aspectos (4 no total) dos Quadros 7 e 8 que favorecem o aumento de sua força argumentativa em relação aos outros e por condensar em si a porção de informação mais relevante para o entendimento da mensagem do texto. A força argumentativa do adjetivo “popular” é maior que a do adjetivo “brasileira” porque, embora ambos ocorram sob 3 aspectos que favorecem o aumento de sua força, o adjetivo “popular” está no cerne de uma estrutura superlativa relativa de superioridade que intensifica o sintagma “líder popular”, ao mesmo tempo em que apresenta o referente sobre o qual se fala, e o adjetivo “brasileira” apresenta-se periférico à essa estrutura superlativa ao especificar a história de que lugar o “líder popular” pertence.

A *charge* de Paixão, na Figura 7, tem como personagem central o ex-presidente Lula e foi publicada no dia determinado pelo juiz para que Lula se entregasse à Justiça e, assim, dar início ao cumprimento de sua pena.

Figura 7 - *Charge* do Paixão



Fonte: *Charge Online* (06 de abril de 2018)

Conforme contextualização no início do capítulo, no dia 5 de abril de 2018, foi decretada a prisão de Lula e ordenado que ele se entregasse até às 17 horas do dia seguinte à Polícia Federal em Curitiba. Nesta *charge* (Figura 7), o ex-presidente Lula aparece caricaturado com a testa enrugada, evidenciando seu desapontamento com a situação pela qual estava passando, e com um semblante pesaroso, indo em direção a uma cidade (provavelmente a Curitiba), vestindo uma roupa listrada horizontalmente e virando-se para trás para perguntar “cadê o tapete vermelho”. A configuração da *charge* leva o leitor a interpretar que Lula está relutante, mas parece estar a caminho de se entregar para polícia, já que, diante dos fatos noticiados, não havia outra saída.

Houve uma época em que os presidiários eram representados utilizando um uniforme com listras horizontais nas cores preto e branco, e a simbologia dessa roupa listrada para o reconhecimento de presos ficou no imaginário popular. Na *charge*, o personagem de Lula está utilizando uma vestimenta que faz alusão à roupa que os presidiários usavam em outros tempos, mas em tons de preto e cinza.

Essa representação e o contexto no qual a *charge* está inserida nos conduzem a interpretar que Lula está caminhando para a condição de presidiário.

O fato de o personagem estar vestindo uma roupa com listras cinzas e pretas, no lugar de pretas e brancas revela que há uma gradiência de cores apresentadas na imagem que reflete a situação pela qual o ex-presidente está passando. A cor cinza está presente na gradiência de cor existente entre o preto e o branco, o que parece fortalecer a ideia de que ele está indo em direção à prisão. À medida que o momento de sua prisão vai se aproximando, mais claro poderia ser o tom de cinza da listra de sua roupa, demonstrando assim que ele estaria prestes a ser preso, até chegar no branco, revelando que ele foi de fato preso e, nessa circunstância, ele poderia estar representado vestindo uma roupa que o identificaria como presidiário: uniforme com listras pretas e brancas, segundo a memória popular.

O preto, o branco e o cinza podem ser pensados como adjetivos visuais e são essenciais para levar o leitor a fazer essa associação entre a vestimenta do personagem e a condição de futuro prisioneiro, e talvez, também possam estar funcionando como um ato de fala visual que auxilia no processo de construção da argumentação da *charge*. Embora seja riquíssima e importante a discussão acerca de adjetivos visuais, nosso trabalho se limita, por uma questão de foco e delimitação do objeto desta pesquisa (o adjetivo em sua manifestação verbal), a não aprofundar nessa temática de adjetivos visuais.

Antes de ser preso, várias exigências foram feitas por Lula e por sua defesa, como se entregar somente após sua participação na missa em homenagem a sua falecida esposa Marisa Letícia, em 07 de abril de 2018, não ser alvo de práticas vexatórias, entre outras. Na *charge*, o ex-presidente é retratado com deboche fazendo mais uma exigência ao perguntar "Cadê o tapete vermelho?" (A expressão "cadê" equivale a "onde está"), como se essa fosse mais uma condição para que ele se entregasse. Podemos interpretar a fala do personagem como um ato de fala diretivo, nos termos de Searle (1979), porque na *charge* este ato de fala representa uma última tentativa de o ex-presidente exigir mais alguma coisa da Polícia Federal antes de se entregar.

Porém, pelo modo como Lula foi caricaturado na *charge* solicitando um tapete vermelho, tradicionalmente utilizado para receber pessoas que gozam de algum tipo de prestígio social, entendemos que a força ilocucionária, ou melhor, o propósito comunicativo do chargista, é levar o leitor a pensar que Lula está exigindo demais para se entregar à polícia, e com essa ação, o ex-presidente está se mostrando arrogante e não merecedor de qualquer regalia. É interessante mencionar ainda que a cor vermelha também remete à cor do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Lula é afiliado.

Observamos que o adjetivo “vermelho” é categorizado semanticamente como classificador (nos termos de Castilho (2010) seria um verificador de cor simples) e sintaticamente como adjunto adnominal. Aplicando o critério de atribuição de grau a este adjetivo, é aceitável dizer um tapete muito vermelho (em se tratando de um tapete em que a cor vermelha predomine), mas não é aceitável dizer *um tapete pouco vermelho (quando não há a predominância desta cor). Em outro contexto, em que uma pessoa foi à praia e tomou sol, por exemplo, poderíamos dizer que “sua pele está muito vermelha”, e também que “sua pele está um pouquinho vermelha”, o que poderia caracterizar o adjetivo “vermelha” como sendo qualificador. Mesmo assim, não seria aceitável a anteposição desse adjetivo, como acontece com os classificadores.

Entretanto, no contexto da *charge*, não há a possibilidade de termos um tapete “muito” ou “pouco” vermelho, uma vez que a ocorrência “tapete vermelho” já é consagrada socialmente por fazer referência ao tipo de tapete utilizado em eventos de prestígio social, por isso é classificador. Nesse sentido, considerando esse processo de referenciação do substantivo “tapete”, podemos dizer, com base em Bastos (1993), que o adjetivo “vermelho” atua como um co-functor. É na atuação conjunta com o substantivo que esse adjetivo apresenta, ao mesmo tempo em que descreve, essa entidade (tapete vermelho) que precisa ser recuperada pelo leitor em sua memória enciclopédica. Um tapete verde ou um tapete rosa, por exemplo, não carrega o mesmo significado que um tapete vermelho nesse contexto.

Considerando os aspectos pragmáticos relacionados ao nível 2 do Quadro 7, com base em Givón (2001), vimos que o adjetivo “vermelho” ocorre no interior de uma sentença interrogativa, e segundo esse autor, atos de fala interrogativos são mais manipulativos porque são geralmente utilizados para provocar uma ação verbal para obter informação, e acrescentamos aqui, para obter alguma outra coisa além de informação.

No que tange ao terceiro nível de análise, relacionado à metafunção composicional, verificamos que o valor de informação é o mais significativo para esta análise do adjetivo. Essa função comunicativa visual é estabelecida tanto pelo personagem posicionado no centro da *charge* mas, principalmente, pelo balão de fala localizado no canto direito superior da imagem, apontando para o novo e para o ideal, que é, neste contexto, a expectativa do personagem em ter mais um pedido atendido.

Conforme atestam Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) ao falar do elemento novo, a porção textual contida nesse quadrante apresenta uma informação que chama a atenção do leitor e apresenta o ponto chave para o entendimento da mensagem na *charge*. A relevância dessa informação para a construção da argumentação da *charge* é intensificada por sua associação com o elemento ideal. Portanto, o fato de o adjetivo estar localizado nesse quadrante do novo e do ideal sugere sua importância para a transmissão da argumentação pretendida. Além disso, sua expressividade como co-functor do substantivo no eixo informacional do fluxo discursivo também pode ser atestada a partir dessa configuração composicional. E ainda, a *charge* apresenta uma estruturação/ enquadramento fraco.

Diante desta análise, foi possível verificar que o adjetivo classificador “vermelho” em posição adnominal possui força argumentativa alta, uma vez que ocorre sob três diferentes aspectos que favorecem o aumento de sua força argumentativa, sendo um do nível 2 e dois do nível 3: ocorrência em uma sentença interrogativa, localização no canto direito superior da imagem e estruturação fraca. Esse fato, somado ao seu conteúdo informacional atribuído ao adjetivo “vermelho” uma alta força argumentativa que o torna essencial para a construção da argumentação desta *charge* e, conseqüentemente, para o processo de manipulação do leitor,

conduzindo-o a identificar a mensagem posta na *charge*, o propósito comunicativo do chargista.

Pelo que foi evidenciado acerca da relevância desse adjetivo do ponto de vista pragmático-discursivo, é fundamental salientar que sua ausência prejudicaria o sentido global da *charge* e interferiria no cumprimento do propósito comunicativo do chargista. Isso confirma que a noção de dispensabilidade atribuída aos adjuntos adnominais pela gramática tradicional é falha se considerarmos a língua em uso.

A *charge* do Jaguar a seguir faz referência ao dia em que Lula se entregou e foi preso, em 07 de abril de 2018.

Figura 8- *Charge* do Jaguar



Fonte: *Charge Online* (07 de abril de 2018)

É sabido que o ex-presidente Luiz Inácio da Silva sempre teve apreço por beber cachaça, inclusive em público durante campanhas políticas. Na *charge* de Jaguar, Lula é caricaturado de braços abertos ao lado de uma mesa com uma garrafa de cachaça e um copo, demonstrando indignação por ter tido o *habeas corpus* negado e, mais ainda, por não poder consumir bebida alcoólica na prisão. O fato de estar representado com os braços abertos enfatiza essa indignação do personagem e o humor presente na *charge* é ativado pelo trocadilho feito entre as palavras *habeas corpus* e “*habeas copos*”, ou melhor, por meio de uma operação de retextualização por substituição, com base em Koch (2004).

A *charge* da Figura 8 mostra um ato de fala assertivo, porque a fala do personagem revela que ele acredita na veracidade do que está dizendo, porém, possui o efeito de um ato ilocucionário expressivo, já que expressa o sentimento de indignação do personagem Lula diante do fato de não poder beber mais enquanto estiver preso. Com isso, entendemos que a intenção comunicativa do chargista é levar o leitor a interpretar que o ex presidente está sendo satirizado com relação ao fato de gostar de beber cachaça e de não poder mais consumir essa bebida alcóolica na prisão, em consequência de ter sido privado também de sua liberdade ao ter seu pedido de *habeas corpus* negado pelo STJ. O chargista valeu-se desse apreço de Lula pela bebida e das privações que geralmente são impostas aos presos para construir a argumentação da *charge*.

Há na *charge* um adjetivo: “unânime”, que incide sobre o substantivo “decisão”. Utilizando o critério de aplicação de grau, vimos que não é aceitável dizer “*decisão muito unânime”, porque a decisão é ou não é unânime, não existe meio termo. Sendo assim, o adjetivo “unânime” comporta-se semanticamente como classificador e, no que tange ao aspecto sintático, ele é adjunto adnominal.

Considerando o primeiro e o segundo níveis de análise que propomos para interpretar a força argumentativa dos adjetivos (Quadro 7), observamos que “unânime” não se encaixa em nenhum dos aspectos apresentados. Portanto, levando em conta esse nível de análise, entendemos que o adjetivo em questão não ocorre em nenhuma circunstância que favoreça o aumento de sua força argumentativa. Como explicaremos no próximo parágrafo, o adjetivo “unânime” tem a função de auxiliar na contextualização da *charge* ao suscitar uma informação já compartilhada entre os leitores.

Levando em conta o terceiro nível de análise, o adjetivo presente na *charge* está no interior de um texto que representa um recorte de uma manchete de jornal no canto superior esquerdo. A localização desse texto, de acordo com Kress e van Leeuwen [1996] (2006), veicula uma informação dada, supostamente já conhecida pelos leitores, e o fato de estar representada por um recorte de jornal ratifica essa afirmação, uma vez que um jornal expõe informações de eventos que já

aconteceram. A “manchete” “Em decisão unânime, STJ nega *habeas corpus* a LULA” serve para contextualizar o evento, reavivar na memória do leitor a palavra *habeas corpus* e conduzir o leitor da *charge* a associar essa palavra com o trocadilho “habeas copos”, presente na fala do personagem Lula. Essa estratégia conduz o leitor a alcançar o sentido pretendido da *charge*.

O adjetivo presente na *charge* auxilia nessa contextualização do evento ao caracterizar o substantivo “decisão”, descrevendo a informação de que foram todos os três desembargadores do tribunal regional federal que votaram em favor de manter a condenação do ex-presidente Lula. Outrossim, “unânime” parece ter sido utilizado também para dar a ideia de que, se todos votaram contra Lula, todo e qualquer pedido ou recurso advindo do ex-presidente também poderá ser negado, o que colabora para o leitor interpretar a fala do personagem.

Contudo, o ponto chave para o entendimento da *charge* não está na informação veiculada pela “manchete”, em que o adjetivo ‘unânime’ ocorre, mas na fala do personagem localizada no quadrante direito superior, que faz referência à informação nova e ao campo do ideal, que é o substantivo “habeas copos”, porque possui mais peso na condução da argumentação. Logo, o adjetivo “unânime” possui uma força argumentativa baixa/menor comparada a do outro argumento utilizado pelo chargista para construir a argumentação nesse gênero. Ademais, o adjetivo não ter sido resgatado na fala de Lula também corrobora essa afirmação sobre sua força argumentativa.

No quesito saliência, o destaque também está na expressão “habeas copos”, não só por estar marcada graficamente em negrito, mas pelo fato de o tamanho da letra ser maior em comparação com o texto verbal da “manchete” em que está o adjetivo, mostrando um contraste para o qual o autor espera que o leitor direcione sua atenção. Por possuir uma estruturação fraca, tendo em vista que não há divisórias na imagem, a *charge* mostra uma porção única de informação que revela uma dependência ainda maior entre os elementos que compõem o texto visual. Dessa forma, a compreensão da mensagem da *charge* depende, principalmente, mas não apenas, da associação feita entre a “manchete” e a fala do personagem, ou seja,

entre o dado e o novo. O trocadilho feito com um substantivo e a linguagem não verbal atuam de maneira mais significativa na argumentação da *charge*.

Vimos, com base na análise dessa *charge*, que o adjetivo presente não é, em grande parte, responsável para que o sentido do texto seja alcançado, sobretudo porque o chargista atribuiu mais destaque ao substantivo “habeas copos” do que a “unânime”. Por esse motivo e por não ocorrer sob dois ou mais aspectos dos Quadros 7 e 8 (ocorre em apenas um = estruturação fraca), que envolvem o verbal e o não verbal e que favorecem o aumento de sua força argumentativa, tudo indica que a força argumentativa do adjetivo “unânime” é baixa/menor em relação a dos outros elementos utilizados na construção da argumentação da *charge*.

6.2.2 Charges de futebol

Mostraremos nesta subseção como se dá a ocorrência dos adjetivos nas *charges* de futebol, porém de forma sistematizada e reduzida, destacando os adjetivos que funcionam sintaticamente como adjuntos adnominais, classificando-os semanticamente e mostrando suas forças argumentativas a partir do critério apresentado na seção da metodologia relacionado aos aspectos arrolados nos Quadros 7 e 8.

Figura 9 - *Charge* do Dum



calopsita: classificador, adjunto adnominal, força argumentativa alta.

Ocorre sob quatro aspectos: dois verbais (expressão metafórica, sentença exclamativa) e dois visuais (centro topicalizado, estruturação fraca).

Fonte: *Charge Online* (17 de junho de 2018)

Figura 10 - Charge do Ykenga



Fonte: Charge Online (22 de junho de 2018)

emocional: classificador, adjunto adnominal, força argumentativa alta. Ocorre sob três aspectos do nível multimodal: topo centralizado, saliência e estruturação fraca.

próximo: dêitico temporal, adjunto adnominal, força argumentativa alta. Ocorre sob dois aspectos visuais: quadrante do ideal/novo e estruturação fraca.

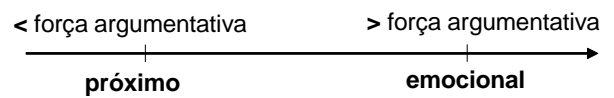


Figura 11 - Charge do Amarildo

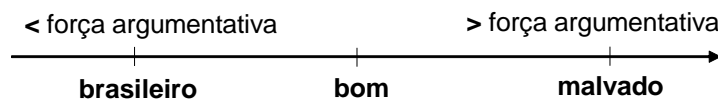


Fonte: Charge Online (07 de julho de 2018)

bom: qualificador, adjunto adnominal, força argumentativa alta. Ocorre sob quatro aspectos: dois verbais (ambiguidade, sentença interrogativa) e dois visuais (topo centralizado e estruturação/enquadramento fraco).

brasileiro: classificador, adjunto adnominal (canário brasileiro), força argumentativa alta. Ocorre sob três aspectos: um verbal (sentença interrogativa) e dois visuais (topo centralizado e estruturação/enquadramento fraco).

malvado: qualificador, adjunto adnominal, força argumentativa alta. Ocorre sob cinco aspectos: três verbais (sentença exclamativa, ambiguidade, supressão de sujeito [resgatável no contexto = canário]) e dois visuais (quadrante direito superior e estruturação/enquadramento fraco).



Após a análise da força argumentativa dos adjetivos em função adnominal, a próxima seção será dedicada à análise de adjetivos na função sintática de predicativo do sujeito.

6.3 O ADJETIVO NA FUNÇÃO SINTÁTICA DE PREDICATIVO DO SUJEITO

Neste subcapítulo, analisaremos algumas *charges* que contêm adjetivos, ou elementos com valores adjetivos, funcionando sintaticamente como predicativos do sujeito.

Conforme abordamos no capítulo da revisão da literatura, o predicativo do sujeito “é o termo que, por meio de um verbo de ligação (explícito ou elíptico), relaciona-se ao sujeito, atribuindo-lhe uma característica, um modo de ser, um estado ou uma mudança de estado” (ROCHA, 2017). Em se tratando dos adjetivos desempenhando essa função sintática, eles atuam sobre o substantivo transmitindo uma qualidade ou característica por meio de um verbo de ligação, esteja ele expresso ou não na oração e constitui, neste caso, o núcleo do predicado nominal (CUNHA; CINTRA, 2008; NEVES, 2011). É válido ainda dizer que os adjetivos na função de predicativo do sujeito ocorrem em duas ambiências linguísticas: em predicados nominais (A aluna é **inteligente**) e verbo-nominais (Eu cheguei **cansada**) (exemplos e grifos nossos).

Sendo assim, observaremos nas análises seguintes como os adjetivos funcionam argumentativamente no interior dessa função sintática de predicativo do sujeito.

6.3.1 Charges de política

A *charge* de Adnael foi publicada no período em que o assunto da condenação e prisão do ex-presidente Lula foi destaque nacional:

Figura 12 - Charge do Adnael



Fonte: *Charge Online* (12 de julho de 2017)

O político Aécio Neves é o personagem caricaturado na Figura 12. Na *charge*, após saber da notícia da condenação do ex-presidente Lula, o ex-governador de Minas Gerais exprime o que ele acha sobre o ex-presidente diante da situação anunciada no rádio atribuindo a Lula a característica de amador. Conforme insinua a mensagem na *charge*, Lula é considerado “amador” por não ter conseguido “se safar” da situação em que se encontra, como fez o próprio Aécio Neves que, mesmo acusado e condenado por corrupção passiva, obstrução de justiça, entre outros crimes, durante a operação Lava-Jato, teve uma condenação mais branda, comparado ao ex-presidente, isto é, não foi condenado à prisão como Lula, devido, principalmente, ao fato de ter foro privilegiado. Em outras palavras, a fala do personagem sugere que Lula é “amador” porque não é bom em lidar com manobras jurídicas tanto quanto Aécio, e que se fosse bom nisso, não teria sido condenado à prisão”.

Estamos diante de um ato de fala assertivo com força ilocucionária de deboche, porque o personagem acredita naquilo que está dizendo, mas com a intenção de caçoar do ex-presidente. No entanto, o texto dá a entender que é o próprio personagem caricaturado, o ex-governador de Minas Gerais, o principal alvo da crítica do chargista. Nesse sentido, a intenção comunicativa presente no texto, ou melhor, a argumentação da *charge*, é trazer à tona duas ocorrências de corrupção na política, fazer uma comparação implícita com o desfecho de duas pessoas

julgadas corruptas e levar o leitor a pensar que Aécio Neves foi mais “astuto” e conseguiu permanecer livre da prisão, mesmo diante de todas as acusações contra ele, diferentemente de Lula. Mas, essa astúcia do personagem representado na *charge* possui uma conotação negativa, e o fato de o ex-governador ter sido caricaturado rindo com as mãos na barriga, como se estivesse gargalhando, e por utilizar o adjetivo “amador” em sua fala corroboram para essa interpretação e para o entendimento de uma postura debochada atribuída ao personagem, que acaba por desmoralizar a si mesmo ao agir dessa forma.

“Amador”, o único adjetivo presente na *charge*, que significa, dentre outras coisas, “quem não tem experiência ou profissionalismo; iniciante”, é um adjetivo qualificador modalizador discursivo ou psicológico, nos termos de Castilho (2010), funcionando sintaticamente como predicativo do sujeito e faz referência direta ao sujeito “Lula”. Tanto a predicação quanto o sujeito são resgatáveis no contexto. Segundo Castilho (2010), um adjetivo qualificador modalizador discursivo ou psicológico atua predicando em duas direções tomando mais de um escopo (o substantivo e um dos participantes do discurso), em que o usuário da língua emite um juízo de valor sobre o sentido de um substantivo e sobre um participante do discurso expresso ou não no enunciado (resgatável no contexto). Neste caso, o adjetivo amador acaba por escopar também, ainda que indiretamente, o outro participante do discurso: o personagem Aécio Neves.

Ao fazer uso do adjetivo “amador” para qualificar o ex-presidente Lula, Aécio Neves constrói uma imagem mais negativa de si, revelando, no contexto da *charge*, uma pessoa que além de debochada, insensível, etc. se considera com *expertise* em determinado assunto ou no assunto em questão. Por essa razão, entendemos que, neste caso, o adjetivo classificado com base em Castilho (2011) foi empregado para predicar não apenas o Lula e o que o personagem central da *charge* (Aécio) pensa sobre ele, mas também para predicar indiretamente, o próprio Aécio Neves, o que demonstra ser uma estratégia por parte do charginista.

Tendo em vista os aspectos referentes ao primeiro nível de análise (Quadro 7), verificamos que o adjetivo “amador” ocorre em uma sentença exclamativa e com

supressão do sujeito (resgatável pelo contexto). É válido asseverar ainda que o adjetivo “amador” é o único elemento expresso da sentença, já que, além do sujeito, o verbo *ser* também não está expresso, mas é recuperável no contexto da *charge*.

Considerando o terceiro nível de análise, o multimodal, verificamos que o adjetivo está localizado na parte superior da imagem no campo do dado e do ideal, no entanto localiza-se mais próximo da região central da imagem, tanto em relação à margem esquerda superior quanto em relação à margem superior. É interessante pontuar que Kress e van Leeuwen ([1996] 2006) sustentam que os elementos posicionados no centro da imagem evidenciam o núcleo da informação. Logo, é possível dizer que o adjetivo em questão possui certo destaque em relação aos outros componentes textuais nesse aspecto. O adjetivo “amador” não aparece saliente, uma vez que o elemento mais saliente da imagem é o personagem caricaturado de Aécio Neves. Por outro lado, o adjetivo ocorre em um texto com estruturação/enquadramento fraco, conectados em um fluxo contínuo de informação, apresentando um forte senso de unidade e coesão.

Em razão do comportamento sintático, semântico, pragmático e discursivo do adjetivo “amador” e por ele ocorrer sob quatro dos aspectos apresentados nos Quadros 7 e 8 (sentença exclamativa, supressão de sujeito, topo centralizado e estruturação/enquadramento fraco), os quais contribuem para evidenciar a força argumentativa do adjetivo, notamos que esse adjetivo qualificador possui força argumentativa alta/maior no contexto desta *charge*. Por esse motivo, é possível dizer que ele desempenha um papel argumentativo fundamental para a construção do propósito comunicativo do chargista, uma vez que ele se mostra essencial no processo de conduzir o leitor à interpretação da argumentação da *charge*.

A *charge* de Son Salvador, também foi publicada no dia em que Lula foi condenado a nove anos e meio de prisão e tem o ex-presidente como figura central:

Figura 13 - Charge do Son Salvador



Fonte: *Charge Online* (12 de julho de 2017)

Esta *charge* (Figura 13) tem como foco central o ex-presidente Lula, que se compara ao presidente Temer ao revelar que está “tranquilíssimo” diante da situação de sua condenação. Tudo indica que o chargista estabelece essa comparação com o Temer, porque, alguns dias antes da condenação de Lula, Temer disse à imprensa estar “tranquilíssimo” diante do desmoronamento da base aliada de seu governo, durante uma viagem oficial para participar do G-20, grupo que reúne as 20 economias mais ricas do mundo. Ademais, Temer demonstra uma “aparente” tranquilidade, mesmo diante das atuais acusações de corrupção passiva, recebimento de propina, organização criminosa e obstrução de justiça que vem sofrendo após a delação do empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, apontada como uma das maiores empresas de processamento de carne no mundo durante a gestão do PT.

Tendo em vista os elementos verbais e não verbais que compõem a *charge* aliados ao nosso conhecimento de mundo e ao contexto social em que ela está inserida, classificamos o ato ilocucionário expresso na *charge* como um ato assertivo que possui uma força ilocucionária de ironia, pois quer dizer o oposto do que está sendo expressado pelo personagem. Segundo Searle (1979), um ato assertivo mostra o comprometimento do falante (ou escritor), em diferentes graus, com a verdade da proposição enunciada por ele e pode ser avaliado como sendo verdadeiro ou falso. Neste caso, a proposição enunciada pelo personagem Lula é falsa, dada sua força

ilocucionária irônica, que dá a entender o contrário daquilo que está sendo pronunciado.

A força ilocucionária foi identificada levando em conta o recurso paralinguístico utilizado pelo chargista, como o semblante de preocupação do personagem Lula, o estado trêmulo com que o personagem está representado e a caligrafia tremida, que contradizem o sentido denotativo do adjetivo, e ainda o fato de o adjetivo estar empregado no grau superlativo absoluto sintético, que parece ser comumente utilizado com entonação marcada na língua falada para deixar transparecer uma ironia, isto é, para reorientar o leitor e levá-lo a entender o contrário do que está sendo falado. Logo, entendemos que a intenção comunicativa do chargista na Figura 13, é mostrar para o leitor que, embora revelando estarem muito tranquilos, no fundo, os personagens (Temer e Lula) abordados na *charge* estão é “tremendo” de medo diante da possibilidade de serem presos, ou seja, não estão nada tranquilos, mas apavorados.

A interpretação de que os políticos não estão tranquilos, mas com medo da situação, parece se tratar, também, da opinião do autor da *charge* expressa de maneira sarcástica ao representar o personagem e a caligrafia tremidos diante da informação da aparente tranquilidade presente na fala de Lula.

Os adjetivos presentes na Figura 13 são “igual” e “tranquilíssimo”. Uma vez identificada a argumentação na *charge*, verificaremos então, em que medida esses adjetivos contribuem no processo argumentativo desta *charge*:

O elemento “igual” é um adjetivo qualificador funcionando como predicativo do sujeito, e ainda, é um adjetivo de natureza transitiva, logo “ao Temer” funciona como complemento nominal. Para Castilho (2010, p.526), “igual” é um qualificador polar que altera as propriedades do substantivo de forma a agregar traços. Neste caso, ao se comparar ao ex-presidente Temer, Lula assume uma característica do outro ao qual ele mesmo atribuiu, a de estar “tranquilíssimo”, logo, esse adjetivo está ocorrendo em uma estrutura comparativa.

O adjetivo “igual” ocorre em uma sentença exclamativa e com supressão do sujeito. O sujeito sobre o qual o adjetivo incide pode ser resgatado no contexto por meio da desinência número pessoal que compõe a forma verbal “estou” presente na fala do personagem, e pela identificação do próprio personagem, representado por um texto imagético. Portanto, o sujeito sintático “eu”, resgatável, é o ex-presidente Lula.

Em relação ao terceiro nível de análise, o multimodal, o adjetivo “igual” está posicionado no topo e de maneira centralizada, indicando que está no campo do ideal, de acordo com Kress e van Leeuwen (2006), possuindo uma informação importante para o contexto. Porém, esse adjetivo não está representado com saliência, uma vez que, embora esteja escrito na cor preta, em fundo branco e em caixa alta, ele está em tamanho reduzido em relação aos outros componentes da *charge*, sobretudo em relação ao outro adjetivo. A estruturação entre os elementos da *charge* é fraca porque não há linhas divisórias e existe uma conexão com o todo, ou seja, existe uma interligação entre os elementos que compõem a *charge* criando uma ideia de individualidade e um forte senso de coesão. Conforme Kress e van Leeuwen (2006), uma estruturação é fraca quando há uma conexão entre os elementos significativos na imagem e ausência de linhas divisórias.

Já o adjetivo “tranquilíssimo” é um qualificador na função sintática de predicativo do sujeito, que funciona atribuindo uma característica tanto a Lula, personagem central, quanto ao presidente Temer. O adjetivo “tranquilíssimo” toma por escopo dois substantivos próprios simultaneamente, e o sentido depreendido a partir da análise desse adjetivo na *charge* pode descrever o estado de Lula e de Temer diante das situações pelas quais ambos estão passando.

Considerando o nível de análise sintático, semântico e morfológico, constatamos que o adjetivo é intensificado por meio do sufixo “-íssimo”, que exprime uma ideia superlativa do adjetivo, demonstrando uma característica em um grau excessivo, e, dependendo do contexto, o adjetivo formado com esse sufixo pode expressar uma conotação negativa, num sentido pejorativo, como acontece nesta *charge*. Nesse sentido, o contexto nos conduz a interpretar esse adjetivo de maneira inversamente proporcional, em vez de tranquilidade demais, tranquilidade de menos.

Essa análise da intensificação do adjetivo se aproxima de Bastos (1993). Para a autora, a maioria dos adjetivos em posição predicativa funciona expressivamente, contribuindo para o sentido afetivo do que está sendo dito, indicando, por exemplo, a intensidade do que está sendo enunciado pelo falante. Para ela os intensificadores revelam um grau maior de subjetividade do falante ao marcar a escalaridade da força expressiva de adjetivos em diferentes contextos, como a intensificação morfológica pela aplicação do superlativo absoluto sintético. Além da intensificação, o adjetivo “tranquilíssimo” ocorre em uma estrutura de comparação, em uma sentença exclamativa e com supressão do sujeito, embora este seja resgatável no contexto.

Quanto ao valor da informação, no que tange ao nível 3 dos Quadros 7 e 8, a posição do adjetivo está no topo e centralizada, evidenciando que os elementos nessa posição possuem mais relevância e constituem o núcleo da informação apresentada, conforme apontaram Kress e van Leeuwen (2006). Além disso, o adjetivo “tranquilíssimo” está representado com saliência, uma vez que está escrito com fonte em caixa alta, na cor preta, em um fundo branco e com efeito gráfico “tremido”, evidenciando assim, o estado de medo do ex-presidente.

Um outro aspecto importante a ser abordado é a paralinguagem evidente nessa *charge*, um recurso argumentativo utilizado pelo chargista para carregar os elementos de sua escrita de força argumentativa, sobretudo o adjetivo tranquilíssimo apresentado com a caligrafia tremida.

No nível 2 de análise do Quadro 7, referente aos aspectos pragmáticos, tanto o adjetivo “igual” quanto o adjetivo “tranquilíssimo”, embora pareçam ocorrer no interior de um ato de fala assertivo (AUSTIN [1962]1990; SEARLE 1969;1979), pragmaticamente eles ocorrem em um ato de fala negativo, já que a força ilocucionária irônica nega a afirmação de tranquilidade expressa pelo personagem. Para Givón (2001), os atos de fala não declarativos negativos são mais pressuposicionais que os afirmativos correspondentes, portanto são mais manipulativos.

A partir dessa análise mais integrada dos adjetivos, verificamos que o adjetivo “tranquilíssimo”, que ocorre na função de predicativo do sujeito, possui força argumentativa alta/maior, porque ocorre sob nove aspectos que favorecem muito o aumento de sua força argumentativa, sendo seis referentes ao verbal (presença de intensificação, estrutura comparativa, sentença exclamativa, supressão de sujeito, paralinguagem e ato de fala negativo) e três relacionados ao não verbal (topo centralizado, saliência e enquadramento fraco).

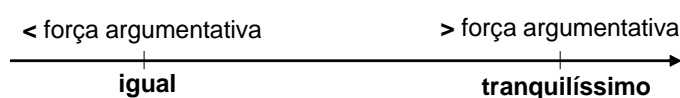
Já o adjetivo “igual” também possui força argumentativa menor em comparação à do adjetivo “tranquilíssimo”, porque apresenta menos aspectos, seis no total (verbal: estrutura comparativa, sentença exclamativa, supressão de sujeito e ato de fala negativo; visual: topo centralizado e enquadramento fraco). Mesmo estando em um ambiente favorável para o aumento de sua força argumentativa, o adjetivo “igual” não se mostra tão relevante para o alcance do propósito comunicativo da *charge* quanto o adjetivo “tranquilíssimo”.

O adjetivo “tranquilíssimo”, junto ao não verbal, possui mais peso no processo de manipulação do leitor porque, além de a quantidade de aspectos sobre os quais ocorre ser maior, ele absorve a função de um ato de fala negativo e reorienta o leitor para uma interpretação contrária à da fala do personagem, mas intencionada pelo chargista. Portanto, a função principal do adjetivo “tranquilíssimo”, representado com uma caligrafia tremida, é reorientar o enunciado primeiro, negando-o. Consequentemente, nesse adjetivo é que reside a maior força argumentativa/manipulativa da *charge*, já que a intenção do autor de comunicar além do que foi escrito na *charge* flui a partir do uso desse adjetivo. Essa evidência ratifica a afirmação de Koch ([1984] 2002; 2010) e Amossy (2011) de que, no processo de agir sobre o outro, isto é, em função do seu projeto de dizer, o falante dota seus enunciados de força argumentativa e dispõe os elementos de sua fala segundo seu objetivo comunicativo de direcionar o olhar leitor na intenção de fazê-lo perceber as coisas de outra maneira, visando manipulá-lo.

Conforme podemos constatar a partir da análise, o adjetivo “tranquilíssimo” possui uma maior força argumentativa/manipulativa no contexto desta *charge* (Figura13),

de tal forma que propiciou a mudança do ato de fala. O adjetivo foi utilizado de maneira estratégica pelo autor no contexto desta *charge*, como um recurso manipulativo, e foi decisivo para orientar o leitor a interpretar a intenção comunicativa do chargista de que os personagens Lula e Temer estão, na verdade, com medo diante da situação pela qual estão passando, e não tranquilos.

Desse modo, os adjetivos “igual” e “tranquilíssimo”, numa escala crescente, atuam na condução argumentativa da *charge*, auxiliando respectivamente, em menor e maior grau no cumprimento da intenção comunicativa pretendida pelo autor, como mostra a escala a seguir:



A *charge* de Luscar foi publicada no dia seguinte após a condenação de Lula em primeira instância:

Figura 14 - *Charge* do Luscar



Fonte: *Charge Online* (13 de julho de 2017)

A *charge* (Figura 14) foi publicada, em treze de julho de 2017, momento em que surgiram diversas denúncias, acusações e condenações, envolvendo vários políticos suspeitos de participarem de esquemas de corrupção e de outros crimes contra a administração pública. Entre eles, estão o ex-presidente Lula, o ex-senador Aécio Neves, o ex-presidente Temer, entre outros políticos. Esse é o contexto social que embasa a argumentação nessa *charge* de Luscar.

O texto é composto pela linguagem verbal, uma declaração de inocência: “– Sou inocente” e por uma linguagem não verbal, formada por um busto cuja cabeça é representada por uma impressão digital e a vestimenta que o compõe é uma roupa social, um terno branco. A partir dos acontecimentos sociais que circundam essa *charge*, depreendemos que o busto faz referência a todos aqueles políticos acusados de cometerem crimes, aos criminosos do colarinho branco, como também sugere a cor do terno; e a cabeça em forma de uma digital funciona como uma representação metafórica da existência de alguma prova criminal concreta por trás das acusações feitas a políticos, tendo em vista que uma digital encontrada na cena de um crime de homicídio ou em uma arma, por exemplo, revela que uma pessoa específica estava envolvida de alguma forma no crime.

O texto verbal da *charge* “– Sou inocente.” constitui um ato de fala assertivo, nos termos de Searle (1979), porque revela a crença do falante naquilo que ele está dizendo, seja ela verdadeira ou falsa. Tal declaração parece assegurar essa afirmação de inocência, até mesmo pelo uso do ponto final na sentença. Entretanto o contexto leva a crer no oposto: a pessoa se declara inocente, mas deixa velado que é culpada. O adjetivo “inocente” contribui para esse entendimento na medida em que é empregado com um valor negativo, como veremos mais adiante. Com isso, interpretamos que a argumentação da *charge* é mostrar para os leitores que mesmo diante de provas concretas que podem condenar os políticos investigados por algum crime, eles continuam se declarando inocentes. Em outras palavras, é característica de políticos acusados de cometerem crimes alegarem inocência, mesmo diante da grande chance de serem julgados culpados, devido a todo um conjunto de provas que suportam a acusação contra eles.

O único adjetivo da *charge* é “inocente”, que integra a maior parte da linguagem verbal. É categorizado, semanticamente, como um adjetivo qualificador, predicativo qualificador polar na acepção de Castilho (2010), e sintaticamente, como predicativo do sujeito. Embora o adjetivo “inocente” possua um valor semântico positivo, ele atua na *charge* atribuindo um sentido oposto, um valor negativo ao comportamento do personagem por efeito de sua declaração, porque, diante de provas que

condenam, o declarar-se inocente pode significar que o suspeito de um crime está mentindo, o que revela uma característica negativa daquele que fala.

Levando em conta o critério de análise que propomos para investigar a força argumentativa dos adjetivos, notamos que, do ponto de vista do primeiro nível de análise (Quadro 7), o adjetivo em questão ocorre em uma sentença com supressão do sujeito sintático, mas este é resgatável no contexto pela desinência número pessoal do verbo “ser” (sou), que está conjugado na primeira pessoa do singular: eu. Contudo, discursivamente, pode-se pressupor que o adjetivo predica um sujeito múltiplo, isto é, refere-se a todo e qualquer político que se encontra na situação posta na *charge*.

Em relação ao nível de análise referente à metafunção composicional, o adjetivo “inocente” está centralizado próximo à margem inferior no campo do real, indicando um valor de informação mais específico e prático porque veicula informações mais concretas, como a declaração curta e direta para assegurar inocência. Esse adjetivo também é representado com saliência porque foi escrito com uma fonte relativamente grande, comparada ao todo textual, em negrito e na cor preta em contraste com um fundo branco. Além disso, o adjetivo corresponde à maior porção verbal do texto. O enquadramento é fraco, indicando uma maior integração entre os componentes do texto multimodal.

Com base nessa análise do adjetivo presente nesta *charge* da Figura 14, podemos dizer que esse adjetivo possui força argumentativa alta porque ocorre sob três dos aspectos elencados nos Quadros 7 e 8 que favorecem o aumento da força argumentativa dos adjetivos (supressão de sujeito – verbal; saliência e enquadramento fraco - não verbal).

Verificando a performatividade de “inocente”, isto é, o modo como ele atua no processo argumentativo da *charge*, é possível dizer que ele foi utilizado como um recurso argumentativo essencial para fazer valer a intenção comunicativa do autor da *charge*, tendo em vista que, partindo de Koch ([1984] 2002), o chargista organizou o seu enunciado em função do seu projeto de dizer, lançando mão,

principalmente, dos valores e sentidos que o adjetivo “inocente” adquire nesse contexto de uso como um recurso da linguagem para agir sobre o leitor, levando-o a alcançar a argumentação da *charge* juntamente com o imagético.

Portanto, o adjetivo qualificador funcionando como predicativo do sujeito nesta *charge* possui força argumentativa alta, não só por ocorrer sob aspectos que contribuem para o aumento de sua força argumentativa, mas pelo valor semântico que ele adquire no contexto da *charge*, resultando em uma performatividade efetiva para a construção da argumentação da *charge*.

A *charge* de Sid foi publicada no *site Charge Online* dia 04 de abril de 2018, no dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) negou o *habeas corpus* pedido pela defesa do ex-presidente Lula:

Figura 15- *Charge* do Sid



Fonte: *Charge Online* (04 de abril de 2018)

Na *charge* da Figura 15, estão representados dois personagens, um vidente que utiliza a bola de cristal como instrumento para prever o futuro, como também sugere a palavra “futuro” na legenda da *charge*, e o ex-presidente Lula, caricaturado com uma fisionomia de susto, preocupação e medo diante da revelação feita pelo vidente relacionada a sua vida e à sua situação no futuro baseada na decisão tomada pela justiça e pelo STF. Ademais, por meio da fala do vidente são apresentados mais dois personagens importantes para o entendimento da *charge*: Nestor Cerveró e

Graça Foster, respectivamente ex-diretor e ex-presidente da Petrobras, que são considerados feios por não se adequarem aos padrões de beleza impostos pela sociedade e pela suspeita de envolvimento em alguns crimes investigados pela Operação Lava Jato.

Ao mesmo tempo em que a *charge* suscita as informações sobre o ex-presidente, ela conduz o leitor a lembrar das características estéticas de Cerveró e Foster, por meio da citação dessas pessoas na fala proferida pelo vidente, e estabelece uma comparação entre a situação “feia” (complicada, difícil, ruim) na qual Lula se encontra e a “feiúra” dessas duas pessoas. Por meio dessa comparação o humor da *charge* é instaurado. A partir disso, identificamos que o adjetivo “feia” foi utilizado com duplo sentido, no literal, fazendo referência à aparência física das pessoas citadas na fala do vidente, cujas feições são consideradas desagradáveis aos olhos, e no sentido figurado, indicando que algo não está bom, que inspira preocupação, como a situação de Lula condenado à prisão.

Nesta *charge* (Figura 15), notamos um ato de fala assertivo, uma vez que o vidente parece acreditar no que está afirmando como sendo uma verdade. O chargista, valendo-se dos recursos de linguagem que tem à sua disposição, leva o leitor a crer que Lula encontra-se em uma situação ruim, difícil de ser resolvida, isto é, tendo Lula seu *habeas corpus* negado pelo STF e sua prisão já decretada pelo juiz, a *charge* veicula a mensagem de que a situação do ex-presidente está péssima e que será muito difícil Lula conseguir se livrar dessa situação.

Identificamos na *charge* o adjetivo “feia”, que ocorre no interior de uma estrutura comparativa do tipo “mais + adjetivo + do que” (comparativo de superioridade), semanticamente, é um adjetivo qualificador e sintaticamente, é classificado como predicativo do sujeito, caracterizando o substantivo “situação” e, indiretamente, as aparências de “Cerveró” e “Graça Foster”. Soma-se a esse fato que o adjetivo “feia”, concorda em gênero e número com o substantivo ao qual diretamente atribui uma característica. Essas são as principais propriedades que permitem classificarmos um elemento de adjetivo.

Detectamos que o elemento “juntos” presente na *charge*, assim como o adjetivo “feia”, é muito importante para que a mensagem do texto seja alcançada e por isso será analisado. Contudo, antes de classificarmos e analisarmos esse elemento, é importante tecermos algumas considerações acerca do processo de categorização defendido pela teoria principal a qual estamos afiliadas.

É sabido que um dos princípios fundamentais do Funcionalismo repousa na não existência de discretude entre categorias, isto é, as classes gramaticais são vistas em um *continuum* de aspectos gramaticais, portanto não são consideradas estanques. Nesse *continuum* categorial estão localizados os elementos cujas propriedades conceituais podem estar mais próximas de uma dada categoria ou de outra, por compartilharem características de mais de uma categoria, ou até mesmo situados no polo da escala por apresentarem características bem definidas, exemplificando o protótipo de determinada classe. Assim, a categorização de um elemento dependerá da quantidade de traços que possui relacionados ao correspondente prototípico de cada categoria (GIVÓN, 1995, 2001; BYBEE, 2016).

Embasados na abordagem natural a partir de Givón (1995), a qual não vê discretude nas categorias como a teoria clássica, Silva e Oliveira (2012, p. 63) defendem que “é possível definir categorias, reconhecendo similaridades captadas pela intuição do usuário. Como não há uma demarcação precisa para as fronteiras classistas, projeta-se um *continuum* categorial”.

Fundamentando-nos, pois, no princípio funcionalista mencionado e também na proposição de Silva e Oliveira (2012, p. 63), constatamos que a propriedade conceitual do elemento “juntos” não se mostra bem definida. O elemento “juntos” demonstra estar na fronteira entre adjetivo e advérbio porque no contexto desta *charge*, apresenta traços associados às duas classes, isto é, compartilha características de tanto de adjetivo quanto de advérbio.

É possível caracterizar o elemento “juntos” como adjetivo porque, assim como o adjetivo “feia”, ele reúne traços dessa categoria. Além de soar natural a segunda acepção consignada no Dicionário de Usos do Português, que veicula o sentido de

estar reunido, conforme em “O que te falta? Dinheiro? Você tem mais dinheiro que toda a cidade junta” (BORBA, 2002, p. 928; “juntos” relaciona-se a um substantivo e também é variável, pois concorda em gênero e número como o termo com o qual ocorre.

No entanto, também é possível pensar o elemento “juntos” como um advérbio, porque também apresenta algumas propriedades associadas a essa categoria. Além de estar empregado no sentido de “ao mesmo tempo”, “simultaneamente”, indicando uma circunstância de modo, “juntos” incide, no discurso, sobre um adjetivo (“feia”) modificando seu sentido. Porém, embora classificado como advérbio de modo, esse elemento funciona, no contexto da *charge*, como um advérbio de intensidade, já que, demonstra funcionar intensificando a “feitura” atribuída à situação futura de Lula ao transmitir a ideia de soma, isto é, as duas aparências avaliadas ao mesmo tempo resultam em um grau maior de feitura, porque soma a feitura de um personagem com a do outro. Isso acaba por intensificar no discurso uma situação que já havia sido caracterizada como feia. Portanto, é possível interpretar que a situação de Lula não está apenas feia, ela está péssima.

Neves (2011, p. 189 - 191), ao tratar dos adjetivos qualificadores, assegura que estes podem expressar diversos valores semânticos, entre eles estão os adjetivos qualificadores que exprimem um valor semântico de avaliação de propriedades intencionais. Segundo a autora, esses adjetivos “exprimem propriedades que descrevem o substantivo” em qualidade e em quantidade. E, os que exprimem quantidade quando ocorrem com substantivos abstratos, podem indicar intensificação (“la dar início a **profundas** modificações em sua pessoa”) (NEVES, 2011, p. 189 – 191, exemplo e grifos da autora). Esta classificação se assemelha à de Castilho (2010, p. 526 - 527) em relação ao que chamou de adjetivos predicativos qualificadores graduadores intensificadores, que atuam predicando apenas substantivos /+ graduáveis/, /-concretos/, /-contáveis/.

Embora o elemento “juntos” apresente, no discurso, propriedades conceituais associadas tanto ao adjetivo quanto ao advérbio, conforme expusemos anteriormente, optamos por interpretar sua força argumentativa tendo em vista que,

as observações que fizemos sobre o duplo comportamento do elemento “juntos” e as classificações encontradas em Neves (2011) e Castilho (2010) falam mais favorável à manutenção desse elemento como adjetivo com um funcionamento diferente de adjetivos quando apenas qualificam (adjetivos qualificadores) ou quando classificam (adjetivos classificadores).

Portanto, tudo indica que no contexto desta *charge* (Figura 15), “juntos” (= reunidos), ao funcionar como um adjetivo qualificador e ocorrer na função sintática de adjunto adnominal, atua, no discurso, intensificando a situação ruim na qual Lula se encontra. A predicação atribuída à situação de Lula por meio do uso do adjetivo “feia” é intensificada pelo elemento “juntos”, dando a entender que a situação do ex-presidente está mais do que apenas feia, porque é comparada à soma da “feitura” de duas pessoas ao mesmo tempo, de uma só vez. Essa interpretação discursiva de “juntos” se mostra como uma mescla resultante da dupla possibilidade de classificação categorial.

Para a análise da força argumentativa do adjetivo “feia”, verificamos, ao considerar o primeiro nível de análise que apresentamos na seção da metodologia, que esse adjetivo possui seu sentido intensificado porque ocorre em uma estrutura comparativa de superioridade, já que, para Rocha Lima ([1972] 2010), os adjetivos podem ser intensificados para mais ou para menos quando utilizados no interior de uma estrutura comparativa. Não se pode esquecer que o adjetivo “feia” está presente em uma sentença exclamativa e, para além do sentido denotativo, também foi utilizado no sentido conotativo. O chargista valeu-se desse duplo sentido do adjetivo para argumentar a partir dele, constituindo outro recurso linguístico que confere mais força ao adjetivo.

Observando a força do adjetivo do ponto de vista visual (terceiro nível de análise), notamos que ela é intensificada porque o adjetivo “feia” está localizado no quadrante superior direito do texto, no campo do ideal e do novo, que para Kress e van Leeuwen ([1996] 2006), é para onde o leitor deve voltar sua atenção a fim de identificar a informação principal para o entendimento do texto. O valor de informação referente ao ideal mostra o que poderia ser, ou melhor, uma essência

idealizada da informação, no caso desta *charge*, uma suposição de como está a situação do personagem Lula.

No quesito saliência, o adjetivo "feia" não se mostra tão saliente no texto quanto os nomes "Cerveró" e "Graça Foster", que estão marcados de vermelho na linguagem verbal, mesmo havendo um contraste entre o branco, cor de fundo do balão de fala, e o preto, cor da letra utilizada. O adjetivo ocorre no interior de uma estruturação/enquadramento fraca, porque há ausência de divisórias, o que corrobora o aumento de sua força, tendo em vista que em uma estruturação fraca, o sentido de conexão entre os elementos é mais forte por pertencerem à mesma unidade de informação.

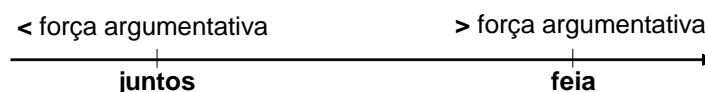
O elemento "juntos" também está presente na estrutura comparativa de superioridade, embora se encontra mais periférico nessa estrutura; ocorre em uma sentença exclamativa e, ao invés de ser intensificado, é ele que funciona como intensificador no discurso.

No que tange ao nível de análise multimodal, "juntos" está localizado no mesmo quadrante que o adjetivo "feia", por isso compartilha dos mesmos valores de informação. O mesmo acontece para os aspectos referentes à saliência e à estruturação/enquadramento, tendo em vista sua representação na imagem.

Com isso, constatamos que o adjetivo qualificador "feia" exprime alta força argumentativa nessa *charge*, porque ocorre sob seis aspectos que evidenciam sua força argumentativa, sendo dois referentes ao verbal (estrutura comparativa, sentença exclamativa, presença de intensificação e emprego conotativo) e dois ao visual (localizado no quadrante do ideal/novo e estruturação fraca).

Quanto ao "adjetivo" "juntos", ele também possui uma força argumentativa alta na *charge*, entretanto é menor em relação ao adjetivo "feia", porque ocorre sob menos aspectos. O elemento "juntos" ocorre sob dois aspectos que evidenciam sua força argumentativa, dois verbais (estrutura comparativa e sentença exclamativa) e dois visuais (localizado no quadrante do ideal/novo e estruturação fraca). Assim, o adjetivo

“feia” é mais manipulativo, isto é, possui mais força argumentativa em relação ao elemento com valor adjetivo “juntos”, como representado na escala a seguir:



A partir da característica que o adjetivo “feia” atribui, simultaneamente, à situação de Lula e às duas pessoas citadas, juntamente com a presença dos elementos “mais” e “juntos”, que funcionam como intensificadores no discurso, o leitor é conduzido a depreender a argumentação posta na *charge*: que “a situação de Lula está bastante complicada diante do judiciário”. É válido ainda dizer que é a partir dessa proposição que o humor é instaurado.

A *charge* subsequente foi publicada no dia seguinte após o ex-presidente Lula ter se entregado à justiça para cumprir a pena a ele atribuída.

Figura 16 - *Charge* do Brum



Fonte: *Charge Online* (08 de abril de 2018)

A *charge* de Brum (Figura 16) contém como elemento central o símbolo máximo de representação da nação brasileira: a bandeira do Brasil. Embora exista uma ideia difundida de que as cores da bandeira retratam as riquezas naturais do Brasil, como o verde significando as florestas, o amarelo o ouro e o azul os mares, ela representa, na realidade, o nosso atual sistema político, a República (BBC BRASIL, 2018). E é nesse sentido que a bandeira do Brasil está sendo utilizada na *charge*, como um símbolo de representação política e da nação brasileira, até porque essa

charge tem como tema central a prisão de um ex-representante da política do Brasil e como isso repercutiu na opinião do povo brasileiro.

Na *charge*, a bandeira do Brasil foi apresentada de uma maneira diferente. O círculo azul central da bandeira está apresentado em forma de uma esfera bipartida, dando a impressão de que não está aguentando uma pressão interna, por isso está se rompendo. Essa disposição da bandeira revela, em conjunto com a linguagem verbal posta na *charge*, que a nação brasileira fervorosamente se mostrava dividida em relação à prisão de Lula, uma vez que muitas pessoas consideravam a prisão do ex-presidente injusta, por acharem que as provas contra Lula eram infundadas, e outras pensavam que era justo ele ser preso porque haviam provas suficientes contra ele. Como se tratava da prisão de um ex-presidente da república condenado por crime comum nessas circunstâncias, essa notícia foi o assunto mais comentado do momento, causando um grande burburinho nacional e dividindo a opinião do povo brasileiro.

Estamos diante de dois atos de fala assertivos (Searle 1979), “Lula culpado!” e “Lula inocente!”, que evidenciam o valor de verdade da proposição expressa. Em conjunto com o não verbal, esses atos de fala/argumentos orientam para uma mesma conclusão, ou melhor, constituem o único ato comunicativo desta *charge*: mostrar ao leitor que o país inteiro estava dividido em relação à decisão de prisão do ex-presidente, uma vez que muitos brasileiros achavam que Lula era culpado pelas acusações e outros que ele era inocente.

Os elementos “culpado” e “inocente” são adjetivos qualificadores e funcionam sintaticamente como predicativo do sujeito. Com base em Castilho (2010, p. 526), esses adjetivos são os qualificadores polares, porque interferem nas propriedades intencionais do substantivo agregando traços que se apresentam em pares antonímicos (culpado/inocente). São os adjetivos de avaliação de propriedades intencionais, na visão de Neves (2011, p. 189-90). Neste caso, os adjetivos “culpado” e “inocente” atuam atribuindo ao substantivo “Lula” qualidades que indicam positividade (“inocente”), negatividade (“culpado”) ou neutralidade. O verbo de ligação por meio do qual essas predicções são atribuídas ao sujeito gramatical

(Lula) é o verbo “ser”, especificamente conjugado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Embora “é” não esteja expresso na sentença, ele está pressuposto no contexto. Logo, o texto verbal com os quais estamos lidando são: “Lula é culpado!” e “Lula é inocente!”.

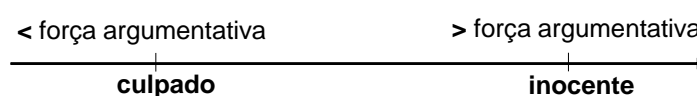
Considerando o primeiro nível de análise que propomos para interpretar a força argumentativa dos adjetivos (Quadro 7), observamos que os adjetivos “culpado” e “inocente” estão presentes em uma sentença exclamativa, o que promove o aumento de sua força argumentativa.

No que tange ao terceiro nível de análise, relacionado à metafunção composicional, verificamos que o adjetivo “culpado” está localizado no quadrante esquerdo superior, no campo do dado, veiculando a informação já conhecida pelo leitor, de que Lula foi considerado culpado mediante a acusação de corrupção e lavagem de dinheiro. Já o adjetivo “inocente”, situado no campo do novo, apresenta uma informação que chama a atenção do leitor, porque mesmo diante de provas contra o ex-presidente apresentadas em juízo, grande parte do país considerava Lula inocente. O fato de o adjetivo “inocente” estar localizado na parte superior da imagem, no campo do ideal e do novo, significa que o valor de informação veiculado constitui a essência generalizada da informação nas palavras de Kress e van Leeuwen ([1996] 2006, p. 186).

No quesito saliência, tanto “culpado” quanto “inocente” estão salientes na imagem, principalmente por estarem escritos com letras maiúsculas e na cor preta em contraste com o fundo branco. Dado que os termos mais salientes portam mais força argumentativa, esse é outro aspecto que auxilia no reconhecimento do grau da força argumentativa desses adjetivos nesta *charge*. Ademais, ambos os adjetivos ocorrem em um texto visual com estruturação/enquadramento fraca, indicando que pertencem a uma mesma unidade de informação, já que a *charge* não apresenta linhas divisórias, o que fortalece o aumento da força argumentativa dos elementos em questão.

Observando o critério de análise que propomos para interpretar a força argumentativa dos adjetivos, verificamos, que “culpado” e “inocente” apresentam força argumentativa alta nesse contexto de uso em razão de ocorrerem sob diferentes aspectos que favorecem o aumento de suas forças argumentativas e de serem, em grande parte, responsáveis para que o propósito comunicativo do chargista seja alcançado.

O adjetivo “inocente” ocorre sob quatro aspectos apresentados nos Quadros 7 e 8, sendo um relacionado à linguagem verbal (sentença exclamativa) e três à linguagem não verbal (localizado no quadrante do ideal/novo, possui saliência e estruturação é fraca). Já o adjetivo “culpado”, embora também possua força argumentativa alta, dado que ocorre sob um aspecto verbal (sentença exclamativa) e dois aspectos do campo visual (saliência, estruturação fraca), possui uma força argumentativa menor quando comparada à do outro adjetivo presente na *charge*, como a escala a seguir representa:



O fato de estarem funcionando com força argumentativa alta indica que a performatividade desses adjetivos no contexto desta *charge* contribui muito para a depreensão da argumentação desse texto.

6.3.2 Charges de futebol

Assim como na seção anterior de *charges* sobre futebol com adjetivos ocorrendo na função sintática de adjunto adnominal, nesta parte também exibiremos *charges* de futebol, porém destacando os adjetivos na função sintática de predicativo do sujeito, classificando-os semanticamente e mostrando sua força argumentativa a partir do critério apresentado na seção da metodologia considerando os aspectos arrolados nos Quadros 7 e 8.

Figura 17 - Charge do Bira



Fonte: *Charge Online* (14 de junho de 2018)

exibidos: qualificador, predicativo do sujeito, força argumentativa alta.

Ocorre sob quatro aspectos que favorecem o aumento de sua força argumentativa: dois verbais (sentença exclamativa, duplo sentido) e dois visuais (localizado no quadrante do ideal/novo e estruturação/enquadramento fraco).

Figura 18 - Charge do Sinovaldo



Fonte: *Charge Online* (17 de junho de 2018)

bonito: qualificador, predicativo do sujeito, força argumentativa alta.

Ocorre sob cinco aspectos que favorecem o aumento de sua força argumentativa: três verbais (sentença exclamativa, estrutura comparativa e presença de intensificador) e dois visuais (topo centralizado e estruturação/enquadramento fraco).

Figura 19 - Charge do Tenório



Fonte: *Charge Online* (06 de julho de 2018)

russo: qualificador, predicativo do sujeito, força argumentativa alta.

Ocorre sob seis aspectos: três verbais (sentença exclamativa, supressão de sujeito, trocadilho) e três visuais (centralizado, saliência e estruturação/enquadramento fraco).

A seção seguinte trará alguns apontamentos acerca do adjetivo funcionando como predicativo do objeto e discutirá sobre a ocorrência dessa função sintática no *corpus*.

6.4 O ADJETIVO NA FUNÇÃO SINTÁTICA DE PREDICATIVO DO OBJETO

Consoante apresentamos no capítulo da revisão da literatura, o predicativo do objeto, assim como o predicativo do sujeito, também caracteriza, qualifica e atribui certas propriedades, porém faz referência, como o próprio nome já diz, ao objeto da oração, isto é, ao complemento verbal, seja ele direto (PO) ou indireto (POI). Essa função sintática geralmente ocorre em predicados cujo núcleo é um verbo (que não seja de ligação) e é desempenhada por um adjetivo (“Tatiana viu Betinha **petrificada**” [PO] / “Ainda me lembro **delas mocetonas**” [POI]) (NEVES, 2011, p. 181-182, exemplos e grifos da autora).

Fonseca (1993) defende, como consta na seção 2.2.3, que os PO podem ocorrer com verbos que indicam opinião, percepção intelectual ou física, etc. (achar, considerar, julgar, etc.), que denotam vontade (querer, desejar, preferir, etc.), verbos causativos, sejam eles existenciais, que denotam processos de seleção ou nomeação, ou que designam denominação ou atribuição de qualidades (criar, pintar, eleger, nomear, promover, chamar, apelidar, classificar, etc.), verbos que denotam causatividade (tornar, fazer, deixar, etc.), entre outros.

Como também mencionamos, há algumas divergências de classificação no que se refere ao predicativo do objeto indireto, uma vez que muitos autores, de cunho mais tradicionalista, por exemplo, discordam sobre a existência de predicativo do objeto indireto. Autores como Cunha e Cintra (2008), Bechara ([1928] 2009) e Rocha Lima ([1972] 2010), embora pareçam restringir a ocorrência do predicativo do objeto indireto apenas na presença do verbo ‘chamar’, reconhecem a ocorrência dessa função sintática. Diferentemente desses autores, Neves (2011) defende a ocorrência do POI também na presença de outro verbo e arrola exemplos com “lembrar-se”, como em “Só me lembro **dele atrapalhado** com aquela criança, quase chorando” e “Me lembro **dela limpinha**, jogando vôlei, de branco”, em que os adjetivos “atrapalhado” e “limpinha” predicam o objeto indireto “dele” e “dela” respectivamente (NEVES, 2011, p. 181-182, exemplos e grifos da autora).

Mesmo que não haja um consenso entre alguns gramáticos acerca da função sintática predicativo do objeto indireto, decidimos considerar que o adjetivo também pode desempenhar essa função, porque, ainda que essa ocorrência seja menos frequente no uso, ela acontece e, conseqüentemente, devemos levar em conta nas análises linguísticas o que é determinado pelo uso, já que é ele que favorecerá uma análise e não outra.

Neste subcapítulo, intencionávamos analisar algumas *charges* com ocorrência de adjetivo funcionando sintaticamente como predicativo do objeto (direto ou indireto) e interpretar sua força argumentativa, entretanto somente 2 ocorrências dessa função sintática foram registradas e em apenas uma *charge* (Figura 20) sobre política. Neste caso, esses adjetivos estão funcionando sintaticamente como predicativo do objeto direto. Esse fato, a baixa ocorrência dessa função sintática no *corpus* analisado, não favoreceu uma análise mais consistente da força argumentativa dos adjetivos nessa função. Isso não invalida nosso posicionamento mencionado no parágrafo anterior, acerca do funcionamento do adjetivo nessa função sintática.

Como a configuração do gênero *charge* costuma apresentar estruturas sintáticas simples em vez de estruturas sintáticas mais complexas, e dado que o predicativo do objeto ocorre em uma estrutura de predicado verbo-nominal, que é uma estrutura complexa, tudo indica que a baixa ocorrência de PO no gênero eleito para análise pode estar relacionada a isso. Soma-se a essa ideia o fato de a ocorrência de predicativos do objeto não se mostrar muito frequente na Língua Portuguesa.

A *charge* da Figura 20 mostra a ocorrência de adjetivos na função sintática de predicativo do objeto sobre a qual tecemos algumas considerações a respeito:

Figura 20 – Charge do Quinho



Fonte: Charge Online (04 de abril de 2018)

Essa charge da Figura 20 foi publicada no mesmo dia em que o ex-presidente Lula teve seu pedido de *habeas corpus* negado pelo STF, entretanto possui como personagem central o também ex-presidente Michel Temer, já que na mesma época muito se falou sobre Temer por ter sido acusado de corrupção passiva, recebimento de propina, etc. Na charge, o personagem central aparece saltando por entre blocos que estão boiando em um mar com crocodilo, polvo, tubarão, entre outros animais que oferecem perigo para o homem. Nesses blocos estão escritos ditos populares e provérbios que versam, em geral, sobre a influência das companhias no nosso comportamento e sobre a possibilidade de conhecer o caráter de uma pessoa pela companhia com a qual se convive. Já os animais perigosos mostram que o ex-presidente pode ser pego a qualquer momento caso não consiga escapar das acusações que lhe estão sendo feitas.

Também nessa época, José Yunes e Coronel Lima, amigos de décadas do ex-presidente Temer, foram presos sob a acusação de terem intermediado o pagamento de propinas que teriam como destinatários o MDB e o próprio ex-presidente (EL PAÍS, 2018). O fato de os amigos de Temer terem sido presos pelos motivos anteriormente mencionados revelam uma “falha” no caráter deles e, diante das acusações contra Temer, que há muitas décadas convivia com os acusados, o

chargista lançou mão do significado dos ditos e provérbios populares presentes na *charge* para “brincar” com a situação do ex-presidente, zombando dessa situação que aconteceu na política. Com isso, podemos concluir que o propósito comunicativo da *charge* é levar o leitor ao entendimento de que, mesmo tentando fugir das acusações, Michel Temer, a julgar por suas companhias, também parece ser alguém que realmente tem culpa pelos crimes dos quais estava sendo acusado, assim como seus amigos de convívio. E ainda, que o ex-presidente está correndo um grande risco de também ser levado preso.

Considerando, portanto, o texto verbal da *charge*, constatamos que ela foi construída utilizando-se um recurso intertextual muito importante para a apreensão da mensagem da *charge*: a intertextualidade explícita (citação direta). Por meio desse recurso é possível notar que os provérbios e os ditos populares citados constituem a porção verbal do texto. Desse modo, o chargista apropriou-se desses textos como auxílio para construir a *charge* e argumentar a partir deles. Tudo indica que os predicativos do objeto que aqui ocorrem, e também os outros elementos verbais, estão mais relacionados à configuração dos gêneros provérbios e ditos populares do que à configuração do gênero *charge* em si.

Como podemos constatar, existem nesses provérbios e ditos populares dois adjetivos funcionando como predicativos do objeto direto: “mau” e “pior”, presentes na sentença “A má companhia torna o bom **mau**, e o mau, **pior**”. “Mau” incide sobre o adjetivo substantivado “bom”, que desempenha a função sintática de objeto direto; e o adjetivo “pior” predica o também adjetivo substantivado “mau”, também objeto direto. O verbo de ação-processo “tornar” instaura uma mudança de estado significando “fazer vir a ser; fazer ficar” (BORBA, 2001), logo, alguém bom passa a ser mau e alguém mau passa a ser pior. Essa mudança de estado do objeto direto instaurada pelo verbo “tornar” também indica a ocorrência de um predicativo do objeto direto.

Ambos os adjetivos são semanticamente classificados como qualificadores e, aplicando a metodologia por nós utilizada, possuem força argumentativa baixa/menor em relação aos outros elementos da *charge*, porque, ao observar os

três níveis de análise propostos nos Quadros 7 e 8, é possível perceber que esses adjetivos ocorrem apenas sob um aspecto do campo visual que favorecem o aumento de sua força argumentativa (estruturação/enquadramento fraco). Por isso, não atuam expressivamente para o cumprimento do propósito comunicativo, sobretudo em comparação com o não verbal, uma vez que este é o principal responsável por mostrar que o personagem Temer está tentando se “safar” das acusações, mesmo diante do grande risco de ser levado preso devido às acusações que vem sofrendo e pela influência das companhias com as quais vinha convivendo. Essas acabam sendo apenas um motivo maior para que o ex-presidente seja investigado com mais rigor.

O subcapítulo a seguir apresentará o restante dos dados obtidos por meio da análise quantitativa feita com o auxílio dos recursos do programa *Excel*, da *Microsoft Office* na versão 2013, incluindo os dados até então apresentados neste capítulo. As informações obtidas a partir desse conjunto de dados nos darão uma base sólida para respondermos aos questionamentos suscitados no início desta pesquisa, como o questionamento acerca da ocorrência de adjetivos qualificadores e classificadores e, principalmente, em relação à força argumentativa dos adjetivos nas diferentes funções sintáticas em que ocorrem, objetivo principal deste estudo.

6.5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA

A partir da análise qualitativa apresentada nas subseções anteriores, pudemos mostrar como estamos lidando com os adjetivos com vistas a cumprir com os objetivos desta tese. No entanto, conforme antecipamos no início deste capítulo, as *charges* e os adjetivos apresentados nessa análise são apenas parte de um conjunto maior de dados analisados, que totaliza 136 *charges* e 195 adjetivos. Portanto, apresentaremos, a seguir, os dados quantitativos referentes ao *corpus* como um todo.

É importante informar que utilizamos os mesmos critérios teórico-metodológicos para classificar e interpretar a força argumentativa dos outros adjetivos do *corpus*, ou

seja, todos os adjetivos foram analisados seguindo os mesmos critérios conforme apresentamos na seção da metodologia e aplicamos na análise qualitativa.

Como mencionamos na sessão da metodologia, registramos as ocorrências e as classificações dos adjetivos em um arquivo do programa *Excel*, da *Microsoft Office* na versão 2013, visando garantir, de forma mais precisa, o tratamento e a contabilização dos adjetivos encontrados nas *charges*. Após a utilização da função “fórmula” do programa *Excel*, principalmente a fórmula “CONT.SES”, obtivemos os dados quantitativos desses adjetivos e, com esses números, montamos as tabelas e o gráfico que seguem na intenção de sintetizar as informações que nos servirão de base para refletir acerca do funcionamento argumentativo desses elementos adjetivais no discurso.

Posto isso, as Tabelas 1 e 2 condensam as informações acerca dos dados obtidos sobre os adjetivos a partir da observação das 136 *charges* sobre política e futebol indexadas no programa *Excel*. A Tabela 1 apresenta o número de ocorrências do adjetivo em todo o *corpus* observado:

Tabela 1 – Dados quantitativos de ocorrência referentes à função sintática e classificação semântica dos adjetivos

	CLASSIFICAÇÃO SEMÂNTICA	FUNÇÃO SINTÁTICA			Total
		Adjunto adnominal	Predicativo do sujeito	Predicativo do objeto direto	
Política	Qualificador	22	39	2	63
	Classificador	41	4	0	45
	Dêitico	1	1	0	2
Futebol	Qualificador	23	20	0	43
	Classificador	38	1	0	39
	Dêitico	3	0	0	3
Total	Números	128	65	2	195
	Valor percentual	65,7%	33,3%	1,0%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Já a Tabela 2 mostra os dados percentuais que correspondem à força argumentativa de todos os adjetivos observados no *corpus*, focalizando tanto suas classificações semânticas quanto as funções sintáticas que desempenham.

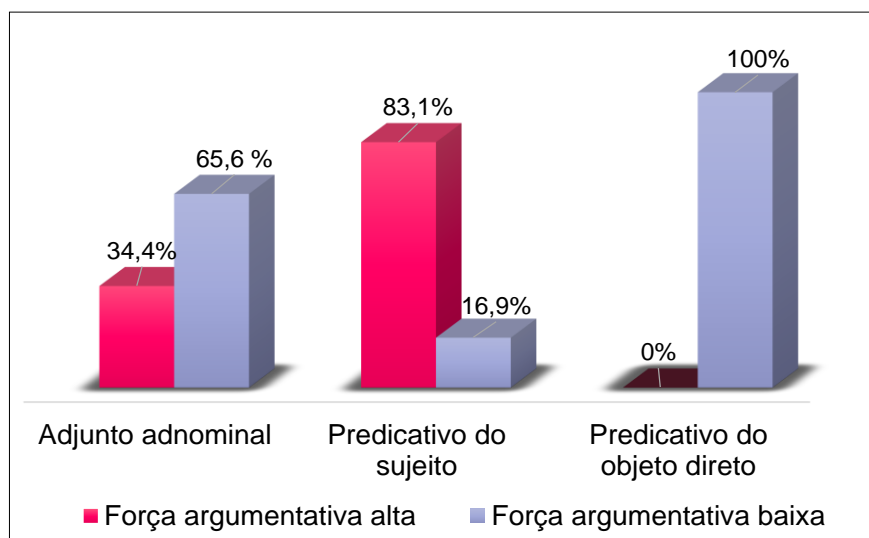
Tabela 2 - Força argumentativa dos adjetivos em termos percentuais com foco nas suas classificações semânticas e funções sintáticas

CLASSIFICAÇÃO SEMÂNTICA	FUNÇÃO SINTÁTICA	Nº DE OCORRÊNCIAS	FORÇA ARGUMENTATIVA	
			Alta/maior	Baixa/menor
Qualificador	Adjunto adnominal	45	48,9%	51,1%
	Predicativo do sujeito	59	84,7%	15,3%
	Predicativo do objeto direto	2	0%	100%
Total		106 (54,3%)	68%	32%
Classificador	Adjunto adnominal	79	25,3%	74,7%
	Predicativo do sujeito	5	60%	40%
	Predicativo do objeto direto	0	0%	0%
Total		84 (43,1%)	27,4%	72,6%
Dêitico	Adjunto adnominal	4	50%	50%
	Predicativo do sujeito	1	100%	0%
	Predicativo do objeto direto	0	0%	0%
Total		5 (2,6%)	60%	40%

Fonte: Elaborado pela autora.

Fundamentado nos resultados obtidos a partir da análise da força argumentativa de todos os adjetivos nas *charges* sobre futebol e política, elaboramos um gráfico (Gráfico 1) que apresenta a porcentagem da força argumentativa dos adjetivos nas diferentes funções sintáticas em que ocorreram: adjunto adnominal, predicativo do sujeito e predicativo do objeto direto, independentemente de sua classificação semântica.

Gráfico 1- Força argumentativa dos adjetivos nas diferentes funções sintáticas em que ocorrem



Fonte: Elaborado pela autora.

Desenvolvidas as análises qualitativas e apresentados os dados da análise quantitativa referentes ao funcionamento argumentativo dos adjetivos nas *charges*, cabe agora, discutir os resultados obtidos. Sendo assim, será desenvolvida essa tarefa no subcapítulo seguinte.

6.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES

Os dados obtidos mostraram que os adjetivos nas *charges* de política e de futebol apresentam um comportamento semelhante no que tange ao aspecto sintático, função semântica e força argumentativa, existindo uma grande regularidade de ocorrência entre eles, mesmo em se tratando de temas diferentes. Uma única diferença observada foi que há mais adjetivos classificadores do que qualificadores nas *charges* de futebol, ao contrário do que acontece nas *charges* sobre política, em que há mais qualificadores do que classificadores. Um motivo provável seria a própria natureza dos temas. As *charges* sobre política parecem lidar mais com a subjetividade (daí a presença de qualificadores) e as *charges* de futebol costumam trabalhar com valores mais objetivos, com resultados, com fatos, sobretudo porque as *charges* desse período da Copa abordaram países, nacionalidades, cores das seleções, mascotes, entre outros.

Considerando a totalidade do *corpus*, a partir dos dados apresentados nas Tabelas 1 e 2, é possível constatar que nas *charges* analisadas ocorrem com mais frequência adjetivos qualificadores do que classificadores ou dêiticos. Além disso, nota-se também que 59 de 106 adjetivos qualificadores funcionam como predicativo do sujeito (isso corresponde a 55,7%), ao passo que 79 de 84 adjetivos classificadores aparecem em posição adnominal (totalizando 94%), dados que vão ao encontro da afirmação de Borba (1996, p. 179) quando diz que a maioria dos classificadores não aceitam uma posição predicativa básica e que a ocorrência de classificadores nessa ambiência sintática só é possível em situações contextuais específicas.

Também pudemos constatar, a partir dos dados apresentados na Tabela 2, que 68% do total de adjetivos qualificadores e 60% do total de adjetivos dêiticos possuem força argumentativa alta/maior, ao passo que 72,6% do total de adjetivos classificadores foram utilizados nas *charges* com força argumentativa baixa/menor. Dos qualificadores com força argumentativa alta/maior, 84,7% funcionam como predicativos do sujeito; dos dêiticos com força argumentativa alta/maior 100% estão em posição predicativa e, dos classificadores com força argumentativa baixa/menor, 74,7% estão na posição de adjunto adnominal. Esses dados nos revelam que os qualificadores na função de predicativo do sujeito possuem força argumentativa mais alta em comparação às outras funções sintáticas; que o único dêitico na função de predicativo do sujeito possui força argumentativa alta/maior, mesmo que haja mais ocorrências de dêiticos na função adnominal; e que, embora a ocorrência de adjetivos classificadores em posição adnominal seja maior, aqueles em posição predicativa são mais manipulativos.

O Gráfico 1 mostra que 83,1% dos adjetivos do *corpus* que funcionam sintaticamente como predicativo do sujeito foram utilizados nas *charges* com força argumentativa alta/maior; que apenas 34,4% dos adjetivos na função sintática de adjunto adnominal são mais manipulativos e que todos os predicativos do objeto direto que ocorreram no *corpus* possuem força argumentativa baixa/menor. A partir dessas informações contidas no Quadro 1 e das análises apresentadas, é possível identificar que os adjetivos na função sintática de predicativo do sujeito, são mais

manipulativos, isto é, possuem força argumentativa mais alta em comparação com aqueles que funcionam sintaticamente como adjunto adnominal ou como predicativo do objeto direto.

Em relação à quantidade de adjetivos que ocorrem nas funções sintáticas às quais estamos considerando, convém uma breve comparação com o trabalho de Bastos (1993) quando pesquisou a função discursiva dos adjetivos focalizando o processo de referenciar entidades a partir da língua em uso. Assim como o número de ocorrências de SN-As (adjetivos em posição adnominal junto de substantivo em um sintagma nominal) foi maior que o número de ocorrências de EPs (expressões predicadoras) no trabalho dessa autora, a quantidade de adjuntos adnominais também foi maior neste trabalho em relação ao número de predicativos do sujeito.

A conclusão do trabalho de Bastos (1993) acerca do funcionamento discursivo dos adjetivos nessas duas funções sintáticas associada aos pressupostos teóricos da Pragmática e da Argumentação abordados nesta pesquisa, a alguns princípios funcionalistas e ao que se sabe acerca do gênero *charge*, auxilia-nos a compreender o porquê de os adjetivos na função de predicativo do sujeito possuírem mais força argumentativa em comparação com os adjetivos na função de adjunto adnominal e predicativo do objeto direto.

Bastos (1993) concluiu que a maioria dos adjetivos na função sintática de adjunto adnominal atuam no eixo informacional do fluxo discursivo para, junto do substantivo, identificar, continuar ou elaborar entidades sobre as quais se fala, veiculando assim informatividade, identificando entidades discursivas, referentes. Quanto ao que chamou de EPs (expressões predicativas), a autora constatou que os adjetivos em função predicativa atuam de modo individualizado ao introduzir propriedades a entidades ou comentários modais sobre o que está sendo dito. Para a autora, no predicativo do sujeito, a maioria dos adjetivos exprimem “uma manifestação da subjetividade do ‘eu’ falante em relação a suas atitudes, emoções e avaliações”. Nesse sentido, o adjetivo atua em seu papel principal predicando atribuições às entidades às quais escopa (BASTOS, 1993, p. 212).

A autora ainda constatou que muitos adjetivos em expressões predicadoras além de funcionarem no discurso atribuindo propriedades referentes a características ou a estados físicos e emocionais, contribuindo assim para o sentido afetivo do que está sendo dito, já que indica atitude, emoção, sentimentos específicos e a intensidade do que está sendo enunciado pelo falante, eles também funcionam comentando o que foi colocado no discurso, denominado modalizadores por Bastos (1993), uma vez que, ao predicarem um enunciado, revelam a atitude do eu falante, por meio de um comentário direto e explícito sobre o que está sendo dito. Os adjetivos modalizadores estão relacionados com o modo como o falante se posiciona sobre o que diz, veiculando certeza, possibilidade, obrigatoriedade, etc.

No âmbito pragmático-argumentativo, defendemos junto de Amossy (2011) e Koch ([1984] 2002; 2010) que é a organização textual que determina o emprego da argumentação; que o falante (escritor) organiza o seu enunciado em função do seu projeto de dizer, utilizando recursos da linguagem para tentar convencer o ouvinte (leitor) ou agir sobre ele e, para isso, é preciso carregar seus enunciados de força argumentativa. No domínio funcionalista, Givón (2001) ao abordar o conceito de informatividade, assegura que esta está relacionada ao controle do conteúdo informacional em virtude daquilo que o falante julga que o ouvinte saiba ou não em uma interação linguística, e que também faz referência à maneira como o falante busca monitorar/orientar o ponto de vista do ouvinte na intenção de atingir um objetivo específico; em vista disso, o falante utiliza tanto recursos linguísticos quanto extralinguísticos. Givón (2001) ainda afirma, ao tratar dos atos de fala, que a crença e a intencionalidade é que fundamentam todos os atos, logo podemos pensar que é a intenção do chargista que vai justificar a função de argumentar do adjetivo empregado no contexto da *charge*.

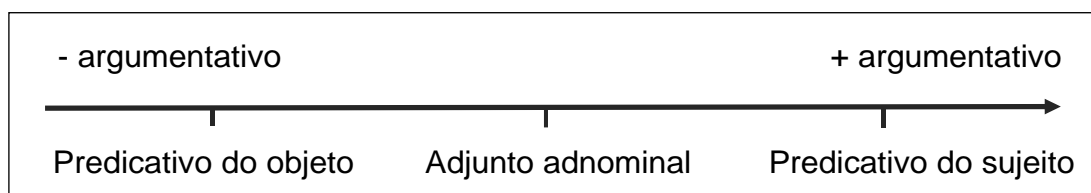
Um dado interessante a ser observado é que apenas 1% dos adjetivos do *corpus* ocorrem na função sintática de predicativo do objeto. Conforme é possível ver nas Tabelas 1 e 2, existem apenas duas ocorrências de adjetivo funcionando como predicativo do objeto direto em meio a 195 ocorrências adjetivos. Acreditamos que o fato de esses adjetivos ocorrerem em uma sentença retirada de um outro gênero textual, o qual foi utilizado como um recurso intertextual para que o chargista

pudesse argumentar a partir dele, nos leva a pensar que sentenças com adjetivos funcionando sintaticamente como predicativo do objeto, seja ele direto ou indireto, não são recorrentes no gênero *charge*. Em outras palavras, os dados desta pesquisa sugerem que o gênero *charge* parece não ser favorável para a ocorrência de adjetivos na função sintática predicativo do objeto. Uma outra justificativa para esse fato pode estar relacionada à própria configuração do gênero *charge*. Por ser curto, geralmente construído em apenas um quadro, veicular informações condensadas, possuir predomínio de imagens e dado o grande número de ocorrência de adjuntos adnominais, esse gênero parece priorizar o uso de estruturas sintáticas simples (aquelas com adjuntos adnominais) em vez de estruturas sintáticas mais complexas (aquelas com os predicativos do objeto), cuja ocorrência se realiza em uma estrutura de predicado verbo-nominal.

Amossy (2011), ao mencionar a existência de uma escalaridade argumentativa em gêneros textuais, nos levou a pensar na possibilidade de haver uma escalaridade argumentativa também nos adjetivos, no sentido de que cada adjetivo empregado em um texto possui uma força argumentativa escalar, ora maior, ora menor que outros. Foi o que constatamos nesta pesquisa. Koch ([1984] 2002, 2017), ao versar sobre articuladores textuais baseando-se nos atos de fala e orientação argumentativa, afirma que eles são discursivo-argumentativos, porque ao justificar, explicar, levar o leitor à concordância, etc., esses articuladores discursivo-argumentativos atuam na orientação argumentativa dos enunciados que introduzem. E o exame desses elementos pode ser realizado pautando-se também numa escala graduada. Nesse sentido e considerando os dados que obtivemos nesta pesquisa, acreditamos que poderíamos pensar nos adjetivos como sendo discursivo-argumentativos também em razão de seu funcionamento no discurso ser de natureza manipulativa-performativa.

Diante disso, como também é próprio do Funcionalismo trabalhar com a noção de gradiência no tratamento dos fenômenos a que se dedica observar, apresentamos uma escala contínua de argumentatividade do adjetivo (Figura 21) a partir da força argumentativa que possui nas diferentes funções sintáticas em que ocorre no gênero *charge*:

Figura 21- Escala de argumentatividade do adjetivo nas funções sintáticas



Fonte: Elaborado pela autora.

Desenvolvidas as análises e discutidos os resultados alcançados no que se refere ao funcionamento dos adjetivos nas *charges*, no capítulo a seguir serão apresentadas as considerações finais desta tese.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitado na introdução desta tese, frente à escassez e à necessidade de desenvolver uma pesquisa sobre o adjetivo que leve em consideração seu funcionamento na língua em uso, e que aborde consistentemente aspectos pragmáticos e discursivos, para além dos sintático-semânticos e morfológicos, este estudo visou investigar o funcionamento argumentativo dos adjetivos nas *charges* contemplando todos esses aspectos associados. Em meio a este tema pouco explorado, nos propusemos a interpretar a força argumentativa dos adjetivos nas diferentes funções sintáticas em que ocorrem no gênero textual *charge*.

Fundamentando-nos, então, nas teorias apresentadas ao longo da tese e nas análises desenvolvidas, foi possível responder às questões propostas na introdução deste trabalho. No desenvolver da pesquisa, deparamo-nos com algumas ocorrências não previstas anteriormente, como a regularidade existente no que tange ao comportamento dos adjetivos em diferentes temas e a ocorrência de apenas dois adjetivos na função sintática de predicativo do objeto de um total de 195 ocorrências. No entanto, essas ocorrências acabaram contribuindo, de modo complementar, para a caracterização do gênero *charge* no que tange ao seu componente verbal, conforme abordaremos mais adiante.

Com relação ao primeiro questionamento, sobre sabermos como os adjetivos são utilizados argumentativamente no interior do texto chargístico e quanto eles contribuem no processo de manipular o leitor, obtivemos dados que evidenciam o funcionamento argumentativo dos adjetivos no interior do gênero textual em questão ao analisá-los do ponto de vista pragmático-argumentativo. Porém, antes de explicitar esses dados, convém retomarmos alguns pontos importantes por nós abordados no decorrer da pesquisa com vistas a contribuir para a condução de um raciocínio mais claro sobre esse assunto.

Junto de Austin ([1962]1990) e Searle (1979), entendemos que os atos de fala são, de modo geral, as ações praticadas por um falante por meio dos enunciados que proferem cotidianamente na interação entre as pessoas, e que segundo Yule (1996),

quando as pessoas se expressam produzem muito mais do que palavras ou estruturas linguísticas, elas praticam uma ação. Também estamos em consonância com Givón (2001; [1979] 2012), que afirma que os atos de fala não declarativos prototípicos (declarativos, interrogativos, imperativos e negativos) são mais pressuposicionais, logo são mais complexos, mais marcados e mais manipulativos comparados aos declarativos prototípicos. Logo, podemos dizer que em uma sentença não declarativa prototípica existe maior intenção do falante em manipular, e que se não há intenção de manipular, a sentença não é argumentativa, portanto, não atinge performatividade.

Como mencionamos no capítulo quatro, é da natureza do texto chargístico ser altamente argumentativo e, com esta pesquisa pudemos constatar que, de fato, sentenças não declarativas, nos termos de Givón (2001; [1979] 2012), principalmente as interrogativas, são mais recorrentes nesse gênero, isto é, os atos de fala performativos para Austin ([1962]1990) e Searle (1979), sobretudo os atos assertivos, estão fortemente presentes na *charges*, o que pode explicar o alto teor de argumentatividade desse gênero.

Por crermos que todo ato de fala é argumentativo, associamos a Teoria dos Atos de Fala com a da Argumentação, e embasando-nos em Eemeren e Grootendorst (1983), sustentamos a ideia de que a argumentação é uma forma de ação verbal, que os atos de fala são unidades da língua em uso e que sua funcionalidade é determinada pelo contexto (verbal e não verbal, neste caso das *charges*) do qual fazem parte. Além disso, entendemos que a força ilocucionária ou o efeito que os atos de fala podem ter dependerá do lugar que ocupam nesse contexto em que são performados, isto é, dependerá de sua aplicabilidade pelo falante (ou escritor) de uma determinada maneira e em um local e momento específicos. Para interpretar o que está posto na *charge*, é necessário que chargista e leitor compartilhem o máximo possível de conhecimentos, relacionado tanto ao contexto linguístico quanto ao extralinguístico que circunda a *charge*. Caso contrário, diferentes sentidos serão alcançados.

Ainda com base em Eemeren e Grootendorst (1983), defendemos que a argumentação pode ser vista como um ato de fala ilocucionário complexo cuja composição é formada por um conjunto de atos ilocucionários de natureza diversa e que juntos vão construindo a orientação argumentativa do texto, e, conseqüentemente, na identificação do propósito comunicativo do gênero em questão. Porém, para que isso aconteça, como mencionado várias vezes no decorrer desta tese, é necessário considerar todos os aspectos que envolvem a produção e a compreensão da linguagem, o ato comunicativo como um todo, que compreende: o verbal, o não verbal, os contextos (linguístico e extralinguístico), o compartilhamento de saberes, etc. Nessa lógica, a argumentação da *charge* é formada por um ato comunicativo composto por um conjunto de argumentos de natureza verbal e não verbal presentes em uma sequência discursiva. Isto é, a união do texto verbal com o texto visual formará o ato de fala complexo da *charge*, que é a sua argumentação, e com isso, é possível identificarmos a intenção comunicativa do chargista.

Também entendemos, em confluência com Amossy (2011) e com Koch ([1984] 2002), que argumentação é “a tentativa de modificar, reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130) e que argumentar é “o ato de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões” (KOCH [1984] 2002, p.17). Nessa lógica, entendemos que argumentar, no sentido de Amossy (2011) e Koch ([1984] 2002; 2010), é manipular. Então, visando manipular o leitor, o escritor constrói e organiza suas proposições, recorrendo aos diversos recursos de língua que possui, segundo o que é mais apropriado ao seu objetivo comunicativo e as dota de força argumentativa. Portanto, cada elemento verbal e não verbal que compõe a *charge* possui força argumentativa e todos os elementos, tanto no interior das sentenças quanto cada componente imagético, contribuirão em maior ou menor grau argumentativo para que a intenção comunicativa do chargista seja alcançada pelo leitor.

Levando em conta todos esses conceitos e direcionando nosso olhar para o funcionamento argumentativo dos adjetivos recorrentes no contexto das *charges*,

percebemos que a argumentatividade dos elementos adjetivais vem a partir da função que eles desempenham em um ato de fala não-declarativo e manipulativo, função esta que é a de argumentar, manipular. E, partindo do posicionamento de Givón (2001; [1979] 2012) de que a crença e a intencionalidade é que fundamentam todos os atos de fala, cremos que a intenção comunicativa do chargista de manipular o leitor justifica a função argumentativa do adjetivo empregado no gênero *charge*. Portanto, sob uma ótica pragmático-argumentativa, a característica do adjetivo no contexto das *charges* é ser manipulativo performativo, ou seja, seu funcionamento no discurso se dá com vistas a contribuir no processo de manipulação do leitor, no sentido de direcionar seu olhar para outro ponto de vista, fazendo com que ele interprete a argumentação posta nesse gênero textual.

Visando manipular o leitor a uma interpretação específica, o chargista carrega os adjetivos força argumentativa alta/maior ou baixa/menor, a partir da organização de seu texto e de acordo os vários recursos linguísticos que possui. Desse modo ele orienta o leitor a identificar sua intenção comunicativa, o propósito comunicativo da *charge*. Essa afirmação também está diretamente relacionada com o princípio funcionalista da informatividade e perspectivação, que fundamenta a ideia de que, em um contexto de interação, o falante faz escolhas linguísticas, lexicais, sintáticas, semânticas e etc, para direcionar a atenção de um evento referencial e assim, focalizar um aspecto específico de uma situação em prol de seu objetivo (TOMASELLO, 1998). Ao descrever uma situação ou ao relatar um evento, o falante organiza sintaticamente os elementos linguísticos, focalizando aqueles que suprirão suas necessidades e exigências comunicativas.

Nesse sentido, foi possível constatar que o adjetivo exerce grande força argumentativa, a depender do modo como é empregado, e impulsiona a argumentação da *charge* para que o leitor chegue a uma determinada conclusão. Assim, ao participarem da argumentação, os adjetivos ajudam a revelar o ponto de vista que o chargista assume em seu discurso, ou melhor, na *charge* por ele elaborada. Esse entendimento se aproxima da visão de Ramos (1997), que defende que o adjetivo, para além de dar qualidade ao substantivo, ele também estabelece a coerência textual e conduz a argumentação de um texto, tornando-se um

instrumento para o qual o leitor deve sempre prestar atenção quando se pretende identificar as intenções do autor desse texto.

Observando, portanto, a performatividade do adjetivo na *charge*, isto é, o modo como esta categoria gramatical atua no processo de manipulação do leitor, a partir da interpretação de sua força argumentativa no discurso, podemos constatar que o adjetivo é um importante fator de argumentação no gênero em questão. Ora é mais manipulativo/argumentativo, ora menos. Quando possui força argumentativa alta, ele é o centro da manipulação, ou seja, o foco manipulativo/argumentativo está no adjetivo porque é, em grande parte, responsável pela argumentação da *charge*, a exemplo do adjetivo “tranquilíssimo” da *charge* da Figura 13 (p. 219). Em outras palavras, quanto mais expressivo o adjetivo é para a mensagem, mais força argumentativa possui, e aquele com força argumentativa alta concentra a maior porção de informação da *charge*, a qual o chargista espera que o leitor identifique, evidentemente com o auxílio dos outros elementos que também compõe o texto.

A força argumentativa do adjetivo é o quanto ele contribui para a manipulação na *charge*, ou seja, que seu grau de manipulação é sua força argumentativa e essa gradação dependerá do contexto e do modo como ele está sendo empregado. Assim, a presença do adjetivo na *charge* se revela imprescindível para conduzir o leitor a apreender o sentido ali veiculado segundo a intenção comunicativa do chargista e a maneira com a qual ele decidiu dispor os elementos em seu texto.

Diante do exposto, tendo compreendido o funcionamento argumentativo dos adjetivos nas *charges* e entendido que a força argumentativa a eles atribuída pode torná-los mais ou menos manipulativos, cabe agora respondermos o questionamento relacionado ao objetivo principal desta tese, que é saber em que função sintática o adjetivo é mais manipulativo, ou melhor, em que função sintática a força argumentativa do adjetivo é maior, e também às outras questões suscitadas na introdução. Embora tenhamos antecipado algumas respostas dessas questões ao discutir os resultados das análises, vale retomá-las aqui para prosseguir com raciocínio que viemos desenvolvendo.

Com base na análise que fizemos considerando todos os adjetivos do *corpus*, tanto das *charges* sobre política quanto das *charges* sobre futebol, constatamos, conforme mencionamos na seção anterior ao interpretar o Gráfico 1, que os adjetivos que funcionam sintaticamente como predicativo do sujeito são mais manipulativos, isto é, possuem força argumentativa mais alta em comparação com os outros que ocorrem na posição sintática de adjunto adnominal ou predicativo do objeto, embora o número de ocorrências de adjuntos adnominais na amostra analisada seja maior. Isso significa que os adjetivos na função sintática de predicativo do sujeito são mais performativos em relação àqueles em função adnominal ou predicativo do objeto.

Reafirmamos que a justificativa para esse resultado tem a ver com a própria essência da função sintática do predicativo do sujeito, que segundo Bastos (1993) é a de atuar de modo individualizado introduzindo propriedades a entidades ou comentários modais sobre o que está sendo dito, manifestando a subjetividade do falante relacionada às suas atitudes, avaliações e emoções, contribuindo, assim, para o sentido efetivo que está sendo enunciado, em conjunto com a organização dos elementos textuais fundamentada no propósito comunicativo do chargista. Nesse sentido, é possível perceber que um adjetivo com força argumentativa alta/maior ou baixa/menor revela, no caso da *charge*, a subjetividade do chargista em diferentes graus a depender de seu propósito comunicativo.

Por meio das análises também constatamos que, no *corpus*, 84,7% dos adjetivos qualificadores ocorrem na função sintática de predicativo do sujeito possuindo força argumentativa alta/maior, que 74,7% dos classificadores ocorrem funcionando sintaticamente como adjunto adnominal e apresentam força argumentativa baixa/menor, e que os dêiticos são minoria, ocorrendo com mais frequência como adjunto adnominal. Considerando a totalidade de ocorrência dos dêiticos no *corpus*, 60% deles possuem força argumentativa alta (Tabela 2).

Os resultados deste estudo também evidenciaram que adjetivos qualificadores são mais recorrentes no *corpus* analisado que os classificadores ou dêiticos. Entretanto, a diferença observada de que há mais adjetivos classificadores do que qualificadores nas *charges* de futebol, ao contrário do que acontece nas *charges*

sobre política, em que há mais qualificadores do que classificadores, revela que no tema política, os adjetivos qualificadores contribuem mais para a performatividade do gênero *charge*, e os classificadores contribuem mais para a performatividade das *charges* que abordam o tema futebol. Quanto aos dêiticos, o número de ocorrências com o qual nos deparamos foi insuficiente para termos uma avaliação mais consistente acerca da força argumentativa deste tipo de adjetivo. Esse é um assunto que poderia ser melhor investigado em uma outra pesquisa que reunisse um número maior de ocorrências de adjetivos com essa classificação semântica.

Com essas reflexões sobre o funcionamento argumentativo dos adjetivos no contexto das *charges*, confirmamos a hipótese de que essa categoria gramatical é um importante fator de argumentação, juntamente com os outros elementos que constituem o gênero em questão, porque contribui em diferentes graus para a construção da argumentação na *charge* devido à força argumentativa que possuem. Também comprovamos a hipótese de que seu funcionamento argumentativo revela a intenção comunicativa do chargista frente ao assunto retratado e que é a intenção dele que vai justificar a função de argumentar do adjetivo empregado na *charge*. Constatamos que a hipótese de que os adjetivos na função de predicativo do sujeito nas *charges* são mais manipulativos, isto é, possuem força argumentativa mais alta em relação àqueles em função adnominal, seja ele classificador, qualificador ou dêitico, também se confirmou.

Além de comprovar que as hipóteses anteriormente apresentadas eram verdadeiras, também constatamos que adjetivos com força argumentativa alta/maior ou baixa/menor revelam, no caso da *charge*, a subjetividade do chargista em diferentes graus dependendo de sua intenção comunicativa. Tudo indica que o alto grau de subjetividade do adjetivo está diretamente relacionado à alta/maior força argumentativa a ele atribuída pelo chargista, sobretudo quando ocorre na função sintática de predicativo do sujeito, posto que evidencia mais expressividade. Logo, podemos reafirmar que os adjetivos nas *charges* têm uma importante função na exteriorização da visão do chargista sobre determinado assunto. Esse entendimento se aproxima de Borba (1996, p.175) que, ao dissertar sobre a participação do falante na língua em uso quando atua na “tradução da realidade”, reconhece que o falante

pode atribuir um “peso” objetivo ou subjetivo a um item por ele selecionado no discurso, de acordo com o contexto e a situação no qual está inserido, e ainda salienta que, embora isso possa ocorrer com outras palavras, “o adjetivo deve aí ocupar posição de relevo”.

Inicialmente, conjecturamos que o comportamento do adjetivo nas *charges* de futebol era diferente daqueles nas *charges* de política, por isso havíamos nos programado para apresentar as análises qualitativas de ambos os temas. No entanto, refutamos essa hipótese, já que verificamos que os adjetivos se comportam de maneira semelhante independentemente de o tema ser política ou futebol. Consequentemente, decidimos apresentar apenas as análises qualitativas das *charges* sobre política, conforme justificamos nos capítulos anteriores. A única diferença que percebemos foi que nas *charges* sobre futebol ocorrem mais adjetivos classificadores que qualificadores.

Em relação à hipótese de que os adjetivos na função sintática de predicativo do objeto possuem força argumentativa baixa/menor em relação aos outros adjetivos que ocorrem no interior das outras funções sintáticas, não tivemos dados suficientes para verificá-la de modo consistente. A impossibilidade de averiguarmos essa hipótese surgiu após a análise dos dados qualitativos e quantitativos, quando percebemos que a quantidade de ocorrência de adjetivos nessa função sintática era insuficiente pelo fato de o número de ocorrências ser de apenas 1%, ainda que tenham sido utilizados com força argumentativa baixa/menor.

O desenvolvimento desta tese, além de ter propiciado todas as considerações feitas até agora, também possibilitou que trouxéssemos algumas reflexões no que concerne à noção de elemento acessório que “envolve” o adjetivo na função sintática de adjunto adnominal; e algumas contribuições, tanto para a caracterização do gênero textual *charge*, como para o ensino.

Vimos no segundo capítulo, que os adjuntos adnominais vêm sendo tratados dentro da perspectiva tradicional como um termo acessório da oração. Os gramáticos tomam como referência a oração e não o texto, estabelecendo as funções sintáticas

a partir de características formais, desconsiderando os aspectos pragmático-discursivos. Muitos gramáticos explicam o fato de esses elementos serem acessórios porque podem ser dispensados sem causar prejuízos de sentido à oração (BECHARA, [1928] 2009; CUNHA E CINTRA, 2008; ROCHA LIMA, [1972] 2010; entre outros), abstendo-se dos impactos de sentidos que a aplicação dessa noção de dispensabilidade acarretaria no âmbito discursivo.

No entanto, conforme pudemos perceber nas análises, por meio da interpretação da força argumentativa dos adjetivos que desempenham a função sintática de adjunto adnominal, os adjuntos adnominais constituem 65,7% do *corpus* e, embora os adjetivos na função de predicativo do sujeito apresentem os maiores índices de força argumentativa alta/maior, 34,4% dos adjetivos na função de adjunto adnominal foram empregados com alto teor manipulativo. A força argumentativa expressa por um adjetivo no interior dessa função sintática nos possibilita dizer que, os adjuntos adnominais são imprescindíveis para o gênero *charge*, na medida em que atribuem sentidos necessários à prática comunicativa segundo a intenção do chargista, atuando como um fator de argumentação importante no processo de manipulação do leitor. Portanto, do ponto de vista pragmático-argumentativo e discursivo, essa função sintática tem um papel discursivo de extrema importância. Assim, considerando a função desse elemento sintático na língua em uso e nos efeitos discursivos que produzem, a noção de acessório dada à essa categoria sintática realizada por um adjetivo deve ser repensada.

No tocante ao gênero textual utilizado, os dados que surgiram com o desenvolvimento deste estudo também contribuíram, de modo complementar, para a caracterização do gênero *charge* no que tange ao seu componente linguístico. Além das características verbais apresentadas no quarto capítulo, identificamos no decorrer da pesquisa outras características desse gênero que são de ordem sintática, semântica e pragmática.

Do ponto de vista sintático, os dados desta pesquisa revelaram que sentenças com ocorrências de predicativo do objeto parecem não ser uma característica recorrente no gênero *charge*, dada a pouca ocorrência dessa função sintática no *corpus*

analisado. Nesse sentido, constata-se que no gênero *charge* parece não ser favorável a ocorrência de adjetivos na função sintática predicativo do objeto devido ao fato de ser uma estrutura complexa (porque ocorre em predicados verbo-nominais), já que a configuração do gênero *charge* costuma apresentar estruturas sintáticas simples. Considerando o aspecto semântico, é comum nas *charges* a presença de muitos adjetivos qualificadores, uma vez que os dados apontaram que 54,3% dos adjetivos do *corpus* são qualificadores, isto é, mais da metade dos adjetivos analisados, sendo que 68% desses adjetivos possuem força argumentativa alta. Quanto ao aspecto pragmático, identificamos que os atos de fala mais frequentes nas *charges* são os assertivos, inicialmente classificados como representativos por Searle (1979).

Tudo indica que isso se dá justamente devido à intenção comunicativa do chargista de manipular o leitor, já que atos assertivos expressam a crença e o comprometimento do falante, em diferentes graus, com a verdade do conteúdo proposicional do enunciado produzido, transmitindo, inclusive, sua posição em relação a determinado assunto. Esses parecem ser dados importantes porque se revelam como novas características do gênero *charge* até então não discutida, e, portanto, podem ser utilizadas como uma informação a mais na caracterização da linguagem verbal relativa a esse gênero.

Antes de encerrarmos as considerações finais, pensamos ser interessante fazer alguns apontamentos relacionando esta tese ao ensino. Muitos alunos reclamam que a aprendizagem da Língua Portuguesa é maçante, sobretudo quando se trata de estudar conceitos gramaticais. A forma como abordamos o estudo dos adjetivos nessa pesquisa poderia ser aplicada ao contexto escolar, logicamente com algumas adaptações conforme os diferentes níveis de ensino, como uma forma de amenizar esse pensamento do alunado e viabilizar um aprendizado mais sólido sobre os adjetivos.

Um ensino-aprendizagem do adjetivo que enfoque o contexto de uso e que envolva os diferentes aspectos de estudo da língua de modo simultâneo, isto é, que aborde o sintático, o semântico o pragmático e o discursivo, além de promover um

aprendizado mais consistente, porque à medida que o aluno aprende novos conceitos sobre o funcionamento do adjetivo na língua portuguesa, ele também solidifica outros já adquiridos sobre essa categoria gramatical; esse tipo de ensino-aprendizagem faz com que o estudante enxergue como os adjetivos funcionam em contextos reais de interação. Ao compreender o funcionamento dos adjetivos e ao reconhecer sua aplicabilidade no discurso e os efeitos que essa aplicação pode causar em suas interações linguísticas diárias, o aluno poderia ter mais interesse nas aulas, e conseqüentemente, isso facilitaria o aprendizado.

Ademais, muitos são os compêndios gramaticais que trazem exemplos de ocorrências de adjetivos e suas funções sintáticas criados *ad hoc*, e vários são os manuais que orientam quanto ao emprego dos adjetivos na produção de textos. Entretanto, por defendermos um estudo do adjetivo sob diferentes aspectos de estudo da língua, julgamos que esses materiais parecem ser ineficientes. Diversos livros didáticos, inclusive, recomendam aos estudantes que evitem o uso de adjetivos ao escreverem um texto de modo a produzirem um texto mais imparcial, evitando assim que sejam transmitidas emoções, ou que indiquem certo posicionamento, como se isso fosse possível. Entendendo o funcionamento dos adjetivos, o modo como ele atua argumentativamente em um contexto real de interação linguística, o aluno seria capaz de utilizar os adjetivos de forma competente ao produzir um texto, empregando-os segundo seu propósito comunicativo pretendido, já que teria compreendido que esta categoria gramatical possui um grande poder argumentativo e que pode atuar como um importante fator de argumentação na língua em uso.

8 REFERÊNCIAS

ALLAN, Keith. Complement noun phrases and prepositional phrases, adjectives and verbs. **Foundations of language**, 10.3. 1973, p. 377-397.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2011.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, [1962]1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTOS, Liliana Cabral. **Da gramática ao discurso: uma análise das funções do adjetivo no português falado**. Tese de Doutorado. PUC/RJ, 1993.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel (orgs.). Revisão técnica Ana Regina Vieira et al. São Paulo: Cortez, 2005.

BBC BRASIL. **Dia da Bandeira: 10 coisas que você talvez não saiba sobre o símbolo brasileiro**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46259929>> Acesso em 12 maio. 2020.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. ampl e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1928] 2009.

BOLINGER, Dwight. Adjectives in English: Attribution and predication, **Lingua**, 18: 1967, p. 1-34.

BORBA, Francisco da S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

BORBA et al., Francisco da Silva. **Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira. Linguística Textual e Pragmática: uma interface possível. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria. **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador, 2017, p. 15-42.

CASTELEIRO, João Malaca. **Sintaxe transformacional do adjetivo: regência das construções completivas**. Lisboa: INIC, 1981.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, Edson Rosa de. **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-42.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual**. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdimar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v.12, n.2, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; Clemliton Lopes, PINHEIRO; LINS, Maria da Penha Pereira; LIMA, Geralda. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, Ana Christina; LEITE, Marli Quadros (orgs.) **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**, São Paulo: Cortez, 2010.p. 225 – 261.

CAVALCANTI, Maria Clara Castanho. **Multimodalidade e argumentação na charge**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Charge Online. Jornal de *charges* - O melhor do humor gráfico brasileiro na Internet. Disponível em:< <https://www.chargeonline.com.br/>>. Acesso em: jul. 2017 a jul. 2018.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: Massachusetts, MIT Press, 1965.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Rev. Ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CRESSEY, W. **A transformational analysis of the relative clause in urban mexican spanish**. Tese de Doutorado. Universidade de Illinois, EUA, 1966.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

Du Bois, Jean. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE W. (ed.), **The pear stories**. Norwood, NJ, Ablex, 1980.

_____. Competing motivations. In: HAIMAN. (ed.), **Iconicity in syntax**. Amsterdam, John Benjamins, 1985.

_____. The Discourse basis of ergativity. **Language** 63 (4) : 805-855, 1987.

EEMEREN, Frans H. van; Grootendorst, Rob. **Speech acts in argumentative discussions: A Theoretical model for the analysis of discussions directed towards solving conflicts of opinion.** Traduzido do alemão, Dordrecht, Holanda/Cinnaminson-USA: Foris Publication, 1983.

EL PAÍS. **Quem são os escudeiros de Temer presos e do que são acusados.** Texto disponibilizado em 29 mar 2018. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/29/politica/1522338659733583.html>> Acesso em: 19/06/2020.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A charge no ensino da língua portuguesa.** Letr@ Viv@ UFPB, 2001.

FÁVERO, E.; KOCH, I. V. **Linguística textual: uma introdução.** 9. ed. Cortez: São Paulo, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FILLMORE, Ch. J. The case for case. In: BACH, E.; HAMS, R. T. (Orgs.). **Universals in linguistic theory.** Nova York, Holt: Rinehart and Winston, 1969.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge.** Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

_____. *Charge.* In: SOUZA, Luana Soares; CAETANO, Santa Inês Pavinato (Org.). **Ensino de língua e literatura: alternativas metodológicas - Tomo II.** Cidade: Editora da Ulbra, 2004. p. 87-105.

FOLHA DE S. PAULO. **Lula é preso.** Texto disponibilizado em 07 abr. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/lula-e-preso.shtml>> Acesso em: 29 out. 2018.

FONSECA, Joaquim. Predicação do complemento directo em português. **Máthesis**, 2, p. 47-68, 1993. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/24020/1/mathesis2_artigo5.pdf>. Acesso em: 1 out. 2018.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. COSTA, Marcos Antônio. CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: Furtado DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Linguística funcional: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Parábola, 2015. p.21-47.

FURTADO DA CUNHA, Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 157- 176.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta.** Rio de Janeiro: editora Mauad X/ Faperj, 2013. p. 13-39.

GIVÓN, Talmy. Syntax and semantics. **Discourse and syntax**, vol.12. London, Academic Press, 1979.

_____. **Topic continuity in discourse**. Amsterdam, John Benjamins, 1983.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax: an introduction**. V I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

_____. **Syntax: an introduction**. V II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

_____. **A compreensão da gramática**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta e Filipe Albani. São Paulo: Cortez e EDUFRRN, 2012.

GRÉSILLON, Almuth; MAINGUENEAU, M. Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement, ou un proverbe peut en cacher un autre. **Langages**, 19e année, n. 73, 1984, p. 112-125.

GROSS, Maurice. **Grammaire transformationnelle du Français: Syntaxe du Verbe**, Larousse, Paris, 1968.

GROSS, Maurice. **Méthodes en syntaxe**, Hermann, Paris, 1975.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2.ed. London: Edward Arnold, [1985] 1994.

HARRIS, Z. Discourse analysis. **Language**, NewYork, v. 28, n. 1, p. 1- 30, 1952.

HAUY, Amini Boainain. **Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, [1983] 1994.

HEINEMANN, Wolfgang; VIEHWEGER, D. Textlinguistik: eine Einführung. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HOPPER, Paul J; Thompson, Sandra. The Discourse basis for lexical categories in universal grammar. **Language** 60(4): 703-752, 1984.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. **Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica**. São Paulo: Ribeirão Gráfica, 2002.

INFO ESCOLA. **Gladiadores**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/civilizacao-romana/gladiador/>> Acesso em: 23/01/2019.

IRVINE, Judith T. Language and affect, some cross-cultural issues. In: BYRNES, Heidi (ed.). **Contemporary perceptions of language**, Interdisciplinary Dimensions. Gurt. 1982. Washington, D.C., Georgetown University Press, 1982.

KEMMER, Suzanne; BARLOW, Michael. Introduction: A usage-based conception of language. In: _____. **Usage based models of language**. Chicago: University of Chicago Press, 2002. p. vii – xxv.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, [1984] 2002.

_____. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça; BENTES, Ana Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH. Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Miranda. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, [2006] 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Contexto, 2017.

KRESS, Gunter; van LEEUWEN, Theo. **Reading images: the Grammar of visual design**. 2 ed. London and New York: Routledge, [1996] 2006.

_____. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.

LAKOFF, George. Stative adjectives and verbs in English. In: **Mathematical linguistics and automatic translation**, Report NSF-17, Laboratório de computação da Universidade de Harvard, EUA, 1966.

LAKOFF, George. **On generative semantics**. In: D.D. Steinberg e L. A. Jakibovits, eds. 1971, p. 232-296.

LAKOFF, George. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In: Hockney D., Harper W., Freed B. (eds). **Journal of philosophical logic**. Vol. 2, No. 4. The University of Western Ontario: Springer, 1975. p. 458-508.

LEVI, Judith N. **The syntax and semantics of nonpredicating adjectives in English**. Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana, 1976.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. 19 ed. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

LYONS, John. Towards a “notional” theory of the “parts of speech”. **Journal of Linguistics** 2, 1966, p. 209-236.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2002. p. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Furtado DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003. p.17-28.

MICHAELIS On-line. **Chamar**. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/chamar/>>. Acesso em 25 maio 2020.

MOSCA, L. S. (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Humanitas, 2006.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, Ana Lúcia; NUNES-PEMBERTON, Gelza; FOLTRAN, Maria José. O adjetivo. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Orgs.) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. v. II. Classes de Palavras e Processos de Construção. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018.

OCHS, Elinor. From feelings to grammar, a Samoan case study. In: SCHIEFFELIN & OCHS (eds.). **Language socialization across cultures**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

_____. The linguistic expression of affect. In: **Culture and language development**. CUP, 1988.

OCHS, Elinor; SCHIEFFELIN, Bambi. **Language has a heart**, Text 9 (1): 7-25, 1989.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Linguística funcional centrada no uso e ensino. In: Casseb-Galvão, Vânia; Neves, Maria Helena de Moura. (Org.). **O todo da língua: teoria e prática do ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. p.15-34.

PAULIUKONIS, M. A. L. **Comparação e argumentação: duas noções complementares**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.

PEIRCE, Charles Sanders. In: BUCHLER, John (org.) **The philosophy of Peirce**. Nova York: Harcourt and Brace, 1940.

RABAÇA, C.A; BARBOSA G. **Dicionário de comunicação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

RAMOS, M. A. B. **O adjetivo e as sua relação com a idiomaticidade, argumentatividade e a textualidade**. In: Anais do 1º Simpósio Nacional de Estudos Linguísticos (SNEL), vol 1, João pessoa: Ideia, 1997.

ROCHA LIMA, C.H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**.48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1972] 2010.

ROCHA, Lúcia Helena. Peyroton. **[Predicativo do objeto]**. 2017. Aula ministrada na disciplina de Língua Portuguesa: Sintaxe do curso de Letras da UFES, Vitória, 2017.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariângela Rios. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Alfa**, São Paulo, v.60, n.2, 2016, p. 233-269.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; WIEDEMER, Marcos Luiz. Língua em uso: gramática, discurso e construções. **Soletras**, Rio de Janeiro, n.28, 2014, p. 1-11.

ROSCH, E.,Mervis, C. B., Gray, W., Johnson, D., & Boyes-Braem, P. Basic objects in natural categories. **Cognitive psychology**, 8, 1976, p. 382-439.

SANDIG, Barbara. O texto como conceito prototípico. Tradução de Hans Peter Wieser. In: WIESER, Hans Peter; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) **Linguística textual: perspectivas alemãs**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 47-72.

SANTOS, Diana Rodrigues Sarcinelli. **O funcionamento dos elementos adverbiais no gênero propaganda**. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SCHIFFRIN, Deborah. Tense Variation in Narrative. **Language** 57(1): 45-62, 1981.

_____. **Discourse markers**. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

_____. Sociolinguistics approach to discourse, topic and reference in narrative. In: FERRERA, K.; BROWN, B.; WALTERS, K; BAUGH, J. (eds.). **Linguistic change and contact**. Austin, University of Texas, Department of Linguistics,1988.

_____. **Between text and context, deixis, anaphora, and the meaning of then**. Text. 10 (3): 245-270,1990.

SCHMIDT, Siegfried J. **Texttheorie, problem einer Linguistik der sprachlichen Kommunikation**. München: Fink, 1973.

SEARLE, J. **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

_____. **Expression and meaning: studies in the theory of speech acts.** Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

TANNEN, Deborah. Oral and literate strategies in spoken and written narratives. **Language** 58(1): 1-21, 1982.

_____. "I take out the rock -- dok", How greek women tell about being molested (and create involvement). **Anthropological linguistics** 25 (3): 359-374, Fall, 1983.

_____. **Conversational style: Analyzing Talk among Friends.** Norwood, NJ, Ablex, 1984.

_____. **Talking voices, repetition, dialogue and imagery in conversational discourse.** Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale.** Paris: Klincksiek, 1969.

TOMASELLO, Michael. **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure.** New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

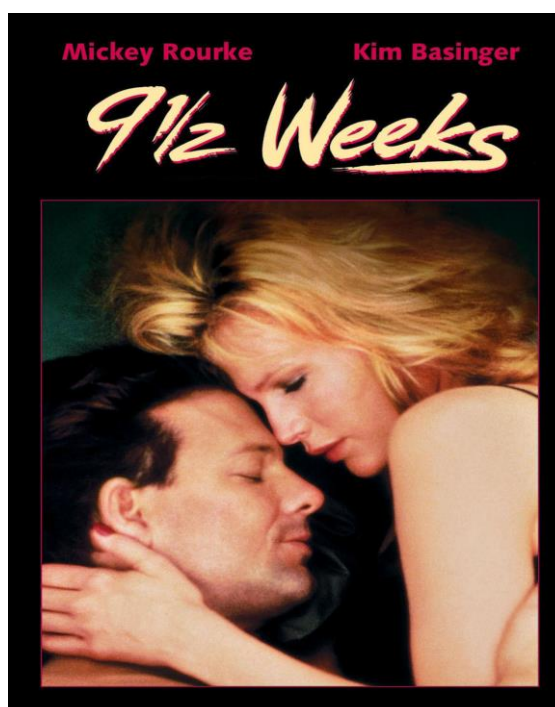
THOMPSON, Sandra. A discourse approach to the cross-linguistic category 'adjective'. In: Hawkins (ed.) **Explaining language universals.** Oxford, Basil Blackwell, 1988.

van Leeuwen, Theo. Ten reasons why linguistics should pay attention to visual Communication. In: Levine, Philip; Scollon, Ron. **Discourse & Tecnology: multimodal discourse analysis.** Washington, D.C. Georgetown University Press, 2004, p. 7- 19.

VEJA. **Lula deixa cadeia após 580 dias; veja como foi.** Texto disponibilizado em 08 nov. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/lula-deixa-cadeia-apos-580-dias-veja-como-foi/>> Acesso em: 3 dez. 2020.

YULE, George. **Pragmatics.** Oxford University Press, 1996.

ZRIBI, Anne. **Sur un cas de construction pseudo-prédicative.** Recherches Linguistiques, n°1, Université de Paris-Vincennes, Département de Linguistique, Paris, 1972.

ANEXO A – Cartaz do filme “9 ½ semanas de amor”

Fonte: <<https://seriestorrenttv.tumblr.com/post/146088744837/9-12-semanas-de-amor-nine-12-weeks-1986>>

ANEXO B – Charge de Cris Penha e Bira Dantas

Fonte: Charge Online (24 de janeiro de 2018)

ANEXO C – Charge de Duke

Fonte: Charge Online (14 de junho de 2018)

ANEXO D – Charge de Lute

Fonte: Charge Online (4 de abril de 2018)

ANEXO E – Charge de Dum



Fonte: Charge Online (12 de julho de 2017)

ANEXO F – Charge de Genildo



Fonte: Charge Online (22 de junho de 2017)